

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVI BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1959 N. 534



SUMÁRIO

Págs.

CULTURA PROFISSIONAL

Os Cinco Princípios do Cadete Brasileiro — Cap João Manoel Simch Brochado	3
"Equitação Racional" e "Escola Jácome" — Gen Parga Rodrigues	9
Seção do Candidato à ECEME — Maj Octavio Tosta	19
Engenhos-Foguetes e Satélites — Ten-Cel Welt Durães Ribeiro	29

CULTURA GERAL

Causas da Guerra — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	39
Aspectos da Independência do Equador — Maj Amerino Raposo Filho	43
Limites do Brasil — Gen Felício Lima	57
Comentários à História — Vicente Amorim	65

GEOPOLÍTICA

Sumário da Seção	69
I — Doutrina (Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba) — Ten-Cel John E. Kieffer	71
II — Estudos e Ensaio (O Sentido Geopolítico do Descobrimento do Brasil) — Cel Omar Emir Chaves	81
III — Problemas da América Latina (1. O Brasil e a Defesa do Ocidente) — Cel Golbery do Couto e Silva	87
IV — Fronteiras (Brasil-Bolívia, "O Acórdão de Roboré" — 1ª Parte) — Maj Octavio Tosta	101
V — Artigo Estrangeiro (Visões Geográfico-Políticas Mundiais) — Prof. Angel Rubio	109

Nossa Marinha — Ten-Cel A. Brandão de Freitas	117
---	-----

DIVERSOS

Debates em Revista (Cemitério Militar ou Monumento?) — Cap Diógenes Vieira Silva	133
Idéias que Serviram de Base para um Programa de Ação numa Escola de Formação de Oficiais — Maj Nilton Freixinho	141
Prêmio Nobel da Paz de 1958	151
Saara: Luta pelo Petróleo (Guerra das Grandes Potências nas Areias do Grande Deserto)	153

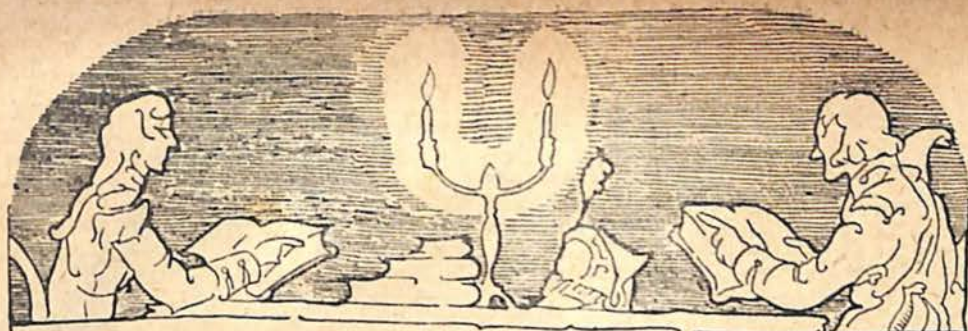
BRASILIANAS

Conjuntura Industrial — Consumo de Café nos Estados Unidos — Agricultura de Exportação — Produção de Veículos a Motor no Ano de 1957 — Soja: 120.000 toneladas — Usiminas — A Indústria de Construção Naval — 60 Mil Veículos por Ano, a Partir de 1960 — Declinou o Ritmo do Consumo de Petróleo na América Latina — Custos da Mão-de-Obra Industrial — Crescimento das Grandes Cidades Brasileiras — Natal: 170.000 Habitantes — Araxá: A Estância e o Município — Migrações para o Estado do Pará	157
--	-----

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

Como Evitar a Morte Pela Radiação	165
Novas Armas Soviéticas	167
Revistas Militares em Revista — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	177

103
59 P



CULTURA PROFISSIONAL

OS CINCO PRINCÍPIOS DO CADETE BRASILEIRO

Cap JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO,
da EPCP, Pôrto Alegre

Na grandeza da missão, a honra e a responsabilidade de ter sido instrutor de Escola de Formação de Oficiais se equivalem.

A observação dos problemas surgidos no trabalho de iniciar alunos da Escola Preparatória na vida militar, propiciou-me a reunião de algumas idéias sobre o assunto.

Adquiri convicção da necessidade de uma ação mais homogênea dos instrutores das Escolas de Formação de Oficiais neste sentido.

Os aspectos que passarei a analisar constituem, para a formação do oficial, fundamentos preciosos na edificação de sua personalidade no decorrer dos respectivos cursos; este não deve se desenvolver num regime de pura preocupação intelectual ou somente técnica-militar. É absolutamente necessário que os esforços (desenvolvidos os elementos mentais de cada homem) sejam mesclados e dirigidos objetivamente para a profissão.

É necessário mentalizá-los.

Os valores intrínsecos devem ser transformados em verdadeiros valores sociais atuantes.

Exatamente este trabalho de mentalização dos jovens alunos, futuros oficiais, é que, minha opinião, deve ser organizado, metodizado e generalizado nas Escolas de Formação.

Procurei reunir as poucas idéias nesta carta aos alunos e cadetes do Exército Brasileiro.

— Pode ser que ao partirdes não encontreis a prática e a compreensão daquilo que constitui vossa mais séria preocupação.

Pode ser que então vos defronteis com gente torcida e deformada, que repudie os princípios que aprendestes e procurastes compreender e praticar.

Nunca esqueçais, entretanto, os princípios do cadete brasileiro, do verdadeiro cadete que sempre procurastes ser.

Antes de enumerá-los e descrevê-los, desejo vos dar alguns conselhos que sintetizarão o que tendes conversado com vossos instrutores.

O Exército Brasileiro está em construção e vós sereis seus mais jovens construtores. Jamais, portanto, vos desiludis face a uma deficiência encontrada ou problema defrontado; aquelas deverão despertar vossa inteligência para a correção e êstes deverão exaltar-vos para a luta.

Jamais a descrença de um superior que não teve a honestidade profissional de cuidar de suas próprias convicções, deverá vos abater ou diminuir vossa atividade.

Amai o Exército com a força de um brasileiro que acredita em sua grande Pátria.

Percebei bem que os chamados "desiludidos" são sempre meios-homens que se retiraram da luta por terem sentido sua própria mediocridade. Preferiram mascarar sua frustração atrás daquele cômodo título, como se isto pudesse desculpar a inépcia e a falta de exação no cumprimento do dever!

Jamais deixeis que o verdadeiro sentido de vossa profissão seja desvirtuado, transformando-vos em cabide de direitos, de vantagens e de leis protetoras.

Jamais pretendeis ser homens ricos e, desde cedo, acostumai-vos a esta idéia e às práticas que dela decorrem. Sereis assalariados. Assalariados de uma Nação ainda pobre. Absolutamente, portanto, poderíeis pretender fortuna.

Ao constituírdes família, atentai para todos êstes problemas; amai-a e protegei-a sem mudar o aspecto de vossa profissão.

Assim como a esposa de um médico não exigirá o sacrifício da medicina e a esposa do cientista não exigirá o sacrifício da ciência, as vossas esposas, embora mais sacrificadas, não deverão exigir o sacrifício dos propósitos que reunistes.

Agora vos mostrarei as cinco pedras alicerçais do caráter de um verdadeiro oficial do Exército:

- 1 — O entusiasmo inteligente;
- 2 — O respeito à autoridade;
- 3 — A compreensão da responsabilidade;
- 4 — O acato à Lei;
- 5 — O verdadeiro sentido da profissão.

Cada um dos cinco princípios correspondentes que passarei a sugerir compreensão, em si, um quadro de esforços e de cuidados no sentido de serem incorporados aos vossos próprios caracteres.

- 1 — Do entusiasmo inteligente:

"Sómente sereis fortes se tiverdes convicções!"

Num país que apenas adquire consciência de suas possibilidades, afastado das ameaças e perigos diretos do mundo atual e pobre de recursos, viveis num meio civil, naturalmente hostil à vossa profissão.

Respeitados apenas no pensamento oficial, sois desairosamente comentados "à boca pequena" e detratados na primeira oportunidade.

Sei que para não sucumbirdes ao impacto destas opiniões contrárias, argumentações agressivas e adjetivações ásperas, deveis estar convictos daquilo que fazeis e certos de vossa própria utilidade.

Esta convicção será a única garantia de vos termos e vos mantermos dentro da profissão, pois das chamadas vocações profissionais, a militar, por surgir muito cedo como um estágio na evolução de quase todo o menino, é a mais fraca. Nos seus primeiros sintomas é apenas um impulso: e aí, normalmente, o Exército recruta seus futuros oficiais.

Se as vossas convicções não forem estabelecidas e sedimentadas, uma vez amainado daquele impulso inicial e satisfeitas as primeiras curiosidades e vaidades, tornar-vos-eis um conformado. Conformados com a continuação de vosso trabalho apenas para justificar os anos de estudo, esforços passados ou direitos adquiridos.

Apesar de não acreditardes em vossa tarefa, render-vos-eis à evidência de tê-la recebido.

Sucumbireis, entretanto, ao contacto das primeiras dificuldades.

Por outro lado, a convicção vos produzirá o entusiasmo que é a mola, a energia sem a qual ser-vos-ia impossível organizar um Exército na Nação brasileira e em nossa época.

2 — Do respeito à autoridade:

"Prestigiai e cooperai com a autoridade, qualquer que seja o homem que a represente."

O prestígio será dirigido à função e pretenderá manter o Exército eficiente, uma vez que o mesmo se alicerça nesta necessidade.

A cooperação será dirigida ao homem que a desempenha e será tanto maior quanto mais deficiências este apresentar.

Esta noção deveis generalizar em todas as oportunidades.

O prestígio e a cooperação, com o sentido que acabais de ver e adotado como princípio por todos os elementos responsáveis do Exército, seria a grande força homogenizadora no grande mecanismo que ele representa. As práticas que sintonizam com o verdadeiro sentido da disciplina, descomprimem os escalões subordinados, aumentando a eficiência da organização.

Homens que colocam as funções acima de quem as desempenha são, necessariamente, homens desinibidos e sem recalques.

Um dos processos mais perigosos e difíceis de realizar, na formação do soldado, é o de sua disciplinação. O homem mal disciplinado (e não vos digo indisciplinado) é um reacionário sistemático, pois, reduzido a uma obediência que não compreendeu, recalca-a. Este recalque eclode nos momentos mais inoportunos: exatamente quando ele tem certeza que o cumprimento de seu dever depende exclusivamente de si, ou quando sente que pode, sem perigo para si, desprestigiar um chefe cuja pessoa não consegue desligar da função que representa.

3 — Da compreensão da responsabilidade:

"O homem que, com auxílio de outros, deve realizar um trabalho, poderá distribuir tarefas entre seus auxiliares, fra-

cionando-o; mas nunca poderá fracionar a responsabilidade de executá-lo."

Tôda a missão recebida compreende um trabalho e uma responsabilidade: um trabalho que deverá ser feito e uma responsabilidade de concluí-lo. Aquêles podereis fracionar e distribuir, mas a responsabilidade de executá-lo é vossa e deveis senti-la através do empenho em bem dirigi-lo e da preocupação de concluí-lo.

Este princípio é contínuo no sentido do cumprimento da missão: o trabalho poderá ser subdividido sempre, mas as responsabilidades que surgem com cada subdivisão e para quem as recebe, são inteiramente novas e independentes da primeira que lhes deu origem.

Estabelece-se a criação de uma cadeia de responsabilidades que liga sempre o homem que trabalha a quem lhe deu a missão.

Como decorrência lógica dêste princípio, deveis concluir que o escalão superior tem sempre maior responsabilidade que o subordinado. Se tal não acontecer, houve fracionamento da mesma junto com o fracionamento do trabalho e o chefe negou sua própria condição de chefe ou provou a desnecessidade de seu escalão.

É uma noção importantíssima que deveis desenvolver com o aproveitamento das ações normais e serviços diários.

A correta compreensão da responsabilidade será vosso cerne como futuro chefe. Encarando-a como algo pessoal e indivisível, estareis encaminhado no sentido certo de vossa formação.

Sòmente isto poderá realizar o oficial.

4 — Do acato à Lei:

"A Lei é uma idéia que deve ser compreendida para ser integralmente obedecida; nunca poderia ser um simples texto, fàcilmente contornado através de erros gramaticais ou defeitos de pontuação."

É muito normal ao rapaz, a fuga ao cumprimento correto de uma ordem, através de ambigüidades procuradas em seu texto, "a posteriori".

Este vício, até certo ponto reflexo da fertilidade de imaginação e vivacidade de raciocínio do jovem, poderá acarretar-vos sérios defeitos de formação.

A Lei é uma idéia. Uma idéia que dominava o legislador ao elaborá-la na forma escrita ou verbal.

Devereis procurá-la, a fim de compreendê-la na sua intenção e amplitude, suprimindo-a com corolários.

A atitude passiva de interpretá-la nos aspectos cômodos ou omiti-la pelo fato de ter uma vírgula mal colocada é falsa e deletéria.

O cumprimento da Lei é dinâmico, como se ela fornecesse uma carga de energia para ser despendida no sentido, m̀aximamente amplo, da idéia que representa.

A incorporação dêste princípio ao vosso acervo moral deve ser executada com a permanente atenção no cumprimento de cada ordem, regulamento, prescrições, etc., que regerão a vida diária de cada um de nós.

5 — Do sentido da profissão:

"A paz pertence aos pastores e a guerra aos soldados!"

A lembrança permanente da guerra é a mola de vossa profissão.

Todo o trabalho executado, todo o esforço despendido e todo o progresso na carreira das Armas, perderá o sentido se esquecerdes que estais sendo formados para a eventualidade de uma guerra.

Sem serdes fazedores de guerra, sois os técnicos que devem dirigi-la e concluí-la. Vosso poderio residirá sempre, em não esquecê-la.

Cem anos de paz e de absoluta ausência de ameaças continentais poderão vos afastar de vosso verdadeiro sentido. Como oficiais podereis ser elogiados, sendo, na verdade, simples pastores...

A lembrança da guerra, da eventualidade de uma guerra, por mais longínqua que venha ser, deverá presidir vossas vidas e o vosso desenvolvimento profissional.

Isto é algo que deve penetrar fundo em cada um de vós. Nunca podereis perder o sentido de vossa tarefa, qualquer que seja vossa atividade dentro dela: Arma, Técnica ou Intendência.

Desligar a vossa atividade, os vossos esforços diários, a vossa procura à cultura, o vosso desenvolvimento intelectual, do verdadeiro significado da profissão, esquecendo que estais sendo formados para eventualidade de uma guerra, é trairdes, literalmente, a Nação.



SENHOR COMANDANTE

A DEFESA NACIONAL, a sua Revista, que o acompanha desde os tempos de cadete, abre suas páginas aos oficiais, seus comandados, oferecendo-lhes cooperação para o ingresso na EsAO e na ECEME.

Remeta-nos o nome do oficial representante para 1959 e prestaremos, a êsse companheiro, os esclarecimentos necessários.

Assinatura anual para militar — Cr\$ 100,00.

DEZ MANDAMENTOS CÍVICOS

COELHO NETO

1) Honra a Deus amando a Pátria sôbre tôdas as coisas, por nô-la haver Êle dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza e fortuna na terra.

2) Considera a Bandeira como imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com tôdas as fôrças do teu coração.

3) Honra a Pátria no Passado: sôbre o túmulo dos heróis; glorifica-a no Presente: com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o futuro: com a dedicação que é a Fôrça da Fé.

4) Instrui-te, para que possas andar pelo teu passo na vida e transmite aos teus filhos a instrução, que é dote que não se gasta, direito que não se perde, liberdade que não se limita.

5) Pugna pelos direitos que te confere a lei, respeitando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhe presta, resulta a Ordem que é a fôrça suave que mantém os homens em harmonia.

6) Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando sentires o tentador, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio na fortaleza do altar.

7) Previne-te na mocidade, economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de alumiar a noite.

8) Acolhe o hóspede com agasalho, oferecendo-lhe a terra, a água, e o fogo, sempre porém, como senhor da casa: nem com arrogância que o afronte, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro.

9) Ouve aos teus, que têm interêsse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segrêdo é porque não pode falar alto e as palavras cochichadas na treva são sempre rebuços de idéias que se não ousam manifestar ao sol.

10) Ama a terra, em que nasceste e à qual reverterás na morte. O que por ela fizeres por ti mesmo farás, que és terra, e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.

"EQUITAÇÃO RACIONAL" E "ESCOLA JÁCOME"

Gen Div Ref PARGA RODRIGUES

Posso, sem medo de errar, dizer que Luiz Jácome foi o introdutor da equitação e doma racionais no Exército Brasileiro e no Brasil. O que havia antes dêle, durante sua demorada e eficiente propaganda, e mesmo muito tempo depois, era um brutal empirismo.

Antes de tudo, porém, quem era êsse Luiz Jácome, cujo nome se tornou célebre, quase lendário, entre nós?

Eu, dos oficiais componentes do antiquíssimo 2º Regimento de Artilharia Montada, sediado na antiga rua Pedro Ivo, ao lado do velho 1º Regimento de Cavalaria, pertenci à segunda turma de discípulos do Mestre Jácome. Da primeira turma conheci apenas os capitães Antônio Carlos Brasil, Assis Brasil, e Emílio de Azeredo, o coronel Xavier Batista, e o segundo-tenente de cavalaria (adi-do) Armando Jorge.

Houve grande intervalo entre a atividade dessa turma e a da última, da qual fazíamos parte juntamente com Ortegá Barbosa, Emílio Rosauro de Almeida — os únicos de quem me lembro. Quando iniciamos os trabalhos — dados particularmente no picadeiro, e em mangas de camisa — já o grande Jácome estava bastante velho. Apesar de republicano declarado, era picador da casa imperial e professor de equitação no paço. Mas, na idade em que estava, só podia montar mansos cavalos marchadores. Não foi sem custo que, nessas condições, conseguimos trazê-lo novamente àquele Regimento, onde ele tinha boas raízes.



Gen Parga Rodrigues, um dos precursores da Equitação Racional em nosso Exército

A minha resolução de fazer parte da turma não foi assim tão facilmente tomada. Sabia já que Luiz Jácome havia estado na Europa, principalmente na Inglaterra, e aí assimilara o que melhor havia em equitação e picares, completando com êsses conhecimentos sua grande experiência e tirocinio; que fizera excursões pelas estâncias do Rio Grande do Sul, onde encantara os criadores de cavalos, lá deixando poucos, porém, bons discípulos; e tudo isso à sua própria custa, dizendo-se que, nessa propaganda, gastara

duas fortunas. Tenho conhecimento de dois fatos bem interessantes ocorridos nessa viagem ao Sul, que vou citar de memória. Jácome chegara a uma estância e, na frente de vários estancieiros e peões, ia montar seu cavalo educado em alta escola. De propósito, para mexer com os gaúchos, calçou o pé direito no estribo esquerdo do animal, e demorou-se um pouco nessa posição exótica. Os presentes não demoraram muito a comentar o fato de aquele "baiano" querer montar com o pé direito. Antes, porém, que voltassem a si da estupefação, Jácome se levantou no estribo, abandonou-o, passou a perna por sobre a sela, e sem qualquer preocupação com os estribos, cavalou, fazendo que o cavalo executasse um galão vistoso.

De outra feita, estava Mestre Jácome numa estância a convite, para domar cavalos. Ali, como em todo o Brasil, os animais de mais de três anos eram domados pelos peões; estes, com um dispêndio enorme de energia e, também, de brutalidade, conseguiam que os animais, já cansados e bem maltratados, ficassem aparentemente mansos; eram, então, soltos no campo, para daí a seis meses voltarem a um novo trabalho de doma, sob o nome de "repasse". O tempo gasto nesse trabalho bárbaro, o inútil desgaste físico do domador e do cavalo iam ser poupados pelo método Jácome. Três peões escravos que o auxiliavam no serviço viam como verdadeiros milagres a "chamada ao chicote", as "flexões de ganacha", a maneira de encilhar; o que mais ainda lhes causava admiração era que os animais não corcoveavam quando montados e, após dois ou três

meses, estavam prontos para o serviço comum, e sabendo fazer trabalhos que eles nunca lhes poderiam ensinar com o seu processo de doma. Um desses peões, certo dia, não resistiu, e quando Jácome, antes de montar, flexionava o cavalo, executando um "trabalho", dirigiu-se a ele e pediu-lhe que lhes ensinasse aquela "reza", pois ele e seus companheiros muito se desgastavam no trabalho de doma; que aquela "reza" lhes permitiria fazer trabalho bom, rápido e cômodo. Jácome, homem viajado e culto, bom psicólogo, não se deu por achado. Respondeu que dentro em breve os cavalos domados seriam vendidos na estância; que, com parte do apurado nessa venda, o peão e seus companheiros seriam alforriados. E assim foi. A notícia se espalhou pela Província. Entretanto, com a volta de Jácome para a Côte, tornou o Rio Grande a seus bárbaros processos de doma; sua propaganda não produziu senão alguns seguidores. Essa experiência foi assunto de um livro que publicou, o qual, já no meu tempo de discípulo, estava com a edição esgotada e era muito raro. Pena é que não tenhamos, até hoje, nos libertado de nossa clássica indiferença pelas realizações louváveis do passado, para reeditar essa obra útil e atual.

Eu estava a par dos sucessos de Mestre Jácome. Sabia-o uma figura admirável, altivo e digno, dotado de grande energia, mas de um cavalheirismo perfeito. Apesar disto, não resolvi logo fazer parte da futura turma de seus discípulos. Sertanejo, acostumado desde pequeno aos cavalos em pêlo, freqüentador assíduo da Equitação Espírito Santo na Escola da Praia Vermelha (1), muito

(1) Havia, em 1890 e 1894, na Praia Vermelha, duas escolas de equitação: a do Tenente Espírito Santo, na qual só eram aceitos os alunos que tivessem desembaraço a cavalo, para agüentar trancos, poder fazer uma corrida rasa na praia de Copacabana — bom tempo! — e pudessem passar em "boa forma" pela casa da namorada do instrutor em Botafogo. A segunda era a do Coronel Marinho. Científica, não admitia "arimeus". Trabalhava eternamente em círculo, ao passo e mais raramente ao trote. Fim a atingir, aparentemente: saber-se como deverá cair do cavalo o bom cavalheiro...

me custava admitir a necessidade de vir alguém — um paisano — nos ensinar a montar a cavalo, a nós que bem sabíamos montar à gaúcha. Isto, necessariamente, dava lugar a discussões.

A gôta d'água que provocou minha decisão foi uma demonstração de doma a que assisti. O saudoso Capitão Antônio Carlos Brasil, homem alto, muito gordo, compleição incompatível com os trabalhos eqüestres, certa vez me convida para assistir ao trabalho que vai fazer com um potro de sangue, pertencente ao General Hermes da Fonseca; o animal já havia causado a morte de um domador, e era considerado indomável. Eu nunca teria imaginado oportunidade tão propícia.

No dia e hora marcados, vejo entrar no picadeiro, cabrestado, um potro tordilho, belo e forte. O Capitão, armado de um pingalim, está no centro do picadeiro — depois oficialmente denominado "Escola Jácome" — retângulo de 30 x 10 metros, dimensões inadequadas à equitação de escolas de mais de dez cavaleiros, mas convenientes aos trabalhos de doma e subsequente picaria. Da tribuna onde me encontro, vejo chegar ao picadeiro, onde já está o Capitão, um auxiliar trazendo o potro; deixa-o em liberdade, com a cabeça e o cabresto enrolados no pescoço, e retira-se. Começa, então, a doma, segundo o método Jácome. O animal é espantado com um erguer de braços do domador, e vai parar numa extremidade do picadeiro, em atitude ao mesmo tempo ativa e cautelosa. Oscila a cabeça, como desafiando o domador a aproximar-se. É preciso, então, incutir no animal respeito pelo pingalim: o domador espanta-o com uma ameaça, seguida de uma chicotada nas ancas. Após uma ou duas voltas no picadeiro, segue-se a interessantíssima operação da "chamada ao chicote". Consiste no seguinte: o domador, mediante ameaças, conduz o animal para um dos cantos do picadeiro, onde o obriga a permanecer com relativa

facilidade, dada a pequena largura do recinto. Se o animal está de frente, o domador esconde atrás de si o pingalim e avança para ele, fazendo menção de afagá-lo, sempre falando: Oh!... Oh!... O cavalo volta-se para escoicear ou fugir. Precisamente neste instante recebe na anca uma chicotada enérgica. Repetida esta operação algumas vezes, o animal, por associação de idéias — é conhecida a grande memória dos cavalos — conclui que, ao voltar-se para escapar ou dar coices, é castigado duramente, sem alcançar o fim pretendido; quando faz face ao domador, entretanto, ouve sons confortadores e vê o homem aproximar-se em atitude pacífica. Certo de que, voltado para o domador, não é castigado, o cavalo torna cada vez mais possível a aproximação do homem, que se acerca gradualmente dele e lhe vai mostrando aos poucos a extremidade dobrada do pingalim; por vezes, o animal, temeroso, faz menção de virar de anca, mas vê o pingalim e detém-se, acenando com a cabeça, como a perguntar: "Quer você de mim?" Com muita calma e paciência chega o domador a tomar contato, braço estendido, com a tábua do pescoço do cavalo, e a afagá-lo com a extremidade dobrada do pingalim, falando sempre ao animal em tom tranqüilizador. Vez por outra, espanta o cavalo e deixa-o correr, para depois trazê-lo ao mesmo canto, e aí fixá-lo.

Quando essa aproximação já se faz mais naturalmente, o domador, sempre alisando com o pingalim a tábua do pescoço do cavalo e falando-lhe, vai recuando para o centro do picadeiro, e incitando o animal a acompanhá-lo. O cavalo já adquiriu alguma certeza de que o homem não o quer maltratar, e apreciou, lá a seu modo, o afago; acaba por acompanhar o domador até o centro do picadeiro. Com gestos sempre comedidos e brandos, o domador retira aos poucos o pingalim do contato com o pescoço do animal, passando-o len-

tamente para a mão esquerda, e conservando-o na posição vertical, apoiado ao ombro; continua a alisar a tábua do pescoço do animal, agora mais francamente, com a mão espalmada. Recua mais um pouco, desmanchando o contato, e de novo incita o cavalo a avançar, restabelecendo-o; pode repetir esta operação em toda a extensão do picadeiro. Afaga-o mais uma vez e de novo o espanta, para afinal chamá-lo ao chicote, do centro do picadeiro, por meio de estalos feitos com o pingalim. O animal hesita um pouco, mas afinal avança francamente sobre o chicote; o domador o recebe com afagos. Quando, por inexperiência, o domador abusa da chamada ao chicote por meio de estalos, alguns animais muito nervosos se precipitam, o que é inconveniente e perigoso. Este belo trabalho, a "chamada ao chicote", quando inteligentemente feito com animais são — principalmente xucros, que ainda não conheceram a brutalidade do homem — se realiza normalmente em alguns minutos. Chegado a este ponto da doma, o cavalo não mais deseja afastar-se do domador, como a sentir-se bem em sua companhia. Foi isto que eu vi o Capitão Carlos Brasil fazer na "Escola Jácome", naquele 2º Regimento, no ano de 1901; e que depois muito fiz, sempre com êxito, em animais "redomões", pois desde que aprendi doma, picaria e equitação racional com Luiz Jácome, até o pôsto de major, sempre preparei e eduquei eu mesmo meus cavalos.

A "chamada ao chicote" é logo seguida da eliminação das cócegas produzidas pelo arreioamento (causa primordial das "defesas", coreovos, etc.), da colocação da cabeça com bridão, da subida à sela e do deslocamento do animal a passo, e, se possível, ao trote curto.

O domador ordena a entrada no picadeiro de um auxiliar com o material necessário: cabeçada com bridão, correias n. 1 e n. 2, travessão com cilha de corda, sela de

montaria com pertences. Este modesto material, como outro qualquer objeto, é sempre colocado no centro do picadeiro. O domador chama o cavalo; enquanto o auxiliar o mantém pelo cabresto, coloca-lhe no pé anterior do lado em que está — normalmente o lado esquerdo do animal — a correia n. 1, uma correia curta, larga e resistente, com uma grande fivela num dos extremos. A correia se prende, por uma volta, no machinho do pé em aprêço; sua parte mais longa envolve o dorso do animal e vem prender-se na fivela referida, mantendo dobrada a perna. Fica assim o cavalo sobre três pés, com sua capacidade de reação reduzida. Se o animal fica muito inquieto, faz-se que corra um pouco; depois de o chamar ao centro e afagá-lo, passa-lhe, com atrito suave, o travessão com a cilha bem dobrada por cima da cabeça. O animal, porém, precisa ter uma noção melhor dessa coisa estranha que lhe vão passar por cima: antes, pois, dessa fricção, deverá o animal poder cheirar e apalpar com os dentes — onde tem o tato — esse objeto, enquanto o auxiliar lhe faz com a mão espalmada um afago no chanfro.

Passado aos poucos e cuidadosamente o travessão, é ele colocado junto à cernelha. A cilha é mansamente desdobrada; o domador, próximo às cruzes do animal e voltado para a anca, alcança com a ponta do pé a cilha, e a traz muito cautelosamente para o seu lado, por baixo do cavalo. Liga a cilha com rapidez e delicadeza, prendendo o látego na argola do travessão. Segue-se nova solta, seguida de grandes saltos e coices perigosos.

Depois que o animal se acalma, nova chamada, sempre acompanhada de afagos, fala, etc. Leva-se o travessão mais para trás, e aperta-se mais um pouco a cilha. Esta operação se vai repetindo até que, estando o travessão já sobre os rins do animal, e a cilha na virilha, e tendo ele já pulado muito e escoiceado, fique bem calmo,

como se já não sentisse mais cócegas.

Sólto de novo o cavalo, chamado de novo ao centro e afagado, o domador segura-o pela argola do cabresto e manda o auxiliar laçar o machinho do anterior direito com a correia n. 2 — tira fina de sola forte, com cerca de dois metros de comprimento, terminada numa das extremidades por uma pequena argola. Isto feito, o auxiliar passa a extremidade livre da correia por dentro da argola do travessão, e a entrega ao domador. Este, depois de a haver ajustado, segurando-a bem próximo à argola, puxa sem violência, mas com firmeza, a cabeça do animal para a esquerda (lado da perna dobrada pela correia n. 1) e, ao mesmo tempo em que o cavalo suspende ou desloca o pé enlaçado pela correia n. 2, abandona-lhe a cabeça, segura também, com a mão esquerda, esta correia, e puxa-a fortemente, até que o animal, com a perna anterior direita dobrada, ajoelhe; com rapidez e segurança, prende então a correia referida na argola do travessão. Abandona o cavalo nesta posição. Alguns, mesmo assim, conseguem atirar-se para a frente em pequenos galões; outros deitam-se. É o trabalho da "jogada ao chão". Deitado assim o cavalo, põe-se-lhe a cabeçada com bridão, batendo-lhe com as faceiras, para que ele se acostume ao seu contato. Faz-se a primeira "flexão de ganacha". O animal custa a abrir a bôca para receber o bridão. Enquanto não a abrir e apresentar a língua bem mole, em condições de ser retirada e de novo introduzida na bôca, o animal não estará "entregue". Mantendo-o deitado, o domador, colocado junto ao lombo do animal, procura sentar-se cautelosamente sobre as costelas e faz-lhe massagens e fricções com a palma da mão, desde o pescoço até a anca, e nas partes superiores das pernas, até onde puder alcançar. Convém aqui repisar que todo este trabalho é sempre auxiliado pela voz: Vamos! Quietos! Calma! etc. Atua em se-

guida sobre a cauda, até poder girá-la facilmente sobre a base, sem contrações do animal. Agora, com o pingalim, toma contato com as partes extremas das pernas posteriores, esfregando o chicote sobre elas e mesmo entre elas. A princípio o animal reage, dando coices, mas dentro em pouco acalma-se, como se gostasse dos afagos. Quando a língua já está sem contrações e a ganacha com alguma flexibilidade, o domador segura as rédeas do bridão, manda que o auxiliar retire a correia n. 2, e levanta o animal, ainda sob a ação da correia n. 1. O auxiliar, munido de uma tala de rascar, raspa demoradamente o suor e a terra do dorso do animal, do pescoço até as ancas. O domador ficará muito atento, com as canas de rédeas separadas, uma em cada mão, pronto a levantar a cabeça e o focinho do animal — flexão de ganacha — tendo em vista contrariar qualquer defesa prejudicial ao seu auxiliar. Uma vez de pé o cavalo, com um ar tranqüilo, aparentando satisfação e confiança, poderá o auxiliar, com muito jeito, executar o primeiro tempo de montar por salto, mantendo-se certo nessa posição e afagando-lhe a tábua do pescoço. Repete esta operação algumas vezes; quando o animal já estiver bem calmo, completa o ato de montar passando a perna direita por cima do cavalo. Afaga-o, apeia, e repete o trabalho, completando-o com fricções e palmadas brandas até a rigão da anca. Com o auxiliar assim montado, o domador, afagando o cavalo na tábua do pescoço, sempre atento para levantar-lhe a cabeça em caso de reação, pede-lhe um ou dois passos à frente. Obedecido, fá-lo parar, afaga-o, e pede mais alguns passos. O auxiliar apeia. Os operadores trocam postos. Repete-se a operação. Após alguns passos, o auxiliar detém o animal e entrega as canas de rédea ao domador, que as conserva separadas, pronto a levantar a cabeça do cavalo à primeira contração do lombo — preparativo para o corcovo. O au-

xiliar, à frente do animal, segurando ainda as rédeas, incita-o a andar. Obtendo alguns passos, vai se afastando cuidadosamente. O domador fica só, montado, e dá uma ou duas voltas na pista. Vem depois ao centro do picadeiro, onde o auxiliar o ajuda a apeiar. O animal é acariciado, rasqueteado, e em seguida levado para longe do centro do picadeiro e solto para se espojar com prazer. Para de novo o prender, limpar, e retirar do picadeiro, aplica-se a "chamada ao chicote". Este trabalho dura cerca de uma hora.

Em vez de montar o cavalo em pélo quando ele é levantado, pode-se logo fazer que ele receba a sela, a qual é passada por sobre a cabeça do animal e colocada em posição como se procedeu com o travessão. Apertada ligeiramente a cilha, faz-se o animal dar uma volta, como se corresse à guia, seguro pelas rédeas do bridão, até que já não tenha mais o "lombo duro" — outro sinal certo de corcovos. Voltando à posição inicial, ajusta-se convenientemente a cilha. O operador que vai montar — geralmente o domador — põe-se em posição de ambos os lados, bate um pouco os lomos contra as abas da sela, faz pêso nos estribos, coloca e retira o pé esquerdo, e executa cautelosamente o primeiro tempo de montar. Pára nesta posição, afaga a cernelha e o pescoço do animal, galga a sela com muita cautela. Faz os movimentos de apeiar, parando um pouco no tempo intermediário, e novamente monta. Repete este exercício muitas vezes de ambos os lados. Se o cavalo se mantiver calmo, desloca o assento com uma ligeira flexão de rins, como se fôsse galopar. Põe em seguida o cavalo em movimento, ao passo, como no exercício anterior.

No dia seguinte, o animal é solto, sem cabresto, no picadeiro. O domador chama-o ao chicote; fá-lo retirar-se, por meio de uma ameaça inteligente; chama-o de novo e o manda encilhar. A correia n. 1 é mantida em posição,

para que se suspenda a perna anterior esquerda em caso de reação. Mais tarde, bastará que o auxiliar a levante à mão. Após umas duas voltas pela pista, ao passo, o cavaleiro passará ao trote curto. Antes de montar, é sempre necessário fazer a flexão de ganacha. Este trabalho se prolongará, digamos, por semana, ininterruptamente. As primeiras indicações de ajudas (rédeas e pernas) vão sendo ministradas aos poucos e suavemente; jamais como castigos, e sim como indicações. Nos cavalos xucros, a primeira rédea a empregar é a rédea direta; nos redomões, a rédea de oposição. Mas a ação de rédeas para flexionar a ganacha do animal em defesa do cavaleiro deve ser enérgica, com as rédeas separadas nas duas mãos, pois nessa posição de "astrônomo" o animal não pode pular.

Obtida a execução desses trabalhos sem reação ou temor do animal, mesmo com alguma satisfação e confiança em seu domador, está terminada a fase da doma. Vai se passar, sem solução de continuidade, à fase seguinte: a picaria.

Na primeira fase — já o nome o indica — tem-se em vista o contato do cavalo com o homem, e o preparo do animal para receber o cavaleiro, não podendo este exigir mais que uma aproximação confiante e o seu transporte em sela ao passo e ao trote.

Depois que o animal recebe bem a sela de montaria, principalmente nos picadeiros de grandes dimensões e no exterior, o domador poderá tirar grande partido do trabalho à guia, excelente e de emprego comum, mesmo no caso de animais que, por qualquer motivo, não possam ser montados.

Ao fim de cada sessão, convém mimosear o cavalo com uma forragem apetitosa fornecida "in loco", ou um tablete de açúcar.

Que recursos científicos foram empregados para obter um resultado assim aparentemente milagroso? Somente a mecânica e a

psicologia aplicadas. Pela aplicação daquela evitamos as defesas do animal; por meio desta, tiramos partido da grande memória do cavalo, que associa rapidamente idéias: a obediência imediatamente recompensada (alívio de algum constrangimento, ou afaços).

Mas não será o homem de ciência que há de realizar este trabalho, e sim um artista, que reúna às qualidades de bom cavaleiro — aquele que se segura a cavalo, e sabe empregar as ajudas — paciência, fino espírito de observação e boa memória do que já viu ser feito por domadores experimentados no método Jácome.

O resultado deste método é tão maravilhoso, que à mente de bons cavaleiros "profanos" tem vindo a idéia de que ele conduz à desmoralização dos cavalos.

É bem ao contrário: o animal é inteligente e cientificamente preparado, com muita rapidez, para o serviço do homem, em quem adquire confiança, amizade mesmo, sem que lhe tenha sido retirada grande parte da energia com o brutal e empírico processo vulgar de amansar potros. Se, domados pelo método Jácome, os animais não tiveram possibilidade de corcovear montados, com os trabalhos finais de alta escola, entre outras proezas, aprenderão a fazê-lo, com elegância, ao comando do cavaleiro.

A picaria tem por objeto não amansar o cavalo, mas colocá-lo em certo equilíbrio sobre seus quatro pontos de apoio, para que possa obedecer bem às ajudas — rédeas e pernas, cuja pressão será, se necessário, aumentada com o toque, o picar da espora. Tem-se assim o equilíbrio necessário a um passo desenvolvido e cadenciado,

base de qualquer progresso; o equilíbrio para os trabalhos normais da equitação corrente, e o do terceiro gênero indispensável aos trabalhos de alta escola: recuo a galope, corcovos elegantes, galões seguidos de enormes coices duplos (cabriolas), o trote alçado (trote feito no mesmo lugar, no qual o cavalo levanta ou alça as pernas dobradas, o "piafé"). (2)

Os princípios e recursos empregados são os mesmos. Mas, para que não me afaste do objetivo que me propus, vou terminar com uma rápida notícia sobre a equitação racional e sua adoção no Exército.

Já fiz referência à equitação "gaúcha" e à equitação "científica" que encontrei na Praia Vermelha em 1890. Na tropa (2º Regimento de Artilharia), onde ingressei em 1901, somente, à exceção daqueles antigos discípulos de Jácome e de um dos comandantes desse Regimento, o Coronel Francisco Xavier Batista, apenas se conhecia e admitia a tal escola "gaúcha", na qual, montado o cavaleiro com as pernas completamente estendidas, e os estribos pequenos ("meia picaria") na ponta dos pés, "aguentava-se" a cavalo devido a um equilíbrio quase instável e ao apoio fortuito na boca do cavalo, por intermédio do forte freio, de grande bocado curvo. Esse modo de montar era, assim, "macaqueação" da montaria do campeiro sulino quando ia a alguma festa, de calças brancas engomadas, pois no trabalho de campo ele estribava curto, e tem contato com o cavalo por meio das pernas.

Os primeiros discípulos de Luiz Jácome parece que nenhuma propaganda conseguiram fazer na tropa. No Regimento, somente eles e os novos — Ortegal Barbosa,

(2) O picador experimentado, ao olhar a fotografia ou uma perfeita escultura de um cavalo, logo diz se ele está parado, em movimento, e em que andadura. Logo que vi a estátua equestre de Deodoro, conclui que o cavalo em que aparece montado fazia o "piafé". Mais uma de nossas belas mentiras: o grande Marechal não sabia alta escola, nem tinha cavalo que fizesse esse trabalho. A sua montaria era aquele cavalo branco desbocado ("astrônomo"), com o qual entrou no Quartel-General no dia 15 de novembro de 1889.

Emílio Rosauro de Almeida, eu, e nossos respectivos bagageiros — praticaram a equitação racional. Todos encontrávamos forte oposição, não só no Regimento, como, sobretudo, na Cavalaria, representada pelo nosso vizinho, o 1º Regimento de Cavalaria. Cansamos de fazer demonstrações práticas das mais convincentes. O então comandante desse Regimento, o Coronel Faria de Albuquerque, homem preparado e culto, que terminou sua vida militar como um dos nossos melhores Chefes de Estado-Maior, era, no assunto em apreço, de um atraso quase secular. Muito amável e acolhedor, êle nos chamava, ao Ortegá e a mim, "seus" picadores. Quando de uma remonta recebida na sua Unidade tocaram ao meu Regimento umas tantas éguas xucas para tração, o Coronel nos intimou, aos dois "picadores", a não começarmos o trabalho com êsses animais sem a sua presença. Êle sabia que o velho Jácome, como coroamento do nosso ensino, nos aconselhara a aplicar o aprendido nessas éguas xucas, e o Coronel Faria queria ver os tombos... Respondi-lhe que teria grande prazer em lhe fazer essa demonstração, mas que só iria encetar o trabalho após um mês de tratamento do animal, o qual talvez não soubesse ainda comer milho, e estivesse com "travagem". Entretanto, o animal não entraria no picadeiro sem que o Coronel Faria estivesse presente. Um mês depois telefonei a êsse Chefe, e lhe comuniquei que ia começar o trabalho, somente esperando pela sua pessoa. Êle compareceu prontamente, subiu para a tribuna do picadeiro. Mandeí entrar a égua cabresteada e, explicando detalhadamente tudo que fazia, executei a doma segundo o método Jácome, já descrito. Fui extremamente feliz, e tive a primeira prova decisiva de que é muito mais fácil e mais rápido amansar um animal xucro, que um que já tenha tido qualquer trabalho profano. Essa felicidade fez que eu abusasse um pouco, pois terminei a sessão com uma volta

no picadeiro a trote elevado e alguns passos de galope, o que me teria custado uma boa repreensão do Mestre Jácome, se êle estivesse presente.

Terminado o trabalho, apeeí, bati na tábua do pescoço da égua, que depois, inteiramente solta, me acompanhou grande parte do picadeiro. Detive-me, e dirigi-me ao Coronel, dizendo-lhe que o trabalho estava terminado, e eu fôra um pouco além do que deveria ter feito; mostrei-lhe, então, como prosseguiria na doma no dia seguinte. "Realmente o trabalho é admirável", disse o Coronel; "mas o animal tem boa índole." Observei-lhe que somente poderia julgar da índole daquele animal quando êle, já um pouco flexionado, quisesse disso tirar partido. E aponteí-lhe os princípios de mecânica e de psicologia cuja aplicação determinara a submissão do animal.

Além dessa feliz aplicação do que eu havia trabalhosamente aprendido, e do espetáculo proporcionado ao Coronel de Cavalaria, nada mais produziu de útil essa demonstração. A Cavalaria continuou a montar e a preparar os cavalos como até então. Acreditava que o bridão fazia duro o queixo dos animais; em vez de prepará-lo, por meio de "flexões", para uma boa obediência às ações do freio moderno, substituiu o bárbaro freio de longo e curvo bocado por um freio de bocado curvo que tirava pedaço às línguas dos cavalos — o freio tipo Coronel Faria...

O trote elevado, indispensável às marchas, ao treinamento e à tração — somente adotando-o pode a Artilharia Montada ou a Cavalaria obedecer às prescrições regulamentares — sofreu tremenda oposição desse Regimento, hoje transformado numa brilhantíssima Cavalaria de escol — os Dragões da Independência.

O advento da equitação racional em a nossa Cavalaria começou com a adoção do trote elevado depois de 1905, devido ao seguinte

fato: As tropas da Região (antigo Distrito), terminadas as manobras ressuscitadas pelo General Hermes da Fonseca, regressavam a quartéis pela antiga Estrada de Santa Cruz. Um grupo do 1º Regimento de Artilharia, comandado pelo competente e saudoso Major Raimundo Seidl, marchava à frente da Cavalaria. A Artilharia, que até então fôra sempre considerada "trambólho" nas marchas, deixou o Regimento de Cavalaria tão longe à retaguarda, que quando este chegou a Realengo já a tropa de Seidl há muito estava acampada. Grande espanto. Indagações. Como se obtivera aquilo? Simples: marcha ao passo e trote elevado, alternadamente.

Não foi muito grande o progresso depois disso. Havia ainda o obstáculo a vencer do encurtamento dos estribos, e com estribos compridos não se faz equitação, nem mesmo o trote elevado.

Uma nova carga sôbre a Cavalaria: Chegam do estágio na tropa alemã os Capitães Estelita Werner e Lima Mendes. Como aconteceu a quase todos os estagiários na Alemanha que constituíram a primeira turma e a segunda, êsses dois oficiais não foram recebidos de braços abertos, senão por limitadíssimo número de oficiais de pequeno posto. Lima Mendes realizou um raide vitorioso no Rio Grande do Sul, ocasião em que demonstrou as grandes vantagens do trote elevado.

Estelita Werner, entusiasta, competente e dedicado oficial de cavalaria, para poder transmitir o que havia aprendido de equitação na Alemanha, teve de ensiná-lo à Polícia Militar, que dentro em pouco fazia belas demonstrações hípias na Praia da Saudade, apresentando-se em formaturas e desfiles não mais aos coices e praticando outros escândalos, mas correta e decentemente.

Quanto a mim, no que respeita à propaganda da escola Jácome, nada mais pude fazer como tenente, senão auxiliar um ou outro raro camarada que gostasse de

acordar cedo e não temesse suor ou poeira.

Mas qual a diferença essencial entre a equitação ensinada por Jácome e a atual, para cá trazida pela Missão Militar Francesa?

A equitação Jácome é como a outra equitação "diagonal", recolhida, que tira partido dos "três equilíbrios do cavalo, para usá-lo não só na equitação corrente como na "alta escola". A equitação francesa é a equitação "lançada" que se contenta com o equilíbrio natural do cavalo para o serviço militar normal em todos os terrenos. Quando quer fazer alta escola, escolhe os melhores cavaleiros e treina de modo especial os cavalos; não, porém, com a segurança e presteza do método Jácome. É, assim, uma equitação mais utilitária do que artística. Muito semelhante, e utilizando princípios idênticos aos pregados por Jácome, vi, já no posto de tenente-coronel, o melhor livro, no assunto, que conheço — A Equitação, de Gustavo Lebon, o grande psicólogo. Foi o que também vi, quando do meu estágio no Exército Alemão, em cujo método se inspirou Lebon. A prática aqui adquirida me permitiu fazer, lá, boa figura a cavalo, não só no período de trabalhos internos durante todo o inverno, como ao enfrentar, pela primeira vez, a equitação lançada, em cavalos vigorosos, no exterior, nos exercícios de "caçada à rapôsa", realizados, no outono, duas vezes por semana. O ensino da escola Jácome me permitiu um pequeno destaque entre companheiros de instrução na Alemanha. No exame da instrução de equitação dos oficiais, na Alemanha, feito pelo Comandante da Brigada, os cavaleiros deixam uma parte do picadeiro livre para que cada um dêles mostre um trabalho individual. Os trabalhos apresentados, embora bons, foram medíocres. Eu, que havia preparado a minha égua Waldecaze (gata do mato) em um picadeiro exterior, surpreendi os assistentes com uma mudança de mão ao galope em

círculos diretamente, sem passar pelo trote. Essa mesma prática adquirida no Brasil deu lugar a que no Regimento em que servia me pusessem o apelido de "cow-boy", por causa de cenas equestres a que fui, eventualmente, obrigado nos trabalhos externos.

Quando de regresso dêsse estágio, provocada não mais pela escola Jácome, porém pelos oficiais da primeira turma já citados, aqui achei uma grande oposição à equitação regulamentar alemã, movida — o que é de pasmar — por um dos melhores discípulos de Jácome, o bom camarada e amigo Armando Jorge; e isto principalmente devido a uma lamentável confusão. A escola Jácome, preparando cavalo e cavaleiro para todos os trabalhos, não se preocupava muito com a equitação coletiva, em turmas. Para administrar o ensino da primeira era preciso um mestre que, além de bom cavaleiro, fôsse, também, picador; ao passo que, para o ensino da equitação regulamentar, bastava o instrutor formado em equitação nos regimentos. Ora, Armando Jorge era precisamente aquele mestre, muito acima de qualquer instrutor de equitação, podendo tirar êste de qualquer dificuldade especial no ensino do cavalo (picaria) e do cavaleiro (equitação); inexperiente, porém, no ensino coletivo regulamentar. Não tendo compreendido isto, Armando Jorge, que me conste, o único discípulo de Jácome que, em sua turma, se entregou de corpo e alma a essa especialidade, desceu e quis competir com os oficiais que fizeram e viram fazer êsse trabalho durante dois anos naquele Exército. Cometeu então o grave êrro de querer formar uma escola de equitação caracterizada pelo alongamento dos loros, coisa absurda e contrária à posição Jácome — pode-se dizer uni-

versal — mostrada pelo próprio Armando em fotografia, quando em trabalho de alta escola no seu lindo cavalo Jalú, no Paraná. Conseguiu formar uma turma de oficiais entre os quais saíram, que me lembre, dois bons picadores: Lacerda e Antônio da Silva Rocha (hoje general). Êsses bons e operosos camaradas nos distinguiram a nós, os "prussianos", com a alcunha de "pernas de gafanhotos". Mas eis que vêm os franceses, com estribos dois furos mais curtos que os nossos. Embora êsses amáveis camaradas muito estranhassem os estribos curtos (que exigem não apenas o amolecimento de cintura, porém, ainda, a flexão de rins) e, ao começo, fizessem figura ridícula a cavalo, achávamos nós outros, como dizem os castelhanos, que as suas pernas se pareciam com as da aranha, e não passamos disso.

Reuni os conhecimentos práticos adquiridos na "escola Jácome" com aquilo qua facilmente assimilei da equitação alemã, que era a última palavra do que se ensinava na grande Escola de Hannover.

De volta ao Brasil, porém, por me haverem negado o comando de uma bateria montada onde quer que ela existisse, nada pude transmitir dêsses conhecimentos, senão mais tarde, em 1918 e 1920, no antigo 6º, depois 2º Regimento de Artilharia Montada, na Fazenda de Santa Cruz; em 1920 — 1923, no 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar; e, finalmente, de 1923 a 1926, no 5º Grupo de Artilharia de Montanha, em Valença.

Mas "tout est bien qui finit bien". Fui um traço de ligação entre o antigo Exército de 1889 e o atual; posso, mais uma vez, repetir que, sob qualquer aspecto, de 1889 a 1939 o Exército Brasileiro evoluiu de um século.



Seção

do CANDIDATO à

ESCOLA DE COMANDO E
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

N. 1-59

Coordenador Major OCTAVIO TOSTA

Iniciamos hoje a publicação desta nova Seção cuja finalidade é orientar os candidatos ao Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. A Seção compreenderá as seguintes partes:

- I — COMENTARIOS DIVERSOS
- II — ASSUNTOS RELATIVOS AOS OFICIAIS DAS ARMAS
 - Conhecimentos Militares
 - Geografia e História
- III — ASSUNTOS RELATIVOS AOS OFICIAIS MÉDICOS
 - Higiene e Profilaxia
 - Antropogeografia
- IV — ASSUNTOS RELATIVOS AOS OFICIAIS INTENDENTES
 - Economia Política e Estatística
 - Geografia Econômica
- V — ASSUNTOS RELATIVOS AOS OFICIAIS MÉDICOS MILITARES
 - Higiene Veterinária Militar
 - Zootécnica
- VI — LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
 - Inglês
 - Espanhol
- VII — INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS
- VIII — CORRESPONDÊNCIA COM O CANDIDATO

Como primeira contribuição, transcrevemos uma "CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS À ECEME", escrita por alguns companheiros que enfrentaram e venceram as dificuldades do Concurso de Admissão e hoje são alunos da ECEME. Tal documento é valioso para os futuros candidatos, pois mostra como pode ser orientada a preparação para o concurso, o modo de organizar uma prova e os principais erros cometidos. Portanto, como membro da Comissão de Exame há vários anos, recomendo como excelente orientação para o Concurso de Admissão, a seguinte "CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS À ECEME":

Rio de Janeiro, DF, 16 de setembro de 1958.

Prezado Companheiro:

Inicialmente esperamos que tenha recebido nossa carta, em que nos colocamos à sua disposição para esclarecimentos sobre o CONCURSO DE ADMISSÃO à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Agora, voltamos à correspondência, para conversarmos sobre o que poderá fazer um candidato, desde já, até o exame.

A. IDÉIAS PRELIMINARES

Sabemos que na sua Guarnição circulam boatos de toda espécie. Assim, já lhe devem ter dito que o número de vagas é muito pequeno, e o de candidatos, muito grande; que a banca examinadora, por isso, adotará critérios mais rígidos, que quaisquer outros até então adotados; que há muitos desistindo; que permanecem apenas os que já estão fazendo o exame pela segunda ou terceira vez; e muitos e muitos outros.

Se nos faltasse elementar senso de solidariedade humana dir-lhe-íamos: ÓTIMO! As suas possibilidades aumentam, no Concurso, na proporção em que seu espírito não se deixe penetrar por tais invenções!

Dê-se modo, antes de mais nada:

NÃO DESISTA! PROSSIGA SERENAMENTE. FAÇA O CONCURSO!

Sabemos o que acaba de lhe ocorrer agora: "Mas eu não estou bem preparado" "Há tanta coisa que poderia ser revista e não há tempo!"

Nós também pensamos o mesmo a esta altura do ano. Fizemos o exame. **AQUI ESTAMOS!**

B. O QUE PODERÁ SER FEITO, DESDE HOJE

Antes de mais nada, não pense que estamos "conversando" demais. Continue lendo com atenção e verifique que iremos atendendo à sua curiosidade.

1 — Línguas

- a. Já conhece em detalhes, seus dicionários?
- b. Já verificou que contêm, melhor do que parece, os verbos e principais tempos?
- c. Já tem completado, com anotações à margem, novas acepções não conhecidas antes, ou palavras não existentes?

d. Já os tem manuseado com freqüência, tôdas às vêzes em que verte ou traduz?

e. Finalmente, já colocou "orelhas" alfabéticas em suas páginas?

Então, o que poderá fazer até o exame será traduzir trechos de regulamentos ou manuais militares, de preferência o FM 100-5, e dois ou três dias após, verter o trecho traduzido procurando restabelecer o trecho original. A cada trabalho dêsses, volte a completar seus dicionários, imediatamente após, com aquilo que lhe pareceu duvidoso e resultou em novo ensinamento.

Em todos êsses exercícios, procure trabalhar rápido. Aumente essa rapidez. Tenha a certeza de que fará uma prova calma, no exame.

2 — Geografia e História

Sabemos que o seu estudo "não está terminado". Sabemos mesmo que o ideal seria haver pelo menos "mais alguns anos" para que o seu preparo estivesse acabado. "Mais alguns anos", não, porém "mais seis meses", não seria mal. É. Isso é um ótimo indício de que há consciência da matéria estudada. Paradoxalmente, porém, a sensação de insegurança.

Procuramos examinar porque isso ocorre, e verificamos que se deve ao fato de nunca saber, o candidato, o que realmente desejam os examinadores. Daí a ânsia de superar sempre os conhecimentos já adquiridos, quer ampliando-os, quer aprofundando-os.

Mas, não se preocupe: seus conhecimentos (nós pelo menos, temos a certeza) já lhe asseguram aprovação. A dificuldade não está aí: nós a dissiparemos adiante.

De hoje até o exame, exercite-se bastante em "FAZER PROVAS". Será um ótimo emprêgo de tempo.

Por outro lado, desenhe num "stencil", um mapa-mudo do Brasil. Se quiser, um outro da América do Sul. Os únicos traços a dar serão os contornos (bem feitos) dos Estados ou Países.

Tire muitas vias em mimeógrafo. Use-as sem economia, acompanhando gráficamente tudo que fôr revisto, daqui até o concurso. Use lápis de côres. Êsse tempo não será perdido. Mesmo que julgue não ser boa sua memória visual, verificará depois, na hora da prova, como tudo lhe reaparecerá com detalhes, mesmo imprevistos.

Esquemas mais comuns, a riscar nesses papéis:

- Bacias hidrográficas
- Relêvo
- Faixas de fronteiras terrestres
- Faixas de fronteiras marítimas
- Sistema rodoviário
- Sistema ferroviário
- Regiões naturais
- Climas
- Vegetação
- Ocorrências minerais
- Áreas de petróleo
- Áreas de carvão
- Planos de eletrificação
- Áreas extrativas

- Frentes pioneiras de desbravamento
- Localizações diversas
- Teatros de operações (História)
- Vias de penetração (História)
- Itinerários de Bandeiras (História)
- Ciclo do ouro — frentes de mineração (História)
- Missões jesuíticas (História)
- Evolução das fronteiras (História)

Será bom fazer, também, sumários cronológicos dos primeiros acontecimentos históricos brasileiros e sul-americanos, interligando-os. Isto servirá para sua melhor fixação dos assuntos, sendo, ao mesmo tempo, uma revisão deles. Conjugados aos esquemas, sempre que possível, ainda mais úteis serão ambos.

Para realizar as provas de treinamento, faça-as como se estivesse na situação real :

- “— Condições de tempo ; isolamento ;
ausência de consulta a documento
ou a companheiros ; uso de tinta
e papel almaço ; contróle do papel ;
uso de papel de rascunho (a ser
devolvido) ; quase impossibilidade
de sair da sala ; mesa pequena ; re-
sistência física”,

devem ser observados como básicos.

3 — Conhecimentos Profissionais

- Reveja os conceitos firmados no CAS da Es A O ;
- Reveja problemas sobre marchas e estacionamentos ;
- Leia os manuais sobre Ataque e Defesa ;
- Reveja noções de Topografia, particularmente leis do modelado e principais processos de campanha. Estude compartimentação do terreno para o ataque e para a defesa ; traçado de limites.

C. A PROVA DE EXAME

1. Aspectos que em geral deverão ser avaliados
 - a — Conhecimento da matéria ;
 - b — Interpretação judiciosa do problema proposto ;
 - c — Método :

(1) Espírito de análise

- Decomposição do problema nas suas partes componentes integrantes e decorrentes ;
- Análise das partes do problema :
 - isoladamente ;
 - como parte do conjunto.

(2) Espírito conclusivo

- Conclusões parciais (quando fôr o caso para prosseguimento, ou reação sobre fato seguinte) ;
- Conclusão final (normalmente imprescindível) ;

— conclusão sobre diversos aspectos específicos — tais como: militar, econômico, etc., se fôr o caso;

— coerência do desenvolvimento da exposição com os pontos tratados e conclusões parciais.

(3) *Espírito de síntese*

— Desenvolvimento e conclusões de modo sintético — sem prejuízo de clareza e sem omissão dos pontos básicos.

(4) *Seqüência*

— Desenvolvimento do trabalho de modo encadeado, mostrando a progressão do raciocínio e o apoio do mesmo em fatos e dados concretos e objetivos, com relação ao tema em estudo.

(5) *Espírito de ordem*

— Apresentação geral do trabalho, organização do mesmo (separação de assuntos, etc.).

3 — *Português*

— Redação (clareza, concisão, objetividade, seqüência, etc.);

— concordância e regência;

— ortografia.

D. UM MÉTODO DE TRABALHO NA PROVA

a. *Interpretar o pedido* — saber bem DO QUE SE TRATA — o que se pede. Não se preocupe em poupar tempo aí. É possível que gastando em cada questão alguns minutos nessa fase, esteja desde aí, ganha a prova;

b. *fazer um esquema* (no papel de rascunho para isso distribuído) dos assuntos a tratar:

— selecionando os pontos básicos, os decorrentes e os complementares;

— anotando as idéias fundamentais e dados de interesse.

Observação importante — não se trata de fazer a prova em rascunho, nem mesmo um resumo: não há tempo para isto. Mas perca tempo nesse esquema: VALE A PENA;

c. *Ordenar o esquema* — ainda no papel de rascunho, para definir a seqüência do desenvolvimento do trabalho;

d. *Duas orientações* — agora — há quem prefira fazer o trabalho acima de uma só vez, inicialmente, para todas as questões; há quem ache melhor fazer isso de cada vez, para cada questão. Na primeira hipótese, há a vantagem de ter uma idéia do conjunto, avaliando o desenvolvimento que poderá ser dado a cada questão, e conseqüentemente, distribuição de tempo. Julgamos isso uma questão de temperamento pessoal;

e. *Antes de iniciar o desenvolvimento da prova*, rever, no rascunho ainda, o esquema feito para a questão que vai abordar e anotar novas idéias que surjam;

f. *Estimativa de tempo* — até aqui deverão ter sido consumidos até 20 minutos por questão (para uma prova com 4 horas de duração);

g. *Procurar então:*

— resolver todas as questões, com o máximo de atenção, particularmente nas provas de Topografia e Conhecimentos Militares;

— em cada questão, tocar nos seus pontos básicos, dando a cada um deles maior ou menor desenvolvimento, conforme a importância que tenham para o pedido feito;

— chegar às conclusões — ou seja, realmente terminar —, e *mostrar que terminou* cada questão;

— escrever de modo legível e claro, em sequência lógica e racional;

— não se perder em dados numéricos (normalmente, o que interessa é ordem de grandeza e relação entre eles);

— não se preocupar em encaixar na prova frases bonitas (o que muitas vezes quebra a continuidade do raciocínio);

— ao encaixar uma idéia *anteriormente esquecida*, ligá-la ao ponto que está sendo tratado ou objeto do parágrafo anterior da prova. (Em resumo: não deixar a *idéia solta* no conjunto da prova);

— estar sempre senhor do que está escrevendo (em outras palavras: ter sempre em mente o *tema* ou *idéia foco*, que está desenvolvendo);

— não se perder querendo demonstrar cultura (o que, muitas vezes, conduz a perda de *tempo*, perda de *objetividade*, e a fuga ao *assunto* proposto);

h. Nas provas de línguas:

— não deixar palavras em branco;

— escrever a frase como se diz em português, ou na língua em tela. (Não fazer simples tradução ou versão das palavras);

— interpretar realmente a idéia expressa no texto original;

— escrever o português corretamente;

— em inglês, particularmente, algumas palavras desconhecidas podem ser descompostas em duas outras conhecidas;

— reler o que traduziu ou verteu, e sentir se a *idéia*, e seu sentido exato, estão *expressos*.

Observação importante — Muitas vezes, a dificuldade na tradução de uma ou mais palavras pode ser sanada com o *entendimento da idéia* encerrada na frase em que elas aparecem. Essa frase deve ser dita como *realmente* se diria em português ou na língua estrangeira, caso da versão. Muitos candidatos se perdem por causa de uma simples palavra que não acham exatamente no dicionário.

E. ERROS MAIS COMUNS

a. Falta de objetividade (fugir ao tema);

b. Falta de método no trabalho (prova confusa, má apresentação, etc.);

c. falta de conclusões;

d. conclusões sem base no que foi anteriormente desenvolvido;

e. conclusões incompletas; ou

f. desenvolvimento incompleto.

Exemplos:

(1) Analisando um problema de produção (energia, agrícola, etc., etc.), não levar em consideração aspectos como:

— localização;

— mercado consumidor;

— transporte;

- valor militar (particularmente para o caso de guerra);
- relações entre os tópicos acima;
- conclusões.

(2) Analisando um problema histórico, não considerar:

- condições da época;
- características gerais (ou específicas) dos personagens ou povos em presença;
- meio-ambiente;
- posição geográfica relativa;
- influências externas;
- conclusões.

g. Confusão de dados numéricos por preocupação de rigorosa exatidão. Exemplo: 8.723.424 ton., muitas vezes, pode ser dito:

- “mais de 8.000.000 ton.”
- “cêrca de 8.700.000 ton.”
- “da ordem de 8.500.000 ton.”
- “da ordem de 9.000.000 ton.”
- etc., etc..

O mais importante, muitas vezes, é relacionar com outras fontes de produção, com o consumo, com a demanda do mercado, etc.;

h. *Não terminar* a prova ou questão (ou mesmo não deixar o examinador *sentir* que terminou);

i. Períodos soltos — frases bonitas, se não objetivas ou não ligadas ao assunto ou ao raciocínio que vêm sendo expostos, prejudicam a prova;

j. Não fazer considerações sobre o *aspecto militar* do problema — normalmente devem ser feitas, mesmo que não venham claramente expressas no pedido;

l. Não entender o que foi pedido.

EXEMPLO: — Em determinada prova do ano anterior, em que a questão deveria versar sobre “VALE DO PARAÍBA”, alguns candidatos perderam todo o tempo percorrendo sobre os problemas siderúrgicos de “VOLTA REDONDA”. Embora problema presente, nem de leve atendia à questão, de muito maior amplitude;

m. Falta de conhecimento da situação geral do país (os jornais e revistas, em geral, dão idéia);

n. Preocupação em demonstrar cultura;

o. Perda de tempo, fazendo na prova *mapas, quadros sinóticos, quadros estatísticos*, etc. (isso ficou para trás, no estudo feito);

p. Deixar de citar, quando oportuno, relações entre os fatos históricos.

Exemplos:

- Bandeirantes x Fronteiras
- Holandeses no norte x Fronteira sul
- Holandeses no norte — Ciclo da caça ao médio
- Comércio inglês x Independência das colônias
- Guerras no Prata x Vice-Reinado, etc., etc.

q. Erros de português — certas “barbaridades” depõem contra o candidato;

r. Insuficiência das respostas (deixar de abordar pontos importantes ou fazê-lo de modo vago ou impreciso);

s. Falta de convicção no que escreve.

F. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada: não se "assuste", com o que está acima descrito. Isso visa a orientá-lo objetivamente para o exame. Procure incorporar, naturalmente essas observações, fazendo provas como exercício, até o exame, repetimos, mesmo dos assuntos "mal estudados".

Sabemos que muitas dúvidas ainda restaram. Por exemplo:

— palavras como ENUNCIAR, CITAR, RELACIONAR, dão idéia de citação simples e sumária;

— outras como ANALISAR, ESTUDAR, INTERPRETAR, sugerem uma abordagem completa e redonda do problema, como, por exemplo, através de introdução, desenvolvimento, estudo de causas e consequência, se for o caso, e principalmente — conclusões.

Mas, ainda há questões em que o verbo não aparece no enunciado.

EXEMPLO:

"Causas e consequências do desastre de Curupaiti"

O que fazer? ENUNCIAR?... ESTUDAR?... INTERPRETAR?...

— O ENUNCIAR apenas, será sempre perigoso.

É necessário pesar uma questão como esta, face ao conjunto das demais, para sentir qual a extensão de desenvolvimento que admite, no todo da prova.

OUTRA DÚVIDA

— Devemos narrar o fato histórico, ou apenas comentá-lo?

— Será que devo partir do princípio de que o examinador deseja saber se eu sei comentar o fato e interpretá-lo, ou devo narrar, também, como para um leigo?

... DEPENDE. A virtude estará, nem só em narrar, nem apenas em concluir.

Leia o enunciado. *Interprete-o.* Aí está a chave do que será necessário escrever. Acredito mesmo: está na interpretação da questão o seu fator de sucesso.

Vamos encerrar aqui, prezado companheiro, para que não tenhamos tomado demais seu tempo de estudo. Queremos, porém, antes de terminar, deixar mais um subsídio para o que fazer de hoje até o exame:

a. Procure guardar mais as IDEIAS e as RELAÇÕES entre os fatos, do que propriamente dados e datas exatos (acabam, estas, no subconsciente; aqueles, valem pela ordem de grandeza);

b. Pratique REDAÇÃO;

c. Pratique SÍNTESE;

d. Pratique o estabelecimento de CONCLUSÕES em forma sintética, completa e baseada;

e. Para cada ponto estudado :

— selecione as questões e aspectos *básicos* a êle ligados ;

— estabeleça suas relações com os demais pontos (particularmente de História) ;

f. Formule questões, englobando *assunto de vários pontos* do programa e procure resolvê-los, fazendo variar tempo e papel disponíveis.

Não esqueça de que, *SÔBRE QUALQUER ASSUNTO*, é possível escrever, de 10 linhas a vários volumes. Pesem então as *IDÉIAS* e *PONTOS ESSENCIAIS*, que *devem ser* abordados ;

g. Em línguas é fundamental sentir a *idéia* latente no texto original.

Continuamos às suas ordens. Disponha de nós, alunos da EsCEME.
(aa) ELISÁRIO PAIVA, Maj — MARINO FREIRE DANTAS, Maj —
SALLI SZAJNFERBER, Maj — HÉLIO RUBENS VAZ DE MELLO, Maj —
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS, Maj — JONAS DE MORAIS CORREIA NETO, Maj — JOSÉ MARIA DE TOLEDO CAMARGO, Maj —
FERNANDO LUIZ VIEIRA FERREIRA, Cap.



CANDIDATOS À ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

Procurando satisfazer a vários companheiros que nos escreveram solicitando a abertura de uma Seção do "Candidato à ETE", a "A Defesa Nacional" entrou em entendimentos com instrutores da referida escola, encontrando especial acolhida de parte de nosso camarada Maj "T" Henrique Oswaldo de Souza Loureiro, que se prontificou, dentro de seu alto espírito de cooperação e camaradagem, a coordenar o assunto da referida Seção.

Estão de parabéns nossos assinantes candidatos à ETE e está de parabéns nossa Revista, por contar, entre seus colaboradores, com o Maj Loureiro.

PUBLICAREMOS EM NOSSO PRÓXIMO NÚMERO

- **TRIUNFO OU FRACASSO** — Condensação do Ten-Cel Welt Durães Ribeiro de diversos artigos publicados na "Life International", onde o Cel J. Bryan III descreve os complexos preparativos para a primeira prova lunar, que ia ser realizada pelo "Pioneiro".
- **CARTA A UM CAPITÃO** — Artigo de autoria do Cel A. C. Moniz de Aragão, dirigido a seus ex-Cadetes de 1950, onde o autor assevera que "os militares, sacerdotes voluntários do dever cívico, precisam conhecer o honroso e importantíssimo papel que lhes incumbe desempenhar na sociedade e no castro".
- **BRASIL — NORTE E SUL** — Trabalho do Ten-Cel Ayrton Salgueiro de Freitas que, quando instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, tomou parte na viagem conhecida pelo nome de "Operação Fronteira", tendo ocasião de sobrevoar o Cabo Orange e o Arroio Chuí e, posteriormente, escrever "Diário de Viagem ao Redor do Brasil", de onde foi extraído o artigo em causa.
- **A SUPERPOPLAÇÃO DA TERRA E SUAS PERSPECTIVAS** — Onde Castro Barreto mostra como a população miserável e subnutrida cresce espantosamente e como o Brasil deve encarar o problema já que sua taxa de crescimento demográfico é de 1,5 milhões, anualmente.
- **O CAFÉ E A ECONOMIA BRASILEIRA** — Escrito por Afonso de E. Taunay, da Academia Brasileira de Letras, é, ao mesmo tempo, trabalho de alta cultura e de grande interesse econômico. Taunay, além de traçar um bosquejo histórico do café, analisa as diferentes crises passadas pelos produtores e os desentendimentos que as mesmas provocaram entre os homens públicos.
- **PRINCIPAIS TIPOS DE NAVIOS DE GUERRA** — Artigo onde os leitores do Exército e da Aeronáutica, poderão travar conhecimento com os diferentes navios destinados a uma Força Naval, para que a mesma possa cumprir todas as missões a elas pertinentes.
- **CANDIDATO À ECEME** — Solução de questões propostas por ocasião do exame de admissão de 1957 e que poderão servir de orientação aos futuros candidatos.
- **LANÇAMENTOS DE FOGUETES POR SUBMARINOS EM IMERSÃO** — Artigo transcrito da Revista Marítima Brasileira, onde são descritos os projéteis submarinos e focalizados alguns dos principais problemas com que se defronta a moderna técnica.
- **CANDIDATO À EsAO** — Solução de trabalhos apresentados durante o currículo escolar de 1957 e que poderá servir de guia aos Tenentes que, em breve, cursarão a EsAO.
- **MEDICINA DO ESPAÇO** — Artigo que nos permite aquilatar o complexo problema da manutenção do homem no espaço sideral.
- **CANDIDATO À Este** — Nova Seção a cargo do Major "T" Henrique Oswald da Silva Loureiro, contendo as questões de Álgebra propostas no último concurso, com as respectivas soluções, e muitos outros artigos em suas Seções de GEOPOLÍTICA, ASSUNTOS DE INTERESSE MILITAR, BRASILEIRAS E DIVERSOS, todas elas sob a coordenação de oficiais competentes.

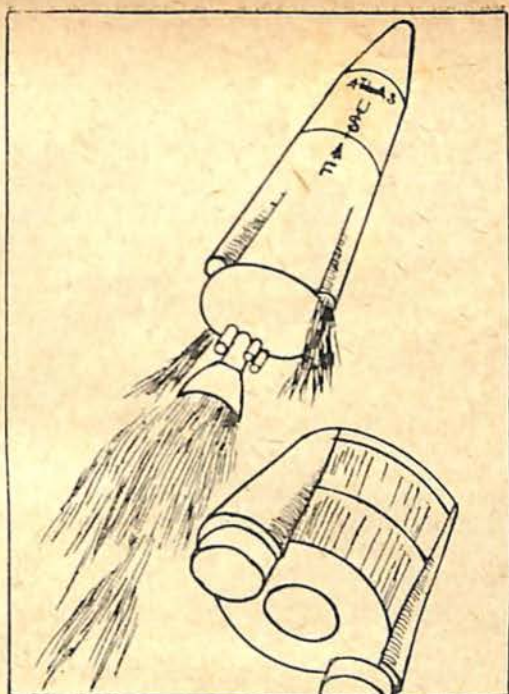
ENGENHOS-FOGUETES

E SATÉLITES

Coordenador :

Ten-Cel Welt Durães Ribeiro,
do QEMA

N. 2



SUMÁRIO DA SEÇÃO

- I — IMPACTO EMOCIONAL — Ten-Cel Ayrton Salgueiro de Freitas
- II — ENGENHOS-FOGUETES OU MÍSSEIS — Ten-Cel Welt Durães Ribeiro
- III — ENGENHOS AUTOPROPULSADOS — Cel Prof Antônio Linhares de Paiva
- IV — ATLAS — ENGENHO BALÍSTICO INTER-CONTINENTAL — Ten-Cel Welt Durães Ribeiro

I — IMPACTO EMOCIONAL

O piloto de guerra William Borden, em seu livro "There Will be no Time", estuda a revolução que vem se operando nos conceitos mais elementares da conduta da guerra. O trabalho é baseado em argumentos extraídos de sua experiência na guerra e seu livro está cheio de realismo.

Desejamos, aqui, registrar parte do Prólogo contido no livro de Bor-

den, para podermos aquilatar o impacto emocional que motivou aquela grande obra :

"Este livro surgiu por causa de um foguete V-2 alemão.

Certa noite de novembro de 1944, regressávamos à Inglaterra, em nosso *Liberator*, após havermos realizado missão sobre a Holanda. Na escuridão reinante, destacava-se o painel fluorescente de nosso apare-

lho, fornecendo os elementos indispensáveis à navegação. Estávamos por cruzar a costa inglesa e ligamos o "piloto automático", pois, daquele momento em diante, a missão se transformava em simples viagem de rotina.

De repente, nosso *Liberator* se iluminou com resplendor incandescente. Pensei que aquele fulgor fosse originado por explosão de gasolina, no aparelho, mas, olhando para cima consegui ver a esteira de uma bomba V-2 que se dirigia para Londres. Assemelhava-se a um meteoro, derramando faíscas vermelhas e deixando-nos para trás, com forte zumbido e como se nosso avião estivesse parado no espaço.

Nosso *Liberator*, cuja velocidade nos parecera, algumas vezes, bastante impressionante, nos dava, agora, a idéia de um carro-de-boi.

Gastáramos quase duas horas para voltar da Holanda e faltava, ainda, cerca de meia hora para chegarmos a Londres. A V-2 deixara a Holanda há quatro minutos e caíra em Londres antes que nosso navegador tivesse tempo de registrar o acontecimento no livro de voo.

Imaginar que projéteis de quatorze toneladas podem viajar com quatro a cinco vezes a velocidade do som é uma coisa, e experimen-

tar o deslumbrante impacto de tal velocidade sobre nossos próprios sentidos é outra coisa, bem diferente. Convenci-me que era só uma questão de tempo antes que os foguetes ameaçassem os Estados Unidos com um ataque direto e transoceânico."

São passados doze anos e as observações feitas por Borden são, hoje, pura realidade.

Como oficiais das Forças Armadas devemos acompanhar, de perto, a evolução que tomam as novas armas, ficando em condições de compreender seu emprego no campo tático ou estratégico.

"A Defesa Nacional", com os seus recursos que possui, procurará, através de sua Seção "Engenhos-Foguetes e Satélites", pôr seus leitores a par dos acontecimentos, procurando, assim, obviar, ao menos, o "Impacto Emocional", sob o ponto de vista intelectual. Assim pensando, convidamos o Ten-Cel Welt Durães Ribeiro, oficial de Estado-Maior, especializado em Artilharia Antiaérea nos Estados Unidos e que desde longa data vem estudando os Engenhos-Foguetes, havendo mesmo publicado um trabalho a respeito, para tomar a seu cargo a Seção que julgamos de grande interesse.

DIRETOR-SECRETÁRIO.



FOGuetes RUSSOS COM PROPULSAO ATOMICA

O professor Staniukovic, membro do Conselho Russo de Comunicações Interplanetárias, declarou, recentemente, que os homens de ciência russos estarão, dentro em pouco, em condições de lançar no-

vos foguetes e novos satélites artificiais com propulsão nuclear e melhor equipados que os "Sputnik".

("Ejército" — Madri, agosto de 1958, n. 223.)

II — ENGENHOS — FOGUETES OU MÍSSEIS

Ten-Cel WELT DURAES RIBEIRO

Com as novas armas, surgem os problemas de terminologia, causando enorme confusão. Não é só no Brasil que existe a preocupação de uniformizar as diversas denominações, destinadas a designar os novos engenhos não pilotados, autopropulsados, autoguiados, teleguiados ou de voo livre. Assim, julgamos oportuno transcrever a nota publicada pela revista "Ejército", n. 223, do exército espanhol, sem prejuízo dos comentários que faremos a seguir:

"Terminologia: Artilharia de Projéteis Autopropulsados. O aparecimento de novas armas e meios cria sempre problemas de terminologia, exigindo por vezes retificações.

Tal é o caso das modernas armas autopropulsadas, para as quais não só a imprensa técnica, como a leiga fazem uso, nem sempre com a devida precisão, de diversos vocábulos, tais como foguetes, projéteis teleguiados, projéteis balísticos, armas radiodirigidas, etc., além de nomes estrangeiros, entre os quais o mais divulgado é o de "mísseis".

Seria desejável, nas nossas Forças Armadas, umas normas orientadoras, que fixassem uma unidade de critério. Aqui, pretendemos chamar a atenção para uma denominação genérica que possa convir a este grupo de novas armas, levando-se em conta que o nome inglês "missiles" não tem tradução em nosso idioma. Não há dúvida de que o nome espanhol mais apropriado é o de "projéteis autopropulsados", pois que essas armas são projéteis e nossa Academia os define como todo corpo que se lança à distância contra um alvo; são autopropulsadas já que, ao contrário dos projéteis da artilharia clássica, deslocam-se com propulsão própria. Quer dizer que agora, além dos projéteis de artilharia clássicos, temos que considerar os projéteis autopropulsados.

E quanto à Arma? Nossa posição é a de que esses novos engenhos são tão artilharia como os de antigamente. Portanto, se a arma lançadora dos projéteis clássicos se chama Artilharia, a arma lançadora de projéteis autopropulsados, deve ser chamada "Artilharia de projéteis autopropulsados", visto que a denominação mais curta, de "Artilharia autopropulsada", não se pode aceitar, por responder este conceito ao de peças que levam em si, o próprio meio de transporte, como se passa com as que vão sobre chassi de carro de combate. Esta denominação genérica de "Artilharia de projéteis autopropulsados" pode concretizar-se ainda mais, — tal como agora se passa com a artilharia clássica —, e assim poderemos falar de artilharia de projéteis autopropulsados antiaéreos, de campanha, etc".

O redator da nota acima, parte da premissa de que o nome espanhol mais apropriado é o de "projéteis autopropulsados". Talvez o seja na língua irmã, porém em português o termo projétil está demasiadamente ligado à noção clássica que temos a respeito da granada de artilharia ou da pequena bala usada pelas armas portáteis. O mesmo pensamento parece ter ocorrido aos norte-americanos, quando abandonaram os nomes "shell" e "bullet" e passaram a denominar os novos engenhos, ora de "rockets", ora de "missiles", pois seriam inteiramente inadequadas aquelas designações para máquinas de tão grande porte.

Distinguem os norte-americanos entre "rockets" e "missiles". O termo "missile" é, geralmente, aplicado para veículos não pilotados, quer se desloquem na atmosfera, estratosfera ou mesmo sob a água e cuja propulsão se faça por motores à reação dos tipos jato (necessitam do oxigênio do meio ambiente) ou foguete (não necessitam do oxigênio do meio ambiente).

Eles possuem no seu interior um mecanismo capaz de lhes alterar a trajetória.

Os "rockets" caracterizam-se pela propulsão à reação do tipo que não necessita de oxigênio exterior para a combustão (foguetes). Quando os "rockets" são guiados ou dirigidos, chamam-se "guided rockets" ou "missiles". Quando o seu voo é livre denominam-se de "free flight rockets" (foguetes de voo livre ou simplesmente, rojões).

Desde que abandonada em português, a denominação de projétil para essas novas armas, pela própria insignificância do termo, resta-nos traduzir, convenientemente, o nome "missile". Ocorre-nos, então, a palavra *engenho*. À semelhança do que já fazem os franceses (*engins*), pois o aporuguesamento "mísseis", seria um inglesismo desnecessário e inexpressivo.

A palavra *engenhos* (qualquer máquina, segundo *Laudelino Freire*) poderá ser empregada, genericamente, quando se quiser expres-

sar tanto um "missile" quanto um "rocket".

Acontece, porém, que essas notáveis armas modernas são quase todas autopropulsadas por motores à reação do tipo foguete (aquêles que conduzem o seu próprio oxidante) e daí, ser a expressão *Engenhos-Foguetes*, a nosso ver, mais adequada para a designação dessas superarmas.

Estamos, assim, de pleno acôrdo com o artigo publicado em "A Defesa Nacional", sob o título *Terminologia* e nossos comentários a respeito da publicação espanhola, tiveram, unicamente, o intuito de mostrar que não só entre nós as novas designações exigem interpretações e, por vèzes, retificações. Não julgamos oportuno, entretanto, que se pense desde já, no estabelecimento de normas orientadoras. Estamos, ainda, engatinhando no assunto e, portanto, no terreno incerto dos debates. Só julgamos oportuno cogitar dum critério regulamentar quando, finalmente, possuírmos o "nosso foguete".



QUANTO CUSTA UM SATÉLITE

Há uma controvérsia entre os responsáveis pelo foguete "Júpiter" "C" do Exército, que conduziu o primeiro satélite americano e os lançadores do "Vanguard", da Marinha.

Um alto funcionário do Ministério da Marinha afirma que o "Júpiter" "C" é "muito, muito mais custoso e menos eficiente se confrontado com o "Vanguard".

Uma revista especializada saiu agora em campo em defesa do Exército. Diz a revista que os fundos para o projeto "Vanguard" atingem a 110 milhões de dólares, para um programa de 13 foguetes, destinados a pôr em órbita 136

libras de satélites dotados de instrumentos, ou sejam US\$ 800.000,00 por libra de satélite; entretanto, levando-se em conta que o foguete do terceiro estágio também entra na órbita, o custo por libra baixaria para US\$ 160.000,00.

Embora o "Explorer I", lançado pelo Exército, tenha custado US\$ 390.000,00, por libra, Von Braun declarou que o "Júpiter C" permitirá colocar em órbita, satélites muito maiores, resultando num preço final para o satélite do Exército de US\$ 65.000,00, por libra, muito inferior ao da Marinha, de US\$ 160.000,00, por libra (The Aeroplane n. 2.432).

III — ENGENHOS AUTOPROPULSADOS

Cel Prof ANTONIO LINHARES DE PAIVA

"Os foguetes à la Congreve devem operar uma revolução na arte da guerra, e farão o sucesso e a glória do Gênio, que primeiro tenha compreendido a importância e desenvolvido todas as vantagens." (1840 — Marechal Marmont, Inspetor-Geral da Artilharia — França).

Sabemos como atua um material de artilharia que corresponde às características gerais impostas pelo Comando para atender às necessidades táticas.

Todos esses materiais lançam projetis, e em última análise, são órgãos de lançamento que permitem aos projetis chegar a um ponto escolhido, no campo de batalha.

Os órgãos de projeção, sendo muito mais importantes e mais complexos que os projetis, levaram a considerar através dos séculos, que a noção de Artilharia está ligada ao canhão.

Na realidade a arma da Artilharia é o projétil e não o canhão, e o meio para fazer chegar este engenho de destruição ao objetivo, pode nem sempre ser o canhão.

Com efeito, em lugar de lançar projetis com uma certa velocidade inicial elevada, pode-se procurar deslocá-los com os seus próprios meios, ao longo de sua trajetória. Não será entretanto mais um projétil ou engenho projetado, mas um engenho autopropulsado.

Enquanto que os projetis são lançados com uma velocidade inicial elevada e submetidos durante seu movimento, somente à ação da gravidade e resistência do ar, os engenhos autopropulsados partem com velocidade muito fraca, e são submetidos durante todo ou parte de seu movimento, a uma força propulsiva cuja ação se combina com as citadas.

Os engenhos autopropulsados possuem pelos efeitos destruidores a mesma função dos projetis, e não diferem, senão pelo modo de propulsão. Assim, é lícito considerar, os novos engenhos de artilha-

ria obedecendo à nova balística, e cujos princípios de organização são um pouco diferentes dos materiais e projetis da clássica artilharia.

Então a artilharia pode ser dividida sob o ponto de vista técnico e também tático em dois grupos:

- Artilharia clássica em que os projetis são lançados com a ajuda do canhão, por uma força estranha aos mesmos;
- Artilharia autopropulsada em que os engenhos movimentam-se com seus próprios recursos.

HISTÓRICO

Os engenhos autopropulsados ou foguetes apareceram bruscamente no campo de batalha da guerra 1939-1945 sob as mais diferentes formas. Entretanto, são conhecidos há muito tempo e já tinham sido empregados em várias ocasiões para fins militares.

Os foguetes já eram conhecidos dos chineses no 13º século, porque Ogadai, filho de Gengis Khan, narra em seus escritos que, em 1232, no sítio de Kai-Foug, os defensores utilizaram "Flechas de fogo volantes" que possuíam a curiosa propriedade de voar, com seus próprios recursos.

Em França, o uso de "foguetes volantes" para incendiar as cidades sitiadas, começou no fim do século 13º. Foram empregados notadamente pelo Conde Dunois no sítio de Pont Audemer em 1449; pelo grande mestre de Artilharia, Bureau, no sítio de Bordéus em 1459, e pelo Duque de Borgonha contra a cidade de Gand em 1453.

Estes não tardaram a desaparecer como arma de guerra, em razão da falta de resistência do seu invólucro, que não permitia um carregamento suficiente de pólvora negra, e originava arrebatamentos prematuros, quando se pretendia

obter maiores alcances com maior quantidade de pólvora.

No fim do século 18º a fabricação de foguetes fez notáveis progressos e o general (inglês) Congreve fez confeccionar foguetes de 8, 12, 32 e 42 libras (pêso) com vários orifícios de ejeção, em torno de uma vareta de estabilização axial.

Tais foguetes, cujos alcances atingiram 2.500 metros foram empregados, em 1804, contra o campo de Bolonha e, em 1807, contra Copenhague, onde um bombardeio de 40.000 foguetes obrigou a frota dinamarquesa a capitular.

Em França, o estudo dos foguetes de guerra foi retomado em 1810 pela Comissão de Vincennes e foguetes de duas libras foram lançados durante a expedição à Argélia.

Em 1840, baterias de foguetes eram criadas pelo Marechal Marmont, Inspetor-Geral da Artilharia, enquanto o Coronel Goupil e Suzano produziam foguetes de 7, 9, 12 e 17, que foram atirados em 1855, no sítio de Sebastopol. Seus alcances de 7.000 metros superavam aos das bocas de fogo, sem raioamento, da época.

Pouco depois, Hale procurava melhorar a precisão colocando atrás dos foguetes três deflectores que eram batidos pelos gases ejetados, dando aos engenhos uma certa estabilidade pelo efeito giroscópico (rotação).

Durante a Guerra do Paraguai as "cohetas paraguayas foram notavelmente eficazes, especialmente contra a cavalaria. Na captura da ilha Yatayti-Cora (1866) e no assalto de Curupaity, em setembro do mesmo ano, os foguetes foram largamente empregados". (Ten-Cel Welt Durães Ribeiro).

Apesar destes notáveis melhoramentos, os foguetes caíram novamente no esquecimento, sem dúvida, por causa de sua dispersão considerável, mas também devido aos enormes progressos dotados ao canhão, na mesma época (apareci-

mento das raia, projétil alongado, aço e a culatra).

Os foguetes só foram empregados para fins pacíficos e fogos de artifícios, ou melhor os foguetes foram abandonados. Em 1909, o Cel Urge, sudanês, entretanto, patenteou um torpedo aéreo destinado aos ataques dirigíveis.

Na primeira guerra mundial foram, ainda, empregados pelos franceses para abater balões de observação. Os ingleses também o empregaram contra os "zeppelins" alemães.

Os primeiros estudos teóricos foram feitos por sábios tais como: Lorin (1913), Roberto H. Goddard, de Massachusetts (1926), que utiliza os propulsores líquidos, gasolina e oxigênio líquido, tal como hoje em dia se pratica, na maioria dos engenhos de longo alcance.

O professor rumeno Herman Oberth desenvolveu nos EE.UU., a primeira teoria matemática sobre o engenho-foguete, em livro publicado em 1923, intitulado "O Foguete", destinado aos espaços interplanetários; Esnault-Pelterie (astronáutica).

Por volta de 1930, os técnicos começaram a utilizar o princípio do foguete para propulsão dos aviões ou no lançamento de foguetes destinados a sondar a alta atmosfera.

Em 1933, Leduc estuda um propulsor aerotérmico para avião, em colaboração com a casa Breguet, enquanto que Frank Whittle imagina não só o tubo reator, como também modelos reduzidos de aviões-foguetes são experimentados na Inglaterra.

As pesquisas alemãs começam no mesmo ano nos subúrbios de Berlim. Um primeiro engenho a agente líquido propulsor, o A₁, do peso de 150 kg, e comprimento de 1,35 m, atinge uma altitude de 2.000 metros; depois munido de um dispositivo de estabilização por giroscópio, torna-se A₂.

Em 1937, começa a instalação da grande estação experimental em

Peenemunde, sobre o Báltico, onde puseram, rapidamente, em ação o A₃, peso de 750 kg com 7,50 m de comprimento e com capacidade de atingir 12.000 metros de altitude.

Em 1940, os alemães fizeram voar o primeiro avião sem hélice, um "Heinkel" 178, equipado por um propulsor aerotérmico, enquanto os ingleses aprontavam o "Gloster" E-28.

Durante a guerra 1939-1945, a Alemanha convencida que não poderia vencer seus adversários com as armas clássicas, aviões, carros e canhões, fez um esforço prodigioso para imaginar, planejar e fabricar uma grande quantidade de armas secretas ou armas de represas.

A maior parte destas armas novas são engenhos autopropulsados (V₁, V₂, Enzies), e dos quais não se podia julgar o seu justo valor durante a guerra, pois de um lado os alemães, pela sua propaganda, apregoavam sucessos prodigiosos, de outro lado, a contrapropaganda aliada procurava reduzir a importância destas armas invocando, principalmente, sua falta de precisão.

As informações obtidas depois do armistício e os estudos feitos por nossos serviços técnicos permitem, doravante, bem conhecer estes engenhos autopropulsados e fazer uma idéia de suas possibilidades como arma de guerra.

Na França, as realizações dos engenhos autopropulsados começam em 1940 e prosseguiram na clandestinidade, apesar da ocupação alemã, como a criação do E.A. 41, engenho a agentes líquidos de peso de 100 kg e comprimento de três metros, que atingiu um alcance de 30 km, quando pôde ser lançado em 1945.

Por seu lado os americanos tinham estudado o problema dos fo-

guetes desde 1936, nos laboratórios privados de Galeit.

Em 1941, o laboratório fica sob a direção da American Air Force e se desenvolve consideravelmente. Numerosos foguetes a pólvora e a líquidos são experimentados e, em 1944, o "Private A" de 250 kg de peso e 2,50 m atinge 16 km de alcance.

No fim de 1945, o "War Corporal" pesando 320 kg e 4,50 m de comprimento, estabilizado por giroscópio, atinge uma altitude de 70 km. Desde então os americanos beneficiados pelas experiências alemãs, por sua vez lançam a V₂ a 180 km de altitude em sua grande estação de White Sand em Novo México.

O interesse, que os diferentes países tomam, atualmente, no desenvolvimento dos engenhos autopropulsados, mostra a importante função que os mesmos terão de desempenhar no próximo conflito armado.

Importa então conhecer a artilharia autopropulsada e de um modo geral, os engenhos que têm sido confeccionados em diferentes países.

Serão apresentados, em outros artigos:

- A teoria da autopropulsão;
- Diferentes tipos de propulsor;
- Direção dos engenhos;
- Engenhos autopropulsados no campo de batalha;
- Engenhos de grandes alcan-
ces, inclusive os Sputnik.

Finalmente, o lançamento de satélites artificiais, primeiramente pela Rússia e logo após pelos Estados Unidos e a tentativa de lançamento de um foguete à lua, mostram a evolução rápida de nova ciência.

IV — O ATLAS — ENGENHO BALÍSTICO INTER-CONTINENTAL PERCORREU 10.000 km SÓBRE O ATLÂNTICO

Ten.-Cel WELT DURAES RIBEIRO

A notícia é lacônica e classificada como "lançamento significativo" realizado a 29 de novembro último. Trata-se, entretanto, de um êxito de consequências as mais auspiciosas para o mundo livre. É bem verdade que a Rússia, faz mais de ano, anunciou haver efetuado disparos de foguetes balísticos intercontinentais, mas, como dizem os telegramas, "esta foi a primeira experiência feliz americana". O lançamento foi feito em Cabo Canaveral, em direção à ilha de Ascensão, quase na costa africana.

O significado da experiência é particularmente promissor sob o aspecto político-militar.

Até agora, os americanos do norte tinham seu poder de retaliação apoiado principalmente nos foguetes de alcance intermediário, da ordem de 2.500 km. Esses engenhos-foguetes estão sendo instalados na Inglaterra, de sorte a poder atingir os mais importantes centros vitais russos. Por outro lado, a travessia da calota polar ártica, pelo "Nautilus", havia aberto novos horizontes para estreitar o cerco em torno da URSS, permitindo lançar engenhos de distâncias cada vez menores. Enfim, todas essas medidas vinham sendo tomadas para compensar a deficiência de alcance dos foguetes disponíveis.

Do lado russo, no entanto, as declarações afirmando a posse de foguetes de grande alcance, intercontinentais, constituíam uma séria ameaça ao território metropolitano dos EE.UU. Uma vez fossem destruídas as bases inglesas ou por qualquer meio, interdita a rota polar, a capacidade de represália norte-americana ficaria muito comprometida.

Se medirmos as distâncias entre as principais bases estaduni-

densas continentais e os prováveis objetivos na Rússia, verificaremos que um alcance de 10.000 km, com larga margem, permitirá a um engenho balístico como o "Atlas", retaliar o território soviético, sem mudança de posição para bases mais próximas. Isto representa a possibilidade de contra-atacar, instantaneamente, e com apoio logístico ao pé da obra, o que não aconteceria se os ataques fossem respondidos por submarinos portadores de foguetes, ou mesmo, de bases européias, dependentes de comandos aliados.

É indiscutível o alto valor deste acontecimento e ele seria de fato surpreendente, talvez até com repercussão igual à do lançamento dos "Sputniks", se as notícias nos falassem um pouco mais de como foi resolvido o problema da precisão. Como é notório, até aqui, para ser lançado um engenho balístico de longo alcance, uma vez solucionado o propulsor adequado, necessitavam os cientistas resolver duas dificuldades: 1) a volta à atmosfera sem a incandescência da ogiva; e 2) a obtenção de uma precisão compatível com a grandeza dos objetivos visados. A respeito da precisão, o que se sabia era que esses engenhos teriam provavelmente, uma dispersão da ordem de 10 % do alcance. Para 10.000 km, o erro provável seria de mil quilômetros ao redor do ponto escolhido para o impacto. A precisão do "Atlas" terá sido superior aos prognósticos? Infelizmente, o noticiário nada esclarece. De qualquer forma, com a volta à atmosfera sem a destruição do foguete, os ocidentais deram mais um grande passo para a manutenção do equilíbrio de forças, imprescindível para a garantia da paz mundial.

Aguardemos outros informes e com expectativa ainda maior, a

descoberta que poderá ocorrer a qualquer momento e vem sendo ansiosamente pesquisada pelos dois blocos contendores: A realização de um engenho-antiengenho, capaz

de destruir em voo, os foguetes balísticos intercontinentais.

Hoje, como em todos os tempos, não há tréguas na luta do projétil contra a couraça.



BASES DE ENGENHOS DIRIGIDOS NA EUROPA

Estão sendo ultimadas as negociações para estabelecer, na Grã-Bretanha, bases de lançamento de engenhos dirigidos.

As bases inglesas serão quatro, situadas ao longo de sua costa oriental e nelas projeta-se assentar rampas de lançamento para os foguetes norte-americanos "Júpiter" e "Thor", ainda para os fins deste ano.

Dessas bases, esses engenhos de 2.400 quilômetros de alcance, cujo desenvolvimento e experimentação estão sendo acelerados, poderiam alcançar Arkangel, na direção Norte, e penetrar para Este, até Odessa, Moscou e Leningrado.

Parece que a Inglaterra contribuirá com 90 milhões de dólares para a construção dessas bases e os EE.UU. proporcionarão, inicial-

mente, além do armamento, o pessoal necessário para operá-los. Posteriormente, as forças aéreas inglesas se encarregarão das operações, pois já possuem pessoal nos EE.UU., a fim de ser instruído no funcionamento do "Júpiter" e do "Thor".

Quanto ao estabelecimento de bases desse tipo, na França, já se iniciaram conversações preliminares e no Quartel-General do Comandante da NATO prosseguem as negociações. Caso sejam estabelecidas na França, bases para engenhos de alcance intermediário, importantes objetivos terrestres ficariam no seu raio de ação e se aumentaria grandemente a força de represália do mundo ocidental, no caso da Rússia iniciar um ataque.

("Ejército" — Madri, agosto de 1958.)



A DEFESA NACIONAL

(FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913)

Órgão da "Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual A Defesa Nacional Ltda.", registrada no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, sob o n. 18.843, em 7 III-943

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Guerra (ala da rua Visconde da Gávea — 3º pavimento) — Telefone 43-0563 — Caixa Postal 17, do Ministério da Guerra

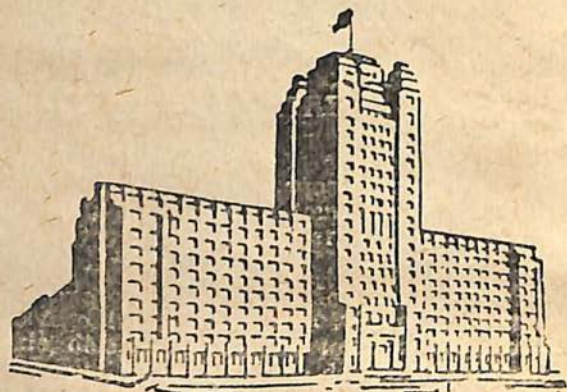


TABELA DE PREÇOS

Capa externa.....	Cr\$ 10.000,00
Capa interna.....	Cr\$ 8.000,00
Página inteira.....	Cr\$ 5.000,00
1/2 página.....	Cr\$ 3.000,00
1/4 página.....	Cr\$ 2.000,00
Relatórios, contratos, extratos, reportagens, entrevistas, etc.:	

Página — Cr\$ 10.000,00



CAUSAS DAS GUERRAS

Cel AIRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Sendo a guerra um assunto tão transcendente como inevitável, nunca é demais nos reportarmos às lutas do passado, onde sempre encontramos algo que aprender ou sôbre o que meditar.

Sendo a história a forma por meio da qual se chega ao conhecimento experimental do universo, aquêles que a ela se dedicam, por vêzes lançando mão de conhecimentos de fundo psicológico, procuram, não só determinar a origem das transformações por que passa a arte da guerra, como, também, as causas que motivaram as diferentes lutas.

Ora, é claro que tais modificações são motivadas pelas lutas que se operam através da História, pois elas provocam os sulcos mais fundos na evolução da Humanidade; mas as causas destas contendas são, por vêzes, provocadas por um interesse constante, que, desde há muito, foi lançado entre os povos ou dentro de um mesmo País.

Quando duas ou mais nações procuram resolver os problemas

de interesse comum, por meio das armas, é que, quase sempre, os entendimentos pacíficos foram esgotados. Muita vez, a proposição dêsses problemas é que determina a causa, que vai tomando diversas formas, através do tempo, esperando que o pretexto para a luta apareça.

Assim foi sempre e, parece-nos, continuará sendo.

As primeiras lutas de que temos conhecimento mais preciso, foram as conhecidas na História com o nome de "As Guerras de Conquistas" e, ao recordá-las, verificamos que, sejam as campanhas de Alexandre ou sejam as terríveis investidas de Aníbal, sejam as lutas de César nas Gálias ou as campanhas de Napoleão na Espanha, elas se revestiram das mesmas razões que as "Invasões Holandesas", que culminaram com a luta de raças pelo ideal de um povo, ou que têm as suas causas muito semelhantes às da "Campanha da Etiópia", luta de italianos, cegos pela luminosidade aparente de um Duce imperialista,

contra abissínios selvagens, mas defensores resolutos de seu patrimônio.

As "Guerras Religiosas" que, com as célebres Cruzadas, adquiriram impressionantes proporções, como também, com a Guerra dos Trinta Anos na Alemanha, tinham suas causas, não só nas crenças que se debatiam em sangue, como, ainda, e agora de um modo mais categórico que até então, nos interesses econômicos em jogo.

As Guerras Sociais que culminaram com a Revolução Francesa tiveram origem na política cega dos governantes, porém, quase todas elas surgiram bem distante do ponto de eclosão, pois o espírito de nacionalidade provocava, constantemente, o amadurecimento completo do "fruto explosivo". Assim continua sendo, até os nossos dias, salvo nas nações onde o espírito de democracia e liberdade ainda não estão bem formados.

A revolução comunista na Rússia foi, como a Revolução Francesa, provocada pela opressão que sofria o humilde em relação aos nobres. Ambas tiveram uma causa comum, embora divergindo completamente quanto ao efeito, pois, enquanto o francês se libertou da tirania, logo após a vitória revolucionária, a Rússia tende, cada vez mais, a acorrentar-se nos elos daquele terrível algóz.

As Guerras da Independência, nada mais foram que luta para as formações das diversas nacionalidades e as repúblicas hispano-sul-americanas estão, ainda, cheias das glórias de Bolívar, San Martín, Artigas, O'Higgins, Sucre, etc... Enquanto a idéia imperialista de certas nações não desaparecer da face da terra, essas guerras não desaparecerão, pois o espírito nacionalista também existe, seja no indonésio, ou em povos mais atrasados, embora ainda em estado embrionário.

Nos tempos modernos e contemporâneos, as guerras são, em geral, motivadas por problemas econômicos. É certo que, se procurarmos analisar, com certo cuidado,

podemos constatar que as lutas de antanho tinham, também, suas causas econômicas em jogo.

Mas, na atualidade e no futuro próximo, dada a amplitude da guerra moderna e os interesses das nações, cada vez mais variados e complexos, as lutas armadas não serão motivadas por fatos novos e sim por um conjunto de todas essas causas anteriores, por todos esses problemas e essas aspirações, que já se encontram completamente arraigadas, hoje, na vida dos povos, às quais se vão juntando os atuais e violentos antagonismos ideológicos, que ultimamente assolaram o mundo e continuam ameaçando-o.

Vamos nos reportar ao prelúdio da guerra que parece haver terminado em 1945.

As grandes crises políticas que se vinham sucedendo na Europa e em suas colônias, a vibração simultânea, em diversos lugares, da ânsia de liberdade e independência, o afã de conquista e predomínio econômico, o desejo mal-são de intervir na vida dos países mais fracos menosprezando a sua soberania, as aspirações de conquista com fins expansionistas, o esforço para não ficar em inferioridade política ou estratégica com relação aos futuros adversários, culminando pelo entrelaço ideológico; eis o conglomerado de razões ou de causas que precipitaram os povos no caos da imensa conflagração, que foi a Segunda Guerra Mundial.

Após a conquista da Etiópia pelos fascistas e as freqüentes violações militares e políticas do Tratado de Versalhes por parte dos nazistas, o Destino determinou que a Espanha fôsse o lugar onde os dois extremismos sentimentais se chocassem, em sangrenta luta, pois ambos pretendiam a hegemonia mundial, esquecendo-se, talvez, que outro idealismo mais puro existia, também, na face da Terra.

Aliás, não foi essa a primeira vez, e talvez não seja a última em que a Espanha desempenhou o papel de "nação provete", pois,

quando, em 1640, a Catalunha rebelou-se contra o governo de Felipe IV, a França veio intervir na luta, que só terminou com a Paz dos Pirineus, perdendo a Espanha parte de suas terras para o povo francês. Mais tarde, quando Carlos da Áustria pretendeu apossar-se do trono espanhol, em contraposição aos desejos de Felipe d'Anjou, nova guerra assolou o continente, perdendo a Espanha o importante baluarte estratégico de Gibraltar, além de outras terras.

Assim sendo, tudo leva a crer que o passionismo social foi a

causa da última guerra, e, infelizmente, não podemos afirmar que ele não venha ser o principal provocador das futuras lutas.

Sim. Das futuras lutas, pois, no longo decurso da Humanidade encontra-se a guerra em todas as suas épocas e, durante longo tempo, embora a filosofia, a religião e a própria razão a condenem, ela persistirá, visto que a guerra é uma lei do mundo, lei da violência e da destruição e que impera, de modo absoluto, no "vasto domínio da natureza viva", no dizer de Maistre.



ARTILHARIA

Compreende a artilharia de:

Campanha;
Costa;
Antiaérea.

A — *Artilharia de campanha*:

A artilharia de campanha contribui para a ação de todas as armas por meio do apoio de fogo que lhes proporciona. Tem duas missões principais no combate:

a) Apóia as Unidades de infantaria (cavalaria e blindados) pelo fogo, neutralizando ou destruindo os objetivos que forem mais perigosos para as forças apoiadas.

b) Dá profundidade ao combate pelo tiro de contrabateria, pelo fogo contra as reservas inimigas, pela restrição de movimentos nas zonas da retaguarda e pela destruição e perturbação dos órgãos de comando inimigos.

B — *Artilharia de costa*:

O armamento da artilharia de costa consiste em artilharia de costa móvel e fixa, e minas submarinas controladas.

C — *Artilharia antiaérea*:

A artilharia antiaérea é equipada com canhões antiaéreos, armas automáticas, projetores, aparelhos de radar, balões de barragem e o material necessário para a observação, o comando de tiro e as transmissões. A missão principal da artilharia antiaérea é assegurar proteção local às forças de campanha e às instalações terrestres importantes, contra todas as formas do ataque e da atividade aérea do inimigo, de dia e à noite.

O grupo é a unidade normal de emprego na artilharia. É ele, com efeito, que dispõe, permanentemente, dos meios de observação, transmissão e ligação necessários ao reconhecimento e à identificação dos objetivos, à ajustagem e ao controle dos tiros, e ao entendimento com as tropas apoiadas.

REPRESENTANTES DE "A DEFESA NACIONAL"

PALÁCIO DA GUERRA

EME	— Cel	Ayrton Salgueiro de Freitas
CPO	— Cel	Adailton Sampaio Pirassununga
DPG	— Ten-Cel	Welt Durães Ribeiro
DPO	— Maj "T"	Idácio Leite Pereira
DGP	— Cap	Acyomar Araújo Mello
DMM	— Maj	Alípio de Carvalho
DGMB	— Maj	Gabriel Martins Ferreira
DFR	— Cap	Adhemar Munhoz
COSEF	— Cap	Orlando Raphael Viegas
Gab. Min	— Maj	Arivaldo Silveira Fontes
QG-1ª RM	— Maj	João Guedes Corrêa Gundin
QG-DB	— Maj	Adalberto Villas Boas

Solicitamos às demais repartições que designem seus representantes e a êstes que procurem o Diretor-Secretário, diariamente, entre 16 e 17 horas na A DEFESA NACIONAL.

*
* *

"A autoridade que pratica a justiça cria o respeito e a obediência espontânea; o ataque ao direito cria a resistência e desobriga o dever".

OSÓRIO

*
* *

"Os foros de grandeza envaidecem os bobos; para mim a dignidade de procedimento é o que vale".

OSÓRIO

ASPECTOS DA INDEPENDÊNCIA DO EQUADOR

Maj AMERINO RAPOSO FILHO.

(Conferência comemorativa da Independência do Equador, feita na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)

SUMÁRIO

- 1 — Introdução
- 2 — Independência do Equador
- 3 — Batalha de Pichincha
- 4 — Entrevista de Guayaquil
- 5 — Conclusão

INDEPENDÊNCIA DO EQUADOR

1 — INTRODUÇÃO

A finalidade de nossa palestra, na data magna dos camaradas equatorianos, é endereçar uma homenagem, menos ao Equador e às lutas e glórias de seu povo, que às demais nações sul-americanas. Por isso mesmo achamos de convir que esta seria a melhor forma de significar nosso aprêço ao País irmão. Pois, a evocação da data máxima do Equador sugere excelente oportunidade para que, num ambiente idealístico de exaltação pan-americana, realçar o sentimento da contribuição dos valorosos filhos das antigas Províncias de Quito e Guayaquil à América Espanhola, em particular e, de resto, à comunidade americana.

Falar sobre o Equador, Senhores, é ter o privilégio de interpretar o sentimento de quantos nasceram no Novo Mundo, em termos de admiração e respeito por esse pugilo de bravos que primeiro se levantaram contra o domínio espanhol no continente sul-americano. É reviver, no simbolismo da verdadeira fraternidade americana, a concretização positiva do sonho de Bolívar,

realçado na atuação de outros vultos, não menos notáveis. Vultos que emolduraram, em terras equatorianas, o quadro resplandescente do equilíbrio sul-americano.

Extraordinária foi a influência, principalmente de posição, exercida pelos territórios que hoje integram a República irmã, tendo em vista os países que lhes são lindeiros.

Srs.: aí o propósito da homenagem que hoje tributamos ao Equador, assinalando sua influência:

— no processo de emancipação política hispano-sul-americana;

— propiciando condições mais favoráveis ao amadurecimento dos ideais de liberdade;

— eliminando prováveis zonas de atrito entre as antigas colônias;

— contribuindo, finalmente, para a afirmação do ideal pan-americano.

2 — INDEPENDÊNCIA DO EQUADOR

O ponto de partida para a compreensão do verdadeiro papel desempenhado pelo Equador na configuração dos Estados andinos é o

processo de sua emancipação política. Sua origem remonta ao século XVIII, porém, principalmente ao início do século seguinte e, aí, vamos encontrar o primeiro movimento organizado da Revolução de Quito, precisamente a 10 de agosto de 1809. Movimento que reflete os anseios de liberdade e que vai traduzir-se no nascimento do primeiro governo independente da América Espanhola. Dando oportunidade, inclusive, a que desabrochem processos semelhantes, no ano imediato, em Caracas, a 19 de abril; Buenos Aires, a 25 de maio; Santa Fé de Bogotá, a 20 de julho; México, a 16 de setembro. Finalmente, Santiago do Chile, a 18 de setembro. Por aí os Senhores vêem que o ideal de independência florescente nos povos tutelados por Espanha foi liderado pelo Equador.

E aqui calha uma observação histórico-filosófica: enquanto o Brasil lidera no continente americano o sonho republicano, que aflora na histórica Olinda, em 1710, naquele pedaço de terra nordestina, o Equador reivindica para si a glória da primazia republicana, um século depois, na América espanhola. Ainda por curiosa coincidência, é no mesmo ano, de 1822, que ambos, Equador e Brasil, se afirmam independentes.

Como, de resto, se observa nos processos revolucionários, que são, via de regra, de gestação lenta, de duração prolongada, para que seus propósitos não se traiam, para que suas finalidades não se deturpem, a soma de princípios, sobretudo a súpula de idéias que conceituam a luta pela independência do Equador, essa remonta ao passado, à colonização.

Aparece com o sacrifício daquele extraordinário líder indígena, que foi Atahualpa, no ano de 1532, supliciado pelos espanhóis conquistadores. O que vai possibilitar a fundação de Quito, em 1542, marco inicial da dominação européia. E Quito passa a constituir o foco dos movimentos insurreccionais que têm início no século XVII e se prolongam até o século XIX, todos de caráter nitidamente popular.

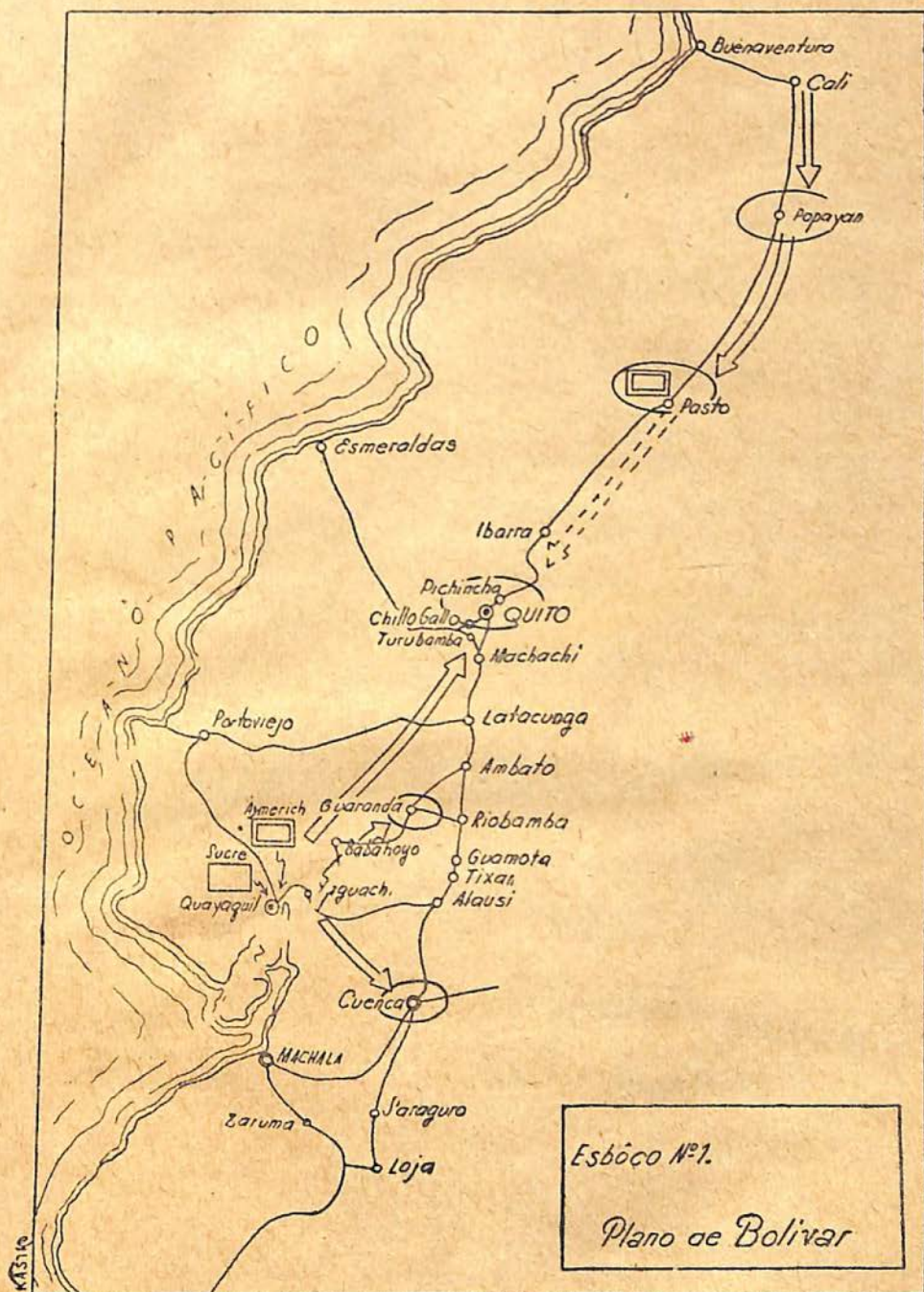
Outro vulto extraordinário, pela origem humilde, pelo vigor das idéias, pela obstinação em transplantar para sua Pátria os princípios democráticos e republicanos, surgidos nos EE. UU. e aplicados na França em 1789, foi, sem dúvida, Eugênio de Santa Cruz y Espejo. Espírito superior, culto e combativo, tudo sacrificou, até a vida, em bem dos ideais, nunca traídos, de tudo fazer pela libertação de sua terra.

Simboliza, Senhores, o mesmo espírito de reação idealística de nosso proto-mártir da independência, Tiradentes, cujas lutas e sacrifício glorioso se dão na mesma época em que Espejo estava na plenitude de sua campanha pela independência de Quito.

Portanto, os acontecimentos de 10 de agosto de 1809 representam o coroamento de um longo processo reacionário, de esforços e sacrifícios do povo quitenho e de seus líderes, no sentido de construir uma pátria livre e independente. Luta que não pára porque é feita em etapas.

Um ano depois toda a América espanhola ardia na revolução. E é o fracionamento desses esforços, aliado à simultaneidade dos eventos, que vai circunscrever as lutas, acarretando divergências, ambições e ódios entre as Presidências, Capitanias e Províncias. O que vai provocar choques internos, fazendo sucumbir a maior parte dos movimentos autonomistas. Principalmente o de Quito, tão próximo do centro de dominação espanhola, que era o Vice-Reinado do Peru.

Somente Buenos Aires, bem ao Sul, no estuário do Prata e Caracas, ao N, vão firmar-se e dar estabilidade a seus governos independentes, de modo quase definitivo. Mais ainda: procurarão estender o cinturão da emancipação hispano-sul-americana, seguindo ambos a cordilheira andina, Buenos Aires em demanda do N, enviando forças libertadoras ao Paraguai, ao Alto Peru, até Quito. Caracas, rumando o Sul, para Nova Granada e Venezuela, em direção a Quito e Guayaquil. (Esbôço n. 1).



O segundo decênio do século XIX vai se caracterizar, então, por uma série de campanhas, principalmente nos Vice-Reinados do Peru e de Grã Colômbia. Esforços gloriosos vão desenvolver-se nas zonas de contato, ainda mal definidas, desses Vice-Reinados. As solicitações das forças libertadoras, tendo em vista emancipar as diferentes Províncias, esforço que se fazia simultâneo e acarretava, em consequência, resultantes às vezes nulas; tais esforços inglórios vão produzir seus frutos, prematuramente amadurecidos. Por isso mesmo inaproveitáveis. Enquanto Quito é subjugada e incorporada à força da Colômbia — e se mantém sob sua tutela, por vários anos — duas outras províncias ao S, Cuenca e Guayaquil, e outra, Pasto, ao N de Quito, esforçam-se por derrubar o sistema de domínio, que não mais suportavam. Principalmente Guayaquil que, já em 1820, novamente fazia arder a chama da liberdade, projetando-a até o Chimborazo, infelizmente sem correspondência recíproca das povoações do N, o que faz submergir, uma vez mais, o sonho de independência.

Interessante é fixarmos a atenção para um fenômeno curioso. De início, Quito se constitui o centro de gravidade das lutas pela independência nos Andes. É mesmo, como assinalamos o ponto de partida para as demais florações de liberdade. Frustradas as primeiras tentativas, desloca-se o esforço, no segundo decênio do século XIX, para Guayaquil, sob dominação do Peru, enquanto Quito se mantém presa à Colômbia. É que Guayaquil, à medida que o plano de San Martín se desenvolvia, no sentido de libertar o Chile e, depois Lima, passou a ser o ponto de atração dessas forças. Para aí foi mandada uma esquadra de Buenos Aires, em 1816.

Deste modo, enquanto a pressão realista diminuía em Guayaquil, as notícias de novos triunfos de Bolívar na Colômbia, culminando com a Batalha de Boyacá, em 1819, traziam o calor ardente dos bafejos de liberdade. Aumentado, sem dú-

vida, com as vitórias de San Martín, ao Sul.

Este pequeno bosquejo histórico teve por finalidade precípua focalizar o papel relevante das Províncias de Quito e Guayaquil no processo de emancipação hispano-sul-americana. Primeiramente Quito como ponto de irradiação e espargimento dos ideais de liberdade democrática e republicana. Em seguida, principalmente Guayaquil, como convergência das correntes libertadoras, contrárias, conduzidas pelo gênio militar e político de dois homens extraordinários da América: Bolívar e San Martín. Tendo a materializar a convergência de suas ações os dois centros diversificadores do sonho de liberdade nos Andes:

— Quito, com a Batalha de Pichincha, projetando, com realce extraordinário, a figura do Marechal Sucre.

— Guayaquil, com a histórica entrevista entre Bolívar e San Martín.

Ambos os acontecimentos, de valor inestimável e definitivo para a futura soberania do Equador:

— Pichincha, tornando Quito independente, podendo decidir sobre seu destino;

— a Entrevista, impedindo a absorção de Guayaquil pelo Peru e possibilitando, o que é mais importante, a união das duas Províncias numa só comunidade nacional;

— finalmente, como resultado de ambos, a expansão do ideal pan-americano de liberdade e união em torno de interesses comuns.

3 — BATALHA DE PICHINCHA

a. *Antecedentes Históricos* (Esboço n. 1).

Enquanto Bolívar, ao N, estava em plena campanha de libertação do jugo espanhol, durante o ano de 1820, recebe em Barinas a notícia da independência de Guayaquil, a 9 de dezembro de 1820. Os triunfos de Boyacá, em 1819, seguido de outros no ano seguinte, induziram o Libertador a prosseguir no seu avanço para o Sul,

tanto mais quanto as informações que recebera da ação de San Martín, vindo do Prata com forças argentinas e chilenas, eram as mais animadoras.

O grande sonho de Bolívar, de emancipar inteiramente a América, ao contrário de libertar províncias ou cidades isoladas, estava em plena realidade, florescendo no continentalismo das lutas contra o dominador comum. Ora, é nesta oportunidade, quando o Protetor dominava grande parte do Vice-Reinado do Peru e o Libertador, outro tanto na Grã Colômbia, que a Província de Guayaquil rompe os laços que a uniam ao Peru.

Qual o significado e os efeitos desse evento? Vejamo-lo.

Guayaquil, beneficiando-se da pressão exercida pelas forças navais de San Martín, que bloqueavam os portos do Pacífico, inclusive Guayas — o que enfraquecia o Exército Realista — levanta-se na manhã de 9 de outubro de 1820, proclamando que "A Província de Guayaquil se declara independente e em inteira liberdade para unir-se às que se formarem na América do Sul".

Vêde que estava perfeitamente caracterizado o ideal do Libertador. Guayaquil libertava-se do domínio ultramarino, no entanto, se reservava o direito de integrar um novo organismo em terras da América. É essa atitude desassombrada que, não apenas comove a Bolívar e a San Martín, como o que é principal, os incentiva a estender as mãos sem perda de tempo, a esse bravo e heróico povo. Impulsionando-os, mais e mais, a fim de libertar as demais províncias, que eram muitas e tuteladas por Espanha. Aí a lição de Guayaquil: acelerar o processo de libertação do restante Vice-Reinado do Peru e da Grã Colômbia.

Assim entenderam o Libertador e San Martín. Tanto que retomaram seus movimentos, tendo em vista aumentar a pressão sobre os espanhóis, além de enviar tropas e chefes capazes em socorro de Guayaquil.

Bolívar enviou seu melhor auxiliar, o Gen Sucre, chefe de extraordinário valor e de excepcionais qualidades morais, para ajudar diretamente a Guayaquil, convidando-a a integrar a Colômbia, já emancipada. Enquanto ele, Bolívar, cerrava sobre Cali, tendo em vista dominar Quito.

Sucre encontrou Guayaquil em situação muito difícil e pressionada pelas forças do General Aymerich, Presidente da Audiência. Dada a tropa que Sucre trouxera, foi possível passar à ofensiva e, em manobras hábeis, vencer aos realistas em Yaguachi (19-VIII-821), em Cuenca, obrigando, inclusive, a retirada de Guaranda. Em consequência, Aymerich refluí suas forças para o N e concentra o grosso em Quito, ao mesmo tempo em que Sucre retrai-se para Guayaquil, aí ficando em expectativa estratégica. Tudo decorrência de pequena trégua, aproveitada por Sucre, até que os acontecimentos em Pasto, ao N de Quito, se esclarecessem. Bolívar é informado dessa decisão de Sucre e de que ele iria sobre Cuenca, logo que possível.

Essa a situação ao S de Quito, com as forças comandadas diretamente por Sucre. E ao N, em Pasto?

Dadas as características da região de Pasto, extremamente hostis, pelo clima, pelas febres e pestes, pela ferocidade de seus habitantes, pela impressionante fidelidade aos realistas e pelas barreiras naturais, quase intransponíveis, todos os esforços, no sentido de libertar Quito pelo N, aí se esfacelariam. Agravava esse quadro o fato da chegada de mais 600 veteranos sob o comando do Cel Murgeon. Daí se infere que dificuldades não teria Bolívar para libertar Quito, atuando pelo N! Foi quando o Libertador concebeu o audacioso plano de abordar Quito por meio de um movimento pelo mar, evitando as inóspitas regiões da cordilheira, o que consistia em: embarcar no porto de Buenaventura, no Pacífico, com 2.000 homens selecionados de Laguardia, nos transportes que ordenara ao General Sucre en-

viasse a esse pôrto. Com essas forças ele, Bolívar, dirigia em pessoa a campanha de Quito, deixando uma pequena tropa para defender a cidade de Popayan, fixando o inimigo nessa direção. Tal plano apresentava um sem número de vantagens, a principal das quais era resolver, de saída, a questão de Guayaquil.

Infelizmente, Bolívar não pode realizar esse plano, pois recebeu notícias do desembarque de forças espanholas em Esmeraldas, inclusive duas fragatas, o que iria comprometer o seu comboio marítimo, sem nenhum navio de guerra para proteção. Impunha-se, como única solução, marchar por Patia e Pasto.

Esforços incalculáveis teve de vencer Bolívar para vir pela cordilheira e participar da campanha do Equador. Mais de 700 milhas percorreram seus homens.

Os Senhores imaginem, fazendo abstração da facilidade com que assinalamos o movimento do Libertador e suas forças em demanda do Sul, que epopéia de sacrifícios não representaram essas jornadas. Atendem para a travessia de uma região considerada das piores do mundo, pelo clima, pela temperatura, febres e epidemias; terreno despojado de vias de transporte! Só mesmo o ideal de Bolívar, de socorrer os heróicos lutadores de Guayaquil e de Quito, poderia justificar tantas vicissitudes e horrores e vencer tantos obstáculos, para executar a Campanha de Libertação do Equador! Muitos dos valores veteranos, que cooperaram nas lutas e nas glórias de Boyacá e Carabobo — e foi consideravelmente grande o número deles — encontraram o túmulo nessas regiões adversas e hostis.

Contra todos esses fatores, e a despeito deles, o Libertador desemboceu, pelo N de Po Payan, com o propósito de participar da Campanha histórica de 1822. Sucre, no entanto, se antecipa a Bolívar e domina Quito antes de Bolívar. Precedendo, mesmo, de dois dias, a rendição das tropas realistas em Pasto, que se entregam ao Li-

bertador, depois da vitória de Bomboná.

b. Situação Geral (Esbôço n. 2).

Sucre planejou reunir as forças colombianas e peruanas na região de Saraguro e atacar, em seguida, o Ex Realista, prosseguindo sobre Quito, a fim de apoderar-se desta base de operações e das autoridades principais. A finalidade dessa operação era cooperar com a ofensiva do Bolívar, conduzida pessoalmente por ele, de N para o S.

Dada a situação dos Realistas, podemos admitir como sendo intenção de Aymerich permanecer com o grosso de seu Exército em Quito, cobrindo essa Província com duas forças: uma ao N, em Pasto e outra, ao S, em Cuenca, tendo em vista fazer face aos Exércitos de Bolívar e Sucre, respectivamente.

Para a realização dessa manobra dispunha Sucre dos seguintes meios:

Colombianos:

— 1 Divisão sob as ordens de Sucre e constituída por:

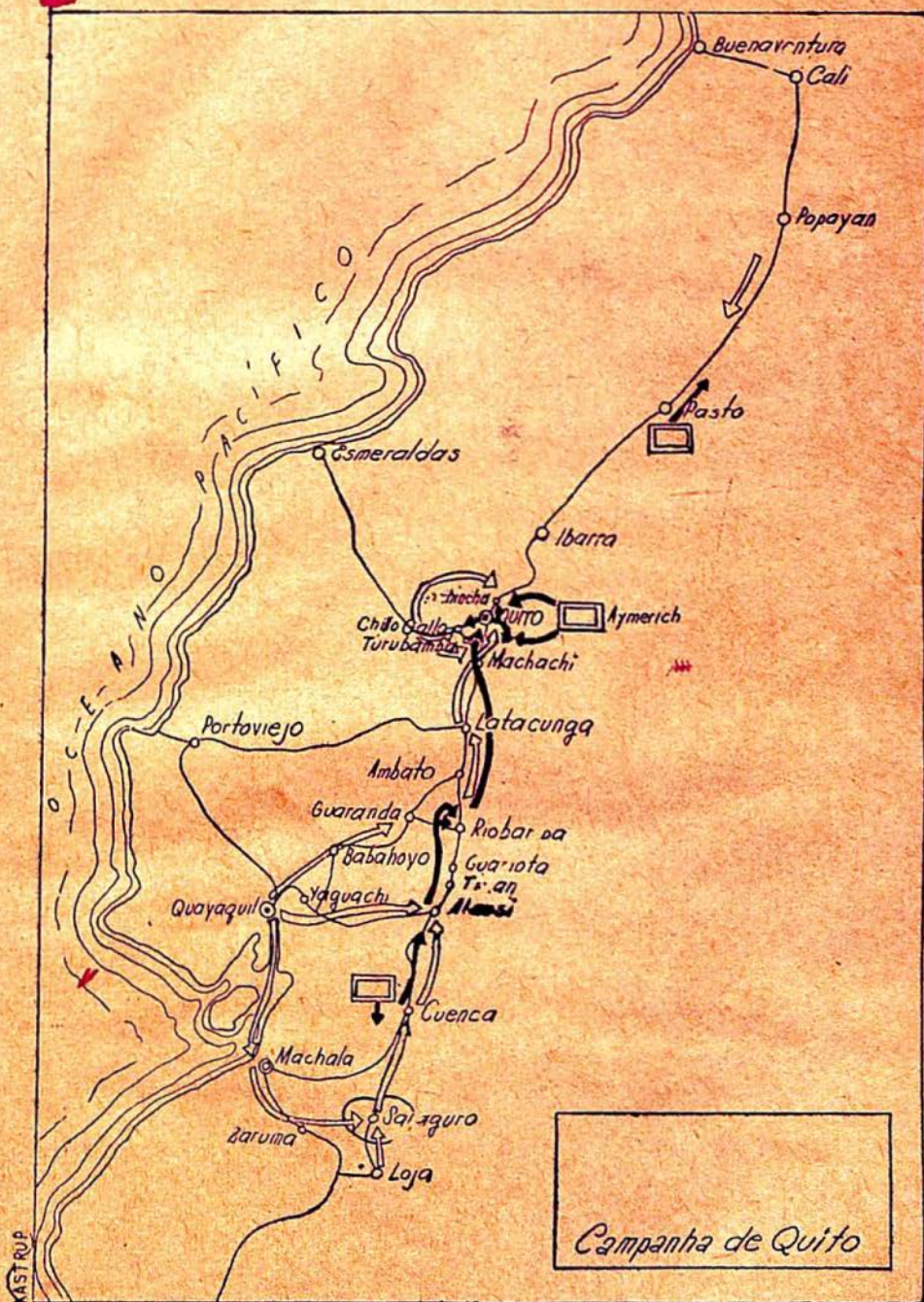
- Btl Albion;
- Btl Paya (há pouco chegado à Colômbia e reduzido à metade).
- Btl Yaguachi (de Guayaquil).
- Esqd Dragões e 4 peças de artilharia.
- Total: 1.200 homens.

Peruanos:

— 1 Divisão Auxiliar, comandada pelo Cel Santa Cruz, constituída por:

- Btl Trujillo n. 2;
- Btl Piura n. 4;
- Esqd Cruzadores do Peru;
- Esqd Granadeiros a Cav (Argentina);
- Total: 1.600 homens.

As forças de Aymerich totalizavam efetivo muito mais reduzido que as tropas de Sucre, à base de 3 Btl (Atiradores de Cádiz, Constitución e Aragón) e 1 Esqd.



c. *Evolução dos acontecimentos.*

A Divisão de Sucre, organizada em Samborondon, partiu de Guayaquil e, seguindo por Machala, alcançou Saraguro, a 9 de fevereiro, conforme estava previsto. Enquanto isso, a Divisão de Santa Cruz, formada em Piuza, seguia para o N, por Maracá, Caramanca e Loja, indo ter a Saraguro no mesmo dia que Sucre.

Essa região fôra escolhida para concentração não só por ser equidistante de Samborondon e Piuza, como suficientemente afastada para evitar que as Divisões fôssem batidas por partes.

A 19 de Fev saiu Sucre de Saraguro com suas forças, entrando em Cuenca a 27, sem combater, pois que Toldrá havia abandonado a cidade, dias antes. Sucre aí permaneceu por mais de um mês, exatamente até 28 Mar, devido à situação política em Guayaquil, por um lado, e tendo em vista a esperada atuação de Bolívar, sobre Quito.

Retomando o movimento, prosseguiram as duas Divisões para o N, tendo recebido o restante do Btl Paya em Alausi. As tropas de Toldrá foram pressionadas por Sucre desde Tixan até Riobamba. A 21 Abr, Sucre montou sua manobra, visando a envolver os realistas pela retaguarda. Durante a execução desse movimento, os espanhóis perceberam a intenção dos patriotas e se retiraram, sendo perseguidos e batidos por duas cargas de cavalaria.

Depois da vitória de Riobamba, Sucre aí permaneceu até 29 de abril.

Do lado realista houve algumas modificações: o Cel Toldrá foi substituído pelo Cel Lopez e o Gal Mugeon, que assumira a Presidência de Quito no lugar de Aymerich, morreu a 8 de abril. Novamente Aymerich assume o governo.

No dia 29 de abril partem as Divisões de Sucre para o N, rumo a Quito, entrando em Latacunga a 2 de maio, onde aí estacionaram até a chegada do Btl Magdalena, que Bolívar enviara sob o comando

do Cel Córdoba. Incorporado esse Btl, a coluna prossegue a marcha em busca do contato com o inimigo que, supunha Sucre, estava em Machachi, a cavaleiro do caminho que conduzia a Quito. Ocupavam os realistas as alturas de Jalupa e Viudita, ao Sul de Machachi.

Sucre desbordou essas alturas, por E, prosseguindo até o Vale do Rio Chillo, a SE de Quito, onde a Vg chegou a 16 de maio e, o grosso, nos dias seguintes. O Cel Lopez, no entanto, que percebera ter sido a posição de Machachi desbordada, retira-se para o N e, sem perda de tempo, atinge Chillo no mesmo dia em que a Vg de Sucre aí chegava.

Enquanto as Divisões de Sucre cerravam sobre Chillo, Lopez pensa em nova defesa a cavaleiro do caminho que conduzia a Quito, para o que instalou sua tropa nas alturas de Puengasí, a SE da povoação de Chillo, dominando assim o Vale ocupado pelos patriotas.

Sucre iria burlar novamente esta defesa.

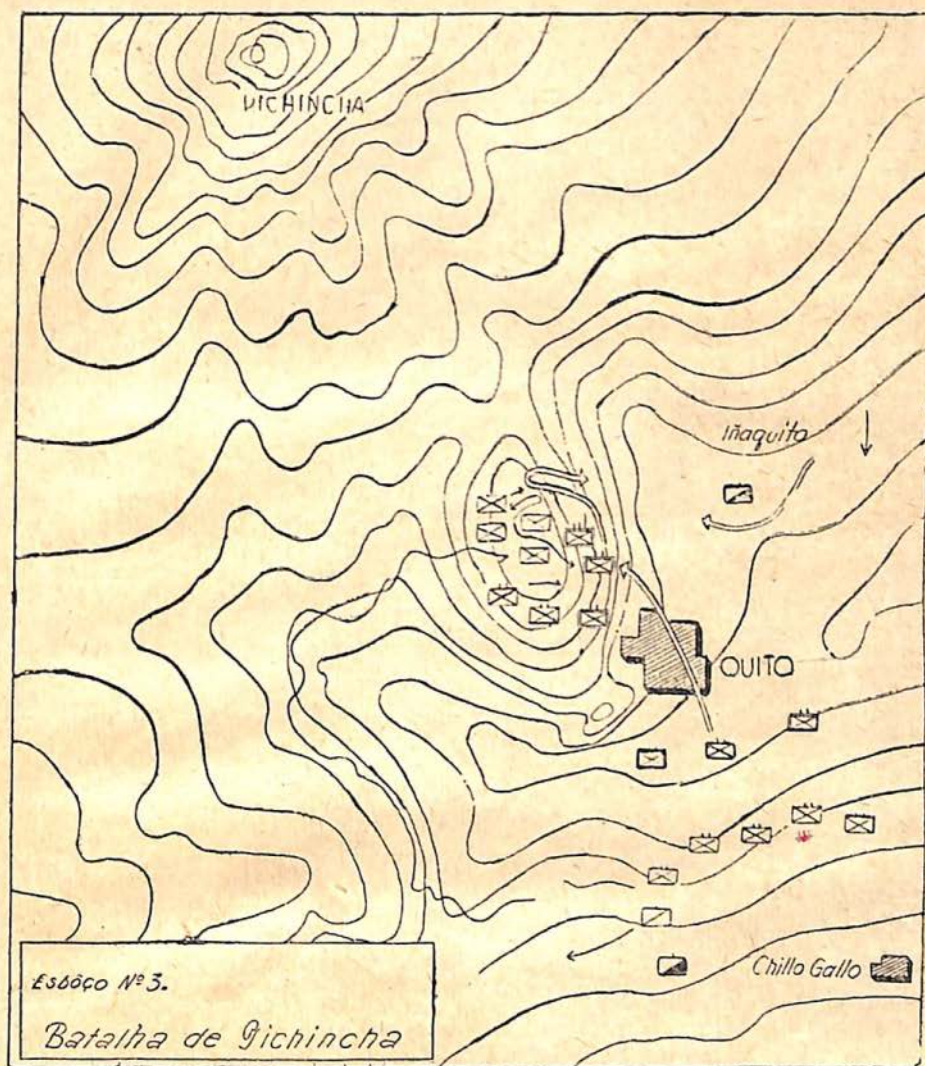
d. *Situação Particular (Esboço n. 3).*

No dia 21 de maio, Sucre foi informado de que Aymerich iria receber reforços, em curto prazo, vindos de Pasto, para a defesa de Quito. Assim sendo, o Chefe dos patriotas, que já tinha feito várias tentativas para travar combate com Aymerich, frontalmente, tôdas em vão, decide montar uma audaciosa manobra, novamente de desbordamento, pelo flanco direito do adversário. A finalidade desse desbordamento de Quito era possibilitar a Sucre colocar suas forças entre esta cidade e Pasto, impedindo a chegada dos reforços.

Havia que realizar a operação, sem perda de tempo e sob absoluto segredo, levando as tropas para a colina de Iñaquito, por um caminho inteiramente desfavorável, sinuoso e difícil.

Para esse movimento, iniciado às 232100 de Mai, em dois escalões, Sucre organizou dois Gpt:

- 1º Gpt: Cmt Cel Santa Cruz;
- Composição: Btl Trujillo,



Piuzza e Magdalena;

— 2º Gpt: Cmt Gal Sucre;

— Composição: Btl Yaguachi, Paya e Albion.

A Cavalaria seguiria fracionada, dadas as dificuldades do terreno. Os Dragões realizariam amplo desbordamento, contornando as elevações de Pichincha e atingindo o caminho que conduzia a Pasto. A Artilharia também ficou fracionada, ainda por imposição do terreno.

As tropas marcharam durante toda a noite, por um terreno extremamente difícil e escarpado, representado pelas encostas abruptas e vulcânicas de Pichincha. Às 240800, os primeiros elementos atingiram as encostas do Pichincha, que dominam Quito pelo N. O rendimento não foi o previsto por Sucre, que contava ter, ao amanhecer, o grosso de suas forças em Iñaquito. Igualmente se atrasaram o 2º Gpt e o parque.

Durante a noite de 23-24 o Cel Lopez, percebendo a intenção de Sucre — por informação de agentes e espões — decide atravessar a cidade de Quito e deter o avanço de Sucre ainda nas faldas do Pichincha. Tal providência imprudente vai ensejar um combate de encontro, na manhã de 24.

e. A Batalha.

A Vg de Santa Cruz atingiu a encosta do Pichincha, aí recebendo ordem de permanecer, até que o grosso das forças cerrasse à frente. Às 0930 o Cel Santa Cruz foi informado de que os realistas se aproximavam pelo outro lado da encosta. Imediatamente comunicou o fato a Sucre, que vinha em segundo escalão, dizendo-lhe que a oportunidade era boa para atacar. Ao mesmo tempo, determinou aos Btls Trujillo e Paya que avançassem e detivessem o avanço.

As Cias de Caçadores estabeleceram contato com o inimigo e, às 1000, abriram fogo contra o adversário, que foi detido na subida da encosta, sendo obrigado a se aferrar ao terreno e aí ficar meia hora.

Uma vez engajado o Btl Trujillo, os outros dois, que vinham em 2º escalão, cerraram à frente, ficando o Yaguachi à esquerda e o Piuza à direita. O Btl Magdalena recebeu ordem de desbordar o flanco direito do inimigo, o que não pôde realizar, devido à potência do fogo e às dificuldades apresentadas pelo terreno, que obrigava o Btl a marchar a uma distância ao alcance do fuzil. O Btl Magdalena teve de retrair-se e passar à reserva, à esquerda do dispositivo.

Nesse momento, chega ao campo de batalha o Btl Paya, que formou a 2ª linha, à Rtg do Btl Trujillo. Deste modo, todos os Btl aí estavam, exceto o Btl Albion, que ficou um pouco atrasado, protegendo o trem de munição.

Em consequência, às 1100, quando o remuniamento se tornou necessário, dado o grande consumo, principalmente dos Btl peruanos, que atiravam há mais de 1 hora, tal providência não pôde ser to-

mada. O trem estava muito recuado.

Sucre decidiu, então, para ganhar tempo: os Btl Trujillo e Piuza, que mais se empenharam em combate, deviam ceder terreno. Enquanto isso, o Btl Paya contra-atacaria no intervalo dos dois Btl. O Btl Paya portou-se bravamente, dando uma carga a baioneta.

A essa altura o Cel Lopez, Cmt das forças realistas, percebendo que o ataque frontal dos Btl Atiradores de Cadiz e Constitución havia fracassado, tentou desbordar os patriotas. Para essa manobra determinou que 1/2 do Btl Aragon desbordasse o flanco esquerdo das tropas de Sucre.

Tal movimento foi percebido e, quando os elementos do Btl Aragon terminavam o desbordamento, defrontaram com parte do Btl Albion (que chegara ao campo de batalha protegendo o parque). No choque entre os contendores, levou a melhor o Btl Albion.

Novamente surge o problema do remuniamento, havendo necessidade de retrair um Btl de 1º escalão para ser remuniado. Para tal foi necessário Sucre ordenar que o Btl Magdalena avançasse, o que foi feito, sendo notado, então, que o flanco direito dos realistas cedia terreno.

Percebendo a confusão dos realistas, o Cmt do Btl Magdalena, por sua iniciativa, lançou uma carga a baioneta, aproveitando esse momento de crise e aumentando a desmoralização do inimigo. O próprio Cmt, Cel Cordoba, encabeçou a carga do Btl, grandemente favorecido pelo terreno, em declive, e lançada numa ocasião muito oportuna. Donde o excelente resultado, ficando a resistência realista comprometida em toda a linha.

Os demais Btl de Sucre, arrastados pela impetuosidade do Magdalena, seguiram o movimento. Em curto prazo, os Btl patriotas, mais numerosos que os adversários, desbarataram os três Btl do Cel Lopez, que abandonaram o campo e fugiram para Quito. Refugiaram-se no forte do Panecillo, no monte desse nome, ao Sul da cidade.

As 1200 a vitória sorria para Sucre.

As outras armas, de ambos os adversários, não tomaram parte neste combate, dadas as características do terreno. A cavalaria de Toldrá, percebendo a derrota, retirou-se de Iñaquito para Pasto. Porém, o Esqd Dragões, que assistia a todo o desastre dos realistas das alturas de Iñaquito, dispersou-se em todas as direções. O Esqd de Cestari, que recebera ordens para ficar em condições de cortar a retirada dos adversários para o N, deslocou-se por W e estava ao N de Quito, cortando a estrada que segue para Pasto.

Assim termina a Batalha de Pichincha, apresentada em sua emoluração sumária.

Sem embargo, antes de focalizarmos os seus efeitos, fixemos, por um momento, nossa atenção para as cores heráldicas da apoteose magnífica. Sintamos o calor desta terrível luta corpo a corpo, de quase duas horas. E, do fundo desse quadro refulge, mais fervente e causticante que as chamas do Pichincha, a figura gloriosa do Ten Abdon Calderón, soldado realmente extraordinário, pela bravura, pela obstinação, sobretudo pelo espírito de sacrifício. Herói autêntico e legítimo, tem seu braço direito decepado pelo inimigo, em meio à luta. Redobra sua agressividade combativa e, pouco depois, outro braço é ferido. Recusando-se peremptoriamente a abandonar o combate, cai mais adiante com as pernas mutiladas, para morrer pouco depois, exclamando: Viva a Liberdade! Viva a República!

Calderón, Senhores, com seus 18 anos, personifica o ideal sublime de liberdade, tão espontâneo e ativo nesse povo jovem, para quem a morte, ao invés de matar a glória, estimula sua redenção. Sublima-a.

4 — ENTREVISTA DE GUAYAQUIL

Com a derrota dos realistas em Pichincha termina a Campanha de Quito, rendendo-se as forças de

Aymerich ao Exército de Bolívar. "Resurge, pois, o sentimento nacional dos equatorianos, adormecido durante 300 anos de dominação". A batalha representa seu batismo. E é a figura de Sucre, cuja pouca idade — possuía 27 anos — contrastava com exuberante soma de vitórias, é esse mensageiro da liberdade do reino histórico de Quito, que vai possibilitar a concretização do "Non Plus Ultra" da dominação espanhola".

Se a glória maior em Quito não lhe cabe, que em verdade é política e o Cmt supremo era Bolívar, contudo, o galardão de libertador de Guayaquil a ele pertence, inequivocamente. Foi o herói magnânimo, compreensivo e transigente, que possibilitou o desabrochar do sentimento de liberdade dos guayaquilenhos. Não por fraqueza ou pusilanimidade, que nunca evidenciou, antes porque entendia quão profundo, sincero e alevantado era o ideal de emancipação política desse povo.

Abre-se, desse modo, após a libertação de Quito, o impasse de Guayaquil convulsionada, que procura unir-se a Quito. Pois se ambas as Províncias se libertam dos reinóis na mesma época e apresentam objetivos comuns, por que lhes atribuir destinos diferentes? Por que imprimir sentidos diversos a dois povos que se querem unir para a paz e a prosperidade democráticas?

O impasse está criado, quando aflora, em primeira plana, a figura inconfundível de San Martín que — ao invés de descer do pedestal da grandiosidade a que se tinha alçado, pelo acervo excepcional de serviços prestados à causa do Prata, do Chile e do Alto Peru — ao contrário mais se eleva, quando cede às ponderações de Bolívar, chegando a Guayaquil dias antes.

A histórica Entrevista de Guayaquil não tem, pois, outro propósito que não este: — o de entenderem-se os dois gênios militares e políticos da América Espanhola, no sentido de garantir a Unidade Nacional do povo equa-

toriano, pela reunião das Províncias de Quito e Guayaquil numa só Pátria. Numa só Bandeira.

Vêde, então, que cenário majestoso, magnífico, o que se descortina quando do encontro histórico: — a desassombhada Guayaquil, intransigente, peremptória e obstinada nos seus princípios de liberdade, associando-se às idéias de Quito, principalmente depois que esta alcança a maioria política! Fermentava de entusiasmo e de determinação patriótica e nacionalista, à medida que as solicitações para a Colômbia e Peru se acentuavam, como esforços contrários e antagônicos. E os protagonistas?

Bolívar, aquele mesmo libertador, que, vindo do extremo norte, atinge o máximo de sua glória, de sua grandeza militar e política ao pisar em Guayaquil, estava na plenitude de sua exuberância política e entendia que o destino de Guayaquil devia ser decidido segundo o poder nacional e a preponderância americana. Segundo a teoria da Integridade Nacional e, não, sob a tese da Autonomia Provincial.

San Martin, igualmente defensor dos ideais, hispano-americanos, subira os Andes para plantar no Peru a bandeira de sua emancipação política e aí permanecer para manter aceso o facho da liberdade, que os ventos patrióticos mais e mais atiçavam.

E é do binômio Bolívar-San Martin, historicamente traduzido pelo que representaram as conferências entre os dois maiores heróis hispano-americanos, pela extensão de sua atuação, pela projeção de sua obra e, sobretudo, pela influência nas demais comunidades, é daí que resultam acontecimentos de extraordinária significação, tais como:

— definição, no seu aspecto histórico-geográfico, da Província de Guayaquil;

— estabelecimento da forma de forma de governo mais condizente com os Estados nascentes e suas verdadeiras aspirações;

— regulação dos atos terminais da guerra no Peru, juntamente com os detalhes relativos aos ajustes militares;

— fixação de normas para a demarcação dos limites entre o Peru e a Colômbia;

— e medidas para o comportamento da comunidade hispano-americana, principalmente quanto ao Peru, México e Chile, detalhando seus aspectos particulares.

Eis aí, Srs., o verdadeiro sentido da Entrevista de Guayaquil. Aí sucumbiram os antagonismos dos movimentos revolucionários do N e do S da América Espanhola, “neste arco iluminado do Equador do Novo Mundo, com seu horizonte marítimo e suas cadeias de montanhas gigantescas em perspectiva, suas palmeiras sempre verdes e seus vulcões incandescentes”. Os sentimentos de divergência entre as províncias libertadas, tão caracteristicamente concretizados na instabilidade política do território guayaquilenho, ora solicitado para o Peru, ora aspirado por Colômbia, mas sempre poderosamente impulsionado por uma terceira força, equidistante dessas duas, desaparecem compreensiva e pacificamente. E por completo, refulgindo da glória de Pichincha e, principalmente Guayaquil, a união definitiva das duas Províncias Andinas numa só nacionalidade: a Pátria Equatoriana.

5 — CONCLUSÃO

Senhores, vamos concluir.

Pareceu-nos ser esta a melhor forma de significar nossa admiração à República do Equador, tão dignamente representada nesta Casa pelos ilustres camaradas que conosco labutam, na oportunidade do transcurso de mais um aniversário de sua Independência. Que, em verdade, foi extraordinária a contribuição desse valoroso povo dos Andes à Consolidação da independência hispano-americana, à Paz e à Fraternidade entre os Povos dessa parte do Novo Mundo. De

relêvo excepcional foi a influência geopolítica de Quito e Guayaquil no quadro das relações entre os Vice-Reinados do Peru e da Colômbia.

E alguns de seus aspectos mais expressivos, apenas trazidos à meditação dos Srs., aí estão confirmando a assertiva.

Com Atahualpa, Espejo e Calderon balizamos a trajetória gloriosa do sentimento patriótico e da emancipação nacional. Em Sucre e Bolívar reflete o ideal de libertação das Províncias de Guayaquil e Quito. E, finalmente, na inteligência da Entrevista de Guayaquil, vamos procurar a definição verdadeiramente pan-americanista do que se devia entender por vivência entre as comunidades andinas de então: compreensão, equilíbrio e fraternidade continentais, como afirmação do ideal florescente do sonho de Bolívar, que necessitava de realidade positiva e concreta.

Se já houve quem afirmasse que "para a determinação da grandeza relativa de Bolívar e San Martín, seria necessário medir antes o Amazonas e os Andes", diríamos nós que, para avaliar a extensão e a profundidade do papel geopolí-

tico representado pelo nascimento do Equador, teríamos que integrar toda a América Espanhola, esmiuçando-a num só estudo.

Saudemos, pois, nós outros das Nações Americanas aqui presentes, o glorioso Exército do Equador, depositário de tradições tão elevadas e dignificantes. Tradições que afirmarão, cada vez mais no futuro, o anseio, não apenas dos equatorianos, mas de toda a América de Colombo, a América dos Americanos — no sentido de se manterem os povos livres da opressão.

E tu, Calderón! Continua a inspirar as gerações de hoje e do futuro, que teu exemplo já ultrapassou as fronteiras pátrias, empolgando a todos os que não se curvam à escravidão e ao domínio estrangeiro.

Que não sejam necessárias outras Batalhas de Pichincha! Que, no entanto, se reacendam as chamas do vulcão andino e suas lavas incandescentes se espalhem por toda a América, se necessário fôr, pluralizando-se aos milhares os Calderón, para repelir o inimigo comum da Paz e da Liberdade deste Continente. ✱



TENENTE

Assine A DEFESA NACIONAL remetendo diretamente para seu Diretor-Gerente a quantia de Cr\$ 100,00. Esta Revista — a mais antiga do Exército — poderá auxiliá-lo por ocasião de seu ingresso na EsAO e posteriormente na ECEME.

DUAS OPINIÕES

"A comparação do Estado com organismos altamente desenvolvidos é imperfeita e muitas tentativas de apreciá-lo cientificamente como um organismo, poucos frutos têm trazido, devido, principalmente, a que tais analogias entre os agregados humanos e a estrutura dos organismos biológicos são, na verdade, limitadas".

RATZEL

*
* *

"Os Estados são seres conscientes e racionais como homem. Interesses, preconceitos, instintos e, sobretudo, o instinto de conservação, a vontade de crescer, a vontade de viver e a vontade de poder, determinam a vida das Nações".

KJELLÉN

*
* *

"Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma Nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma Nação recebe como favor terá de pagar, mais tarde, com uma parte de sua independência".

WASHINGTON

*
* *

"A logística deve preocupar-se mais com o tempo que com a distância. As tropas combatentes não querem saber se os suprimentos estão longe ou perto. O que desejam é recebê-los no momento oportuno".

LIMITES DO BRASIL

Gen FELICIO LIMA

Do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

O Brasil, antes de ser descoberto, achava-se enquadrado na **Linha de Marcação** fixada pela Bula Inter Cetera, de 4 de maio de 1493, do Papa Alexandre VI, a qual dividia o mundo em duas partes desiguais. Compreendia as ilhas e terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e Meio Dia de uma linha traçada desde o Pólo Ártico ou Setentrião até o Pólo Antártico ou Meridional. Essa linha divisória começava a 100 léguas das ilhas do Cabo Verde e Açores. Assim, tôdas as terras ainda desconhecidas — Bula de 3 de maio do mesmo ano — que se encontrassem a Oeste dessa divisória, deveriam pertencer à Espanha e as que ficassem a Leste a Portugal.

Essa **Marcação** sofreu sério impasse com a modificação de 26 de setembro de 1493 da supracitada Bula, pela qual ficariam sob o domínio da Espanha as ilhas e terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir rumo do Ocidente ou Meio Dia, uma vez que estivessem nas partes ocidentais, meridionais, orientais e da Índia. Tal solução, prejudicando Portugal, D. João II protestou, uma vez que anulava o Tratado de Alcaçovas, de 4 de setembro de 1479, entre El-Rei Afonso V e os Reis Fernando e Isabel e pelo qual se declarava ficarem pertencendo a Castela as ilhas Canárias e a Portugal a Guiné e as ilhas achadas ou por achar das Canárias para baixo. Esse acôrdo fôra confirmado pelos Reis de Castela, em Toledo, em 6 de março de 1480 e trouxera a paz

à Península Ibérica, pondo termo à chamada Guerra Dinástica.

Depois, foi em 7 de junho de 1494 firmado o Tratado de Tordesilhas, ratificado em Avévol a 2 de julho pelos Reis da Espanha, e em Setúbal a 5 de Setembro, tudo do mesmo ano, pelo Rei de Portugal. Sancionado em Roma a 24 de janeiro de 1506 pelo Papa Júlio II, graças à intervenção conciliatória de D. Manuel, o Venturoso, junto a D. João II, surgira êsse Tratado em consequência das controvérsias oriundas do descobrimento da América por Cristovão Colombo.

Modificada a demarcação anterior, acordaram os Reis católicos de Castela, de Leão, de Aragão, de Cecília, de Granada, etc., D. Fernando e D. Isabel, com D. João II de Portugal, de Algarves, etc., que o mundo ficaria dividido em hemisférios, por um meridiano distante 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, deixando à Espanha tudo que ficasse ao Ocidente e a Portugal o que se contivesse no Oriente.

Nenhum país da Europa reclamou contra essa modificação. Apenas correu a versão de haver Francisco I, da França, ao tomar conhecimento da nova partilha, afirmado: "Queria conhecer a cláusula do testamento de Adão que legou metade do mundo ao meu primo, o Rei de Castela, outra metade ao meu primo, o Rei de Portugal, e me excluiu da sucessão!..."

Entretanto, a linha de demarcação do Tratado em aprêço jamais foi traçada, embora tenha êle estado em vigor por mais de dois

séculos, pois somente foi derogado pelo Tratado de Madri, de 1750, como veremos. E como no prazo de dez anos, contados a partir do dia da data do pacto, conforme cláusula fixada, não foi demarcado o respectivo meridiano, não obstante novo prazo concedido e também esgotado sem ser efetivado, perdeu ele o seu valor jurídico.

Porém, em virtude de portugueses e espanhóis estarem interessados mais na conquista do Oriente do que nos descobrimentos do Ocidente, surgiu o Convênio de Saragoça de 22 de abril de 1529, ratificado em Lérida, pelo Imperador Carlos V da Espanha, a 23 do mesmo mês e ano, e pelo Rei D. João III de Portugal, em Lisboa, a 20 de junho de 1530, o qual deu lugar ao recuo da demarcação de Tordesilhas. É que as mercadorias de maior valor provinham do Oriente, onde as ilhas Molucas produziam o melhor cravo da Índia, especiaria, à época, de mais alto preço.

Eis porque se tornou aguda a questão de demarcação, principalmente quando Fernão de Magalhães, navegando pelo Atlântico, atravessando o estreito que perpetua o seu nome e singrando o Pacífico, alcançou as Molucas. Esse feito veio ressaltar a necessidade de ser apurado se tais ilhas ficavam no hemisfério atribuído a Castela ou no conferido a Portugal.

Os dois monarcas, por seus plenipotenciários, resolveram então o encontro de Badajoz, em 1542, cujos negociadores nenhum acórdão conseguiram, em vista da adoção do meridiano 46° e 36°, em oposição à linha mais ocidental de 49° e 46°, isto é, a Oeste de Greenwich. Destarte, tudo foi em vão, devido ao erro originário de não se ter fixado no Tratado de Tordesilhas a ilha de onde se deveria iniciar a contagem das 370 léguas, ou seja, não haver sido determinado o paralelo sobre o qual seria feita a enumeração referida, e nem se definido as dimensões da légua adotada, uma vez que entre portugueses e espanhóis eram di-

ferentes as medidas náuticas. Esse o motivo de, no nosso hemisfério as capitânias hereditárias dividirem o Brasil em função do traçado de Tordesilhas, deixando assim indeterminados os limites do Norte e do Oeste em parte, porque, não estando o seu território suficientemente explorado para atender ao levantamento da linha geográfica Norte — Sul, opinava a política das nações interessadas no caso por essa indeterminação.

Todavia, com a morte, em 1580, do Cardeal D. Henrique, sucessor de El-Rei D. Sebastião no trono de Portugal, Felipe II de Espanha, neto de D. Manuel, organizou um grande exército que, sob o comando do General Fernando Álvares de Toledo, o célebre Duque de Alba, invadiu Portugal, visando à anexação da coroa lusitana. O Duque atravessando a fronteira sem encontrar resistência, conseguiu em 1581, das côrtes reunidas em Tomar, a aclamação de Felipe como Rei de Portugal, vencendo assim, pela força, os numerosos pretendentes ao trono lusitano. Consequentemente, durante 60 anos, de 1580 a 1640, esteve o Brasil sob o domínio da Espanha, uma vez que foram extintas as fronteiras lusitanas e andaluzas na América do Sul.

É certo que Portugal muito perdeu com a dominação espanhola; mas o Brasil muito lucrou com os reinados sucessivos dos três Felipes. Com efeito, por deliberação da nova Metrópole, ampliou-se para o Norte a Colonização, motivo porque foram criadas as capitânias do Ceará, Maranhão e Pará, as quais formaram, a partir de 1621, o novo Estado do Maranhão. E para defender o território brasileiro contra as invasões francesas, instituiu-se em 1637 a Capitania do Cabo do Norte, dando margem a que o renomado explorador Pedro Teixeira tomasse posse, em 1639, de todo o vasto território da Amazônia para a coroa portuguesa. Daí haver começado, ao terminar o memorável século XVI, a epopéia desbravadora do

Oeste e do Sul do Brasil, pelos destemidos bandeirantes Francisco Bueno, Fernão Pais Leme, Raposo Tavares e outros. Assim sendo, o bandeirismo já havia feito recuar o meridiano de Tordesilhas, quando, em 1640, o 8º Duque de Bragança, ao fazer a restauração, pela revolução emancipadora de 1 de dezembro, foi aclamado Rei de Portugal, em 6 do mesmo mês, como D. João IV.

Não se conformando, a Espanha — firmada a paz de Westphalia, que acabou com a guerra dos 30 anos (1618 a 1648) — então em condições de melhor combater Portugal, prosseguiu na luta. Tudo foi em vão, porém, de vez que em 1668 a independência de Portugal foi categoricamente assegurada pelo Tratado de 13 de fevereiro, assinado em Lisboa.

Quanto ao Brasil, os portugueses, com o concurso dos nativos, foram tomando conta das províncias perdidas. Encontrando o Nordeste sob o jugo dos holandeses, e indo ao encontro das aspirações brasileiras, resolveu a Corte expulsar os invasores. E com forças luso-brasileiras, sob o comando do bravo General Francisco Barreto de Menezes, conseguiu o seu intento, pois em 1654, após as duas célebres batalhas dos Guararapes, os holandeses abandonaram definitivamente o Brasil, sendo, pelo Tratado de 6 de agosto de 1661, assinado em Haia, assegurado a Portugal que a Espanha livraria o Reino das incursões das esquadras batavas e poria termo às guerras nas Colônias.

Advinda a sucessão de Carlos II no trono de Espanha, em 1 de novembro de 1700, foi despertada a ambição de vários príncipes da Europa. Contudo, estribado Luiz XIV, em que sua esposa Maria Teresa era irmã mais velha de Carlos II, obteve o apoio de Portugal às suas pretensões em favor dos netos, assinando com Pedro II o Tratado de 4 de março de 1700, confirmado a 18 de junho de 1701, o qual considerava provisoriamente neutras as terras entre

os rios das Amazonas e Oiapoque ou Vicente Pinzón. Nesse mesmo dia, sancionou-se outro Tratado, pelo qual Felipe V da Espanha obriga-se a garantir o testamento de Carlos II em benefício do Príncipe francês, já no trono espanhol.

Todavia, eis que rebenta a Guerra da Sucessão da Espanha, ocasionando a passagem de D. Pedro II de Portugal para os coligados da Holanda, firmando, em 16 de maio de 1703, o Tratado de Aliança para manter o direito da Casa de Áustria ao trono espanhol. Enfim, com a terminação da guerra citada, foram assinados em Utrecht dois convênios que muito favoreceram o Brasil.

Com efeito, no de 11 de abril de 1713 (Art. VIII), a França renunciava a todo direito e pretensão sobre as terras do Cabo do Norte, situadas entre os rios Amazonas e Oiapoque e pelo de 6 de fevereiro de 1715 foi restituída a Portugal a Colônia de Sacramento, sobre as margens do rio da Prata. Daí em diante não mais se cogitou na Península Ibérica da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Nunca, porém, os gauleses perderam a esperança de se aproximar o mais possível do rio Amazonas, o que conseguiram durante a Revolução Francesa e o Império de Napoleão I.

Ora, o Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801, fixou a nossa fronteira no rio Araguari; o de Madri, de 29 de setembro do mesmo ano, fixou-a no rio Carapanatuba; o de Amiens, de 27 de março de 1802, trouxe-a novamente para o Araguari. Porém, todos esses ajustes caducaram com o de Fontainebleau, que ocasionou a vinda da Côte Portuguesa para o Brasil, em 1808.

Entretanto, D. João VI, com a derrota de Bonaparte em Waterloo, em 18 de junho de 1815, lançou o célebre manifesto declarando nulos os Tratados que o imperador dos franceses o compelia a concluir, notadamente os de Badajoz e de Madri de 1801, conquistando assim a Guiana Francesa.

Mas o Congresso de Viena, do mesmo ano, a restituiu à França, ficando a vigorar, entretanto, o Art. VIII do Tratado de Utrecht, de 1713, artigo êsse que, finalmente, pela Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, entre Portugal e a França, continuou em vigor.

No entanto, a França, maliciosamente, tomou o rio Araguari como sendo o rio Oiapoque, fazendo assim avançar as suas fronteiras para o Sul, em prejuízo manifesto do Brasil. Como não se chegasse a uma conclusão no decorrer de tantos anos, então o Brasil levou a questão à nova e salutar fórmula do Direito Internacional, isto é, à Arbitragem. E pelo Tratado de Arbitramento, de 10 de abril de 1897, firmado no Rio de Janeiro, foi entregue a palpitante decisão à Confederação Helvética.

Defendeu a causa brasileira o nosso inesquecível Chanceler, o Barão do Rio Branco, que, com auxiliares de real valor, como o General Dionísio Cerqueira, o Almirante Cândido Guillobel e outros notáveis diplomatas, apresentou uma convincente defesa que muito impressionou o Conselho Federal Suíço, o qual, pelo laudo de 1 de dezembro de 1900, resolveu, enfim, aquela complicada pendência, nos seguintes termos:

"a) Conforme o sentido preciso do Art. VIII do Tratado de Utrecht, o rio Oyapock ou Vicente Pinzón não é o Araguari, como pretendia a França, mas o Oyapock, que se lança no Oceano imediatamente a Oeste do Cabo de Orange, e por seu *thalwegue* forma a linha da fronteira.

b) A partir da nascente principal desse rio Oyapock, até a fronteira holandesa, a linha da partilha das águas da bacia do Amazonas, a qual nessa região é constituída em sua quase totalidade pelas cumiadas da serra Tumucumaque, forma o limite interior".

No tocante ao Tratado de limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa, tratando-se de questão

entre uma nação de pequenos recursos bélicos e uma grande potência, era natural que fôsem maiores as dificuldades para a sua solução.

A Inglaterra reclamava como fronteira a linha Cotingo-Tucutu, enquanto o Brasil firmava-se na divisória Serra de Paracaima e divisor de águas. A Grã-Bretanha argumentava a seu favor haverem os ingleses, em 1796, conquistado parte da Guiana Holandesa, julgando-se com direito a uma herança territorial reforçada mais tarde com algumas explorações rumando para o meridional.

Todavia, pelo acôrdo de setembro de 1842, firmado pelas duas nações, ficou deliberado que se considerasse neutralizado o território de Pirara, até que, em 1901, foi escolhido Victor Manoel III para árbitro do litígio. Defendeu os direitos do Brasil o notável diplomata Joaquim Nabuco.

Mas, embora a convincente defesa apresentada por Nabuco, o laudo arbitral, promulgado a 6 de junho de 1904, foi contrário ao Brasil, porque pela delimitação ali firmada — "Tôda a parte da zona contestada que se acha a leste da linha de fronteira pertence à Inglaterra, e a parte do ocidente pertence ao Brasil". Assim, a fronteira estende-se desde a nascente do Tacutu até a do Corentine, pelas serras de Essary ou Massary, Acaraí e Tumucumaque.

No entanto, segundo João Ribeiro, na sua importante obra "As Nossas Fronteiras", edição de 1930, a sentença arbitral contém erros geográficos retificados pelo acôrdo de 1926 pelos dois governos, quando ficou estabelecido que a nascente do Cotingo não é no monte Yakontipu, mas no Roraima, que fica mais a Oeste, etc.

Contudo, o Rei italiano, não julgando suficientes os títulos alegados por ambas as partes, dividiu a região litigiosa em duas frações iguais. Assim, ainda que alguns geógrafos não julguem liquidada a velha questão, cujas demarcações têm sido suspensas por solicitação do governo britânico, a

fronteira atual acha-se legalmente definida — “por uma linha a partir da fronteira da Venezuela, segue os pontos mais elevados do Roraima, desce pela parte nordeste da mesma serra, passando entre o salto Paikua ao norte e as quedas do rio Cotingo ao sul; daí continua pelo divisor de água dos rios Cotingo e Paikua, até o monte Yakontipu; continua para leste, ainda pelo divisor de águas, até as nascentes do rio Mahu ou Ireng, de onde nasce à sua confluência com o Tacutu, pelo qual sobe até as nascentes. Dêste ponto, pelo monte Wamuriaktawa e pelo divisor de águas, a linha fronteiriça, tal como fôra assentado ao submeter o litígio ao Rei da Itália, separa a bacia do Amazonas das dos rios Essequibo e Corentine.”

Quanto aos limites com a Guiana Holandesa, não tendo os batavos ultrapassado a linha divisória da bacia amazônica, nenhuma dificuldade trouxeram às partes interessadas.

Assim, pelo Tratado de 5 de maio de 1906, ficaram acertadas do modo seguinte as fronteiras, graças à compreensão dos governos brasileiro e holandês: “A fronteira do Brasil com a Guiana Holandesa ou Colônia de Surinam é definida pelo divisor de águas das serras de Acaraí e de Tucumaque, que separa as cabeceiras do Corentine e do Maroni, que corre para o Atlântico Norte, das dos rios amazônicos; lateralmente, a linha divisória é limitada pelo rio Maroni (Guiana Francesa) e rio Corentine (Guiana Inglesa).”

Já expusemos que o Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, revogou expressamente o de Tordesilhas pela impossibilidade “de se fixar uma demarcação regulada por linhas meridionais”. Trouxe, assim, a mais fecunda e sólida harmonia às coroas da Península Ibérica. E o grande Rio Branco, analisando-o, disse: “O estudo do Tratado de 1750, deixa a mais viva e grata impressão de boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiram êsse ajuste amigável de

antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América.”

Ora, como bem afirma brilhante escritor — “... quem de fato defendeu a causa de Portugal e do Brasil, e os interesses bem entendidos da América nesse debate foi o célebre estadista e diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão”. Realmente, partiu do ilustre paulista a primeira tentativa de demarcação geral dos limites do Brasil, definindo a fronteira sul-americana entre Espanha e Portugal. E pela influência que exerceu no Conselho Ultramarino, pôde prestar grandes serviços à nossa Pátria, conseguindo que se intensificasse a colonização, principalmente ao Sul do território brasileiro. Por outro lado, obteve a ereção de mais quatro dioceses, dois bispados, um em São Paulo e outro em Minas, e duas prelazias, uma em Goiás e outra em Cuiabá.

Ademais, êsse grande patriota fixou dois princípios da mais alta importância para os interesses brasileiros: “No primeiro, de ordem moral, procurou afastar as colônias sul-americanas das calamidades da guerra, mesmo na hipótese de lutas entre as Metrópoles; no segundo, de ordem jurídica, resumiu-se na aplicação do instituto romano do Direito Civil *ut possidetis*, na órbita do Direito Público...”

Finalmente, pelo Tratado de Madri, em seus artigos 3 a 9, a fronteira sul-americana começava na barra do regato que saía do Monte Castilhos Grande; da fralda dêste seguia em linha reta até ao mais alto cume do Monte, ficando de um lado a costa e a vertente da lagoa Mirim, do outro a do rio da Prata. A divisória continuava até as cabeceiras do rio Negro; por cima destas, até a margem oriental do rio Uruguai. As vertentes da lagoa Mirim ou rio Grande ficavam para Portugal; as do Prata, para a Espanha.

Seguia pelo rio Uruguai até encontrar o Pequerí; acompanhava o leito deste rio até a origem principal; desta, seguia pelo mais alto do terreno até achar a cabeceira do mais vizinho afluente do rio Grande. Prosseguia pelo álveo desse afluente, depois pelo rio Iguaçu, até a foz deste na margem oriental do rio Paraná...

Deu isso lugar a que se formassem, em 17 de janeiro de 1751, duas comissões demarcadoras, uma para o Norte e outra para o Sul. Para a demarcação da parte meridional foram nomeados: pela Espanha, o Marquês do Val de Lirios; por Portugal, o Capitão General Gomes Freire de Andrade, 1º Conde de Bobadela. Os dois comissários se encontraram em Castilhos Grande, em setembro de 1752, dando início aos trabalhos.

Dêsse modo, afirma renomado historiógrafo, pelo Tratado de Utrecht de 1713 e principalmente pelo de Madri de 1750, foi fixada juridicamente, em suas linhas gerais, a atual configuração territorial do Brasil, e foi, graças ao *ut possidetis*, reconhecido como regra geral que o Brasil conseguira resolver pacificamente todas as suas questões de limites.

Contudo, D. José I de Portugal e D. Carlos III da Espanha — pretextando estabelecer uma perfeita harmonia entre as duas Coroas e uma inalterável união entre os seus vassallos, em face de freqüentes motivos de controvérsia, e de contestações opostas a tão louváveis fins — resolveram, pelo Tratado de Pardo, de 12 de fevereiro de 1761, anular o consentâneo acordo de 1750 que, mandando observar as convenções anteriores, entregara à Espanha a Colônia de Sacramento.

Tal resolução foi violentamente criticada pelo Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, antigo Governador da Colônia de Sacramento, que em seu relatório condenou-a formalmente, como contrária aos interesses de Portugal. Mas, Alexandre de Gusmão, na

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1840, refutando os argumentos expendidos por Vasconcelos em 8 de setembro de 1751, apresentou convincente defesa.

Acresce que no Brasil os índios guaranis, que ocupavam as terras dos Sete Povos das Missões, guiados pelos jesuítas, hostilizavam sistematicamente os demarcadores; e Gomes Freire, para vencer tal resistência, optou pela campanha militar, que terminou com a completa derrota dos recalcitrantes na batalha de Carobaté, travada a 10 de fevereiro de 1756.

No entanto, havendo Portugal se aliado à Inglaterra pelo Pacto de Família, concluído pelos Bourbons, que governavam a Espanha, a França, Parma e Nápoles, teve que sustentar a guerra de 1762 a 1763, a qual, embora lhe restituindo a Colônia de Sacramento pelo Tratado de 10 de fevereiro de 1763, não pôs termo à luta — que continuou vigorosa — nas regiões banhadas pelo rio da Prata.

As alterações ocasionadas nos governos de Lisboa e de Madri originaram ambiente favorável à Espanha no atinente aos limites em litígio. Quanto a Portugal, assumindo o trono, D. Maria I afastou do governo o célebre estadista Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, cuja política, à época, sofrera grande reação, tanto que na Espanha foi também substituído, no governo, Grimaldi, o ardiloso genovês. Daí o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1 de setembro de 1777 por D. Carlos III e D. Maria I, ratificado em Lisboa a 10 e, em São Lourenço El Real a 11, tudo do mesmo mês e ano.

As negociações, porém, se cingiram à demarcação da fronteira meridional brasileira, visto como do Pepiri-Guaçu para o Norte as linhas do Tratado de 1777 se confundiam com as traçadas em 1750. Assim, pelo novo Tratado o Brasil perderia o vasto território das Missões em benefício do Uruguai.

E a indiferença de Portugal nessa solução foi tal que motivou afirmar o historiógrafo General J. J. Machado de Oliveira, em profundo estudo, que a despeito do próprio chefe da comissão espanhola de demarcação qualificar o Tratado de Santo Ildefonso como "lesivo e mui prejudicial aos interesses de Portugal, não demoveu o governo lusitano de seu propósito de lhe fazer dar a mais restrita e pontual execução!"

A nova guerra de 1801, entre Portugal e Espanha, fez com que as tropas do Rio Grande do Sul, do comando do Governador Sebastião Veiga Cabral, expulsassem da região litigiosa as tropas espanholas e, afirma notável escritor, "se não fôra a prudência de Cabral, seguramente que os luso-brasileiros, no seu ímpeto, chegariam à margem esquerda do rio da Prata". Firmaram-se, então, na barra do Chuí, fixando definitivamente a fronteira brasileira neste arroio, à margem esquerda da Lagoa Mirim a Oeste, e o rio Jaguarão a Noroeste.

Pôs um paradeiro a esta última guerra, que se iniciara em fevereiro, o Tratado de Paz de Badajoz, firmado a 6 de junho de 1801; consequentemente, não foi revalidado o de Santo Ildefonso, nem mandado restabelecer o **statu quo ante bellum**, continuando incorporados ao Brasil os territórios conquistados no Rio Grande do Sul.

Com a ascensão da Casa de Bragança à coroa portuguesa, surgiu o desejo de estender a fronteira da colônia luso-brasileira até a margem esquerda do rio da Prata; aguardava-se apenas um pretexto para agir. Este surgiu quando D. João VI — impressionado com o surto libertador iniciado em 1810, que empolgou as províncias subjugadas pela Espanha, as quais foram sucessivamente proclamando a sua independência — resolveu intervir.

Assim é que o Príncipe Regente — antepondo-se às pretensões de

José Artigas, no sentido de reunir numa Confederação as Províncias de Santa Fé, Córdoba, Entre Rios, Corrientes e as Missões, com a libertação da Banda Oriental, sua pátria — organizou forte Exército, comandado pelo General Carlos Frederico Lecór, Barão da Laguna e apoiado pelas forças do General Joaquim Xavier Curado que operavam no Rio Grande do Sul. Destarte, foi o Uruguai invadido em 1816 e ocupada Montevideu.

Após a campanha militar de 1811 a 1820, que colimou com a fuga de Artigas para o Paraguai, onde ficou internado, Lecór iniciou negociações diplomáticas e conseguiu, pela aclamação geral de 16 de junho de 1821, a incorporação do Uruguai ao Brasil, com a denominação de Província Cisplatina, apoiada pelo Tratado de 31 do mesmo mês e ano.

No entanto, por trás dos bastidores se achava a Argentina, que sonhava reconstruir o Vice-Reinado do Rio da Prata, com a incorporação do Uruguai. Essa a razão da política hostil, reinante na Província Cisplatina, contra o Brasil, oriunda dos manejos de Buenos Aires para promover a insurreição do povo uruguaio.

Entretanto, todo o esforço empregado nesse sentido tornou-se nulo, pois com a interferência argentina foi empreendido o célebre golpe dos 33 orientais, encabeçados por Rivera e Lavalleja, pugnando pela emancipação política de sua pátria. Nessa oportunidade, Buenos Aires interveio diretamente na questão, invadindo o Rio Grande do Sul com numeroso exército, sob o comando de D. Carlos de Alvear, do que resultou a sangrenta batalha do Passo do Rosário, cujo desfecho motivou o Tratado de 27 de agosto de 1827, no qual foi reconhecida pelos dois contendores a independência do Uruguai, voltando, finalmente, o limite meridional brasileiro para o arroio Chuí...

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dactilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDERÊÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

COMENTÁRIOS À HISTÓRIA

VICENTE AMORIM

O modo por que sempre se apreciou os acontecimentos e se fez sentir os fatos da nossa vida social e política, não é demais que se o demonstre aos que não ousam nem se preocupam de pesquisá-los com o interesse de conhecê-los com a certeza justificada e verdadeira que só se encontra no pó dos arquivos.

Não nos tem faltado oportunidade de lembrar os quantos cochilos de nossos comentadores apaixonados ou apressados, colhidos em contradições com a verdade histórica, como na data do descobrimento do Brasil e entre outras, a da fundação de Petrópolis, surgida entre as montanhas "mui grandes", no modo de se expressar Pero Lopes de Sousa, no seu "Diário de Navegação", quando da esquadra de Martim Afonso, ancorada no golfo da nossa Guanabara, pelos idos de 1531.

Os assuntos interessantes de nossas palestras com os leitores, não nos tem faltado o aprêço de muitos dêles, e é assim que vamos abordar um assunto subordinado aos nossos desejos de concorrer para o estudo do passado da nossa existência entre os povos modernos do nosso continente.

Quando se construiu o primeiro trecho ferroviário no nosso território, graças à energia e à clarividência de um brasileiro, que simples empregado no comércio do Rio de Janeiro tivera a felicidade de visitar a Grã-Bretanha, onde angariou grandes amizades, o Governo do Império já se encontrava às voltas com o estudo desse problema, mais que necessário ao nosso País, tendo em vista a sua extensão territorial.

Irineu Evangelista de Souza, que naquela época tornara-se o mais decidido desbravador dos nossos recursos industriais, compreendeu as dificuldades que as-sobreviam a administração pú-

blica, sem os meios indispensáveis à aproximação dos vários núcleos de população, já disseminados, e cogitou de levar a efeito essa grandiosa obra patriótica, com espírito elevado e sabedoria.

Tomou por ponto de partida a obra da Guanabara, galgando a Serra da Estrêla, para ir em busca das "minas gerais", cujos produtos exportáveis, especialmente o ouro, era a especiaria mais cobiçada desde os tempos coloniais e que desciam no dorso dos animais pela velha estrada das "lajes soltas", como ficou conhecida, depois de ser modificada por determinação do Príncipe Regente, em 1801.

O Pôrto da Estrêla, cuja vila florescia com o comércio que tomava vulto na época, os seus habitantes não permitiram que se transformasse em ponto inicial da via férrea, a primeira em terras do Brasil, dando margem a que seu criador buscasse em outro local da freguesia de Nossa Senhora da Guia, um ponto para desembarque, mais acima do Pôrto

da Estrêla, que veio a se denominar de "Mauá" quando da inauguração do primeiro trecho até o Frágoso, com quatorze quilômetros e quinhentos metros (14,500), em 1854, tendo sido iniciada a sua construção em 29 de agosto de 1852, e tendo atingido a atual Raiz da Serra, em 16 de dezembro de 1856.

A sua execução deu-se em virtude de contrato com o Governo da Província, de 27 de abril de 1852, "para a construção de uma estrada de ferro que partindo da Praia da Estrêla fôsse ter à Raiz da Serra de Petrópolis", e da aprovação do Governo Imperial, em 12 de junho também de 1852, pelo Decreto n. 987, "concedendo ao Comendador Irineu Evangelista de Souza o privilégio para a construção da estrada e navegação a vapor da Côte ao ponto onde tivesse início a referida estrada".

A Estrada Normal da Estrêla que ainda hoje vemos na Serra, entrecortada pela linha férrea, fôra durante muito tempo um complemento da estrada de ferro construída pelo Comendador Irineu Evangelista de Souza, depois Barão e Visconde de Mauá, facilitando da Raiz da Serra em diante, de carruagens e passageiros que vinham do cais da Prainha na Côte até o pôrto de Mauá em barcos a vapor e dêsse ponto à Raiz da Serra no trem, de onde galgavam a montanha acomodados em carros ou diligências, puxadas a quatro animais, assim como também os cargueiros que demandavam o interior: estrada esta que fôra construída através dos despenhadeiros da Serra da Estrêla ou do Cayoaba, pelo nome do rio que desce das cabeceiras até ganhar o Inhomirim na baixada.

A primitiva estrada de cargueiros, neste trecho da serra, desde os tempos coloniais, aproveitava o rastro dos silvícolas que viviam nas imediações e esgueiravam-se pela encosta dos penhascos e margeavam o Cayoaba, servindo-lhes de roteiro nas suas excursões

e caminhadas, e que foi adaptada ao tempo dos Vice-Reis pelos civilizados e melhorada até dar passagem às tropas que vinham do Piabanha, as quais antes tinham as suas saídas pelo vale do Paraíba para alcançar, primeiramente, a via marítima de Parati e depois por Marcos da Costa e a "roça" do Alferes, até alcançar Irajá e Inhaúma.

O sonho de Mauá só fôra, afinal conhecido quando da inauguração do primeiro trecho de sua ferrovia, em 1854, por quantos assistiram a solenidade, sob aplausos entusiásticos, na ocasião em que fôra apresentado a D. Pedro II, pelo seu Ministro do Império, no intuito de agradecer ao Monarca a distinção de lhe haver conferido o título de Barão de Mauá, coincidindo ter sido aquele Ministro que lhe referendou o título, o mesmo Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que quando Presidente da Província, celebrou o contrato da construção do referido trecho ferroviário.

O seu pensamento, os seus anseios, sonhando com a liberdade da produção e o desejo do progresso de sua pátria com a facilidade dos transportes, em um dos arremessos do seu entusiasmo, agradecendo a presença de Sua Majestade ao ato inaugural, assim se expressou: — "Esta estrada de ferro que se abre hoje ao trânsito público, é apenas o primeiro passo na realização de um pensamento grandioso. Esta estrada Senhor, não deve parar, e se puder contar com a proteção de Vossa Majestade, seguramente não parará mais, senão quando tiver assentado a mais espaçosa de suas estações na margem esquerda do Rio das Velhas".

Entretanto, só em 31 de dezembro de 1872 é que se vê assinado o contrato de seu prolongamento até Petrópolis, apenas, pelo governo da Província, com o mesmo Barão de Mauá, e afinal, só aprovado pela lei provincial n. 1965, de 10 de dezembro de 1873, dezoito anos depois da inauguração da sua primeira seção até

o Fragoso, antigo Entroncamento e atual Piabetá, e dezesseis anos após a sua terminação final, na Raiz da Serra, em dezembro de 1856.

Mauá não pôde tornar realidade, infelizmente, os seus sonhos acalentados com tanto carinho, porque os maus fados fizeram com que a concessão caducasse, pela insuficiência demonstrada do capital destinado às obras, de cujo contrato constava a garantia de juros, apenas de 7 por cento, sobre o capital de seiscentos contos de réis, tendo lhe sido negado o aumento do capital por ele solicitado. Feneceu assim o seu esforço, as suas esperanças, idealizadas pelo seu cérebro para a solução do problema da grandeza nacional por intermédio do regime ferroviário, no seu tempo.

Mas aí, já o antigo Córrego Sêco de Serra Acima, tinha pressa de ser desvendado pelo progresso de que participava e o governo da Província, em 12 de fevereiro de 1879 contratava com os irmãos Calógeras, Michel e Pandiá, e Luiz Berrini, a construção do trecho ferroviário de Raiz da Serra a Petrópolis, conseguindo realizar assim as aspirações do grande bandeirante e espírito realizador do Barão de Mauá, já agora com a denominação de E. de F. Príncipe do Grão Pará, tendo servido de base à referida construção os estudos feitos por Mauá, que pelos seus grandes sentimentos, cedeu-os graciosamente aos novos contratantes, a fim de que se tornasse em breve, realidade, a sua grandiosa idéia, os quais, depois de uma revisão realizada, foi possível conseguir um traçado menos dispendioso 60 por cento do que o primeiro.

Esta construção começou em 1º de agosto do mesmo ano da concessão e só terminou em 18 de fevereiro de 1883, quando às 10 horas da noite foram assentados os últimos trilhos, tendo no dia seguinte, 19, realizado-se a inauguração oficial, com a entrada na Estação de Petrópolis, do primei-

ro comboio da E. Ferro Príncipe do Grão Pará, conduzindo a Família Imperial e convidados, e a 20 do mesmo mês foi aberto o tráfego ao público. Ainda viveu durante muitos anos em Petrópolis, em sua residência, na Avenida Cruzeiro, hoje Rua João Pessoa, o Engenheiro Carlos Detsi, que fez a viagem inaugural do Alto da Serra a Petrópolis, sentado no limpa-trilhos da máquina.

Segundo os rumores daquele tempo, Mauá não conseguiu continuar a sua grandiosa obra, levando os trilhos da sua via férrea até a margem esquerda do Rio das Velhas, porque houve oposição por parte dos proprietários das grandes tropas de animais que faziam o serviço de transporte da produção entre os centros produtores e a Corte dos Vice-Reis, os quais, faltando-lhes esse encargo, iriam ter enormes prejuízos, como aconteceu em 1888, com a abolição da escravatura, ferindo fundo a economia dos possuidores de escravos, embora fôsse necessidade inadiável a sua extinção.

Parece terem sido verdadeiros esses rumores, por isso que, justamente no ano em que se realizava a inauguração da linha férrea até Raiz da Serra (1856), iniciava-se a construção da Estrada União e Indústria, no dia 12 de abril, cuja placa em mármore, comemorativa, ainda encontra-se nos nossos dias, aposta na muralha de um dos primeiros prédios, no princípio da Westphalia, tendo sido a concessão requerida para o referido empreendimento por Mariano Procópio Ferreira Laje, assinada em 25 de setembro de 1854, tomando o n. 501, concedendo a garantia de juros de 5 por cento, e tendo o governo provincial solicitado o auxílio do governo Imperial, que por decreto n. 839, de 12 de setembro de 1855, concedeu o auxílio de 2 por cento de juros sobre o capital empregado, elevando assim os juros para 7 por cento.

O grande empreendimento, pode-se dizer, foi um dos grandes

elementos que contribuíram para o surto das comunicações, mas um dia, afinal, a Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará levou o prolongamento de suas linhas até a localidade do Areal, prejudicando em parte a sua vida econômica, assim como também muito contribuiu para isso, a construção da estrada de rodagem Silveira da Motta, levada a efeito

em 1860, tendo início na localidade de Posse dos Carneiros para São José do Rio Preto, com o auxílio de muitos dos fazendeiros locais, que para esse fim se empenharam com a finalidade de auxiliar o Presidente da Província que projetara e levava a efeito a sua construção, o Conselheiro Ignácio Francisco Silveira da Motta.



INFANTARIA

A *Infantaria* é, essencialmente, uma arma de combate aproximado. Sua missão principal, no ataque, é tomar *contato com o inimigo, destruí-lo ou capturá-lo*; na defesa, manter a posse do terreno e repelir o ataque inimigo.

A infantaria luta com a combinação de *fogo, movimento e ação de choque*. Com o fogo, inflige perdas ao inimigo e neutraliza a sua força; com o movimento, dele se aproxima e torna o próprio fogo mais eficaz; com a ação de choque, completa a sua destruição e conquista o terreno.

A possibilidade de ações independentes, pelo emprêgo de suas próprias armas, é muito limitada na infantaria. A sua potência ofensiva decresce apreciavelmente quando a liberdade de manobra é limitada, ou quando se defronta com uma posição organizada defensivamente. Sob essas condições, ou contra uma força de armas combinadas, a potência de fogo da infantaria deve ser convenientemente *reforçada pelo apoio de artilharia, carros de combate e de outras armas*. É, também, essencial a coordenação com a aviação de combate. A capacidade defensiva da infantaria atinge o máximo, quando ela ocupa uma posição organizada defensivamente, ou quando a liberdade de manobra do inimigo é limitada.

— O regimento é uma unidade tática e administrativa. Compreende: três batalhões, quatro companhias (obuses, antitarros, serviço e comando), além de outros elementos.

O RI moderno possui grande potência de fogo para o combate aproximado; constitui, por outro lado, verdadeira miniatura de um destacamento de todas as armas.

— O regimento, combinado com um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia, além de outros elementos de saúde e transmissões, passa a constituir, no caso de operações descentralizadas (preliminares, ataques parciais e aproveitamento do êxito), um grupamento tático (GT), conhecido, pelos norte-americanos, como "combat team".



N. 7-59

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

I — DOCTRINA:

“Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba” — 1. “Princípios Fundamentais da Geopolítica”.
— JOHN E KIEFFER, Ten.-Cel. (Trad. por A. de A. Lima).

II — ESTUDOS E ENSAIOS:

“O Sentido Geopolítico do descobrimento do Brasil” (Conclusão do número anterior) — OMAR EMIR CHAVES, Cel..

III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA:

1. “O Brasil e a Defesa do Ocidente” — Introdução — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel..

2. “Os Investimentos Norte-Americanos e a Evolução Econômica da América Latina” — PIERRE MONBEIG, Prof. (Trad. por Olga Buarque de Lima).

IV — FRONTEIRAS:

BRASIL-BOLÍVIA

“O Acôrdo de Roboré” (1ª parte) — OCTAVIO TOSTA, Maj..

V — ARTIGO ESTRANGEIRO:

“Visões Geográfico-Políticas Mundiais” (Conclusão dos dois números anteriores) — ANGEL RUBIO, Prof. (Trad. por Geraldo Magarinos, Maj).

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sobre **GEOPOLÍTICA**:

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esgt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

I - DOCTRINA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E BASE DA GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E CUBA

Tenente-Coronel JOHN E. KIEFFER — U. S. Army. (Traduzido do "Boletim del Ejercito" (Cuba) de julho-agosto de 1954, por A. DE A. LIMA (*).

1 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GEOPOLÍTICA

A Geopolítica tem sido a ciência mais discutida e objeto de grande controvérsia desde os dias da alquimia. Sua história é tormentosa e caracteriza-se pelos mais violentos extremismos. Por um lado, ela tem sido desprezada, degradada e quase esquecida, mas por outro tem sido exaltada, divinizada, e elevada freqüentemente à categoria de "razão de ser" de todas as decisões políticas supremas. Sua complexidade está no fato dela não ser uma ciência pura, mas constituir uma fusão de muitas outras. Causa temor porque, tal a dama vaidosa que busca seduzir, ela é fácil de corromper. É vital, porque a existência futura de um Estado, e até de um indivíduo, pode depender dela.

Parece que não há dois geopolíticos que concordem quanto ao caráter e limitações exatas da Geopolítica, embora todos opinem que se trata de uma disciplina totalmente diferente de qualquer outra existente no campo das ciências políticas, ou da ciência em geral. Se por um lado utiliza métodos científicos, por outro não está subordinada às leis rígidas da ciência especulativa, porque seu âmbito envolve problemas relacionados com a humanidade e que não estão subordinados a leis científicas imutáveis. É bastante descritiva. A Geopolítica, ao contrário do que se passa com as outras ciências afins, não se satisfaz em descrever e explicar condições, mas vai muito além disso, procurando alicerçar as bases das decisões políticas que afetam, não a um simples Estado, mas a estrutura política fundamental e as relações com o mundo inteiro. Não se trata de um conjunto novo de teorias, de regras, ou de uma filosofia, mas de um sistema de operações, de um método de alcançar objetivos, um verdadeiro plano de ação praticado pelo Estado.

A definição da Geopolítica é o primeiro obstáculo a considerar-se, porque não se apresenta sob uma forma simples, concisa, universalmente adequada e aceitável. Rudolf Kjellén, que deu nome a esta disciplina, não pôde redigir uma definição que fôsse universalmente compreendida. Sua contribuição foi a seguinte: *A geopolítica é a teoria*

(*) O presente artigo foi transcrito da "Revista Marítima Brasileira" de Nov-Dez 54 — Também foi publicado na "Revista Militar" (Bolívia) ns. 213-214 de 55, 215-216 de 55 e 219-222 de 56.

do Estado considerado como órgão geográfico, ou como fenômeno no espaço. Com um tal início, compreende-se o receio dos geopolíticos ao terem que dar uma definição, dizendo que ela é a aplicação geográfica da política, ou a aplicação política da geografia. Os mais honestos diziam que a Geopolítica é o que os políticos fazem.

Essencialmente falando, a Geopolítica compreende uma variedade de temas, teorias e fatos. Pode ser apreciada como a teoria do procedimento internacional onde os desejos, ambições e necessidades da Pátria são considerados fatores supremos. Pode ser a base da política exterior, ou a política propriamente dita. É também um sistema de análise por meio do qual se estuda a formação de um Estado no meio social, político e econômico, e seu enquadramento estratégico e geográfico.

Quero crer que a Geopolítica seja um sistema de julgamento e análise, e embora a definição que concebi esteja ainda imperfeita e incompleta, é a que está sendo aceita como um último recurso, pelo que aqui a apresento como um ponto inicial: *A Geopolítica é o estudo dos elementos sociais, políticos, econômicos, estratégicos e geográficos de um Estado, indicando os métodos que ele possa usar para a formação e a fruição de sua política internacional e de seus objetivos.* Tudo o que eu posso dizer em sua defesa é que eu a entendo, embora os outros não a compreendam, o que já é bastante para um geopolítico.

A segunda pergunta de difícil resposta seria esta: Por que existe e como opera a Geopolítica? A Geopolítica é uma consequência natural do progresso e o reflexo dos nossos tempos. É, por natureza própria, um fenômeno essencialmente moderno, embora esteja profundamente enraizada no solo do passado. Temos exemplo disso na Era Napoleônica quando os grandes estrategistas do século XIX já haviam começado a raciocinar de acordo com a Geopolítica.

Na época atual, as relações políticas entre dois países afetam geralmente todo o mundo. Devido à melhoria crescente das facilidades de transporte, à interdependência econômica e aos armamentos de destruição em massa, as relações políticas internacionais podem comparar-se ao fenômeno que se observa quando lançarmos uma pedra às águas tranqüilas de um tanque. Os círculos concêntricos de água encrespada partem do ponto de queda da pedra, desenvolvendo-se os círculos numa série que se erija num maior ou menor grau. Nenhum Estado pode hoje permanecer totalmente à margem dos assuntos, ações e aspirações de cada um dos demais Estados. Discutirei mais detalhadamente este assunto na minha próxima conferência.

A Geopolítica é além disso uma consequência do nosso progresso industrial, tornado enormemente mais forte. O progresso da ciência e dos inventos, e o relêvo dado à mecanização, desenvolveram-se e permitiram um maior emprego dos recursos naturais. Devido, porém, ao fato da natureza não ter distribuído equitativamente tais recursos entre todos os Estados, o aumento da produção tem servido para avolumar a competição na obtenção das matérias-primas do Estado industrial. Um Estado que gozava outrora uma existência tranqüila e isolada, esquecido pelas grandes potências, pode hoje ser elevado a uma situação, difícil de explicar-se, de ser estrategicamente importante, porque possuía uma simples matéria-prima vital. Isso pode redundar numa situação inquietante e perturbadora para o Estado minúsculo.

A Geopolítica parte da Geografia Política, mas é preciso dar-se-lhe um sentido dinâmico. Ao examinarem o enquadramento político-geográfico de um país, os geopolíticos trocam o conceito — "Isto é o que temos, mas como poderemos aproveitá-lo?" pelo que diz: "É disto que necessitamos; como poderemos obtê-lo a fim de conseguir o que dese-

jamais?" Esse sentido dinâmico foi o que abriu as portas da geopolítica à deturpação e acarretou-lhe a má reputação durante a segunda guerra mundial.

Homens do quilate de Karl Ritter, Frederick Ratzel e Heinrich von Treitschke, que podem ser considerados precursores desta ciência, esqueceram-se do fato de que, no âmbito da vida internacional, o esforço em prol da conquista dos objetivos políticos só é tolerado dentro dos limites da consideração e respeito aos direitos e prerrogativas dos demais Estados. Se a Geopolítica mantiver-se dentro da estruturação das normas da moral internacional, transformar-se-á então numa verdadeira bênção para qualquer país. Entretanto, fazendo-se uso dela sem a devida consideração pelos interesses de outros Estados, a Geopolítica transforma-se num instrumento de agressão e crueldade, conforme aconteceu durante o regime hitleriano, e ainda vemos hoje sob o domínio do Kremlin. Não podemos negar que tal orientação converter-se-á facilmente numa arma agressiva que poderá destruir a paz mundial. O proceder da nação que agir dentro de uma estrutura de geopolítica pura, influirá muito sobre a espécie da reputação que lhe faculta a dita ciência.

Com estas prévias palavras acauteladoras, examinemos a ciência geopolítica e suas premissas básicas. A Geopolítica tem suas origens na Geografia Política, na Filosofia, na História e na Estratégia, bem como na própria Geografia. Conforme dissemos, ela estuda o patrimônio e as insuficiências de um país e trata de determinar o ponto de alcance máximo do Estado dentro de suas limitações. A filosofia dá-nos a lógica e o raciocínio que permitem aos geopolíticos analisarem e deduzirem, desde que não se esqueçam de que devem obedecer a certos preceitos fundamentais. Por meio do estudo da história, ficaremos sabendo a reação que os Estados sofrem, quando são submetidos a diferentes estímulos políticos, quais são suas fraquezas, ambições, sonhos, ideais e esperanças. A história serve, em certo sentido, de laboratório ao geopolítico, pois que seu estudo proporciona ocasião para evitarmos os erros de ontem e predizermos, dentro dos limites prováveis, os que poderão ocorrer amanhã. Mediante uma análise cuidadosa pode até permitir que superemos os triunfos dos nossos predecessores.

O estudo da Estratégia é uma fonte de informação geopolítica muito importante. Enquanto as outras três podem indicar claramente o que se fará, a estratégia é o ramo que mostra como deveremos fazer. Ela é talvez o centro dinâmico da ciência. O sentido apropriado da Geopolítica exige que se aprecie a Geografia, bem como sua aplicação ao assunto que estudamos. Devemos acrescentar-lhe outros elementos, tais como a economia, a sociologia, a psicologia de uma nação, e outros inumeráveis fatores marginais.

A experiência tem demonstrado que a convivência entre Países só pode existir se eles formarem parte de uma grande família internacional. Todos os Estados devem desfrutar atributos de igualdade, independência e soberania, e todos devem ser respeitados sob as mesmas normas de igualdade. Os Estados que desrespeitarem estes princípios, fazem-no sob responsabilidade própria, e terminam sempre num desastre, depois de lançarem o mundo em guerras terríveis e cruentas. A aliança do Hemisfério Ocidental baseia-se presentemente neste postulado, e, embora ele não venha funcionando com perfeição, tem contribuído melhor que qualquer outro princípio para a defesa da paz.

O abandono de tais compromissos por meio de interpretações geopolíticas foi a causa da derrocada do Estado Alemão. A má interpretação e a deformação deliberada dos conceitos fundamentais da Geopolítica, como justificativa para uma agressão, contribuíram muito para

solapar o já vacilante Reich de Hitler. Esse ato de má fé não invalida as virtudes da Geopolítica de bons propósitos, do mesmo modo que a Química não poderá ser responsabilizada porque suas fórmulas estejam sendo empregadas na produção de gases venenosos. Serve até para mostrar que todas as ciências podem ser utilizadas para a prática do mal, se a pessoa que as empregar assim o entender. Desgraçadamente, porém, grande parte do conceito popular sobre Geopolítica baseia-se na escola de Munique e está muitíssimo distante da realidade.

Finalmente, a Geopolítica ocupa-se do poder do Estado e do seu emprego em assuntos internacionais. Estamos assim preparados para sair do campo da mera teoria e considerar os fatos e fatores em vez dos axiomas filosóficos. A Geopolítica reconhece *seis fatores* como unidades de medida na avaliação do poder do Estado e, a menos que esses fatores apareçam ou possam ocorrer, ou ocorram, em perfeita, ou quase perfeita combinação, a ambição que um País tenha de converter-se em grande potência está destinada a um enorme fracasso.

Conseqüentemente, a posse, ou a falta, daqueles fatores pode motivar uma agressão ou fornecer ao possuidor os recursos para alcançar seu objetivo. Eles podem controlar ou ditar decisões que não sejam facilmente visíveis ao resto do mundo. O fracasso inicial na aquisição de um deles pode causar o colapso do programa do Estado. Em resumo, eles representam o poder e, no caso de não se apresentarem em perfeito acordo, poderão significar uma derrota.

Se estudarmos separadamente os fatores, não será possível atribuir-lhes valores relativos de importância, visto que o grau de influência de qualquer deles, considerado separadamente, varia com a situação. Devemos portanto considerá-los como um complexo de poder e enumerá-los de modo arbitrário quanto à *extensão e forma, ubiquação geográfica, climatologia, recursos humanos naturais, e capacidade industrial, organização política e social*. Tem havido nos últimos anos uma certa tendência para acrescentar-se um sétimo fator — os recursos militares organizados — mas não podemos considerá-lo um fator permanente, pois decai às vezes como elemento de poder internacional, embora aumente seu potencial militar.

É claro que para existir um Estado é preciso que ele possa contar com território como base do poder militar de uma nação, pois doutra forma não haverá Estado. O tamanho do território influi muito no grau de poder que um Estado desfrutar, mas de maneira alguma representa um fator decisivo. Poder-se-á pensar que, quanto mais extenso for um Estado, tanto maior será seu poder, mas esse critério de julgamento não é perfeitamente certo.

A *extensão territorial* não é bastante, e os fatores deverão existir numa proporção suficiente, para garantia do triunfo. É bem possível que um país possua uma vasta extensão territorial mas tenha tanta deficiência de outros recursos que se torne uma potência secundária. O contrário disso também é certo. Frequentemente, uma nação de superfície média, mas possuidora dos demais requisitos que lhe proporcionem recursos bastantes, poderá converter-se num elemento de valor mundial, e isso independentemente de seu tamanho. Um Estado relativamente pequeno pode, mediante a expansão, adquirir o que necessita, aumentando sua extensão territorial e seus fatores críticos até o ponto de conquistar o respeito e o reconhecimento mundial.

Todavia, no caso de uma agressão estrangeira, a extensão territorial desempenha um papel importante com relação ao potencial defensivo. Nessa hipótese, quanto maior for o país, maior será a probabilidade de êxito da defesa em profundidade, se for prolongada a resistência e se os

demais fatores não forem de funesta deficiência; haverá nesse caso máis probabilidade de uma vitória final. Os países pequenos são invadidos com rapidez e facilidade, ao passo que os de grande extensão, como a Rússia e a China, têm desorganizado freqüentemente as forças invasoras, cedendo o espaço territorial em troca do tempo ou alongando a linha de comunicação inimiga até rompê-la.

A forma geográfica de um País exerce uma influência importante na posição de um Estado e na sua política externa. A densidade territorial é preferível às configurações alongadas, quando se cogitar de um País que aspire adquirir poder mundial. Os Estados de dimensões extensas defrontam-se com o problema da defesa de fronteiras extensas, com suas regiões industriais e de matéria-prima muito próximas das fronteiras, e a capital da nação ao alcance fácil das forças invasoras. Nesse caso, sendo difícil a defesa das fronteiras, os invasores mutilarão irremediavelmente, e em pouco tempo, o País adversário. Estados como a Noruega, Itália, Suécia e Chile poderiam ser rapidamente invadidos e divididos. Os problemas de defesa de uma região como a do Chile, com 2.600 milhas de litoral e apenas 100 milhas de fundo, têm necessariamente que desempenhar papel importante na sua política.

A forma compacta favorece a defesa em profundidade: oferece melhor proteção às áreas vitais, dá um caráter mais positivo e indiviso, e assegura mais facilmente a defesa das fronteiras. Entretanto, e de novo como no caso da extensão, a densidade territorial não é por si só uma garantia de segurança e de poder, da mesma forma que o território amplo não constitui uma ameaça absoluta para a existência ininterrupta de um Estado. Alguns Estados bem compactos tornam-se vulneráveis em consequência de outros fatores, estando até muitos deles bastante fora do controle do País. A França, por exemplo, que é considerada o Estado protótipo em compacidade territorial, tem suas regiões vitais entre a capital e a fronteira mais vulnerável, mas tanto a capital como suas áreas de importância essencial acham-se muito próximas da fronteira de seu vizinho mais poderoso — a Alemanha. A História mostra-nos que foi essa circunstância que contribuiu para que o poderoso exército alemão compelissem a França a capitular, e somente mediante a ocupação de um trecho relativamente pequeno do território francês.

Outros exemplos de densidade territorial de valor duvidoso poderiam ser apontados, tais como a falta de fronteiras defensáveis naturalmente, fronteiras que não permitam uma delimitação apropriada, e regiões fronteiriças ocupadas por elementos dissidentes ou grupos irredentistas. A compacidade territorial, que tenha deficiências irremediáveis nestes elementos, também terá invalidada sua importância.

A situação geográfica desempenha também um papel quase vital, e nesse ponto devemos considerar a *ubiquação geográfica* em relação a outros pontos de consideração, de preferência à *ubiquação* baseada na latitude e na longitude. A Geopolítica interessa-se pela *ubiquação geográfica* em função das águas oceânicas e fluviais de *ubiquação estratégica*, acessibilidade e *ubiquação cultural ou política*. Cada um desses elementos de localização tem uma significação especial na posição geopolítica de um Estado e no seu nível de poder.

É um axioma geopolítico fundamental o fato de, se todos os demais fatores permanecerem iguais, o poder de um Estado e sua *posição no mundo*, assim como sua projeção política geral, variarem na razão direta do grau da acessibilidade marítima. De um modo mais simples, quer isso dizer que nenhum Estado sem fronteiras marítimas poderá converter-se numa potência mundial independentemente dos outros fatores. É possível que esse conceito possa modificar-se quando a "Era do Ar"

alcançar seu zênite. Até agora, porém, não há risco em aceitar-se como verdade a influência da ubiquação marítima em relação ao poder.

Em geral, quanto maior é o grau de acessibilidade ao mar, tanto maior é a oportunidade que uma Nação tem de converter-se em potência mundial. Há, entretanto, exceções a esta regra. Alguns Estados voltam as costas ao poder marítimo em favor do terrestre como fator dominante, porque seus interesses ou as ameaças principais aos mesmos estão principalmente ligados à terra. Tal foi o caso da França com relação à Europa Central e Ocidental. A preocupação que aquele País tinha em manter o poder terrestre deu à Inglaterra a excelente oportunidade de preocupar-se com o poder marítimo sem os obstáculos dos esforços e desafios por parte da França. Quando esta última nação desviou sua atenção do mar, entregou à rival o domínio dos mares, e a Armada Francesa converteu-se num elemento secundário de poder.

Alguns Estados, embora aparentemente bem aquinhoados com uma ubiquação marítima excelente, encontram-se literalmente arrojados para terra, em consequência de portos deficientes, litoral inabitável, ou devido à riqueza de suas zonas rurais. Esses Países não alcançam em muitos casos a posição de chefia entre as Nações. O caso recíproco deste é o de um Estado com uma excelente ubiquação marítima, mas sem ter o que possa oferecer em prol da conquista do poder.

Finalmente, citemos o Estado insular que, a menos que possua uma grande extensão territorial e abundância de recursos, não poderá explorar sua ubiquação para converter-se em potência mundial. Um Estado isolado só alcança poderio mundial mediante a colonização em um continente acessível que permita expansão e exploração. O Estado ilhado acha geralmente que suas proporções, recursos naturais, povoação escassa e desenvolvimento local impedem-no de conquistar preeminência mundial como uma potência, a menos que não se estenda para outras regiões. É o que se vê claramente no caso da Grã-Bretanha, e do Japão.

Demonstramos uma vez mais a necessidade da existência de um equilíbrio entre os fatores do poder. Possuir abundantemente um deles é tão prejudicial como possuí-lo no grau mínimo. Deverá existir sempre um equilíbrio apropriado. Há nações que têm explorado seu próprio poder terrestre num esforço para conquistar uma posição marítima adequada. O exemplo do que afirmamos observa-se na pressão que a Rússia faz para dilatar seu território na direção dos portos de águas cálidas, o que tem sido seu objetivo dominante na política internacional há vários séculos. Uma excelente situação marítima não é essencial para que uma nação seja poderosa, mas que desfrute também de algum poder militar. A ausência total dessa faculdade poderá retardar permanentemente que o Estado alcance o nível do poder desejado.

A *ubiquação geográfica* em função dos Estados vizinhos avalia-se geralmente sob o ponto de vista de forças comparativas. Reconhecemos se um Estado é forte em relação a outros fracos, ou a uma terceira espécie de Estados de forças comparáveis. Todos esses valores de classificação são relativos e não finais, e variam de acordo com as diferentes combinações que possamos fazer. Um Estado poderá ser fraco numa comparação, forte noutra, e equivalente numa terceira.

A *situação cultural* exerce uma ação importantíssima sobre o poder e sobre a análise geopolítica. A possibilidade de um conflito de proporção mundial entre os Estados poderosos e de nível cultural idêntico é menor que uma luta entre países de cultura muitíssimo diferente. Nem todos os elementos das normas etnográficas ou culturais devem ser necessariamente os mesmos para que se assegure a cooperação, mas a heterogeneidade não deve ser de tal monta que possa separar aos povos vizinhos. Encontramos freqüentemente dois países de cultura diferente ;

mas aliados em seus esforços para se oporem à prática de atos hostis contra um terceiro estado cuja cultura é similar apenas à de um dos outros dois. Frequentemente, a semelhança do linguajar, a literatura e o seu objetivo; as convicções políticas e as perspectivas comuns de povos diferentes excedem os limites geográficos ou políticos.

A importância da *situação estratégica* é bem compreendida por quase todos os militares, de sorte que será desnecessário repetirmos seus princípios fundamentais nesta conferência. Há, porém, alguns pontos tão relacionados com a Geopolítica que vale a pena mencioná-los. Não devemos, por exemplo, limitar nosso exame da situação geográfica ao simples emprêgo das forças militares. A guerra moderna e a política internacional exigem que determinemos o valor estratégico de uma região em função de seu valor econômico e potencial para a defesa e o ataque; sua importância em relação à nossa capacidade para fazer a guerra de maneira melhor do que em função da nossa habilidade de empregar as tropas. O conceito moderno de defesa e ataque dá valores às regiões que têm estado esquecidas por muito tempo, e o caráter global da guerra moderna tem transformado materialmente o panorama geral da situação estratégica.

O postulado geopolítico diz que a importância de qualquer região ou situação estratégica não é constante, mas relativa e que varia com as circunstâncias. Os novos armamentos, os modernos aperfeiçoamentos nos sistemas de comunicações e as novas procuras de recursos naturais tendem a alterar o caráter da situação estratégica. Pensemos por um momento sobre o que sucederia ao caráter estratégico das regiões petrolíferas, se o emprêgo do poder atômico se tornasse universal.

A localização estratégica varia de valor de acordo com o ponto de vista de diferentes Estados, de sorte que uma região que seja de importância vital para um deles pode não ter valor algum para outro. Assim, pois, ao definir-se qualquer situação estratégica, devemos ter muito cuidado para não avaliarmos em excesso ou deficientemente os variados recursos importantes, não só com relação ao nosso próprio Estado, mas também relativamente aos cálculos dos demais Estados. Eis por que um geopolítico insistirá em dizer que é de capital importância aprendermos a pensar da mesma maneira que o faria um natural da região que estivermos examinando. É preciso, por exemplo, que nos coloquemos objetivamente no papel do inimigo, tal como o fará um cidadão leal ao país.

Devemos desde logo levar em consideração o *clima* de um Estado e neste caso deparamos novamente com alguma coisa de interesse evidente. Os povos e os governos prosperam num clima bom e suportável. Quanto mais rigorosas forem as características climáticas, tanto menor será o desenvolvimento político, muito embora não devamos dar valor demasiado a tal critério. Havendo aeronaves à disposição, as regiões que até agora dispuseram de recursos inexplorados, adquirem importância apesar das condições climáticas que tornarem impossível ou irrealizável a política. As regiões polares, que até bem pouco tempo eram inexploradas, e outras mais, definitivamente inóspitas, agora resplandecem de importância no pensamento estratégico. Há um critério básico na Geopolítica estabelecendo que uma região não precisa possuir poder ou potencial político atual para interessar irresistivelmente ou ter importância vital no planejamento nacional.

Um Estado ideal, possuidor de uma clássica situação estratégica e com um clima primoroso, não terá valor algum se for despovoado. Se um Estado deve converter-se em potência mundial, tem que possuir uma *população adequada* para lavrar as terras, fazer trabalhar as fábricas, travar batalhas e cooperar no comércio. Não é suficiente, contudo, a

posse de uma população bastante condensada, e tampouco de grande importância para a Geopolítica. A população grandemente condensada contribuirá com o potencial humano necessário. Os dois termos potencial humano e população diferem em significado e em aplicação: população é simplesmente o número total de pessoas que residem numa região determinada, e potencial humano significa o número de pessoas disponíveis e indispensáveis para a execução das necessidades de um Estado.

Quando o poder dependia simplesmente de enormes exércitos e de os Estados ganharem a guerra reunindo mais soldados, a população propriamente dita era um fator primordial. Hoje, porém, a capacidade técnica, o desenvolvimento industrial e a disponibilidade de profissionais treinados tornaram possível a um Estado, que disponha de uma população relativamente pequena, derrotar a um outro de maior população, quase independentemente do volume das forças armadas inimigas. O potencial humano, pois, exprime o número de homens e mulheres disponíveis, treinados, para que se possa chegar ao término da tarefa requerida.

As grandes populações têm um potencial humano maior que as pequenas somente quando os outros elementos essenciais de potencial humano estejam presentes de modo completo. Quando pensamos nos aspectos básicos importantes da população, queremos implicar a raça, o idioma, a religião e outros fatores etnológicos, que têm uma grande significação geopolítica. Poderemos recordar que Hitler avançou muito na sua doutrina sobre a supremacia da raça nórdica. Travaram-se guerras por motivos religiosos; a diversidade de idiomas trouxe a desconfiança e a suspeita, e um dos princípios básicos do Tratado de Versalhes, na Primeira Guerra Mundial, foi a doutrina da autodeterminação. Dentre os fatores que se referem exclusivamente à população, emergem os vários problemas das minorias raciais, minorias culturais ou étnicas com suas infinidades de casos que embarçam a um Estado. Tais fatores têm causado guerras, têm servido de meios de propaganda, e aberto o caminho para a destruição de alguns Estados, impedindo-lhes a unidade nacional.

O potencial humano, não obstante, dá-nos idéias sobre a educação, o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades técnicas; sobre a capacidade que o povo tem para produzir os recursos de que o Estado necessita, e os potenciais do progresso. Sua posição é mais econômica, do que etnológica. O potencial humano é sempre um fator fundamental na Geopolítica, ao passo que os problemas de população, que não tenham influência direta no critério geopolítico, estão fora dessa cogitação.

Um dos fatores geopolíticos mais importantes para o poder mundial está na *capacidade industrial* e nos recursos nacionais e industriais de um Estado. Com referência a esse fator, os geopolíticos podem estabelecer uma regra com base de pedra e cal. Para que um Estado chegue a ser uma potência mundial, é preciso que tenha seus próprios recursos essenciais dentro de suas fronteiras, bem como a garantia de acesso a eles, ou a habilidade para obtê-los. A distribuição dos recursos naturais é tal que, se a auto-suficiência fôsse o único meio para avaliar-se o poder mundial quase todos os países que ora existem seriam eliminados da lista, pois nenhum Estado possui tudo quanto necessita. Sendo isso indiscutível, a avaliação dos recursos naturais e a capacidade industrial devem depender do grau de insuficiência dos Estados, ou reciprocamente, do grau de auto-suficiência.

Embora nenhum Estado chegue a satisfazer à regra anterior, há várias regiões do globo que envolvem alguns Estados que podem quase alcançar o objetivo colimado. Mais de uma dessas regiões ou organi-

zações regionais baseiam-se em razões de poder, e não nas geográficas. Haja vista o caso da França e da Grã-Bretanha quase alcançarem o píncaro da auto-suficiência mediante seus impérios coloniais, ao passo que a auto-suficiência dos Estados Unidos e da Rússia depende de outros fatores muito diferentes.

Mas não basta a presença de recursos naturais. É preciso que eles sejam transformados em produtos utilizáveis por várias indústrias. Se o Estado não estiver em condições de fazer a transformação, seus recursos são apenas armas de poder potencial em vez de fatores existentes, e o Estado que puder encarregar-se da produção final receberá o benefício real. De maneira que a Geopolítica considera os recursos naturais e a capacidade industrial como uma simples unidade integrante.

Finalmente, e de nenhum modo menos importante, vêm o fator de *organização política e social* e os problemas de governo. Talvez nenhum fator isolado dê uma indicação mais clara de poder mundial que a habilidade demonstrada por um Estado ao procurar unificar sua população num grupo coeso e pronto para a ação e o progresso. É neste fator que a filosofia da ação política desempenha um papel importante.

Os Estados ingressam na esfera democrática por uma grande variedade de razões. Existem alguns cuja estrutura política baseia-se realmente nos mais altos ideais democráticos. Outros, porém, estão dentro da órbita democrática unicamente porque se opõem à filosofia comunista. Um terceiro grupo é constituído daqueles cuja existência nacional depende dos poderes democráticos, mas nos quais houve apenas um início de implantação do regime do governo do povo. Vêm por fim os Estados cuja forma governamental tem sido dilatada pela sorte da guerra sob o controle do país vencedor.

Numa segunda classe geral, encontramos um número quase igual de variedades, começando pelos Estados que preferiram escolher o grupo soviético. Devemos incluir nele o conjunto incorporado por meio da conquista indireta de elementos locais e cujo poder é mantido mediante a ameaça do poderio russo. Uma terceira categoria abrange os Estados que estão aliados e associados aos ditadores amigos da Rússia, e finalmente os Estados que pertencem a este grupo em consequência da conquista ou da ocupação direta.

Além desses dois grupos gerais, há um terceiro ⁺que consta de *indecisos* que estão sempre prontos para entrar em qualquer um dos partidos. Essa categoria inclui os Estados que por sua posição geográfica estão ameaçados pelo poder de um dos grupos maiores, embora nutram simpatias pelo outro. Nessa classe geral classificam-se também os acordos regionais, conforme observamos no caso dos Estados árabes e da Índia. Encontram-se por fim as regiões semicoloniais ou as que foram antigas colônias e estão hoje abaladas pelas discórdias internas, instigadas pelo comunismo, e que deverão regular seus negócios internos, antes de ocuparem uma posição destacada na comunidade mundial.

Esses seis fatores que apontamos aparecem sob uma forma ou outra em qualquer situação geográfica. E isso é inevitável, porque, embora tratemos de invadi-la, é impossível deixarmos de encarar o fato de todo Estado ter extensão, forma, ubiquação geográfica, clima favorável, potencial humano para a realização do que for necessário, povoação para prover o potencial humano, recursos naturais para alimentar as indústrias, e uma organização política que dirija todo este complexo.

Para um Estado típico, a ausência ou a carência de um desses seis fatores produz o mesmo efeito que uma bandeira vermelha ao ser desfraldada à frente de um touro. Tais fatores tornaram-se símbolos de uma guerra agressiva, e a aquisição deles de uma forma perfeita, con-

verte-se num elemento impulsor de quase tôdas as relações internacionais do mundo.

Pode parecer nesta conferência que tenhamos dado um realce exagerado às bases da geopolítica, e que muito pouco foi dito sobre o que possa ser considerado como um novo e muitíssimo alarmante caso. Mas é preciso que tenhamos referências que sirvam de ponto de partida para as próximas conferências. Na nossa dissertação vindoura abordaremos o exame geopolítico da presente crise mundial e apontaremos de modo menos fatigante alguns outros princípios fundamentais da ciência geopolítica.

(Continua)

*
* * *

ERRATA — O número anterior publicou na página n. 158, n. 5, "O Nosso Fatalismo é Ingênito" — N. 101-51 — Retifique-se para 100-51.

AS TRÊS GRANDES POTÊNCIAS DO FIM DO SÉCULO XX

"A posição relativa dos Estados Unidos na comunidade internacional poderá tornar-se mais fraca daqui a duas gerações. O seu poder absoluto aumentará. Em meio século sua população poderá chegar a 250 milhões ou mais. Sua produtividade per capita provavelmente aumentará. Seu potencial militar terá o vulto que sua população quiser. Mas outros países comparáveis em extensão territorial e em abundância de recursos naturais estão progredindo com mais rapidez do que os Estados Unidos.

A União Soviética tem agora uma superfície de 22.080.000 km², correspondente a duas vezes e meia a dos Estados Unidos. Sua população atual que é de 200.000.000, tem aumentado na proporção de.... 4.000.000 por ano. Seus cálculos demográficos não estão menos sujeitos a erros do que os outros; mas não será absurdo esperar que no fim do século a União Soviética tenha uma população de mais de 350.000.000, em um território imenso, dotado dos recursos necessários ao seu sustento. Industrialmente a União Soviética está aumentando a sua capacidade numa proporção mais ou menos comparável à dos Estados Unidos, embora tenha partido de base muito menor. Relativamente, a diferença deverá reduzir-se e a União Soviética bem poderá igualar os Estados Unidos.

Um terceiro contendor é o Brasil. Com uma superfície que seria igual à dos Estados Unidos se este tivesse dois Texas, uma população atual de uns 60.000.000 e um incremento anual de 1.500.000, uma capacidade de organização não desprezível e recursos naturais que têm sido comparados aos dos Estados Unidos, o Brasil deverá encerrar o Século XX com uma população de uns 125.000.000, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje e uma posição predominante no mundo latino, europeu e americano.

ADOLF A. BERLE JR. — "O Mundo entre o Ocidente e o Oriente".

II - ESTUDOS E ENSAIOS

O SENTIDO GEOPOLÍTICO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Cel OMAR EMIR CHAVES

(Conclusão do número anterior)

Voltemos agora à verificação do fato histórico que nos conduzirá à comprovação indiscutível do imperativo geográfico, no caso do descobrimento da Terra de Santa Cruz.

A Índia foi achada e para a sua posse e colonização, de acordo com os planos estabelecidos por D. João II, foram mandadas organizar armadas, sob o comando de chefes militares, em substituição aos navegantes, o que bem caracterizava a finalidade da empresa.

Em 1442, Colombo, depois de oferecer seus serviços a Portugal para chegar às Índias pelo Ocidente, reputados empíricos e anti-econômicos, embora possíveis, conseguiu de Santangel, comerciante andaluz, o estipêndio para a realização dos seus projetos, sem que para tal tivessem concorrido materialmente os Cristianíssimos Reis de Castela e Aragão, por temer de incorrerem nas sanções da Igreja por conivência com judeus e infiéis.

A notícia do sucesso de Colombo alarmou os dirigentes portugueses que, a serem verdadeiras as declarações prestadas, teriam de rever os estudos e arquivos que se relacionassem com a arte de navegar, além do completo fracasso econômico da empresa em andamento.

A rota seguida por Cristóvão Colombo no rumo Oeste, tendo em vista evitar os mares portugueses concedidos e acordados pela Bula Aeterni Regis e Tratado de Toledo, foi ajudada pelas correntes equatoriais do norte que o conduziram ao Mediterrâneo Americano.

Enquanto perdurou em Lisboa a atonia conseqüente das declarações colombianas, Portugal ameaçou reconhecer e ocupar o achado invocando direitos anteriores, no que foi vigilantemente impelido por Castela, sempre pronta, com superioridade, a recomençar a guerra de reivindicações no continente.

A Bula Inter Cetera de 3 de maio foi editada e por ela Alexandre VI, o Papa Borgia, aragonês por nascimento, entregava ao poder temporal de Castela e Leão, todas as ilhas e terras firmes, achadas e por achar, que até o Natal de 1492 ainda não tivessem sido descobertas por outros príncipes cristãos, e se achassem de uma linha traçada de pólo a pólo, distando cem léguas para Oeste dos Açores e Cabo Verde.

Incontestavelmente, o instrumento papalino representava tão-sómente o desejo gracioso de Rodrigo Borgia retribuir favores recebidos da corte espanhola, no momento, poderosa e rica.

Como instrumento político, aberrava do sensato e do científico, porque não consultava as imposições dos fatores da equação a resolver — História e Geografia.

Realmente, Espanha não possuía uma tradição marítima, uma vez que a sua repartição política havia fomentado um sistema de comunicações que conduzia convergentemente ao interior — Madri.

As costas da península, que se ligavam diretamente ao Atlântico, estavam em mãos dos árabes e portugueses. Até mesmo sob o ponto de vista estratégico, não dispunha Espanha do controle da saída para o mar — Estreito de Gibraltar, que se achava com os mouros e lusitanos.

Assim sendo, nenhuma influência poderia ter o documento quanto ao processo evolutivo natural dos fatos, posto que o domínio material do oceano era de Portugal que, pelos meios de que dispunha, poderia com sucesso neutralizar qualquer empreendimento marítimo espanhol.

A inferioridade militar de Portugal no continente tinha sido diplomaticamente conjurada, graças à habilidade de D. João II, que por vezes até mesmo tentou, senão uma aliança pelo menos o apoio dos reis da França, objetivando uma política de equilíbrio de poder.

A Bula de 3 de maio não postergava nenhum direito garantido anteriormente aos lusíadas, desde que não fôsem as ilhas achadas, terras da Índia, como não foram.

A intenção com que foi editada, porém, não era muito cristalina quanto à preservação dos direitos de Portugal, posto que quando da sua assinatura, a versão corrente era de que Colombo tinha aportado às Índias.

Limitado o espaço geográfico para as explorações portuguesas a este tempo quase todas reconhecidas na parte correspondente, cortava-se abruptamente o impulso lícito dos discípulos do Infante, cuja capacidade de expansão, ainda comportava o prosseguimento do plano de D. João II.

O poder espiritual da igreja, em toda a sua plenitude na Europa, transmitia ao Papa certa temporalidade sobre os governos cristãos, o que constituía, até certo ponto, para o Príncipe Perfeito, uma ameaça para o caso da não aceitação ostensiva da Bula Inter Cetera.

Impunha-se, pois, para Portugal conseguir a revogação do instrumento, alegando, como alegou, a violação de direitos já concedidos sobre as terras das Índias, uma vez que o próprio Colombo assoalhava, ainda, ter atingido as terras do Oriente.

Peticiona D. João junto ao Papa, que lhe não atende os rogos e em nova Bula de 26 de setembro, "Dudum siquidem", reafirma o seu erro político e derroga direitos portugueses, consubstanciados nos Tratados de Alcaçovas e Toledo, datados de 1479 e 1480, respectivamente.

Resolve então a Coroa Portuguesa, com o intuito de atemorizar Castela ou despistá-la, armar poderosa frota que teria por missão reconhecer e ocupar as terras achadas.

A repercussão da decisão do Príncipe Perfeito, que a este tempo, sem dúvida, fazia secretamente reconhecer, se já não possuía informes, os mares para além do Cabo Verde, provavelmente até as terras do Novo Continente.

De qualquer forma, a atitude agressiva adotada, conteve e retardou a ação dos espanhóis, que, procurando ganhar tempo, propuseram negociações diplomáticas.

O erro estava lançado e qualquer negociação que pretendesse limitar a expansão portuguesa pelo mar não seria exequível, como não foi. A história e a geografia não tinham sido consultadas, consequen-

temente a solução não geopolítica do problema falsearia a seqüência dos acontecimentos, a despeito das possibilidades intervencionistas do fator humano, considerado o estágio da civilização.

Evidentemente, Espanha não estava em condições de em curto prazo alterar a situação no mar por intervenção direta, mas poderia, mediante ameaças no continente, determinar uma conduta cautelosa aos portugueses, quanto a novos descobrimentos.

Os fatos históricos nos contam que nem Portugal mandou a grande armada anunciada tomar posse das terras descobertas por Colombo, nem Espanha concretizou qualquer ameaça bélica no continente. Ambos debateram e estudaram um novo acôrdo, que afinal assinaram em Tordisillas em 1494, apesar do nenhum interesse demonstrado pelos negociadores castelhanos.

Chefiou os plenipotenciários portugueses Rui de Souza, Senhor de Sagres, conselheiro e detentor dos segredos da Coroa nos assuntos relativos à expansão marítima. Da parte de Castela e Aragão, D. Henrique. Henriquez foi o delegado-chefe.

Ambas as comissões fizeram-se acompanhar de assessôres que representavam, para cada uma das partes contratantes, a nata dos melhores conhecimentos de geografia, náutica, astronomia, matemática, direito e política, em voga no momento.

Portugal apresentou-se defendendo um programa geopolítico, perfeitamente definido e ajustado no espaço e no tempo, de acôrdo com a sua tradição e as suas possibilidades, dentro de condições de segurança estrategicamente satisfatórias.

Espanha, ao contrário, valendo-se da sua superioridade material no continente, ia defender um fato ocasional, impreciso ainda, baseada em documento apenas gracioso, de quem dava o que não tinha.

Sob o ponto de vista da ciência, dois grandes erros presidiam os estudos astronômicos dos assessôres espanhóis, que consideravam ainda, como Ptolomeu, para base dos seus cálculos, a amplitude do Mediterrâneo no sentido Leste-Oeste em 61 graus, estimados à razão de 53 2/3 milhas por grau, como os italianos. Os lusitanos tomavam os dados considerados por Abul Hasan, geógrafo marroquino, que media igual amplitude do mar interior com 42 1/2 graus, estimado em 61 milhas e meia cada um, conforme professavam os cosmógrafos árabes.

Os estudos de hoje provam a quase exatidão do arco e uma maior aproximação da distância para os dados adotados pelos portugueses.

Portugal, prevendo sua inteira liberdade de ação no contôrno africano, cujas terras que procurava poderiam ficar comprometidas em relação à parte oriental do meridiano demarcado (Bula Dudum Siquidem), além de liberar completamente a sua expansão na parte ocidental (Bula Inter Cetera), propôs como limite um paralelo que logo de princípio não foi aceito.

Ante a impossibilidade de evitar a limitação do surto das velas portuguesas, Rui de Souza negocia então um meridiano impreciso na origem, apenas referido ao arquipélago de Cabo Verde, extremamente confuso no processo cosmográfico de demarcá-lo, mas situado de maneira a permitir uma posição na terra firme já localizada certamente.

Efetivamente, o navegador que, partindo das Cabo Verde, rumo Oeste, seria fatalmente levado a desgarrar para Sudeste, em consequência dos ventos de NE dominantes, para finalmente ser impelido pela corrente sul-equatorial e conduzido às costas do Maranhão e Pará.

Assim como Colombo, para evitar o cruzamento dos mares do Sul, procurou certamente o seu rumo da ação do vento, assim também o navegador incógnito, que em segredo procurou reconhecer os mares de Oeste, não teve interesse em corrigir a deriva, para evitar a rota colombiana.

Foi sempre norma de conduta para os navegantes portugueses o segredo dos feitos e dos achados, o que Jaime Cortezão chamou de — “o sigilo nacional”.

Tudo parece indicar que a média entre as 100 léguas de que trata a Bula Inter Cetera e as 630 léguas que separam a Hispaniola do meridiano das Cabo Verde, conforme informaram os navegadores espanhóis, isto é 370 léguas, foi a posição escolhida para o meridiano demarcatório, em Tordesillas. Por uma notável coincidência, que a nosso ver não foi obra do acaso, o exato traçado da linha de demarcação passa precisamente na foz do Amazonas e proximidades de Belém do Pará.

Incontestavelmente o tratado assinado foi uma brilhante vitória alcançada pela diplomacia portuguesa e trazia em seu bôjo a concepção perfeita do “limes et fines” dos institutos romanos, fundamento sólido do “uti possidetis” para as questões políticas, relacionadas com a determinação do espaço correspondente aos Estados que se foram formando naturalmente pela evolução dos esforços expansionistas das nações colonizadoras, em presença da geografia, como é nosso caso.

A análise do documento, em face do instante histórico da sua assinatura, nos permite afirmar que Portugal, deixando imprecisos a origem e o processo de mensuração para o locamento da linha de Tordesillas refletia o desejo de prolongar indefinidamente a demarcação, enquanto as 370 léguas firmadas, assegurava-lhe a posse legal de terras no Novo Continente.

O sentido geopolítico da empresa lusitana permanece assim assegurado, pela possibilidade de continuação da política expansionista através do espaço terrestre. O aspecto estratégico do tratado, ofensivo por excelência, garantia-lhes uma “cabeça de praia” capaz de ser ampliada, como foi, até o limite do impulso colonizador.

Sobrevém a morte de D. João e assume o poder D. Manoel, discípulo leal, herdeiro por morte do Duque de Vizeu, ferido pelo próprio Rei, ante a convicção de não ser o sucessor presuntivo um continuador do grande plano geopolítico através do mar.

Os primeiros tempos de governo do novo rei, foram incertos e de ambientação. Os pruridos reivindicadores estiveram presentes e as relações com Castela e Aragão inconsistentes com a descoberta de Colombo, aparentemente melhoradas com o Tratado de Tordesillas, tornaram-se cautelosas com o assunto da sucessão.

A parte ocidental do meridiano das 370 léguas assegurava a posse da terra dita desconhecida, mas impunha-se precisar até onde o pactuado garantia o domínio português no Oriente. Na empresa das Índias havia sido empenhado o maior esforço lusitano e por isso constituía o seu objetivo principal.

Espanha e Colombo proclamavam ainda haverem atingido as terras dos Samorins.

Urgia, pois, uma vez completados os reconhecimentos, dar execução ao empreendimento colonizador planejado.

Em 1497, parte o Gama e tem início assim a concretização da parte principal do plano genialmente projetado e cuidadosamente preparado pelo Príncipe Perfeito.

No ocidente fazia-se mister reconhecer a terra assinalada e isso foi indiscutivelmente realizado por Duarte Pacheco em 1498, segundo confirma em sua carta de 1506 a D. Manoel e reforçam as descrições de Mestre João e a rota seguida por Cabral, sem refresco ou aguada nas Cabo Verde.

Os sucessos conseqüentes da partida do Gama e o casamento do rei com a Infanta D. Isabel, em 1498, trouxe a aliança entre as duas coroas e a ocasião azada à proclamação do "novo" achado.

Embora em 1499 falecesse a rainha, contudo, o ambiente político de segurança não se modificou e aproveitando a expedição de Cabral que seguia para as Índias em continuação ao programa iniciado por Vasco da Gama, tornou público o descobrimento e posse da terra descrita como ilha por Vaz Caminha, mas já identificada como "uma tão grande terra firme" por Duarte Coelho.

Estava finalmente levantado o véu do segredo português sobre o Brasil. Impunha-se não descobrir o "jôgo" da diplomacia lusitana até então usado para com Espanha e dar um golpe de morte na pretensão de Colombo haver atingido as Índias pelo Ocidente.

—oOo—

Quer-nos parecer que cumprimos o nosso desideratum, comprovado pelo exame do fato histórico que o descobrimento do Brasil não foi fruto do acaso, senão que um imperativo de predestinação geográfica de Portugal.

Quando D. João II equacionou o problema da expansão lusitana através do espaço marítimo, que constituía no momento a linha de menor resistência à cultura do seu povo, planejando detalhadamente a posse, colonização e exploração econômica e comercial das Índias, êle realmente resolveu um problema de Geopolítica, exatamente como encaramos esta ciência nos dias de hoje.

Considerou com precisão o fator cultural do povo português, definitivamente afeito ao espaço marítimo, conseqüência da sua tradição histórica e do aperfeiçoamento científico estimulado pelo Infante.

Considerou também o fator demográfico, substituindo o colono português no continente pelo negro africano da Guiné e da Mina, por forma a não prejudicar a capacidade econômica da metrópole, na época ainda mais enriquecida com a produção das ilhas descobertas, de cuja colonização adquiriu experiências e reservas materiais.

Preparou e conseguiu um potencial econômico e financeiro capaz de armar frotas e exércitos que levassem a bandeira das quinas aos objetivos previstos.

Usou de uma Estratégia Política: seja pacificando diplomaticamente as fronteiras com Castela, seja vigiando o estreito de Gibraltar com a ocupação de Ceuta, seja neutralizando a ação da pirataria no Mar Oceano, seja ainda reduzindo os nativos das terras ocupadas.

Nada foi deixado ao acaso. Nem os reconhecimentos do Oriente feitos através do Oriente Médio; nem as previsões para a continuidade na execução do plano. Do ocidente também foram colhidas informações e por tal forma assim foi que pôde D. Manoel desencadear o planejado, sem maiores dificuldades, pôsto que até a designação de Vasco da Gama para o comando da primeira expedição tinha sido prevista pelo Príncipe Perfeito. Apenas não foram feitas as readaptações necessárias face às novas contingências da geografia.

Mas se tudo estava previsto para as Índias, como surgiu o Brasil? Acaso?

Não! O Brasil surgiu justamente por uma imposição da geografia, desde que nenhuma reação houve de agentes exteriores, contra a progressão portuguesa, que naturalmente se fazia naquele sentido.

As condições físicas do Atlântico Sul, pelos seus ventos e correntes, impeliram o nauta lusitano, quando no exercício do domínio da costa Oeste africana, segundo a linha de menor resistência — Cabo Verde — protuberância nordestina da América do Sul, e afirmando assim a lei geográfica da tendência para a costa oposta.

Foi o determinismo geográfico que se cumpriu em toda a sua plenitude desde que não houve por parte dos naturais ou elementos exteriores reações capazes de se contraporem à sequência natural dos acontecimentos.

Aliás, Portugal teria chegado indubitavelmente mais cedo ao Brasil, não fôra a escolha das Índias como objetivo inicial e posteriormente como principal, contrariando as relações geográficas dos continentes.

A orientação da expansão, segundo o contorno africano, valeu como uma reação de possibilismo humano contra o determinismo geográfico, retardando a descoberta e posse do Brasil.

O plano inicial de D. João não tinha como objetivo o Brasil por desconhecido que era, mas foi executado em tal concordância com as imposições do espaço, que acarretou inevitavelmente o seu aparcimento.

—oOo—

Aqui concluímos a nossa palestra e pensamos que conseguimos o fim colimado, sobretudo porque lançamos idéias que poderão servir de início a investigações futuras, que virão enriquecer certamente o nosso patrimônio científico e cultural.

B I B L I O G R A F I A

- | | |
|--|---|
| J. Capistrano de Abreu | Carlos Ritter |
| — O descobrimento do Brasil | — Geografia Comparada |
| Dr. João Pandiá Calógeras | Girão |
| — A política Exterior do Império | — Geografia Humana |
| Arthur Cesar Ferreira Reis | Valloux |
| — Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira | — Geografie Sociale |
| 1º TOMO | Vidal de La Blache |
| Manuel Múrias | — Geografia Humana |
| — História breve da colonização portuguesa | Brunhes |
| Marquês do Lavradio | — Geografia da Paisagem Cultural |
| — Diplomacia do Império | Hans W. Weigert |
| Santarém | — Geopolítica |
| — Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, com as diversas potências do mundo | Hupé |
| Antonio Sergio de Souza | — Geopolítica — La lucha por el espacio y el poder |
| — História de Portugal | Spykman |
| Gonsalo de Reparaz | — Estados Unidos frente al mundo |
| — História de la Colonización | Mordacq |
| — Geografia y Política | — Politique et Stratégie |
| Arthur Dix | O. E. Chaves |
| — Geografia Política | — Fronteiras do Brasil |
| Ratzel | — Formação histórica das fronteiras do Brasil e assuntos correlatos à Geopolítica (Conferência) |
| — Geografia de los Estados, del tráfico y de la guerra | Lundenford |
| | — Guerra total |

III – PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

1. O BRASIL E A DEFESA DO OCIDENTE

Cel GOLBERY DO COUTO E SILVA

1. INTRODUÇÃO

O tema que nos propomos a abordar neste ensaio, implica, por si mesmo, algumas questões preliminares que, certamente, estão a exigir pronta resposta, e admite, desde logo, certas premissas cuja discussão, ainda que breve, nos parece também indeclinável.

O Brasil e a defesa do Ocidente.

Mas que Ocidente é este, num mundo como o atual que, desde há muito, repudiou a Mercator e sua tradicional perspectiva deformada e, sem dúvida, unilateral? Que posição ocupa, afinal, o Brasil nesse Ocidente que importa, antes de tudo, definir?

A defesa do Ocidente.

Esse Ocidente de que se trata, então, acha-se seriamente ameaçado. Que ameaça ou ameaças são essas que, de tão importantes, tão sabidas, desnecessário parece até qualificá-las? Donde partem? Qual o seu vulto, sua natureza, o seu grau de premência? E, mais, que repercussões apresentam ameaças dessa ordem para o Brasil?

Frente a essas ameaças vitais que o assaltam, a esses antagonismos graves com que se defronta, a esses inimigos perigosos que o espreitam — deverá, por certo, o Ocidente ter traçado toda uma estratégia, estabelecido pelo menos um conceito defensivo, conduzido uma ação ou previsto reações. Quais, então, as linhas gerais dessa estratégia ocidental? Envolvem elas o Brasil? Exigem elas uma intervenção, a participação brasileira?

Por outro lado, o Brasil, como Estado-Nação neste mundo ainda de dezenas de Estados-Nações, mais ou menos soberanos e autônomos e que contendem, portanto, em vários setores de seus interesses restritos, mas legítimos, tem também seus Objetivos Nacionais a alcançar, uma Política a realizar, uma Estratégia a conduzir. Ora, essa estratégia brasileira, atenta primordialmente, portanto, aos supremos interesses da coletividade nacional e de sua segurança, depende ela, por acaso, desse

Ocidente de que falamos? Em que interfere, favorável ou desfavoravelmente, com a estratégia própria desse Ocidente? Ou, em outras palavras: em que o Ocidente precisa do Brasil, para a sua estratégia? em que, ao revés, depende o Brasil, desse Ocidente, para a sua própria estratégia nacional? A discussão de tantas perguntas possivelmente nos levará a caminho da desejada conclusão — o papel do Brasil na defesa do Ocidente.

Tentemos, pois, empreender, a largos traços embora, essa discussão encadeada segundo o roteiro que naturalmente nos oferece:

- o Ocidente e o Brasil;
- ameaças dominantes ao Ocidente e sua significação para o Brasil;
- o Ocidente precisa do Brasil;
- o Brasil depende do Ocidente;
- conclusão: atitude a assumir pelo Brasil quanto à defesa do Ocidente.

(Continua)



“Por isso acho que o grupo interamericano de nações conhecido hoje por Organização dos Estados Americanos ocupa a primeira linha na política exterior americana. E, por acidente geopolítico, é também a região em que os Estados Unidos podem fazer mais para orientar os acontecimentos do que qualquer outra onde exerçam influência.”

ADOLF A. BERLE JR. — Obra citada.

2. OS INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA (1)

PIERRE MONBEIG

(Traduzido dos "Annales de Géographie"
n. 342-55 — Paris — France, por
Olga Buarque de Lima)

O aproveitamento dos recursos naturais nos países insuficientemente desenvolvidos, sua industrialização, o progresso e a estabilidade de seu comércio exterior, o melhoramento do nível de vida de seus habitantes dependem em grande parte dos investimentos nêles efetuados por países mais evoluídos. Conhecer o volume desses investimentos, suas variações e incidências, precisar-lhes a origem e a aplicação constitui um dos aspectos fundamentais da geografia econômica. Na América Latina, é bem conhecido o papel desempenhado pelos capitais europeus durante a segunda metade do século XIX e até 1914. São os responsáveis pela maior parte das transformações que acompanharam de perto ou de longe as guerras de independência, pois, agiram como estimulantes em todos os ramos da atividade econômica. Forneceram aos países latino-americanos os instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento do comércio exterior, na época em que este girava em torno da Europa industrial e bancária. Poder-se-ia citar como exemplo da política geográfica dos investimentos europeus os que foram, por assim dizer, a especialidade dos britânicos: a construção das vias férreas destinadas a drenar para os portos do Pacífico ou do Atlântico produtos agrícolas ou minerais: primeiro as vias férreas argentinas, depois as vias férreas andinas, a linha férrea Santos a Jundiá e a Ilhéus a Conquista para o café e o cacau, as estradas de ferro de Honduras e a de Vera Cruz à Cidade do México. No México, entretanto, assim como nos Andes, os capitais americanos se interessavam pelos eixos norte-sul. No começo do século XX a América Latina era uma espécie de vasta plantação, de enorme mina, que, por intermédio de capitais europeus, contribuía para o abastecimento da Europa. Mas, para conseguir esse resultado, os capitais europeus haviam sido distribuídos por um campo de ação extremamente amplo. Tocaram em tudo, estiveram presentes em toda parte. O investimento em títulos e ações, que era o processo mais freqüente, limitava a ação de seus possuidores a uma participação apenas indireta em relação à empresa financiada. A maior parte destes investimentos provinha do Reino Unido com, pelo menos, 5 bilhões de dólares em 1913; retenha-se-lhe a aplicação: mais de 75% dos empréstimos eram destinados aos governos federais, provinciais ou municipais, às vias férreas e aos serviços públicos. Eram também os empregos de capitais preferidos pelos franceses (1.200.000.000

(1) A documentação baseia-se nas publicações anuais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas: *Economic Survey of Latin American*, no *Survey of Current Business*, nas *Notes Mensuelles* do Banco Francês e Italiano para a América do Sul, e em informações fornecidas pelo *Service des Études Financières du Crédit Lyonnais*. Os relatórios sobre diferentes países da América Latina (Cuba, Guatemala, Nicarágua, México e Colômbia) elaborados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) contêm muitas informações. O número que a *Revue Économique* consagrou ao dólar (1954, março, n. 2), os artigos de Bernard Ducros ("Les investissements américains à l'étranger") e de León Buquet ("Les problèmes monétaires de l'Amérique Latine") foram de grande auxílio. Deve-se assinalar aos geógrafos uma excelente revista americana, *Inter-American Economic Affairs*, editada em Washington: naquela encontrarão numerosos artigos que além de bem documentados contêm elementos preciosos para os trabalhos que empreendem. Desejo agradecer a D. Alice Canabrava, professora da Universidade de São Paulo, pela gentileza que teve de enviar-me informações e dados coligidos em diversos trabalhos que, acredito, não se encontrem em Paris.

de dólares) e pelos alemães (900 milhões). A amplitude destas somas, sua distribuição através de toda a América Latina, a variedade de suas aplicações exprimiram perfeitamente a função universal do capitalismo europeu, naquela ocasião, banqueiro do mundo (2).

Conhece-se a história dessa preponderância financeira, e é possível avaliar-se o declínio através da observação dos investimentos ingleses: 1.154 milhões de libras em 1937, 632,7 em 1948 e 373 em 1953 (cifra fornecida sem garantia) (3). Pelo contrário, os Estados Unidos, que tinham investido 1,3 milhões em 1913, alcançavam 7.999 milhões em 1953.

Como é fascinante estabelecer-se uma aproximação entre o evoluir da América Latina e esta espécie de mutação dos investimentos? Depois da fase dos capitais europeus, da expansão agrícola e da mineração seguiu-se a da indústria e dos investimentos norte-americanos. As velhas imagens dos campos de trigo argentino, dos cafézais brasileiros, das usinas de nitrato chilenas, ilustrariam o antigo reino da libra esterlina; as fotomontagens modernas das cidades ericadas de arranha-céus, das siderúrgicas e de seus possantes altos fornos revelariam ao grande público a obra revolucionária do dólar. Qual o papel geográfico dos investimentos efetuados pelos Estados Unidos na América Latina?

A penetração financeira norte-americana, iniciada no México, intensificou-se depois da guerra de Cuba (1898) e com a subida ao poder de T. Roosevelt. Em 1913, 86% dos investimentos se achavam concentrados no pequeno mundo do mar das Caraíbas; Cuba e México detinham quatro quintos. Na época que precedeu a guerra o montante anual dos investimentos americanos era aproximadamente de 8.500.000 dólares.

O ritmo das inversões de capitais americanos acelerou-se a partir de 1920. Enquanto os investimentos europeus revelam um recuo sensível, passando a Grã-Bretanha a enviar apenas 40 milhões de dólares por ano, a contribuição norte-americana alcançava 350 milhões. A preferência pelos vizinhos próximos ainda era forte, porém já se mostrava menos exclusiva. O mundo dos Caraíbas recebia dois terços, Cuba e México 55%, quanto à América do Sul se acredita recebesse 34% do montante anual. Este estado de coisas permaneceu enquanto houve prosperidade. Em 1929, em uma massa global de 3.461 milhões de dólares investidos na América Latina, Cuba contava com 919, seja 26,5%, México 682, seja 19,6%, Chile 422, seja 12%, a Argentina 331,8 seja 9,5%. Bem recuados, neste grupo, achavam-se a Venezuela (232,5 milhões), o Brasil (193), a Colômbia (124), o Peru (123,8). Proporcionalmente às respectivas rendas nacionais e à importância dos mercados internos, a parte destinada aos países da América Central não era desprezível: para a Guatemala 70%, para Honduras 71,5, Panamá 28, e aproximadamente 70 para São Domingos (4).

Financeiramente a década da prosperidade foi, sem dúvida, a da substituição dos capitais europeus pelos investimentos norte-americanos. Ter-se-ia verificado o mesmo sob o ponto de vista geográfico? Na maior parte dos casos, as inversões americanas respondem às mesmas preocupações e às mesmas necessidades que haviam motivado as remessas européias: culturas tropicais da América Central e de Cuba, minas do Chile e do Peru marcam o início do controle americano sobre o mercado mundial e nada apresentam que possa ser considerado singular. Mais original é o interesse testemunhado aos produtores de petróleo:

(2) Léon Buquet, "Les problèmes monétaires de l'Amérique Latine" (Revue Économique, 1954, n. 2, março, pp. 217-250; ver p. 219).

(3) *Economic Survey of Latin America*, 1948, p. 228.

(4) Para os anos de 1913, 1920 e 1929, ver: Paul R. Olsen et Hiskman, C. Addison, *Pan American Economics*, New York et Londres, 1943, IV-479 páginas; *Survey of Current Business*, United States Direct Investments in Foreign Countries, vol. 32, 1952, n. 12, dez., p. 7.

México, Argentina, Venezuela, Colômbia e Peru. E, sobretudo, o fato de os investimentos efetuados no Brasil, parte dos da Argentina, do Chile e mesmo do México, terem sido destinados à criação de indústrias de transformação. Neste período registrou-se a primeira imigração de indústrias norte-americanas, suscitada não só pela preocupação de se colocarem ao abrigo das barreiras alfandegárias levantadas pelos governos sul-americanos como pelo desejo de melhor aproveitar os mercados internos, em plena expansão, graças aos preços remunerados das exportações agrícolas. Este segundo fator exerceu provavelmente influência bem maior que aquela que, geralmente, lhe é atribuída. Para se ter uma idéia disso, basta considerar que, logo depois da crise de 1929, muitas fábricas, de origem norte-americana, recém-fundadas no Chile e no Uruguai, fecharam as portas por falta de clientela.

Os capitais europeus, por sua vez, adquiriram depois da primeira guerra um caráter muito mais industrial. Mas não tiveram, exatamente, o mesmo destino dos capitais americanos. A ARBED montava seus altos fornos a carvão de madeira em Minas Gerais onde vizinhava com a "Fonderies de Pont-à-Mousson"; em São Paulo, a "Rhône-Poulenc" inaugurava a sua indústria química e de têxteis artificiais. Havia, portanto, interesse pelas indústrias de base e além disso os laços mantidos com as casas matrizes da Europa eram quase unicamente técnicos e financeiros. As usinas criadas graças aos investimentos americanos eram, ao contrário, essencialmente complementos das exportações americanas, como por exemplo, a de montagem dos carros da "Ford" e da "General Motors", na Argentina e no Brasil. Procura-se animar indústrias de transformação nas quais se utilizam produtos elaborados ou semi-elaborados vindos dos Estados Unidos ou, então, desenvolver indústrias extrativas para satisfazer às necessidades do consumo norte-americano (5).

A crise econômica acarretou um retraimento de capitais. Os investimentos norte-americanos atingiram apenas 2.803.100.000 dólares em 1935, e 2.721.200.000 em 1943. Este retraimento dos capitais não afetou de igual modo todos os países e houve apenas, por vezes, uma diminuição passageira do fluxo de dólares. Os mais atingidos foram os Estados da América Central e das Antilhas; Cuba e México viram repatriar-se 43,7 e 58% das somas que nêles haviam sido investidas em 1929; a parte que lhes coube correspondeu apenas a 19 e 10% do total de 1943. Nos estados sul-americanos onde já haviam sido efetuados investimentos industriais, houve estabilidade e mesmo progresso no Chile, na Argentina que recebeu uns 50 milhões entre 1929 e 1943 e no Brasil que foi aquinhado com 39. É que, em período de depressão observa-se que as compras de produtos industriais efetuadas pelos países latino-americanos diminuem, ao mesmo tempo que se desenvolve um nacionalismo econômico que leva os governos a inclinar-se para o protecionismo. Desde que o mercado seja bastante ponderável, as indústrias americanas têm todo interesse em abrir usinas e aumentar os investimentos. Duas repúblicas da América Latina receberam a maior parte dos capitais americanos durante estes anos de crise e de preparativos para a segunda guerra: Panamá, onde os investimentos passaram de 2 milhões em 1929, a mais de 110 em 1943, destinados como se sabe, à frota mercante; Venezuela, que recebeu, em 1943, mais de 372 milhões de dólares. Na América Latina apenas quatro países, Argentina, Venezuela, Chile e Brasil, absorviam, em 1943, aproximadamente metade dos investimentos dos

(5) Muitos investimentos europeus visavam, por outro lado, à criação de mercados para as indústrias do Velho Mundo. Um dos melhores exemplos nos é dado pelos investimentos ferroviários britânicos que faziam surgir consumidores para os produtos da metalurgia e das indústrias mecânicas britânicas e aumentavam a clientela das minas carboníferas inglesas. Em relação aos primórdios da instalação na América Latina de empresas industriais americanas, ver Phelps, Dudley Maynard, *Migration of Industry to South America*, New York e Londres, 1936, X-35 páginas.

Estados Unidos. Os anos de crise foram anos de expansão dos capitais norte-americanos, mas não se pode deixar de observar uma preferência especial por alguns países particularmente atraentes (6).

A segunda guerra mundial e os dias subseqüentes foram o período do boom dos investimentos norte-americanos. Em 1946, o montante se elevava a 4.301 milhões de dólares; em 1947, a 5.221 milhões. Atinse-se 6.130 milhões, em 1950, e 7.999 no fim de 1953. Até então é possível considerar-se que os investimentos só entravam na categoria de investimentos privados. A partir da última guerra, tornou-se indispensável distinguir os investimentos públicos provenientes da intervenção financeira de Washington ou de organismos bancários oficiais e os investimentos privados.

Na América Latina, estes últimos demonstraram sempre preferência pelo investimento direto. Em 1930, a relação entre investimento em títulos e investimento direto era de 1 para 2, dez anos mais tarde era de 1 para 3. No fim de 1953, segundo o "Survey of Current Business", o total dos investimentos privados elevava-se a 7.057 milhões de dólares, dos quais 6.023 pertenciam aos diretos (7). O desinteresse pela carteira de títulos, tão da preferência dos europeus, é causado pelas ameaças de nacionalização. Por outro lado a prática do investimento direto permite exercer melhor controle comercial, correspondendo, deste modo, aos móveis geográficos de expansão do dólar.

Os investimentos diretos representavam 70,7% (3.045 milhões) do montante global em 1946, 75,0 (com 6.023 milhões) em 1953. A contribuição anual era de 518 milhões antes da guerra da Coréia; esta, por vez, acarretou um recuo momentâneo para 245 milhões. O recorde teria sido verificado em 1952, com 682 milhões, tendo a retração em 1953 ocasionado um novo recuo para 265 milhões. Estas oscilações imprevisíveis tornam impossível para os beneficiados qualquer previsão econômica. A dependência em relação aos investimentos estrangeiros, cuja taxa é extremamente variável, contribui para aumentar a vulnerabilidade das economias subdesenvolvidas da América Latina às menores perturbações da política e da economia mundiais. Situação ainda mais sensível que a do começo do século, pois atualmente é o barômetro de um só país que registra a bonança ou o mau tempo.

Os documentos estatísticos abrangem no total dos investimentos anuais o montante de investimentos e dos lucros não distribuídos, cujo volume é, entretanto, bem apreciável: em 1946-1950 era estimado em 38% dos investimentos globais, em 1951, 57% (8). O aumento dos reinvestimentos provém das dificuldades de obtenção de câmbio nos países que não pertencem à zona do dólar; é a consequência dos óbices que as legislações nacionais criam à exportação de capitais. O montante elevado dos reinvestimentos, isto é, na realidade dos lucros, justifica tais restrições, sem as quais os estados latino-americanos sofreriam pesada perda de substância. Mas há protestos por parte das empresas e do governo americano, e por ocasião das conferências pan-americanas, um abrandamento das disposições em vigor é apresentado como condição para o aumento e a regularidade de novas remessas de capitais. Constitui assunto permanente de conflito no seio da opinião pública (mais exatamente das classes dirigentes) e de controvérsia na União dos Estados Americanos. A dificuldade em achar-se uma solução ressalta mais uma vez a fragilidade das economias latino-americanas.

(6) As mudanças sobrevindas entre 1929, 1936, 1943 e 1950 foram estudadas de acordo com os dados do *Survey of Current Business*, artigo citado, nota 4.

(7) *Survey of Current Business*, 1954, vol. 34, n. 5, pp. 9-14. Quadro dos diferentes tipos de investimentos na América Latina, por ano, de 1946 inclusive a 1953 inclusive.

(8) *Economic Survey for Latin America 1951-1953*, p. 157 (édition renéotypée).

Em relação ao volume dos investimentos americanos no mundo, 42,8% encontravam-se ao sul do Rio Grande, em 1949, e 48,7, em 1952. A proporção mostra a amplitude do campo que prospectam, na América Latina, industriais e homens de negócios americanos. A distribuição geográfica destes investimentos marca nova etapa na evolução, cujos modestos primórdios durante o período de 1913-1920 foram por nós indicados. A concentração em favor do mundo dos Caraíbas sucedeu uma dispersão mais acentuada, que, entretanto, comportava desigualdades. Cuba e México reúnem apenas 16,9% dos investimentos, com um montante de 686 milhões de dólares para Cuba (11,9%) e 490 para o México (5%). Dentre os países do-mar dos Caraíbas os fornecedores de produtos tropicais foram novamente os beneficiados pelos capitais norte-americanos ao terminar a crise dos anos de 30: a República Dominicana, Guatemala, cujas taxas de aumento permanecem desproporcionadas às possibilidades de seus mercados internos. No fim de 1952, seis países sul-americanos reuniam 63,9% dos investimentos (Venezuela, Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Peru). Em um deles, entretanto, o ritmo das inversões sofreu, em dez anos, variações bastante grandes: a Argentina, onde os primeiros anos de governo do General Perón e de sua política nacionalista desencadearam uma retração de capitais (380 milhões, em 1943, 329 em 1949). O segundo plano Perón demonstrou maior predileção pela agricultura, mais modéstia nos projetos de industrialização e menos violência a respeito dos Estados Unidos: imediatamente os investimentos retornaram a marcha ascendente e ultrapassaram o volume de 1929, com 393 milhões. Os mais favorecidos pelos capitalistas norte-americanos foram Venezuela e Brasil, recebendo respectivamente 1.184 milhões de dólares (20,5%) e 1.013 milhões (17,8%). Enquanto o total dos investimentos na América Latina aumentava de 3.037 milhões entre 1943 e 1952 estes dois países recebiam 1.591. Comentou-se que, "de 1946 a 1949, 72% dos investimentos feitos pelos Estados Unidos na América Latina, tinham sido absorvidos pela indústria petrolífera da Venezuela" (9). De 1949 a 1952, 51% foram destinados unicamente ao Brasil. Os favores do dólar não se distribuem, pois, de igual modo pelos vários países. Que os atraí? Que influência exercem?

Tradicionalmente os capitais americanos se orientaram para setores de atividade bem mais restritos que os procurados outrora pelos capitais europeus. Estimava-se que, em 1940, aproximadamente 55% dos investimentos americanos tinham um caráter "colonial", isto é, animavam, sobretudo, empresas que contribuíam para a produção de matérias-primas e para a exportação (10). Pouco menos de 35% eram investidos em serviços públicos e em transportes, quando, em 1937, 42,8% dos capitais britânicos se dirigiram às vias férreas e 28,6 aos empréstimos governamentais. Enquanto no Canadá 817 milhões de dólares norte-americanos se destinavam às indústrias, as da América Latina haviam recebido apenas 322 milhões em 1943, ou seja 13% do montante dos investimentos diretos. Petróleo, minas e agricultura, entretanto, agrupavam 52%, quando, no conjunto do mundo, estes três ramos só representavam 36% dos investimentos realizados pelos Estados Unidos.

Depois da guerra, às empresas petrolíferas cabiam 29,7% dos investimentos; era, pois, o setor mais procurado. Às minas e às indústrias anexas (refinação do cobre, estanho, etc.) foram destinados 13,2%, aos serviços públicos e transportes 22, achando-se estes dois grupos em recuo em relação a 1940. Ao contrário, as inversões industriais tinham progredido de modo apreciável, pois sua porcentagem atingira 17,8%. A

(9) Léon Buquet, artigo citado, 2, p. 221.

(10) Sobre o aspecto "colonial", ver os comentários de Olson et Hickman, obra citada, nota 4, e Feurlein e Hannan, *Dólares en la América Latina*, México, 1944, 207 páginas, trad. do inglês.

agricultura, com 10% apenas, era o parente pobre. Desde 1950, os investimentos destinados ao petróleo sofreram ligeiro recuo, os destinados às minas e às indústrias aumentaram. As jazidas de ferro da Venezuela, do Peru, do Brasil, o manganês brasileiro do Amapá, o cobre do Chile e do Peru foram os mais beneficiados pelas contribuições dos últimos anos. Quanto aos investimentos industriais efetuaram-se, sobretudo, em favor do Brasil que, em um total de 196 milhões de dólares destinados, em 1951 e 1952, aos "manufacturing investments", recebeu 126%; o restante destinou-se ao México, à Colômbia e à Venezuela (11).

Para fugir-se aos quadros por demais *flous* das grandes classificações dos ramos de investimentos e aproximar-se mais da realidade é necessário reportar-se ao recenseamento de 1951 que traduz a situação de 1950 (12). Os investimentos que podem ser chamados "primários", agricultura, exploração de minas e de petróleo em particular, atingiam 2.482 milhões de dólares, 53,1% do volume global; os investimentos industriais constituíram apenas 16,5%. Entre os investimentos industriais é indispensável fazer-se distinções, não sendo possível atribuir-se a todos, indiscriminadamente, iguais conseqüências geográficas. Alguns são o prolongamento imediato dos investimentos destinados à exploração das matérias-primas da América Latina: indústrias alimentares, fábricas de papel, indústrias de metais, de borracha. Acrescentando-se os investimentos concernentes a estas indústrias ao grupo dos investimentos primários, chega-se a um total de 2.749 milhões ou seja 58,7%. A quota destinada às verdadeiras indústrias de transformação (máquinas, carros, aparelhagem elétrica, etc.) capazes de significar que verdadeiramente existe uma industrialização e um evoluir econômico e social, reduz-se, então, à soma modesta de 328 milhões de dólares, ou seja 7% do total.

A importância dos investimentos destinados à produção de matérias-primas é tanto mais acentuada quanto a economia do país a que se destinam é menos evolvida. Na maioria dos casos, uma única atividade, freqüentemente até mesmo um só produto, absorve uma porcentagem dos investimentos que às vezes ultrapassa de muito a metade. No Peru e no Chile, 39 e 64,7% se destinaram às indústrias minerais, extração e refinaria; na Colômbia e na Venezuela, 57 e 86% concentraram-se na produção petrolífera; no Brasil, 43% são aplicados nas indústrias de transformação (13). Uma distribuição mais equitativa entre as várias atividades indicaria uma participação mais decisiva no desenvolvimento de todas as possibilidades naturais, atenuando desse modo o caráter colonial dos investimentos. Nada houve de semelhante no pós-guerra. Os investimentos continuam tendo como função essencial ou a de aumentar a produção das matérias-primas necessárias ao mercado americano, ou a de instalar fábricas que trabalharão com produtos importados dos Estados Unidos. É possível que se verifique o esboço de uma transformação nos próximos anos. A General Motors, forçada pela concorrência de firmas alemãs (Volkswagen), deverá em breve construir uma fábrica de automóveis entre São Paulo e Volta Redonda, que não precisará recorrer à importação de peças de qualquer espécie.

No momento, a concentração, dos investimentos em pequeno número de atividades não contribuiu para renovar as economias da América Latina; manteve-lhe a fragilidade tradicional. Nos países andinos, no Peru, por exemplo, o retrocesso da atividade agrícola em relação ao crescimento demográfico e ao aumento do operariado que se destina à mine-

(11) Survey of Current Business, Growth in Private Foreign Investments, 1954, vol. 34, n. 1, pp. 5-10; Economic Survey of Latin America, 1953, pp. 37-41.

(12) Artigos citados do Survey of Current Business. Ver também: Jean Dauvergne, "Les investissements des U.S.A. dans le monde" (Cahiers Internationaux, n. 49, 5^o année, pp. 65-78).

(13) Survey of Current Business, art. cit., nota 7.

ração e à indústria, dentro do quadro de uma natureza pouco pródiga, obriga a importação de quantidades sempre crescentes de gêneros alimentícios.

Os "manufacturing investments" encaminharam-se para as repúblicas que haviam alcançado algum progresso industrial decorrente dos lucros obtidos pelas suas apreciáveis exportações agrícolas. As indústrias importadas dos Estados Unidos são menos atraídas pelos salários baixos do que pela existência de um mercado de certa capacidade e pela presença de mão-de-obra qualificada ou semiquificada. Parece que os investimentos pioneiros da industrialização sejam mais freqüentemente europeus e nacionais que norte-americanos. Estes só se tornaram substanciais e só instalavam fábricas verdadeiramente geradoras de progresso econômico e social nos lugares em que a industrialização estava iniciada e onde, por outro lado, parte da população possuía um nível de vida assaz elevado para constituir um mercado imediatamente remunerador. Isto não acontece nos pequenos países da América Central, nem na maior parte dos países andinos, porém, ocorre com mais freqüência no México e de modo mais acentuado ainda no Brasil. Acentuaram-se assim os contrastes entre os vários países. Das influências geográficas exercidas pelos investimentos americanos a de contribuir para aumentar as diferenças entre as Américas Latinas não é de menor importância.

Além dos investimentos privados, os organismos oficiais dos Estados Unidos participam do financiamento da América Latina. A partir de 1945, as doações e empréstimos só constituíram 1 a 6% do conjunto das doações e empréstimos distribuídos pelo governo de Washington, em todo o mundo. Esta "portion congrue" não pode satisfazer de maneira alguma a opinião ou os governos latino-americanos. Os jornais, os homens de negócios, os governos surpreendem-se e comentam em termos pouco afáveis o fato de o ponto IV ser aplicado com mais liberalidade no Oriente Próximo ou na África, do que na América Central ou Andina. Inquietam-se quando vêem os socorros oficiais e os investimentos privados de um grande país amigo e protetor ajudar o desenvolvimento de produtos que ameçam fazer concorrência aos da América Latina. Os capitais fornecidos por instituições especializadas, como o "Banque Mondiale pour la Reconstruction et le Développement", "Import and Export Bank", são mais substanciais e, portanto, mais procurados pelos governos (14). O total dos empréstimos do BIRD aos países latino-americanos eleva-se, em 1954, a 457 milhões de dólares. O Brasil foi o mais favorecido, com 189 milhões. Os créditos do Banco foram concedidos para eletrificação (290 milhões), transportes (103 milhões), comunicações telefônicas e telegráficas (24 milhões), a agricultura e a indústria receberam uns vinte milhões cada uma. O primeiro financiamento concedido à indústria foi realizado, em 1953, em proveito de uma fábrica de papel de imprensa, no Chile. Desde a sua criação em 1934, o Eximort auxiliou quase todos os países da América Latina, primeiro o Chile e São Domingos, depois a Bolívia, Cuba e o Brasil. Suas primeiras intervenções destinavam-se à aquisição de material ferroviário e de navios visando a facilitar o escoamento da produção e contribuir indiretamente para o desenvolvimento do comércio exterior. Pouco a pouco os investimentos do "Eximort" orientaram-se para as indústrias de base e para o equipamento energético. Mas, uma de suas principais funções é assegurar as transfusões urgentes de dólares e de créditos que aliviam as balanças de pagamento. O exemplo das relações entre o "Eximort" e o Brasil permitirá melhor compreender o papel desta organização (15).

(14) *Economie Survey*, 1954, pp. 41-43.

(15) *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 1953, dezembro.

Desde 1940, foram concedidos ao Brasil aproximadamente 600 milhões de dólares. A metade desta soma corresponde a um empréstimo excepcional efetuado em 1953 e liquidável em quatro anos que permitisse ao Brasil regularizar suas dívidas comerciais. As empresas americanas instaladas no Brasil receberam 60,5 milhões, dos quais a metade se destinou unicamente a uma sociedade de eletricidade, a Companhia Paulista de Fôrça e Luz. Foi com 70 milhões do "Eximport" que a Companhia Siderúrgica Nacional (sem contar as grandes contribuições nacionais) pôde construir e aperfeiçoar o centro siderúrgico de Volta Redonda. As companhias ferroviárias e às de navegação couberam 64 milhões. As indústrias extrativas de minério de ferro e de manganês obtiveram 82 milhões, estando as do Território do Amapá estreitamente associadas à "Bethlehem Steel". Uma organização oficial, a Companhia do Vale do Rio Doce, beneficiou-se com 20.500.000 dólares, o que lhe deu os meios que asseguram escoamento do ferro de Minas Gerais até o porto de vitória e a sua exportação para os Estados Unidos. A contribuição do "Eximport" para a industrialização brasileira, para a arrancada das indústrias de base e para o melhoramento dos meios de transporte foi, pois, decisiva. Ainda, na hora atual, os trabalhos de equipamento hidrelétricos e a modernização do parque ferroviário só podem prosseguir graças aos recursos desta instituição. Sua política não se afasta sensivelmente da adotada pelas empresas particulares. O apoio às sociedades norte-americanas é capital e a participação àquilo que aumenta a exportação de minérios entra na linha geral dos investimentos norte-americanos (16). Os investimentos do "Eximport" dependem, em última análise, da aprovação das grandes empresas americanas e dos interesses por elas vislumbrados. Em 1954, uma comissão da Companhia Siderúrgica Nacional foi aos Estados Unidos, na esperança de obter um novo crédito de 25 milhões de dólares que facultaria a instalação de um novo alto-forno em Volta Redonda, devendo uma soma equivalente em cruzeiros ser subscrita pelo Brasil. Tendo encontrado oposição da parte da siderúrgica norte-americana, nada obteve do "Eximport". O exemplo não deve subestimar tôdas as transformações por que o Brasil passou com o afluxo dos investimentos americanos; mostra, todavia, que êstes sabem fixar os limites que lhes convêm.

De resto, não se deve estabelecer comparação entre a eficiência dos investimentos em um país como o Brasil e a função que desempenham em países demográfica e economicamente menos evoluídos. Pôde-se demonstrar a fraca incidência que os enormes investimentos das sociedades petrolíferas tiveram na economia da Venezuela. Permitiram, certamente, liquidar a dívida externa e constituir a única balança de pagamentos da América Latina. A economia nacional, portanto, não se deteriorou, mas terá ela melhorado de tal forma que permita ao geógrafo comprovar-lhe os efeitos? Os reinvestimentos das companhias de petróleo não foram efetuados fora de seu campo habitual de ação. Apenas 3% da mão-de-obra nacional tiram proveito dos salários e das condições de vida existentes na zona dos poços. Em 1948, a produção agrícola mantinha-se no nível da de 1935. A indústria, que havia registrado progresso sensível durante a guerra, deixou de progredir de 1945 a 1949; as fábricas de sabão, as de tecidos de algodão, as pequenas empresas, relativamente espalhadas pelo país e que utilizavam mão-de-obra assaz

(16) Em janeiro de 1955, o Eximport concordou em conceder 100 milhões de dólares a um grupo de sociedades americanas, entre as quais a mais importante é a "American Smelting and Refining", para incentivar a exploração de novas jazidas de cobre no Peru. As contribuições privadas serão de 95 milhões no mínimo. O governo peruano comprometeu-se a não modificar as taxas atuais, a isentar a sociedade de todos os impostos sobre o material importado, a autorizar as exportações de cobre e deixar liberdade plena de câmbio; o Eximport vem igualmente de conceder um empréstimo de 60 milhões a uma sociedade americano-argentina para a aciaria de São Nicolas.

numerosa, foram submetidas à dura concorrência das usinas modernas de "rayon" e de produtos químicos. O estado que, em 1938, recebia, sob diferentes formas, 35 milhões de dólares das indústrias de petróleo percebeu dez vezes mais em 1949, sem que, apesar disto, haja contribuído para a constituição de capitais privados, que teriam servido à coletividade. Boas rodovias foram construídas cujos traçados, porém, correspondem a interesses políticos do que a imperativos econômicos. O total dos funcionários públicos passou de 7.000 em 1938, a 47.000 em 1942 (17).

Em Cuba, onde o fluxo dos dólares é antigo, e onde houve bastante tempo para que atuassem de modo útil, a situação não é muito diferente. Um relatório do BIRD, de 1951, mostra que os investimentos não são exclusivamente agrícolas: 48% são aplicados nos serviços públicos e nos transportes, 32% na agricultura, 11% nas indústrias, 6% no comércio e 3% nas explorações do petróleo. O relatório insiste na repugnância que sentem os capitais americanos em embrenharem-se fora das suas direções tradicionais. A renda por habitante era, em 1945, de 341 dólares, superior à de um italiano ou à de um espanhol; na América Latina, só era inferior à de um argentino (349 dólares). Mas no campo, 60% da população vivem em estado de subnutrição, e nas cidades, inclusive em Havana, a taxa é ainda de 30 a 40% (18).

Nada disto surpreende em um continente que suporta o fardo de pesada herança colonial. Os autores americanos insistem de bom grado nas conseqüências econômicas da estrutura social na América Latina, nas suas conseqüências sobre a vida política e os métodos administrativos. Dizem que "o pobre sustenta o rico"; que, em suma, a evolução na partilha dos lucros é tão lenta que, ainda se pode dizer, com Humboldt, que em parte alguma a desproporção na distribuição das fortunas é tão impressionante. Mears mostrou que, na Venezuela, os hábitos sociais e governamentais tinham contribuído para desviar do interesse coletivo os lucros que o Estado retirava do petróleo; ele desmontou o mecanismo que impediu os investimentos estrangeiros de provocar o real desenvolvimento econômico do país, atribuindo a maior responsabilidade à estrutura orgânica deste. De acordo com esse autor, pode-se observar que, de 1945 a 1948, foram feitos esforços substanciais para acelerar o desenvolvimento econômico, paralelamente a uma política de elevação dos salários, acrescentando-se, todavia, que o governo que tomou tais iniciativas não mereceu de modo algum o apoio dos investidores norte-americanos. Em resumo, o pensamento desses autores é que, no quadro atual da sociedade latino-americana, os investimentos não conseguem exercer ação profundamente inovadora (19).

É fácil verificar quanto os investimentos rendem aos Estados Unidos. Nas importações provenientes da América Latina, a parte a eles devida não é desprezível: o cobre 95%, o petróleo bruto, o chumbo, os adubos, 90%, as bananas, 75%, para o açúcar, a prata, os óleos refinados, 70%, ferro 60% (1952) (20). As organizações americanas estimam que, de 1945 a 1950, aproximadamente 40% das vendas obtidas pelos investi-

(17) Léon A. Mears, *Privat Foreign Investment and Economic Development: Venezuela, Saudi Arabia and Puerto Rico* (Inter-American Affairs, 1953, vol. 7, n. 1, pp. 3-9).

(18) *Report on Cuba*, International Bank for Reconstruction and Development, 1950, Baltimore, 1951, XXIV-1052 páginas.

(19) Elgin Williams *The promises of Latin America Economies* (Inter-American Economic Affairs, 1951, vol. 5, n. 3, pp. 40-81). Apresenta uma relação de diversos trabalhos americanos sobre os problemas da América Latina, com numerosas citações.

(20) *Survey of Current Business, Income on United States Investments, 1953*, vol. 33, n. 12, pp. 8-14.

mentos no estrangeiro, provinham da América Latina (21). Para esta, porém é difícil avaliar seu ônus. Segundo os relatórios da CEPAL, o lucro dos investimentos é da ordem de 11 a 12%; atingiu 13% em 1951, graças aos grandes investimentos que, neste ano, foram efetuados nos negócios petrolíferos que rendem 23% (22). Estas estimativas parecem modestas, pois tais proveitos são bem inferiores aos que usualmente são conseguidos na América Latina. As remessas de lucros atingiram 481 milhões de dólares, em média, nos anos de 1947-1949, 540 em 1950, 669 em 1951, 619 em 1952 (23). As saídas de dólares, a título de investimentos diretos, são bastante inferiores aos lucros que estes rendem aos Estados Unidos. De 1946 a 1951, as saídas foram calculadas em 1.629.000.000, para um rendimento de 3.078.000.000 em toda a América Latina.

Por seu lado, esta suporta um *deficit* de sua balança de pagamentos em dólares parcialmente imputável ao pagamento dos juros e dividendos: 715 milhões sobre o *deficit* superior a um bilhão de dólares em 1951. No mesmo ano, a balança brasileira apresentava um *deficit* de 310 milhões e o custo dos serviços atingia 445 milhões. No Chile, os investimentos americanos custaram 51 milhões ou seja mais de 52% do valor das exportações minerais; o excedente de sua balança comercial (650 milhões), permitia à Venezuela enviar aos Estados Unidos 287 milhões a título de renda dos investimentos. No Peru, dos 55 milhões do saldo comercial positivo deviam ser descontados 33 milhões para o mesmo fim (24). Os fatores de desequilíbrio da balança de pagamentos são múltiplos e complexos.

É difícil estabelecer-se a parte de responsabilidade que cabe de fato aos investimentos. Como avaliar o montante das exportações que provêm das novas atividades criadas pelos capitais estrangeiros? Como medir a diminuição das importações que eles tornaram possível? A situação varia não apenas de um país para outro, mas dentro do mesmo país, de um ano para outro; o peso do serviço dos investimentos pode ser repentinamente aliviado pela alta de preços dos poucos produtos exportados, ou subitamente sobrecarregados por sua queda. Assim sendo, as altas cotações do café, nos últimos anos, permitiram aos países cafeicultores supor-tar sem muito esforço por vezes até mesmo aumentar a carga dos investimentos industriais; mas é do conhecimento geral que a esta fase feliz sucedeu, há alguns meses, a queda brutal das cotações. Tornou-se, então, difícil sustentar os compromissos contraídos havia pouco.

Proceder-se-ia a uma compressão das saídas de dólares? Ir-se-ia então ao encontro de medidas de retorção, da rarefação dos investimentos e de um refreamento do progresso industrial. O que se verifica é que todos os países da América Latina, ainda que em graus diferentes, debatem-se com problemas de câmbio e de balança de pagamentos em cuja origem reaparece sempre a organização dos investimentos. As consequências são freqüentemente graves, muitos países viram-se forçados a reduzir suas importações tendo a diminuição afetado não só as matérias-primas solicitadas pelas indústrias como os bens de equipamento. Decorreu daí, para o Brasil, em fins de 1953 e em 1954, uma queda na

(21) Survey Current Business, obra citada, nota 4, e mesma revista, 1951, n. 10, p. 7.

(22) Economic Survey, 1953, pp. 39-40.

(23) Survey of Current Business, Income on U.S. Foreign Investments, 1953, vol. 33, n. 12, pp. 8-12. De acordo com a mesma publicação, Nov. 54, pp. 6-13 os lucros teriam sido de 868 milhões, dos quais 303 reinvestidos, em 1952; 747, dos quais 52 reinvestidos, 1953. Estas cifras diferem ligeiramente das que figuram no quadro 26, p. 39, do Economic Survey, 1953.

(24) Economic Survey, 1951-1952, "The balance of payments", pp. 142-157. Ver também os artigos de L. Buquet, citado, nota 2 e de Bernard Ducros, "Les investissements américains à l'étranger" (Revue Économique, 1954, n. 2, pp. 190-216).

cadência da industrialização e um recuo da produção industrial na Argentina e no México. Sob sua forma atual, os investimentos norte-americanos acrescentam-se a um conjunto de fatores que, em vez de contribuir para transformar a América Latina, retardam-lhe a marcha que, depois da guerra, se anunciava menos difícil.

Os governos solicitam, pois, modificação do sistema. Nota-se, de início, que os investimentos norte-americanos não têm a amplitude que tiveram outrora as contribuições européias. A média anual de financiamentos do "Eximport" e da BIRD, desde 1950, é de 80 milhões, isto é, apenas 18% dos investimentos dos Estados Unidos na América Latina. Esta só recebeu, depois da guerra, 20% dos investimentos diretos americanos quando, antes de 1939, recebia 25%.

Levando-se em conta as diferenças entre as rendas nacionais, para ser proporcionadas aos investimentos exteriores que empreende atualmente o Reino Unido, o montante global dos investimentos dos Estados Unidos no mundo deveria ser de 5 milhões de dólares, por ano, em vez de 1.500.000.000, cifra correspondente à média dos últimos anos (25). Os industriais e capitalistas dos Estados Unidos não têm nem as mesmas necessidades nem as mesmas intenções que os da Europa antes de 1914. Procuram, além disso, uma taxa de lucro superior àquela que satisfaz atualmente os capitais europeus; isto contribui para explicar os acordos recentes entre governos, como o da Colômbia, do Peru ou do Brasil, com grupos industriais franceses e com firmas alemãs (26).

O valor real dos investimentos diretos não atinge o das antigas inversões em títulos. Enfim, a depreciação do dólar coloca o montante dos investimentos atuais em nível menos espetacular: em valor constante, os investimentos efetuados desde a guerra não se igualam aos realizados pelos Estados Unidos durante o período de 1920-1929. O desenvolvimento da América Latina resulta hoje menos que outrora das contribuições financeiras dos países industrializados.

Esta colaboração financeira nunca foi, porém, tão necessária. Durante os anos que sucederam à guerra, a situação do comércio exterior e a maior capacidade de pagamento proporcionaram aos estados sul-americanos um aumento do consumo interno e aceleraram-lhe a industrialização, com ampla participação de investimentos nacionais. O coeficiente dos investimentos totais tinha atingido 18% da renda nacional. Mas desde 1952 a tendência mudou de direção: o coeficiente voltou a 13,5%, igual ao que era antes de 1930. A esta taxa e levando-se em conta o crescimento demográfico anual (2,4), a melhoria da renda anual *per capita* será de 1% nos próximos anos, quando deveria atingir 3,3 para corresponder às necessidades mais prementes. A contribuição dos capitais estrangeiros tornou-se cada vez mais necessária, mas sua opressão é sempre mais pesada. Entretanto, para obtê-los foram abrandadas as restrições à exportação dos capitais no Brasil, no Peru, na Argentina. A CEPAL desajaria ver elevar-se de 80 a 650 milhões de dólares por ano o montante dos investimentos públicos. Segundo a opinião de seu diretor, a América Latina tem menos necessidade dos investimentos diretos por empresas estrangeiras, do que da colaboração das organizações

(25) Le problème des investissements étrangers en Amérique Latine, nota mensal do Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, decembre, 1954, pp. 1-4.

(26) É o que favorece atualmente as empresas européias. Ler-se-á com interesse o relatório da BIRD, sobre a Colômbia, pouco favorável ao financiamento de uma indústria metalúrgica, em Paz de Rio que, como se sabe, foi realizado pela França.

públicas e internacionais (27). Na conferência dos ministros das finanças e da economia no Rio de Janeiro, os representantes de várias repúblicas sugeriram, mas sem êxito, a criação de um fundo interamericano. Por seu lado, a imprensa norte-americana objeta que "não é justo estimular os negócios de países estrangeiros, com fundos públicos que seriam negados aos homens de negócios dos Estados Unidos". Importante documento oficial americano exprime nitidamente a posição de Washington: "nossos capitais serão investidos nos lugares em que as condições políticas, a estabilidade econômica e um tratamento justo e equitativo lhes permitirão remeter a nossos acionistas lucros razoáveis (28). A permanência ou, ao contrário, a evolução da geografia humana das Américas Latinas dependem em grande parte da escolha que os acontecimentos imporão de uma ou de outra destas duas concepções de modos de investimentos (29).

(Transcrito do Boletim Geográfico n. 136-57.)

(27) Encontrar-se-á tudo isto em *Informations Latine-Américaines*, 1954, maio, 1º ano, n. 2, documentos, pp. 1 e seguintes.

(28) Relatório do Dr. Milton Eisenhower, enviado especial do presidente. *Informations Latine-Américaines*, etc. (ver nota precedente), na p. VI. Os dois pontos de vista defrontam-se sem resultados práticos, na Conferência Econômica Pan Americana do Rio de Janeiro, em novembro de 1954. Informações de imprensa deixam transparecer que contatos mais promissores foram realizados no decorrer de uma conferência de homens de negócios das Américas, realizada nos Estados Unidos, em março de 1955.

(29) Desde a redação deste estudo, o Department of Economic and Social Affairs da O.N.U. publicou um trabalho essencial: *Foreign Capital in Latin America*, New York, 1955, VIII-164 páginas. É sem dúvida o documento fundamental.

*
* *

"DEVEIS TER SEMPRE EM VISTA QUE É LOUCURA O ESPERAR UMA NAÇÃO FAVORES DESINTERESSADOS DE OUTRA, E QUE TUDO QUANTO UMA NAÇÃO RECEBE COMO FAVOR TERÁ DE PAGAR MAIS TARDE COM UMA PARTE DA SUA INDEPENDÊNCIA... NÃO PODE HAVER MAIOR ERRO DO QUE ESPERAR FAVORES REAIS DE UMA NAÇÃO A OUTRA."

JORGE WASHINGTON

IV - FRONTEIRAS

BRASIL — BOLÍVIA

"O ACÓRDO DE ROBORÉ" (1ª PARTE)

Major OCTAVIO TOSTA

I — Introdução

No dia 29 de janeiro de 1958, portanto, exatamente há um ano, jornais brasileiros publicaram, com destaque, o seguinte telegrama (1):

"Roboré, Bolívia, 28. Os Ministros Macedo Soares e Manuel Barrau acabam de assinar a Ata de encontro dos Chanceleres do Brasil e Bolívia. A cerimônia, que se realiza, às 8,50 horas, tempo local (uma hora mais no Rio), é simples e provoca palmas de todos quantos a assistem. Também são dados "vivas" ao Brasil e à Bolívia, revelando que é de júbilo este momento histórico em que as duas nações resolvem um problema comum delicado e cuja solução se arrasta há longos anos. O ato assinala o fim dos entendimentos de quatro dias, um a mais do que fôra previsto inicialmente. Não houve discursos, preferindo o Chanceler brasileiro abraçar fraternalmente o seu colega boliviano, dizendo que o gesto valia mais que palavras. Objetivamente, a assinatura da Ata do encontro Corumbá-Roboré dispôs que a grande área, de 32 mil quilômetros quadrados, cedida ao Brasil, em 1938, para exploração petrolífera foi dividida em duas zonas (ver fig.):

- a) quarenta por cento da área total ficarão para exploração exclusivamente por capitais brasileiros privados;
- b) os restantes sessenta por cento serão entregues a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), para explorar como melhor lhe convier, assegurada a prioridade para as empresas brasileiras, quando houver igualdade de condições oferecidas".

ACÓRDOS MARGINAIS

Para solucionar o problema principal, que era o relativo à *saída e aproveitamento do petróleo boliviano*, os diplomatas brasileiros tiveram que discutir outros referentes:

- à estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra;
- ao desenvolvimento do intercâmbio comercial e ao dinamismo econômico a ser processado através da extensa fronteira brasileira-boliviana;
- à melhor orientação das correntes culturais entre ambos os países;

(1) De Octávio Bonfim, enviado especial de "O GLOBO".

— a questões de DEMARCAÇÃO DE LIMITES, compreendendo :

- 1) correções em alguns marcos existentes;
- 2) nascentes do Rio Verde;
- 3) ilha Guajará-mirim (Isla Suárez).

II — *Tratado de amizade, limites, navegação, comércio de 27 de março de 1867 (Tratado de La Paz)*

O primeiro tratado assinado pela Bolívia e pelo Brasil com o objetivo de determinar a sua linha divisória foi o de 27 de março de 1867.

O Artigo 2º desse tratado, estabelecia :

"Sua Majestade o Imperador do Brasil e a República da Bolívia concordaram em reconhecer, como base para a demarcação da fronteira entre os respectivos territórios, o *uti possidetis*, e, de conformidade com este princípio, declaram e definem a mesma fronteira do modo seguinte :

"A fronteira entre o Império do Brasil e a República da Bolívia partirá do rio Paraguai, na latitude de 20º 10', onde deságua a baía Negra, seguirá pelo meio desta até o seu fundo, e daí em linha reta à lagoa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio, irá daqui à lagoa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as lagoas Gaíba e Uberaba, em tantas retas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua.

"Do extremo norte da lagoa Uberaba irá, em linha reta, ao extremo sul, da Corixa Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão, respectivamente, do lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo sul da Corixa Grande irá em linhas retas ao morro da Boa Vista e aos Quatro Irmãos; destes, também em linha reta, até as nascentes do rio Verde; baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira. Deste rio para Oeste seguirá a fronteira, por uma paralela, tirada da sua margem esquerda, na latitude Sul 10º 20', até encontrar o rio Javari.

"Se o Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javari".

III — *Tratado de Petrópolis*

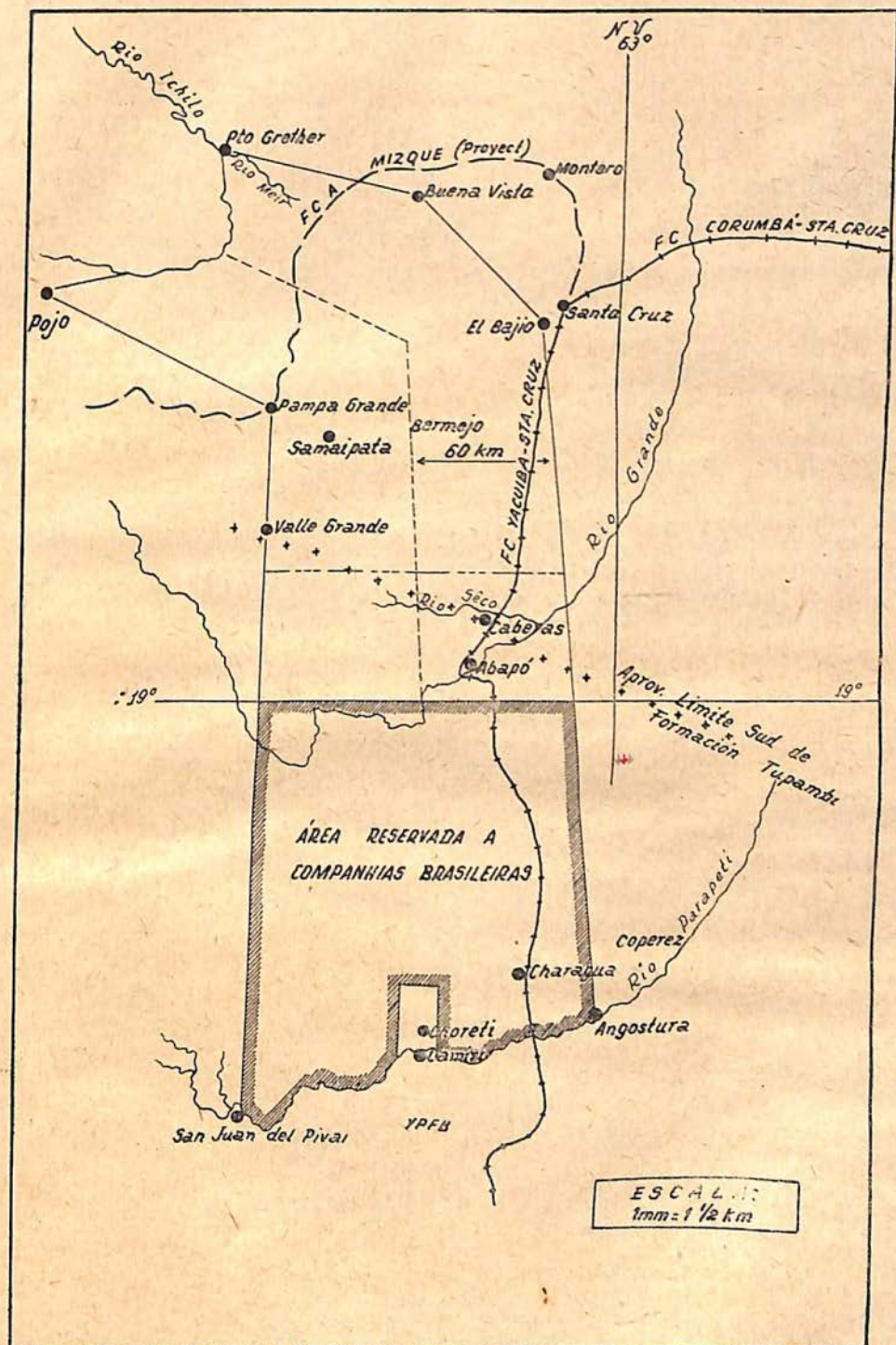
Concluído e assinado em Petrópolis, aos 17 de novembro de 1903, estabelece o seguinte:

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, animadas do desejo de consolidar para sempre a sua antiga amizade, removendo motivos de ulterior desavença, e querendo ao mesmo tempo facilitar o desenvolvimento das suas relações de comércio e boa vizinhança, convieram em celebrar um Tratado de permuta de territórios e outras compensações, de conformidade com a estipulação contida no art. 5º do Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio, de 27 de Março de 1867.

ARTIGO I

A fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a da Bolívia ficará assim estabelecida :

§ 1º) Partindo da latitude Sul de 20º 08' 35", em frente ao desagadouro da Baía Negra, no Rio Paraguai, subirá por este rio até um



ponto na margem direita, distante nove quilômetros, em linha reta, do forte de Coimbra, isto é, aproximadamente em $19^{\circ} 58' 05''$ de latitude e $14^{\circ} 39' 14''$ de longitude Oeste do Observatório do Rio de Janeiro ($57^{\circ} 47' 40''$ Oeste de Greenwich), segundo o Mapa da fronteira levantado pela Comissão Mista de limites, de 1875; e continuará desse ponto, na margem direita do Paraguai, por uma linha geodésica que irá encontrar outro ponto a quatro quilômetros, no rumo verdadeiro de $27^{\circ} 1' 22''$ Nordeste, do chamado "Marco do fundo da Baía Negra", sendo a distância de quatro quilômetros, medida rigorosamente sobre a fronteira atual, de sorte que esse ponto deverá estar, mais ou menos, em $19^{\circ} 45' 36''$,6 de latitude e $14^{\circ} 55' 46''$,7 de longitude Oeste do Rio de Janeiro ($58^{\circ} 04' 12''$,7 Oeste de Greenwich). Daí seguirá no mesmo rumo determinado pela Comissão Mista de 1875 até $19^{\circ} 2'$ de latitude e, depois, para Leste, por este paralelo até o arroio Conceição, que descera até a sua boca, na margem meridional do desaguadouro da lagoa de Cáceres, também chamado rio Tamengos. Subirá pelo desaguadouro até o meridiano que corta a ponta do Tamarindeiro e depois para o Norte, pelo meridiano de Tamarindeiro, até $18^{\circ} 54'$ de latitude, continuando por este paralelo para Oeste até encontrar a fronteira atual.

§ 2º) Do ponto de interseção do paralelo de $18^{\circ} 54'$ com a linha reta que forma a fronteira atual seguirá, no mesmo rumo que hoje, até $18^{\circ} 14'$ de latitude e por este paralelo irá encontrar a Leste o desaguadouro da lagoa Mandioré, pelo qual subirá, atravessando a lagoa em linha reta até o ponto, na linha antiga de fronteira, equidistante dos dois marcos atuais, e depois, por essa linha antiga, até o marco da margem septentrional.

§ 3º) Do marco septentrional na lagoa Mandioré continuará em linha reta, no mesmo rumo que hoje, até a latitude de $17^{\circ} 49'$ e por este paralelo até o meridiano do extremo Sudeste da lagoa Gahiba. Seguirá esse meridiano até a lagoa e atravessará esta em linha reta até o ponto equidistante dos dois marcos atuais, na linha antiga de fronteira, e depois por esta linha antiga ou atual até a entrada do canal Pedro Segundo, também chamado recentemente rio Pando.

§ 4º) Da entrada Sul do canal Pedro Segundo ou rio Pando, até a confluência do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no artigo 2º do Tratado, de 27 de março de 1867.

§ 5º) Da confluência do Beni e do Mamoré descera a fronteira pelo rio Madeira até a boca do Abunan, seu afluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a latitude $10^{\circ} 20'$. Daí irá pelo paralelo de $10^{\circ} 20'$, para Oeste até o rio Rapirran e subirá por ele até a sua nascente principal.

§ 6º) Da nascente principal do Rapirran irá, pelo paralelo da nascente, encontrar a Oeste o rio Iquiry e subirá por este até a sua origem, donde seguirá até o igarapé Bahia pelos mais pronunciados acidentes do terreno ou por uma linha reta, como aos Comissários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente.

§ 7º) Da nascente do igarapé Bahia seguirá, descendo por este até a sua confluência na margem direita do rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais ocidental do que a de 69° Oeste de Greenwich.

a) No caso figurado, isto é, se a nascente do Acre estiver em longitude menos ocidental do que a indicada, seguirá a fronteira pelo meridiano da nascente, até o paralelo de 11° e depois, para Oeste por esse paralelo até a fronteira com o Peru.

b) Se o rio Acre, como parece certo, atravessar a longitude de 69° Oeste de Greenwich e correr ora ao Norte, ora ao Sul do citado paralelo de 11°, acompanhando mais ou menos este, o alveo do rio formará a linha divisória até a sua nascente, por cujo meridiano continuará, até o paralelo 11° e daí, na direção de Oeste, pelo mesmo paralelo, até a fronteira com o Peru; mas, se a Oeste da citada longitude 69° o Acre correr sempre ao Sul do paralelo de 11°, seguirá a fronteira desde esse rio, pela longitude de 69°, até o ponto de interseção com este paralelo de 11° e depois por ele até a fronteira com o Peru.

ARTIGO X

Este Tratado, depois de aprovado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Repúblicas, será ratificado pelos respectivos Governos e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro, no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os Plenipotenciários acima nomeados, assinamos o presente tratado, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e castelhana, apondo nêles os nossos selos.

Feito na cidade de Petrópolis, aos dezessete dias do mês de novembro, de mil novecentos e três.

(L. S.) Rio-Branco.

(L. S.) J. F. de Assis Brasil.

(L. S.) Fernando E. Guachalla.

(L. S.) Cláudio Pinilla.

IV — *Tratado de limites e comunicações ferroviárias, entre o Brasil e a Bolívia, firmado a 25 de dezembro de 1928*

Foi o último Tratado de limites estabelecido entre os dois países e reza:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República da Bolívia, desejosos de estreitar cada vez mais as antigas relações de amizade, entre o Brasil e a Bolívia:

Considerando que, com esse propósito, é da mais alta conveniência completar-se a definição da fronteira comum, nos trechos que, apesar dos tratados anteriores, de 27 de março de 1867 e 17 de novembro de 1903, ainda permanecem abertos;

considerando, por outro lado, a necessidade de se caracterizarem melhor outros trechos, já demarcados;

e considerando ainda a vantagem de se determinar, definitivamente, o melhor modo de dar execução a certas obrigações, decorrentes do citado tratado de 1903 e referentes à ligação ferroviária entre os dois países:

resolveram celebrar novos tratados, em que todas essas providências se achem estabelecidas.

E, para esse fim, nomearam seus plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Otávio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República da Bolívia, o Senhor Fabián Vaca Chávez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, junto ao Governo brasileiro;

Os quais, depois de haverem exibido os respectivos plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos seguintes artigos:

ARTIGO I

A linha de fronteira descrita no tratado de 17 de novembro de 1903, no trecho compreendido entre a nascente principal do rio Rappiran e o igarapé Bahia, seguirá da referida nascente principal, em linha reta à foz do rio Chipamanu; daí continuará pelo Chipamanu acima, até a sua nascente principal, de onde prosseguirá, em linha reta, até a nascente do braço oriental do igarapé Bahia. Dessa nascente, a linha divisória baixará pelo mesmo braço oriental e pelo igarapé Bahia, até a foz dêste, no rio Acre.

ARTIGO II

No trecho do Rio Madeira, limítrofe entre o Brasil e a Bolívia, isto é, da confluência do Beni e Mamoré à boca do Abunan, a fronteira correrá pela linha da meia distância entre as margens, pertencendo ao Brasil as ilhas e ilhotas que ficam mais próximas da margem brasileira, e à Bolívia, as ilhas e ilhotas que ficam mais próximas da margem boliviana.

De acôrdo com os mapas levantados, em 1914, pela Comissão mista brasileiro-boliviana, demarcadora de limites, as ilhas e ilhotas, que ficam do lado do Brasil, são assim denominadas: dos Anús ou da Confluência, Marinha, Quinze de Novembro, Misericórdia, Sete de Setembro, Periquitos e Araras; as que ficam do lado da Bolívia, são assim denominadas: Bolivar, Sucre, Seis de Agosto, Ribeirão, Amizade e Colombo.

ARTIGO III

Do ponto extremo da demarcação de 1877, onde foi colocado um marco, a que se refere a ata da quarta conferência da Comissão mista brasileiro-boliviana, a linha de fronteira prosseguirá para Leste, pelo paralelo do dito ponto, até encontrar uma reta traçada, entre o morro dos Quatro Irmãos e a nascente principal do rio Verde. Seguirá, depois por essa reta, para o Norte, até a dita nascente do rio Verde, que será assinalada com um marco.

No mais curto prazo possível, após a troca de ratificações, dêste tratado, os dois Governos nomearão uma comissão mista demarcadora, para inspecionar toda a linha de fronteira, reparar antigos marcos danificados, levantar novamente os que houverem caído, escolher pontos onde, para maior clareza da linha divisória e das respectivas posses dos dois países, deverão ser colocados novos marcos, efetuar, em suma, tôdas as operações de demarcação, que forem necessárias, na mesma linha de fronteira.

ARTIGO IV

Por troca de notas, os dois Governos determinarão, precisamente, as instruções por que se deverá reger a comissão mista demarcadora.

ARTIGO V

Havendo os dois Governos concordado em que se não teve a efeito a construção do ramal ferroviário, entre Vila Murtinho, ou outro ponto próximo, e Vila Bela, na confluência do Beni e do Mamoré, obra que o Brasil se obrigou a realizar, em virtude do art. 7º do tratado de

17 de novembro de 1903, e sendo conveniente a ambos os países que se efetue, do modo mais eficaz, a vinculação comercial, prevista naquele tratado, fica estipulada a substituição da aludida obrigação pela de um auxílio do Brasil à realização de um plano de construções ferroviárias, que, ligando Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra, daí se prolongue, de um lado, a um pôrto na bacia do Amazonas e, do outro, a um pôrto no rio Paraguai, em local que permita o contato com a viação férrea brasileira. Este último trecho poderá ser, provisoriamente, executado sob a forma de uma via de tração moderna, que seja depois transformada em ferrovia, reconhecido ao Brasil o direito de apressar essa transformação, se assim lhe convier, pelo modo por que combinarem os dois Governos.

O referido auxílio será de um milhão de libras esterlinas, que o Governo brasileiro porá à disposição do Governo boliviano, dentro em seis meses após a troca de notas entre os dois Governos, nos quais estes especifiquem a forma de pagamento, a maneira como será transferida a dita importância, as obras em que será ela utilizada, a duração e a ordem dos trabalhos e outros quaisquer detalhes que sejam necessários, — atendidos os direitos preexistentes em virtude de contratos assinados por cada um dos dois Governos.

ARTIGO VI

Este tratado constituirá um todo indivisível. Preenchidas as formalidades legais em cada um dos dois países, será ratificado; e as respectivas ratificações serão trocadas, na cidade do Rio de Janeiro, ou na de La Paz, no mais breve prazo possível.

Em fé do que, os plenipotenciários acima indicados firmam o presente tratado, em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesa e castelhana, apondo nêles os respectivos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos 25 dias do mês de dezembro de 1928.

(L. S.) Octávio Mangabeira.

(L. S.) Fabián Vaca Chavez.

(Continua no próximo número)

*
* * *

“A verdadeira balança do poder político em qualquer ocasião é... o produto, por um lado, das condições geográficas, tanto econômica como estratégica e, pelo outro, do número relativo, virilidade, aparelhamento militar e organização dos povos em competição. A proporção que estas quantidades são exatamente estimadas, mais próximos estaremos da probabilidade de resolver as diferenças sem o recurso cruento das armas.”

(Extraído do “The Geographical Pivot of History”)

O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS

Após a primeira guerra mundial, homens de negócios e fortes banqueiros resolveram oferecer à América Latina a nova era da máquina, e lá empataram a "ninharia" de uns seis bilhões de dólares. Cresceram os capitais, e com eles a prática das intervenções nesses países. O Presidente Coolidge em sua mensagem ao Congresso, dando as razões do envio de tropas a Nicarágua, dizia:

"Os direitos de propriedade dos Estados Unidos no Canal de Nicarágua, necessário à manutenção do Canal do Panamá, juntamente com as obrigações decorrentes do emprêgo de capital de todas as classes de nossos cidadãos em Nicarágua, colocam-nos em situação de especial responsabilidade. Acionistas americanos e estrangeiros olharão para os Estados Unidos como a garantia dos seus interesses..."

Poucos ter-se-ão apercebido da extensão e celeridade com que vão os Estados Unidos lançando cada vez mais longe o alvo das suas pretensões, e hoje muito para além do que o dos dias primitivos. Causa realmente espécie ao norte-americano que viaja pelas Caraíbas, ao defrontar-se com o predomínio dos Estados Unidos nesses países e observar os processos de que lança mão para o manter.

Em 1924, numa longa excursão pelas Caraíbas, o autor presenciou a tremenda pressão do governo americano e do comércio americano para tutelar estes países do Sul, e com seus olhos viu a Marinha dos Estados Unidos espingardear inocentes camponeses em São Domingos, Haiti e Nicarágua; expressou a sua repulsa indignada em um artigo no "Atlantic Monthly" sob o título "Imperialismo Americano", em que dizia:

"Nestes pequenos países do Sul, sob o tacão dos nossos soldados, de nossos banqueiros e reis do petróleo, estamos criando a nossa Irlanda, o nosso Egito, a nossa Índia... Estamos semeando ódios, suspiros, amargas lembranças de exploração e destruição de soberania na América Latina, como fermento de reações violentas dos que não podem consentir em ver espezinhados com menoscabo os seus valores espirituais."

Por esse tempo a política financeira de onze das vinte repúblicas latino-americanas era dirigida por norte-americanos oficialmente indicados, e em seis delas os agentes financeiros eram apoiados por forças americanas em terra.

Trecho de "A AMÉRICA LATINA", de Samuel Guy Inman (*).

(*) Samuel Guy Inman foi, durante dez anos diretor do "Peoples Institute" no México. Empregou vinte e sete anos visitando a América Latina. Estêve como conferencista ou professor em diversas Universidades dos E.E.U.U. e da América Latina. Foi diretor na Liga das Nações do Serviço de Refugiados da América do Sul. É autor de vários livros, artigos e trabalhou em numerosas organizações internacionais.

V – ARTIGO ESTRANGEIRO

VISÕES GEOGRÁFICO-POLÍTICAS MUNDIAIS

Prof. ANGEL RUBIO
(Universidade do Canadá)

(Traduzido da "Revista Geográfica", do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (N. 46-57) pelo Major GERALDO MAGARINOS).

(Conclusão dos dois números anteriores)

Visões de estratégia global. — Os fatos de circulação — movimento de pessoas e coisas — fazem-nos penetrar a essência da estratégia. Esta não se limita à arte militar; toda decisão política requer movimento de mensagens, homens, dinheiro ou munição. Pode definir-se a estratégia, em sua acepção mais ampla, como a arte de usar do poder. A Estratégia Global é esta mesma arte, considerada em relação à totalidade do mundo. Visões de estratégia global são os padrões geográficos relacionados com as idéias de estratégia global. Resumem-se neste ensaio apenas as principais concepções acerca do mundo, suas relações e conseqüências.

Visão de Mahan. Doutrina do poder marítimo. Rússia e China. O isolacionismo. — O almirante Mahan evoca o poder marítimo. Em seu famoso livro "The influences of Sea Power upon History" (Boston 1890), assinalou os seis fatores fundamentais que influem no desenvolvimento deste poder: a posição geográfica, a configuração física, a extensão do território, a quantidade de população, o caráter nacional e o caráter governamental. Tal relação deixa entrever a importância da base terrestre.

Mahan focalizou a atenção na história naval da Europa e do Atlântico Norte, mas, em um dos seus livros, oferece uma imagem global. Descreveu a Rússia como uma imensa e ininterrupta massa, cujo centro não se pode fragmentar, concepção que lembra o "Heartland" de Mackinder. Salientou a posição continental da Rússia e seu domínio na Ásia Central, e assinalou um cinturão, entre as latitudes de 30° e 40°, na Ásia, como uma zona instável entre o poder marítimo da Inglaterra e o poder continental da Rússia. Mahan concorda com Fairgrieve quanto à existência de um cinturão setentrional de estabelecimentos humanos e movimentos, cujo limite sul — limite de atividade comercial e política — se encontra em Suez e Panamá.

Acreditou que se poderia conter pelo poder marítimo a expansão russa na Ásia e, não obstante, advogou a cessão à Rússia de um acesso ao mar, através da China (pré-moção de Yalta), crendo, assim, que as aspirações russas a portos marítimos se pudessem satisfazer com o controle de águas brandas, fato incompreensível, já que o núcleo da população russa se encontra na Europa. Predisse Mahan que a Inglaterra, Alemanha, Japão e Estados Unidos teriam interesse comum em conter a Rússia e controlar a China.

De certa interpretação literal do poder marítimo, resultou, nos Estados Unidos, a crença no "isolacionismo naval" — coisa distinta do "isolacionismo continental" — que a América defenderia em suas costas. O isolacionismo naval é a crença de que a superioridade do poder marítimo pode manter o inimigo distanciado das costas da América, as quais se manteriam seguras, sem necessidade de enviar exércitos a terras ultramarinas — tese duvidosa nesses tempos de avião e submarino. As próprias visões de Mahan sobre a Ásia contradizem o valor do isolacionismo naval.

A visão de Mackinder. A área pivô da história. A ilha mundial. O coração continental ou "heartland". Os crescentes e os satélites. O poder terrestre. Área chave do domínio mundial. — Nada há de surpreendente em que hajam os Estados Unidos produzido a Mahan e a Inglaterra, a Mackinder. Seus pontos de vista não se acham muito afastados. Mahan entreviu o conceito do "Heartland", e ambos entenderam que o poder marítimo repousa em base terrestre e que o tamanho, a população e a produtividade desta base influem naquele. Mahan reconheceu as virtudes peculiares da posição insular da Inglaterra, analisada por Mackinder em seu estudo "Britain and British Seas" (Oxford, 1902). Divergiram em suas predições: Mahan persistiu na crença da maior capacidade e flexibilidade do movimento por mar, enquanto que Mackinder advertiu quanto à importância dos grandes progressos do transporte terrestre.

Num famoso estudo de 1904 (The Geographical Pivot of the History. Geographical Journal, 1904. Vol. 23, págs. 421-444), Mackinder designou como Área Pivô (Pivot Área) a parte da Eurásia que possui drenagem interior ou vertentes para as geladas costas do Ártico. A palavra "heartland" (coração continental ou terrestre) já aparece neste trabalho, mas só adquiriu importância em 1919, quando seu autor publicou "Democratic Ideals and Reality" (New York, 1919 e 1942). Ao resto da Eurásia chamou de Crescente Interno ou Marginal, ou Países Costeiros (Inner or Marginal Crescent, or Coastlands), o que, posteriormente, Spykman denominou "Rimland". As Américas, a África situada ao sul do Saara, a Austrália e as grandes ilhas da Eurásia — como Inglaterra e Japão — foram chamadas Crescente Insular ou Exterior (Outer or Insular Crescent). Em 1919 Eurásia e África, conjuntamente, foram chamadas a Ilha Mundial (World Island); a África ao sul do Saara, o Coração Meridional (Southern Heartland); e as outras terras do Crescente Insular ou exterior, os "Satélites" da Ilha Mundial.

Reconheceu Mackinder que a Eurásia Central tem sido fonte de poderosas forças influentes na Europa, Ásia do Sul e Extremo Oriente, o que veio corrigir o egocentrismo marítimo da Europa. Acreditou também que os Estados marítimos poderiam movimentar suas forças pelos rios, águas acima, mas não poderiam cruzar os divisores de águas, por baixos que fôssem.

Em 1919, introduziu Mackinder algumas alterações nos limites do "Heartland": para efeitos estratégicos, o "Heartland" compreende o Mar Báltico, o baixo e o médio Danúbio navegável, o Mar Negro, a Ásia Menor, a Armênia, a Pérsia, o Tibete e a Mongólia. O Mar Báltico e o Mar Negro eram mares fechados às potências marítimas.

Num mapa de pequena escala, a posição do "Heartland" na Eurásia (a da União Soviética) aparece aterradora, enquanto o "Rimland" é tão estreito que pode ser vencido numa única noite. É certo que a posição da União Soviética é muito forte e que o progresso dos meios de transportes terrestres e aéreos têm facilitado o aproveitamento daquela vantagem. Mahan acreditou que as linhas marítimas que contornam a Eurásia eram, real e estrategicamente, linhas in-

teriores, coisa que já se não pode sustentar, se bem que a velocidade e o tamanho dos navios tenham incrementado consideravelmente, desde os dias de Mahan. Os barcos velozes são os piores rivais dos trens. Mas só o avião é totalmente superior. As grandes vantagens da União Soviética têm sido políticas, especialmente sua habilidade em seguir com perseverança uma estratégia planificada. A mudança da China da órbita não comunista para a comunista não é uma vitória do poder terrestre sobre o marítimo, mas o triunfo de uma estratégia planificada sobre outra inconsistente.

Haushofer, e sua escola, adotou a visão do mundo de Mackinder como fundamento de sua Geopolítica, confiando em que se cumpriria, em favor da Alemanha, a famosa sentença de Mackinder: Quem controlar a Europa Oriental, controlará o "Heartland", quem controlar o "Heartland", controlará a Ilha Mundial. E quem controlar a Ilha Mundial, dominará o mundo.

Visão de Spykman. Reação contra o fatalismo do poder terrestre. — N. J. Spykman adotou a visão global de Mackinder, dando-lhe, porém, uma interpretação diferente. Repeliu o aparente fatalismo da famosa sentença de Mackinder, anteriormente exposta, trocando-a por sua própria fórmula: "Quem controlar o "Rimland", dominará a Eurásia; quem dominar a Eurásia, controlará os destinos do mundo". Esperava Spykman que os Estados Unidos, a União Soviética e a Inglaterra compreendessem sua tarefa comum de controlar o "Rimland". Vislumbrou, não obstante, a possibilidade que a pressão da Rússia contra o "Rimland" viesse a constituir um aspeto importante do pós-guerra. (The Geography of the Peace. New York, 1944.)

Spykman repudiou o fatalismo do poder terrestre, contido em Mackinder, afirmando que jamais existiu oposição real entre este poder e o marítimo. As alianças históricas têm-se realizado entre alguns membros do "Rimland" e a Inglaterra, contra outros membros do "Rimland" e a Rússia, ou Inglaterra e Rússia juntas contra outras potências dominantes do "Rimland".

Em geral, as visões geostratégicas de Mahan, Mackinder e Spykman têm muito em comum, assim com os pontos de vista de C. F. Kenman (The Sources of Soviet conduct. Foreign Affairs. Vol 25. 1946-1947, págs. 566-582. Reimpresso por Kenman: American Diplomacy. 1900-1950. Chicago-1951): uma política de contenção, isto é, limitar a extensão do controle soviético no "Rimland" ou Crescente Interior.

O conceito de "heartland" ou coração continental. Os "heartlands". As terras de mobilidade. "Heartland" polar. — Quando Mackinder fala do "Heartland", com artigo definido, refere-se à primazia de um "Heartland" sobre outros "Heartlands". Já em 1919 denominou "Heartland" do Sul à parte da África situada ao sul do Saara. E desde então outras áreas têm recebido a denominação de "Heartland". Diz Cressey: "Se existe em alguma parte uma cidadela mundial ou "Heartland", está ela na América do Norte, mais do que na Europa. O Continente Americano tem tamanho adequado, forma compacta, acessibilidade interna, posição central, boas fronteiras e acesso aos dois oceanos, topografia favorável, riqueza mineral, excelente clima e espírito dinâmico em sua população." (The Basis of Soviet Strength. New York, 1945). A relativa proximidade dos "Heartlands" da Europa e da América — se é que em realidade existem dois — através do Ártico, foi apontada por R. E. Harrison e H. W. Weigert (World View-and Strategy; em Compass of the World. New York, 1944).

G. T. Renner (Peace by the Map. Colliers. Vol 113, 1944, págs. 44-47) afirma que, em consequência do transporte aéreo, a fortaleza

natural do mundo, ou o "Heartland", se expandiu, incluindo as partes interiores de todas as massas terrestres que formam um anel em redor do Mediterrâneo Ártico — Europa, Ásia e América do Norte. A Força Aérea dos Estados Unidos (United States Air Force) dá outra significação a "Heartland". Cada grande potência, e quiçá, cada estado possui um. Há dois tipos de operações aéreas: as de "Heartland" e as periféricas. As primeiras compreendem ataques contra os elementos vitais de uma nação, que proporcionam recursos para a guerra. Esta definição não exige especificamente uma posição interior para os "heartlands" (Basic Doctrine. U. S. Air Force Manual AFM 1-2, April, 1954, pág. 11).

Esta proliferação de "heartlands" sugere que é preferível defini-los mais pelo que são do que pelo local em que estão. Cressey definiu o "heartland" como *cidadela mundial* e enumerou os fatores de poder, como critério para distingui-lo; entre esses últimos, inclui o acesso aos oceanos. Mackinder concebeu a Área Pivô como uma região de mobilidade para as forças terrestres, impenetrável ao poder marítimo, área imensa, com boas condições para uma população dispersa, embora considerável, de nômades a cavalo e montados em camelos. Mas o próprio Mackinder, em 1943, afirma, como bastante exato, ser o território da URSS equivalente ao "Heartland", com a única exceção da Lenalândia ou Sibéria Oriental a leste do rio Jenissei. A oeste do Jenissei estende-se o que descreverei como *Heartland Rússia* — escreve ele. Contém quatro milhões e um quarto de milhas quadradas e uma população de mais de cento e setenta milhões. (The Round World, em Compass of the New York, 1944). Como já foi dito, o conceito de "Heartland" tem sofrido modificações, até vir a representar um poder nacional.

O próprio Renner fala do "Heartland" transpolar, incluindo as potências da Eurásia e da América do Norte numa região de grande mobilidade aérea, situada em altas latitudes. Esta região ártica representará, na idade do ar, um papel semelhante ao que, na idade do nomadismo a cavalo, teve o centro da Eurásia.

O poder aéreo. Debilidade do "Heartland". — Quando Mackinder realizou, em 1904, sua famosa conferência sobre a área pivô da História (The Geographical Pivot of History), um ouvinte, Amery, levantou-se para dizer que o desenvolvimento do aeroplano poderia transformar as premissas sobre as quais baseava o conferencista sua teoria. Poucas semanas depois, os irmãos Wright efetuavam o primeiro voo. E eis que os pontos de vista do orador e suas predições estratégicas repousavam sobre os transportes e sobre os poderes marítimo e terrestre. Mas agora temos o transporte aéreo com seus extraordinários progressos tecnológicos.

Quanto à influência do poder aéreo, são ainda limitadas as experiências. Os tratadistas que se têm ocupado deste assunto dividem-se em dois grupos: moderados e não moderados. Entendem os moderados que a principal função do poder aéreo é de ajuda e assistência às operações de superfície. O poder marítimo é vital para o suprimento das frentes de batalha. O poder aéreo é vital para a segurança das rotas marítimas, para observação e transporte rápido, para bombardeios de longo alcance e para impedir movimentos do inimigo. O bombardeio estratégico precisa guardar relação com as operações de campo. Esta concepção do poder aéreo não conduz a nenhuma nova visão global. Acrescentou-se uma terceira dimensão às concepções de Mahan e Mackinder, mas não foram eliminadas as características terrestres e, se bem que haja sofrido profunda alteração a escala de tempo das viagens, ainda dominam os movimentos de superfície.

John Slessor (Strategy for the West, New York, 1954) acha que a estratégia aérea com bombas nucleares constitui o "Grande Ame-drontador" capaz de evitar outra guerra geral. Mas as guerras locais são ainda possíveis. Julga que os exércitos e as armadas — e com as forças ou milícias semi-estáticas — ainda são necessárias. Conquanto não apresente visão global alguma, combina algo parecido com o "Rimland" — lugar das guerras locais — com um singular ceticismo sobre os "heartlands", conceito que se tornou insignificante com o advento dos bombardeios de longo alcance. A posição central da Rússia — afirma — possui algumas vantagens, mas, numa guerra aérea global, converter-se-ia em desvantagem. O poder aéreo tornou-lhe agora os vastos espaços — que constituíram sua primordial defesa contra Napoleão, Hindemburgo e Hitler — em fonte de debilidade, já que nestes dias de velocidades supersônicas ela pode ser atacada pelos quatro quadrantes. As virtudes do "Heartland" — tamanho, posição central, inacessibilidade — são agora uma desvantagem, conclui Slessor.

Para que as bases do poder soviético sejam penetráveis pelos quatro quadrantes é essencial que as potências anticomunistas mantenham forte posição no "Rimland" e nas "Ilhas" da Inglaterra, Japão, África e Austrália. Se estas regiões caíssem sob domínio comunista, as Américas é que se tornariam penetráveis pelos quatro pontos cardiais, advertiu Spykman.

A incomparável velocidade do avião — e sua crescente capacidade, cada vez menos restringida pelo tempo atmosférico e pelas características da superfície terrestre, podem inverter as vantagens de muitas posições geográficas. Por exemplo: de Toskent a Delhi, gastar-se-iam menos de duas horas, ao passo que, de Singapura a Delhi, seriam necessárias quatro. O tempo de voo parece mais importante que a correspondente velocidade. Entretanto, o suprimento persistirá como um problema, até que a energia atômica se adapte ao avião.

Numa guerra global nuclear, "heartland", "rimland", poder terrestre e poder marítimo são expressões de fraca significação. Fala-se, não obstante, de uso tático de armas nucleares, empregados contra diques, pontes, navios, etc., o que quase equivale a bombardeio estratégico. Se fôsse possível limitar as armas nucleares à utilização tática, não se alterariam as relações entre os poderes marítimo e terrestre e entre "Heartland" e "Rimland".

A visão de Seversky. Geoestratégia aérea global. — (A. P. de Seversky, Air Power: Key to Survival, New York, 1950). É uma visão global aérea que tem por expressão cartográfica, ou mapa básico, a projeção azimutal equidistante com centro no Pólo Norte, projeção que constitui valioso corretivo à tradicional projeção de Mercator, não obstante seus alargamentos latitudinais no hemisfério Sul e as exageradas larguezas dos oceanos meridionais.

Para Seversky, o Exército e a Armada devem subordinar-se à Força Aérea. Na guerra, a facção que obtiver a supremacia do ar terá a outra à sua mercê. Acredita que os Estados Unidos, país de tecnologia avançada e limitados recursos humanos, deve procurar a supremacia aérea. As bases ultramarinas são indesejáveis, insustentáveis e desnecessárias. Além dos Estados Unidos, somente a Inglaterra possui a potencialidade de um grande poder aéreo.

O Mapa de Seversky representa o mundo dividido em duas grandes áreas de domínio aéreo. O raio e o alcance da área de domínio aéreo soviético cobre toda a Eurásia, quase toda a África e América do Norte, até o sul do México. O raio e o alcance da área de domínio aéreo estadunidense cobre todas as Américas, parte norte da

África, Europa e quase toda a Ásia, com exceção das penínsulas do sul. Estas duas grandes áreas se cruzam e interferem no que Seversky chama de *Área de Decisão*, a qual cobre toda a América do Norte até o sul do México, o norte da África, toda a Europa e a Ásia, menos as penínsulas do sul. O Mediterrâneo Ártico é o centro da área de decisão. O estreito de Bering ocupa uma posição crítica. Dentro da área de decisão, encontram-se os "heartlands" industriais dos Estados Unidos e Rússia.

A América Latina, situada dentro da área de domínio aéreo dos Estados Unidos, constitui a principal reserva da indústria norte-americana. Segundo Seversky, é essencial manter o predomínio aéreo na área de decisão. Esta visão global modifica o conceito de defesa do Hemisfério Ocidental, cujo principal eixo — segundo ela — é mais norte-sul do que este-oeste.

A escolha, entre o critério dos moderados quanto a potência aérea e dos que nesta fazem residir toda a força, será decisiva para o futuro da América, por isso que condicionará a posição das bases defensivas e até a política em relação aos países do "Rimland" e da América Latina. Depende da avaliação que se faça da visão geoestratégica aérea.

A primeira questão que surge é a da realidade do Hemisfério Ocidental, sua auto-suficiência e capacidade de defesa. No informe de um Subcomitê do Senado dos Estados Unidos, afirma-se que estes pertencem ao Hemisfério Ocidental, e demonstra-se sua atual dependência, em materiais estratégicos críticos, de fontes situadas fora do mesmo Hemisfério; sustenta-se também que, por meio de exploração, subsídios e investigação científica, poderiam as Américas tornar-se auto-suficientes durante certo período de guerra.

É indispensável que as rotas marítimas, inclusive as da América do Sul, estejam bem protegidas contra aviões e submarinos inimigos. Em caso extremo, poder-se-á melhorar o transporte terrestre.

Mesmo que se consiga auto-suficiência para as Américas, resta ainda o problema de sua defesa estratégica. Os aviões soviéticos com bases na África Central e do Sul, regiões situadas fora da área de domínio aéreo norte-americano, poderiam alcançar tão facilmente as partes vitais da América do Sul, quanto os aviões com base na Flórida. As cidades sul-americanas, e especialmente as grandes metrópoles do Brasil e da Argentina, seriam vulneráveis, a menos que se lhes melhorasse a defesa. Se partes substanciais da África caíssem sob controle soviético, dificilmente poderia a América Latina prestar apoio eficaz aos Estados Unidos. Para proteger a América Latina, é necessário defender grandes partes do "Rimland".

Outro problema é o da defesa contra bombardeios intercontinentais. Uma defesa perfeita invalidaria qualquer ofensiva possível; ainda que pareça improvável tal defesa perfeita, a possibilidade de uma represália torna muito arriscados os ataques aéreos intercontinentais. Quando e em que circunstâncias uma nação que adotasse a estratégia intercontinental lançaria seus aviões ao ataque? Talvez para uma guerra preventiva, decisão que os Estados Unidos não desçam. Talvez em caso de qualquer agressão que cruze a Cortina de Ferro. Ou, ainda, para a criação de um isolacionismo aéreo, de um perímetro defensivo das Américas, que inclua algumas áreas ultramarinas consideradas de particular importância. Lançar-se-ia a guerra aérea intercontinental, quando este perímetro fôsse cruzado ou ameaçado. De fato, grandes áreas do "Rimland" devem considerar-se dentro do perímetro defensivo da América Latina.

Estratégia e política são algo complementares e inseparáveis. A adotar-se uma estratégia rígida, vinculada a determinada classe de

guerra, rígida teria que ser também a política exterior. Parece recomendável certa flexibilidade nas concepções estratégicas.

Tendência para uma visão global eclética. Receita do Dr. Stephen B. Jones. — Nenhuma das visões globais examinadas, políticas e estratégicas, pode ser considerada a melhor. Não há, opina o Dr. Jones, um sistema simples de Geografia Política, impõe-se uma visão global eclética, composta.

A receita que oferece o próprio Dr. Jones é apenas uma tentativa de enumerar os elementos de uma visão global baseados no conceito do poder nacional.

O poder nacional (S. B. Jones. *The Power Inventory and National Strategy*, World Politic, Vol 6, 1953-1954, págs. 421-452) tem dois componentes que se podem denominar "Inventário" e "Estratégia". O primeiro é aquilo que se possui; o segundo, o que se faz com o que possui. O Inventário equivale ao que Mackinder chamou de "man settling"; a estratégia, ao que denominou "man travelling".

I Inventário

- A. População
- B. Cultura
- C. Base Material

II. Estratégia

- A. Atmosfera
- B. Oceanos e Ilhas
- C. Interiores continentais e periferias
- D. A Região do Norte.

O que se exclui desta lista pode surpreender mais do que aquilo que se inclui. Por exemplo: não se especificam clima, relevo e recursos minerais, que ficam incluídos em outras subdivisões. Não se pode discutir a inclusão da população e da base material em qualquer visão global do poder nacional.

Entre as mais importantes subdivisões da População figuram: quantidade, grupos por idade e urbanização, a qual indica a classe de economia e os melhores alvos para as bombas nucleares. A base material inclui: — alimentação, energia e matérias-primas. A Cultura — e o governo como um dos seus elementos — situa-se entre a população e a base material, uma vez que é através da cultura que o homem transforma as fontes em recursos.

Ao subdividir a Estratégia, guia-se pelo critério de que em futuro próximo, pelo menos, os movimentos por ar, terra e mar serão todos de grande importância como meios de ação do poder nacional. Sua importância relativa variará, segundo as diferentes espécies de ação nas diversas partes do mundo. De elevada e crescente importância é a atmosfera, por sua amplitude mundial e extensão vertical; assim, também, a velocidade do transporte aéreo. Nos oceanos incluem-se as ilhas rodeadas de fossos ou canais, de valor para fins defensivos, cuja eficácia se obtém mais pelo poder aéreo do que pelo marítimo. As ilhas e pequenos mares das costas da Eurásia ainda são de grande importância.

Na idade das armas atômicas, os corações continentais e suas periferias são vulneráveis, mas a periferia tem maiores contatos com os meios mais econômicos de transporte. Na Eurásia, a divisão entre interior e periferia mantém sua importância; não assim na América, onde o interior foi absorvido pelo litoral, como acontece com quase toda a África. A Região Norte é o Mediterrâneo Ártico e as partes setentrionais da América e da Eurásia. Em tal região, os movimentos de superfície ainda encontram grandes resistências. Todavia, pode considerar-se esta região como a área pivô do poder aéreo.

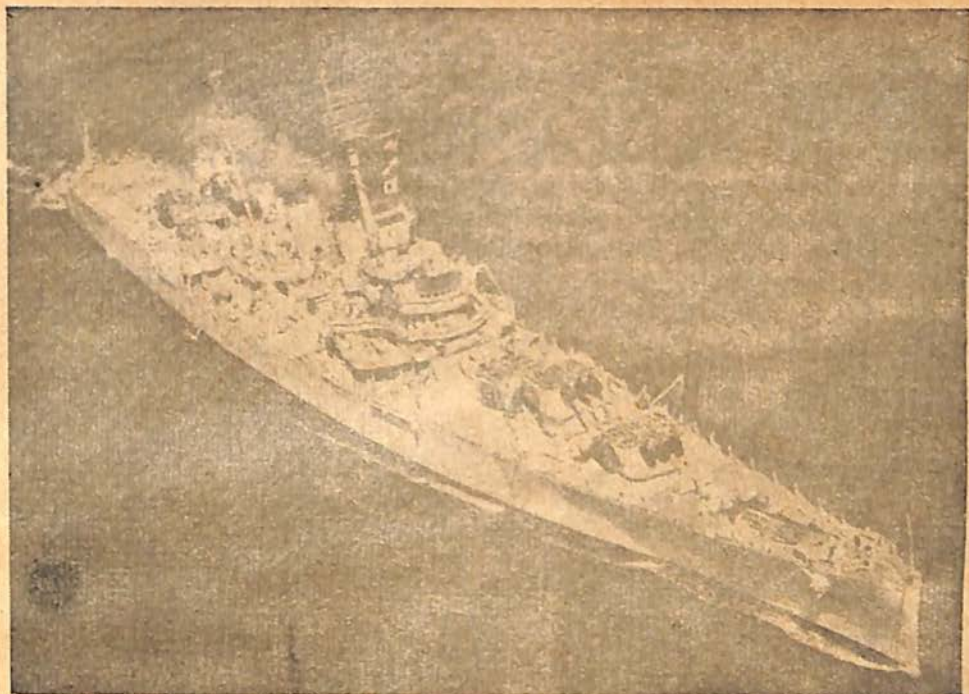
TIPO DE NACIONALISMO QUE CONVÉM AO BRASIL

Independentemente da confusão artificial criada pelos que desejam destruir qualquer forma de nacionalismo, há no Brasil várias correntes ligadas ao nacionalismo ou o invocando. Podemos dividi-las em seis grupos:

- 1) o nacionalismo democrático, herdeiro da tradição americana, e, em termos atualizados, ao mesmo tempo antitotalitário e antitruste;
- 2) o nacionalismo conivente com os trustes, embora sem coragem para o afirmar;
- 3) o nacionalismo confuso que se situa em qualquer destas correntes e se divide apenas por personalidades, podendo ingenuamente aliar-se também ao antinacionalismo;
- 4) o nacionalismo tático do Partido Comunista;
- 5) o nacionalismo comunista ou nacional-comunista;
- 6) o nacional-negocismo que aproveita o nacionalismo como negócio e tem formas complexas que se adaptam a qualquer destas categorias, segundo os interesses do momento, podendo fazer o jogo tanto dos trustes, através de um "grupo nacional", como do Partido Comunista, ou dos dois ao mesmo tempo em momentos diferentes.

O nacionalismo democrático, que pretende a independência econômica do País, enfrenta os trustes mas não pretende fazer o jogo do Partido Comunista nem das outras formas de "nacionalismo", tão prejudiciais como antinacionalismo. Tem necessidade de definir a sua doutrina, enfrentando tanto as modalidades de nacionalismo totalitário com os vários disfarces do antinacionalismo. Tem que criar doutrina para o Brasil. E essa doutrina tem que ser criada pela indústria, por quadros democráticos em que o nacionalismo não seja nem um disfarce, nem uma tática, nem um negócio, nem uma paixão chauvinista, mas o meio de conseguir para o Brasil o seu pleno e livre desenvolvimento econômico, ligado à defesa das instituições e à reforma social democrática, em benefício de todos os cidadãos, como resultado de sua dinâmica e para encontrar apoio nas massas populares. É preciso nunca esquecer que o nacionalismo é uma idéia do Terceiro-Estado — não pode ficar apenas ligado a pequenas elites, principalmente num país subdesenvolvido onde é cercado pela animosidade de poderosos inimigos internacionais, com suas forças, seus meios de informação e de propaganda locais.

(Trecho de "O Nacionalismo: sua História e Problemática").



CRUZADOR BARROSO

N. 1

NOSSA MARINHA

Coordenador — Ten-Cel A. BRANDÃO DE FREITAS —
CT Benevente

Agradecendo a oportunidade que me proporcionam, de cooperar com "A DEFESA NACIONAL", procurarei mostrar, inicialmente, aos camaradas das outras Armas — Exército e Aeronáutica — o que temos, o que somos e o que aspiramos. Pretendo que a boa vontade dos leitores supere a minha inexperiência.

TENENTE BRANDÃO

SUMÁRIO :

- 1 — Atuação da Marinha do Brasil.
- 2 — Como nasceu e para que serve o Cruzador.
- 3 — O marinheiro Pancetti.

1 — ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

"Trechos da Conferência pronunciada no Clube Militar, pelo Almirante Renato de Almeida Gullobel, sobre o tema "A Marinha do Brasil na Guerra de 1942-1945" e que esclarecem o papel preponderante das Marinhas de Guerra nos conflitos entre nações."

Por motivos que seria difícil determinar, a opinião pública brasileira foi sempre muito mal esclarecida sobre o papel desempenhado na História de nossa Pátria pelo poder naval, constituído pela Marinha de Guerra, pela Marinha Mercante e pelos apoios que o litoral

lhe oferece, muito embora sua ação tenha sido de caráter decisivo, quando não primacial, em todos os passos que marcam seu desenvolvimento, desde os tempos esquecidos do período colonial até a era contemporânea. Assim, não foi neste conflito, como muitos julgam, que

se processou pela primeira vez a intervenção das forças armadas do Brasil em uma guerra mundial, porquanto, na Grande Guerra, coube à nossa Marinha, na fase mais aguda da campanha submarina, a suprema honra de levar às águas européias, com a Bandeira do Brasil, a afirmação que, ao formar ao lado das potências aliadas, o Brasil não o fazia em caráter de assistência puramente moral, mas pretendia agir efetivamente contra o inimigo, correndo todos os riscos e perigos comuns às Nações às quais se associara. Em princípios de 1918 daqui partiu, rumo à Europa, a chamada Divisão Naval em Operações de Guerra, constituída por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros e dois navios auxiliares, sob o comando do ilustre Almirante Pedro de Frontin, um dos mais provetos marinheiros de seu tempo, igual aos melhores que jamais a Marinha se honrou de possuir. Esta modesta força naval, apesar de ter perdido cerca de vinte por cento de seus efetivos, na longa travessia, vencida à custa de ingentes sacrifícios, após ter prestado numerosos serviços nas costas africanas e no Atlântico Norte, fazia ouvir os seus canhões nas águas do Estreito de Gibraltar, nos derradeiros dias que precederam o armistício de 11 de novembro de 1918. E tão profunda e duradoura foi a impressão deixada entre os marujos das esquadras inglesas comandadas por Beatty, Sheppard e Grant, a quem esteve subordinada, que ainda há alguns meses, um membro do Almirantado Britânico, Lord Strobolgi, congratulando-se com o Exmo. Sr. Ministro da Marinha pelo aniversário da entrada do Brasil na atual guerra, se expressava nos seguintes termos: "Na primeira guerra mundial eu tive o privilégio de servir com unidades da esquadra brasileira em águas do Mediterrâneo e do Atlântico. Tive então satisfatórios testemunhos de sua eficiente cooperação e de suas elevadas condições técnicas e profissionais".

* * *

A Guerra Mundial foi perdida pela Alemanha porque a mentalidade

da nação germânica formara-se à sombra das reminiscências gloriosas das campanhas terrestres de seus famosos generais, do Grande Frederico a Blucher, de Moltke a Luddendorf. Prêso à convicção que se tratava de uma guerra continental e não de uma guerra marítima, como o era de forma insofismável, o Gabinete de Guerra do Kaiser não deu à força naval alemã o empenho ao qual a destinara o gênio imortal de Von Tirpitz. Ao iniciarem-se as operações daquela guerra, a Alemanha possuía uma esquadra capaz de enfrentar a frota inglesa; suas unidades, embora numericamente inferiores, eram individualmente superiores às similares de seu adversário e suas condições de adestramento haviam sido tão zelosamente cuidadas que poderiam ser apontadas como tendo alcançado o mais alto nível desejável em uma frota de combate. Faltava, então, à Alemanha a posse da posição geográfica necessária para dominar as rotas marítimas, indispensáveis à Grã-Bretanha para a conduta da guerra: era preciso ousar, lutar deliberadamente, empregando a fundo suas armas e usando de sua eficiência, para conquistar esta posição estratégica que deveria abrir-lhe as portas do Atlântico, mas, apesar das advertências do alto comando naval, isto não foi tentado. Os erros estratégicos pagam-se muito caro; a guerra derivou paulatinamente para a luta de trincheiras; as posições se estabilizaram e a campanha submarina, à qual recorreu o Gabinete de Guerra, foi conduzida através de tantas hesitações que as possibilidades decisivas que oferecia se anularam. O domínio dos mares foi deixado às forças aliadas; o bloqueio cerrou, passo a passo, suas garras e a 11 de novembro, tendo ainda em seu poder imensas extensões territoriais inimigas e quase intactos seus exércitos, a Alemanha se confessa vencida, derrotada à míngua de recursos...

* * *

Terminada a Grande Guerra, a influência decisiva das esquadras em seu desfecho, a instabilidade que resultou para o Mundo das imper-

feições do Tratado de Versailles e a falsa interpretação dada às finalidades da Liga das Nações, deveriam ter aberto os olhos de nossos dirigentes sobre a necessidade de aparelhar adequadamente nossa força naval, para que pudesse arcar com as pesadas responsabilidades que lhe deveriam caber, no caso, facilmente previsível, de um novo conflito mundial, ao qual seríamos fatalmente arrastados, mercê dos ideais liberais aos quais, para nossa honra, sempre estivemos filiados e que jamais poderíamos deixar de sustentar, fôssemos quais fôssem as responsabilidades que daí pudessem derivar. Mas no seio de nosso povo ainda não se formara a consciência própria a uma nação marítima e afora a aquisição de algumas unidades, sem expressão como poder combatente, nossa força naval tinha, ao iniciarem-se as primeiras operações da atual guerra, aproximadamente a mesma composição que em 1918, com as reduções impostas pelo correr dos anos e o obsoleto decorrente dos progressos processados nas indústrias de guerra. Tivemos oportunidade para incorporar à nossa Esquadra cruzadores e contratorpedeiros cuja aquisição nos era facilitada pelos Estados Unidos da América, mas a insólita intromissão estrangeira, interessada em impedir o fortalecimento de nossa força naval, beneficiando-se da incrível tolerância de nossa diplomacia, impediu que isto se realizasse. Só Deus sabe quantas vidas se perderam no mar em consequência deste imperdoável cochilo! Entretanto, à custa de ingentes esforços, dentro dos minúsculos créditos que lhe foram concedidos, a administração naval conseguiu terminar o aparelhamento do moderno Arsenal da Ilha das Cobras e nele lançar as quilhas de algumas pequenas unidades, mais destinadas ao adestramento de guardas-naves que as finalidades militares, mas que, apesar disto, deveriam, ainda, prestar relevantes serviços de guerra.

* * *

Apesar dos sábios ensinamentos da experiência da Guerra Mundial,

no atual conflito a Alemanha incorreu em erros similares. O considerável desenvolvimento dado às suas forças aéreas e a manifesta superioridade de seus exércitos, especialmente aparelhados para uma campanha fulminante, a par do acúmulo de imensos suprimentos logísticos, permitiu que suas tropas conquistassem as posições geográficas tão desejadas no conflito anterior, nas faltava agora à Alemanha a força naval necessária para explorá-las, tornando-se, assim, inoperantes suas extensas conquistas. Apesar da ocupação da Noruega, de todo o litoral do Canal da Mancha e do terrível efeito dos bombardeios aéreos, as tropas de assalto de Hitler esbarraram contra a muralha invencível da esquadra britânica. Mais uma vez a guerra demonstrava o seu caráter marítimo e novamente recorria a Alemanha à campanha submarina, de vez que a deficiência de suas forças navais de superfície não lhe permitia nada tentar contra seu principal adversário, a Grã-Bretanha. Lançando-se a esta perigosa aventura, a Alemanha reconhecia a importância primordial desempenhada pelas rotas marítimas no desenvolvimento das operações e procurava corrigir o erro que cometera, mas as consequências de uma campanha submarina sem restrições, semelhantemente ao que acontecera em 1916, não podiam deixar de despertar a consciência da Grande Nação Americana, cujo auxílio, até então, se limitara ao fornecimento de materiais bélicos e de suprimentos necessários à vida das Ilhas Britânicas.

Mais tarde, a tragédia de Pearl Harbour, nas Ilhas Hawaí, inflamou o rastilho que havia de propagar-se por toda a América, transformando-a no manancial de forças que deveria, mais cedo do que se poderia supor, derrubar o colosso germânico. Unificou-se a opinião pública americana; multiplicaram-se os arsenais; fábricas surgiram por toda parte; as mais inocentes indústrias transformaram-se em centros de produção bélica dos mais perfeitos; como por encanto cessaram as divergências entre empregados e empregadores, fomentadas pela rede de sabotadores que se infiltrara por

tôda parte; ao trabalho braçal do homem do povo juntaram-se a inteligência lúcida dos homens de ciência e a operosidade incansável dos investigadores de laboratório; ao apêlo da maquinária, aparelhada para o fabrico em larga escala, acudiram novos métodos de produção e, para assegurar o domínio dos mares, imprescindível ao transporte dessa imensa contribuição para a vitória, surgiram em grandes massas, aviões e navios, fabricados com a rapidez do relâmpago! Foi a própria alma das Américas que entrou em luta ao deflagrar das bombas que a felonia nipônica lançou sobre aquelas ilhas de sonho! As frentes de batalha na Europa estenderam-se, então, do litoral do Atlântico aos contrafortes do Cáucaso. No Oriente, a bandeira japonesa tremulou dos mares da China aos aproches de Honolulu; na África, as hostes de Von Rommel aproximaram-se das margens do Nilo ameaçando a rota das Índias; as terras da Europa foram a tal ponto devastadas que os próprios olhos dos seus futuros libertadores se negariam a reconhecê-las se o pulsar do coração não lhes afirmasse que eram de fato as terras pátrias. A única esperança que restava às Nações democráticas era o mar, onde o tridente de Netuno era, também, o cetro da Vitória. As forças materiais de que dispunham os países aliados estavam aparentemente vencidas, mas no remanso das cinzas dos contingentes derrotados, vicejavam ainda as forças morais que haviam de fazê-los medrar, crescer, agigantar-se, para expulsar o inimigo das terras conquistadas, em uma nova cruzada que devia juntar às armas das Nações Unidas, o brilho imarcessível de uma vitória sem par. E foi por detrás daquelas linhas de batalha que um novo Titã, o Presidente Franklin Delano Roosevelt, compensando as deficiências do corpo com as insuperáveis qualidades morais de uma alma de elite, de um estadista iluminado, de um organizador ímpar, de um grande cidadão da liberdade, qual novo Prometeu, arrancando do carro de Júpiter o raio de Sol criador das indústrias, transformou a América nessa usina geradora de

fôrças, nessa imensa caudal de homens aguerridos e de máquinas milagrosas que permitiram que cada dia transcorrido fôsse uma promessa de redenção, um prelúdio iniludível do triunfo decisivo!

* * *

Para lhes dar uma pequena idéia do que foi o labor da Fôrça Naval do Nordeste no serviço de comboios, desejo registrar algumas cifras positivamente impressionantes. Desde o início das operações até o dia 30 de abril de 1945, o número de comboios realizados pelas fôrças navais brasileiras em cooperação com unidades americanas foi de 251, dos quais 181 em águas nacionais e 70 em águas estrangeiras; a carga exclusivo de nossas unidades foram realizados 195 comboios, 174 em águas brasileiras e 21 em águas estrangeiras. O número de navios escoltados por nossas fôrças foi de 2.981, compreendendo 1.396 navios nacionais, 1.051 navios americanos, 235 ingleses, e o restante de várias nacionalidades; a tonelagem bruta dos navios comboiados atingiu à elevada cifra de 14.175.970 toneladas, no valor aproximado de 57 milhões de contos de réis e a extensão das rotas percorridas na realização deste formidável trabalho de proteção à navegação das Nações Unidas, foi superior a 600.000 milhas náuticas, cerca de 1.200.000 quilômetros, o que equivale a trinta vezes o comprimento do círculo equatorial! Neste total não estão compreendidos o serviço de escolta feito por nossos contratorpedeiros aos transportes que conduziram em diversas etapas a nossa fôrça expedicionária para seu futuro campo de gloriosas realizações, nem o patrulhamento oceânico realizado com as unidades da Quarta Esquadra Americana.

É interessante notar que, segundo estatísticas absolutamente verdadeiras, a Esquadra Americana do Atlântico, dispondo de cerca de 1.000 unidades, comboiou durante a guerra, aproximadamente 16.000 navios mercantes, seja 16 embarcações mercantes para cada unidade de guerra. Nossa Esquadra, dispondo apenas de 50 unidades, comboiou cêr-

ca de 3.000 navios mercantes, o que corresponde a uma média de 60 navios mercantes para um navio de guerra. Assim, o esforço despendido por nossa Marinha, em relação ao que coube à de nossos gloriosos aliados americanos, foi de 4 x 1, o que muito nos honra, sobretudo se considerarmos que a Marinha americana dispunha sempre de numerosas reservas de pessoas, que permitiam dar certos períodos de descanso às guarnições mais sacrificadas, enquanto que a nossa terminou a guerra com o mesmo núcleo de marujos que lhe viu os primeiros dias, apenas acrescido do pessoal destinado a guarnecer os navios que foram incorporados à esquadra no decorrer da campanha.

Folga-nos dizer que, embora em freqüentes ocasiões houvessem os corsários submarinos tentado atacar comboios confiados à guarda de nossas unidades, jamais nêles sofremos perdas. Entretanto, navios que por diversas causas viram-se forçados a abandonar o comboio, foram torpedeados logo que ficaram isolados.

Apesar da proteção efetiva facultada pelos comboios e patrulhas, os prejuízos sofridos por nossa Marinha Mercante foram vultosos: trinta e dois navios, somando um total de cerca de 200 mil toneladas, foram torpedeados. Os navios do Lloyd Brasileiro, sacrificados, tinham um valor nominal de 400 milhões de cruzeiros e a carga que transportavam ia além de 340 milhões de cruzeiros.

Perdeu nossa Marinha Mercante algumas centenas de bravos marujos que fizeram o supremo sacrifício pela Pátria, mas a navegação mercante não sofreu com isto a menor restrição e o moral de sua maruja permaneceu sempre acima de todos os elogios.

* * *

Mas não foi somente no Nordeste que se manifestaram as atividades de nossa Força Naval, porquanto nos setores do Centro e do Sul, nossos velhos contratorpedeiros a carvão foram empregados no patrulhamento das águas próximo do porto

da Capital e uma força constituída por alguns contratorpedeiros, navios hidrográficos e corvetas, a Força Naval do Sul, sob o comando do Contra-Almirante Gustavo Goulart, foi encarregada do serviço de patrulhamento e escolta entre Vitória, a Ilha da Trindade e os portos do Sul, prestando, neste vasto setor, assinalados serviços.

* * *

Com a incorporação dos novos contratorpedeiros da classe "Marcílio Dias" à Força Naval do Nordeste, aumentaram nossas possibilidades no que se relaciona com o patrulhamento das águas oceânicas a larga distância. A Quarta Esquadra Americana obtivera, no decorrer do ano de 1943, um extraordinário desenvolvimento, chegando a constituir-se em poderoso agrupamento de navios de guerra, contando cerca de cem unidades, entre as quais figuravam vários excelentes cruzadores de oito mil toneladas, da classe "Omaha", inúmeros contratorpedeiros dos mais modernos tipos, contratorpedeiros de escolta e caça submarina, além de outros navios auxiliares. Para a manutenção em serviço de tão numerosa frota, os americanos ampliaram seus estabelecimentos logísticos nas bases de Natal, Recife e Bahia, assessorados pelos Comandos Navais destes setores; a de Natal foi especialmente aparelhada para atender às necessidades dos pequenos caças e dos contratorpedeiros de escolta, dos quais oito foram em boa hora incorporados à nossa esquadra; as bases do Recife e Bahia atendiam mais propriamente às unidades maiores, quase tôdas afetas ao serviço de patrulha oceânica. Nestas bases, não somente encontrava-se um completíssimo serviço de suprimento de combustível e abastecimentos de toda natureza, como oficinas bem aparelhadas, diques flutuantes e tudo o mais de que pode necessitar uma grande força naval em operações contínuas de guerra, no mar. A base americana do Salvador foi o ponto de partida para a criação dos estabelecimentos modelares que hoje ali se encontram.

De um entendimento realizado entre os Estados-Maiores Navais das Nações Unidas resultara a fixação de zonas de patrulhamento entregues à responsabilidade das Marinhas Inglesa, Americana e Brasileira; a zona de atividades do conjunto Quarta Esquadra — Força Naval do Nordeste abrangia as águas do Atlântico, limitadas a Oeste pelo litoral da América do Sul e das Antilhas até o paralelo situado a 300 milhas ao Norte de Trinidad; daí o limite seguia pelo paralelo de 15° Norte até o ponto Long. 30° WGW derivando para SE até à Ilha da Ascensão, onde os americanos instalaram uma poderosa base de aviação; partindo desta ilha o limite descia, permitam-me a expressão, em rumo Sul até o paralelo de 45° Sul.

Neste amplo teatro de operações cabia às forças combinadas brasileiro-americanas não somente assegurar a navegação, como manter severa vigilância para impedir o trânsito dos "raiders" de superfície, dos "runners", forçadores de bloqueio, e dos abastecedores de submarinos. O serviço de patrulha oceânica promana daquele entendimento, cabendo especialmente às unidades da Divisão de Cruzadores da Quarta Esquadra a realização desta tarefa; a ela se incorporaram nossos grandes contratorpedeiros primorosamente construídos em nosso Arsenal da Ilha das Cobras. As proximidades da Ilha da Ascensão manifestaram-se sempre, durante todo o decorrer da campanha, como um dos lugares mais freqüentados pelos submarinos nazistas, que naquelas longínquas paragens esperavam o momento propício para se aproximarem do litoral e aí exercerem suas nefastas atividades contra a navegação aliada. Era, portanto, necessário manter sob permanente e severa vigilância toda esta imensa amplitude oceânica e neste mister a 4ª Esquadra manifestou-se acima de toda e qualquer expectativa. O seu serviço de patrulha foi insuperável, de uma perfeição absoluta. Para tanto dispunha não somente das unidades da 4ª Esquadra e da Força Naval do Nordeste, como também de toda a força aérea das bases do litoral brasileiro, aviões e "blimps",

do agrupamento aéreo da Ilha da Ascensão — os poderosos e simpáticos "Liberators" — e de uma força aérea transportada em porta-aviões do tipo escolta, cuja capacidade individual de transporte era de cerca de oitenta aparelhos de reconhecimento e combate. Os grupos organizados pelo Estado-Maior da 4ª Esquadra para cobrir esta imensa área eram geralmente constituídos por um cruzador, ao qual se apregava um número considerável de contratorpedeiros e contratorpedeiros de escolta e porta-aviões, conforme as circunstâncias; vários grupos-tarefa, coordenados, agiam simultaneamente, em áreas diferentes. O sigilo mais absoluto presidia à organização dos planos de operações desses grupos-tarefa; uma vez partidos do porto eles demandavam velozmente à sua zona de patrulha e a percorriam por um eixo previamente traçado, cobrindo as áreas laterais por meio do esclarecimento aéreo dos aviões transportados, seja nos cruzadores, seja nos porta-aviões.

Geralmente, os setores a serem batidos tinham cerca de duzentas milhas de largura e aproximadamente setecentas milhas de comprimento, como se pode apreciar na carta que apresentamos; a duração destas patrulhas era de doze a quatorze dias, com um percurso diário superior a 400 milhas, seja 800 quilômetros aproximadamente. Deste serviço, como dissemos, participaram nossos contratorpedeiros classe "Marcílio Dias". Dotados de qualidades combatentes excelentes, de grande raio de ação e alta velocidade, estes navios dispõem de tudo o que há de mais moderno no que se relaciona ao armamento anti-submarino, aparelhos de escuta e de pesquisa, como o Radar. O Radar é um maravilhoso instrumento de televisão. Todos os objetos que se encontrarem acima da superfície das águas, dentro de seu raio de ação, o qual vai para o Radar de pesquisa, a cerca de 45 quilômetros, aparecem reproduzidos na tela de um mostrador de cerca de doze polegadas de diâmetro. As indicações do Radar são referidas ao eixo do navio e a distância aos pontos registrados, é medida diretamente

sobre uma escala própria. Desta forma tem-se com precisão todos os elementos necessários para resolver os problemas de aproximação, de mandar portos, manter a posição quando se navega em formatura, etc., independente das condições de iluminação. Há vários tipos de Radar, não só para a pesquisa como o emprego da artilharia e inspeção aérea. Este instrumento que tanto serviços prestou durante a guerra, está fadado a ter extrema utilidade em tempo de paz, especialmente na navegação em tempo cerrado, aproximação de portos, etc. Pode-se afirmar que a segurança dos comboios muito lhe deve, porque, sem ele, freqüentes teriam sido os acidentes de navegação e muito teria sido facilitada a tarefa dos submarinos, por ele impedidos de se aproximarem na superfície, durante o período noturno. A fiscalização das imensas áreas do Atlântico foi, também, consideravelmente facilitada por seu intensivo emprego. Foram nossos navios tipo "Marcílio Dias" também utilizados na escolta de transportes de guerra entre a Ilha da Ascensão e nosso litoral e na escolta de porta-aviões que procediam do Pacífico e do Oceano Índico através da rota do Cabo da Boa Esperança. No mapa que apresentamos pode-se ver a rota percorrida pelo "Marcílio Dias" em uma destas operações, desde as águas próximas de Tristão da Cunha até as águas do Atlântico Norte, duzentas milhas acima do paralelo de Trinidad. Foram ainda os três contratorpedeiros desta classe, o "Marcílio Dias", o "Mariz e Barros" e o "Greenhalgh" que, no segundo semestre do ano findo, escoltaram os transportes que conduziram nossa valorosa força expedicionária, desta Capital a Gibraltar, em um percurso direto de 4.680 milhas náuticas.

Pode-se afirmar, sem receio de ser tido por exagerado, que a zona afeta ao patrulhamento das forças navais e aéreas brasileiro-americanas foi sempre tão perfeitamente coberta que nenhum navio de superfície tinha a mais remota possibilidade de atravessá-la sem ser visto, identificado e atacado. Corroborando esta afirmação lembro o caso

de três "runners", forçadores de bloqueio, alemães, vindos do Oriente com riquíssimo carregamento, através da longa rota do Cabo da Boa Esperança e que, interceptados no Atlântico Central, foram postos a pique pelas unidades de dois grupos-tarefa da Quarta-Esquadra, nos aproches da Ilha da Ascensão. O carregamento destes navios, constituído em parte de excelente borracha da Malásia, veio, durante muitas semanas, dar à costa no Leste brasileiro e fez a felicidade de muitos pescadores que, à falta de pescado, colheram em suas rédes uma verdadeira fortuna!

* * *

Este relato não ficaria completo se não salientasse a harmonia reinante nas relações entre a Quarta Esquadra e a Força Naval do Nordeste. Para esclarecê-los devidamente e para demonstrar a lisura e a correção do procedimento do Comando da Esquadra Americana, devo declarar que o tratamento tributado por esse comando às forças brasileiras, que agiam sob sua supervisão, foi sempre exatamente igual ao dispensado a suas próprias forças; jamais a mais leve distinção foi notada: o comando das forças no mar cabia sempre ao oficial mais graduado ou mais antigo, fosse qual fosse a importância da tarefa a ser executada, fosse qual fosse a composição da força empregada. Assim, em múltiplas ocasiões os nossos oficiais tiveram a oportunidade de comandar forças mistas brasileiro-americanas, sem que jamais se registrasse a mais leve ocorrência que pudesse demonstrar desconfiança, ou que se sentisse a disparidade reinante entre o formidável poder da Quarta Esquadra e os reduzidos elementos de nossa valorosa Força Naval do Nordeste.

E, para orgulho de nossa Pátria e nossa honra, quero dizer que todas as tarefas que nos foram confiadas pelos nossos aliados foram total e cabalmente cumpridas; quer se relacionem com os serviços de proteção aos comboios, quer se refiram aos serviços de patrulhamento oceânico a larga distância.

O público não pode fazer uma idéia concreta do que seja um serviço naval de escolta ou de patrulhamento; nem mesmo pode avaliar o que eles encerram de complicações, de penosos sacrifícios, de intermináveis vigílias, de cuidados e de apreensões. Escapa-lhes por certo o significado de uma escolta a um comboio composto das mais variadas unidades, de nacionalidades diversas, falando idiomas distintos, cada navio dispondo de velocidade diferente e tendo problemas internos a resolver que não podem ser do conhecimento do comandante da escolta e que, para ele deveriam ter um valor absolutamente relativo. Entretanto, a todos estes problemas ele deve estar atento, porque a manutenção da unidade de formatura, o cumprimento exato dos planos de ziguezague, o serviço de comunicações e outros tantos deveres têm de ser cuidados com o mais absoluto escrúpulo sob pena de um imediato fracasso. Para os navios escolta, a saída do porto significa o início de um longo período de tormentos que só terminará com a entrega do trem — navios escoltados — à escolta que os deve substituir. Durante todo o percurso a ser vencido raros serão os momentos de relativa tranquilidade, porque aos problemas de navegação somam-se os da proteção propriamente ditos, os dos exercícios para a manutenção do adestramento das guarnições e o do reconhecimento dos navios e aviões avistados, os dos falsos ataques e dos ataques positivos, e a visita aos navios neutros, alguns dos quais cuja nacionalidade eu me abstenho de declarar, exerciam o que em Direito Marítimo se denomina "assistência hostil direta ao inimigo". Todos esses problemas engendram uma série de complicações inimagináveis, mas que devem ser vencidas a tempo e hora.

Para os navios de tonelagem maior a longa permanência no mar não representa um grande sacrifício, mas nos pequenos caças só mesmo uma elevada resistência moral, aliada a qualidades físicas especiais de seus tripulantes, pode permitir a

execução correta das tarefas que lhes são cometidas.

Esses pequenos navios medem apenas pouco mais de trinta metros de comprimento; o espaço interno é quase todo ocupado pela complicada maquinaria e pelo aparelhamento bélico, extraordinariamente desenvolvido para navios de tão fraca tonelagem. A guarnição dos caças, sendo reduzida, dobra os encargos dos serviços e, findo o quarto individual, o repouso é problemático dentro de um flutuador sujeito aos mais caprichosos balanços, verificados em todos os sentidos, com uma constância verdadeiramente revoltante! A alimentação, toda composta de conservas enlatadas, é um problema muito sério e promessa de futuros padecimentos; numerosos foram os casos de escorbuto verificados entre suas tripulações. A silhueta dos caças os faz confundir a certa distância com o vulto dos submarinos, de forma que não poucas vezes esta lamentável confusão deu lugar a que fôssem atacados na presunção de tratar-se de algum corsário inimigo, antes mesmo que se pudessem perceber os sinais de reconhecimento. Estes incidentes são freqüentes nos lugares onde foi notificada a presença de submarinos e a aviação está alertada. Dois dos nossos caças, o "Javary" e o "Jaguarão" sofreram baixas em consequência de ataques desse gênero. Mas apesar de tudo isto que sabemos e por vezes verificamos, ninguém jamais teve o ensejo de ouvir, de qualquer dos seus Comandantes, a mais leve referência às situações de desconforto e de perigos em que viviam. Dêles apenas ouviremos palavras de entusiasmo pelas qualidades de seus navios e pela natureza das tarefas que haviam cumprido; em todos o mesmo desejo de continuar e de vencer; jamais o reflexo de um queixume ou a expressão de uma mágoa! Ao ouvi-los falar tinha-se sempre a impressão de que cada um deles estava convencido de que a solução da guerra dele dependia; em cada um a alma de um Tamandaré, e talvez o estôfo de um futuro Nelson!

Desejo agora salientar que nos navios de guerra os riscos corridos por seus tripulantes são iguais, do Almirante ao último marujo; não há retaguarda e o posto de comando, é o passadiço. A exigüidade do espaço disponível não permite, também, que se cuide especialmente de meios de salvamento, sempre de valor inteiramente precário, e normalmente insuficientes para atender sequer a 2/3 da tripulação. A bordo, porém, ninguém com isto se impressiona e a hipótese da perda do navio, mesmo nas mais arriscadas tarefas, jamais constituiu motivo de preocupações. O marujo é fatalista; confia cegamente no destino; prefere a proteção divina à segurança, relativa, das jangadas!

Posso também lhes afirmar que as condições criadas pela monotonia do serviço de patrulha, pela eterna espera do imprevisto, são de tal natureza, que qualquer marujo prefere a sorte do combate, onde a situação rapidamente se define, às agruras intermináveis das vigílias, onde cada crista de vaga é uma alcateia da morte, cada sombra no horizonte uma promessa de batalha, cada ponto do espaço, um ponto de interrogação sobre o destino!

Muitos submarinos foram destruídos no Atlântico pelas forças unidas que ali operaram. Entretanto, na campanha submarina, as vitórias são dificilmente homologadas e nossa Marinha não se vangloria pela destruição de numerosos corsários nazistas. Por uma questão de princípio, não deseja atribuir-se êxitos sobre os quais possa pesar a mais ligeira parcela de dúvida. Entretanto, pode-se afirmar que o afundamento de treze corsários submarinos foi homologado nas águas do Atlântico Sul; tivemos, também, mais de quarenta ataques positivos e um centenar de ataques julgados duvidosos. Mas nossa Marinha não procurava propriamente destruir submarinos; achava-se empenhada em uma operação estratégica de largo vulto, cujo propósito era o de assegurar o domínio das

águas confiadas à sua guarda. Este propósito foi amplamente alcançado e teve uma transcendental importância no curso das operações, porque o domínio das rotas de comunicações entre as Américas e a Europa era de natureza vital para as Nações Unidas. Da ação de nossas forças resultou a anulação das atividades de uma centena de submarinos que operaram no Atlântico; mais não se poderia desejar.

* * *

O Almirante King, Comandante-em-Chefe das Forças Navais Americanas e Chefe das Operações Navais, em seu relatório n. 2, destaca especialmente as forças navais brasileiras das que serviram conjuntamente com as dos Estados Unidos, nos seguintes termos:

"A frota do Atlântico trabalhou em operações conjuntas com as Marinhas Inglesa, Canadense, Francesa, Brasileira e Holandesa. Os Brasileiros desenvolveram uma eficientíssima força anti-submarina de navios de superfície e aviões, a qual operando como parte integrante do destacamento Sul Atlântico da Frota do Atlântico, teve papel destacado e pleno na tarefa de pôr "Knock-out" o esforço submarino germânico dirigido contra as linhas de navegação ao largo das costas da América do Sul."

* * *

Da entrevista do Almirante J.H. Ingram à Imprensa:

ATUAÇÃO DA ARMADA DO BRASIL

"Quero aproveitar a oportunidade — continuou o Almirante Ingram — para manifestar a minha gratidão muito sincera aos oficiais da Armada do Brasil que batalharam comigo no Atlântico. As operações de que esses bravos marujos se encarregaram foram de suma importância e os esforços despendidos foram tremendos. Tive oportunidade de apreciar de perto a bravura e capacidade dos marinheiros do Brasil. É preciso que o povo brasileiro tenha conhecimento do que

foi a tarefa desses bravos soldados do mar. O esforço e a abnegação dos oficiais da Marinha do Brasil e de seus subalternos são dignos do maior destaque e acho que a imprensa brasileira deve realizar uma campanha a fim de criar entre o povo uma "mentalidade naval". A Armada e a Força Aérea constituirão, sem dúvida, no futuro, firme alicerce para o desenvolvimento do Brasil."

* * *

Passando por nossa Capital, em entrevista dada à Imprensa, nosso amigo Almirante Ingram, um americano que é também um dos maiores brasileiros de nossa época, teve ocasião de estranhar que o povo brasileiro não desse à ação de sua Marinha o relevo que merece; não devíamos esperar do nosso antigo Comandante-em-Chefe outra atitude, porque laços muito profundos o ligam à Marinha do Brasil, que teve a honra de ser por ele comandada durante todo o tempo que durou a Batalha do Atlântico. Mas, às suas excepcionais qualidades de marinheiro, de organizador e de combatente, faltou, talvez, ao expressar aquele conceito, um pouco de psicologia. O que se passa em nossa terra verifica-se de modo idêntico em quase todos os países do Mundo, com exceção talvez da Inglaterra, onde o povo tem seus sentimentos profundamente enraizados em suas tradições marítimas. E quem percorrer o Globo terrestre há de ficar surpreso de raramente encontrar nos monumentos que fixam para a eternidade os episódios básicos da história da Pátria, algum que se refira às ações navais em que foram envolvidas suas forças. Os episódios que se processam em terra firme, que podem ser registrados nos mapas, onde todos acompanham com ansia o desenvolvimento das operações, fixam-se muito mais facilmente na memória que ações navais, processadas no mar e que, pela natureza própria às necessidades da guerra, quase nunca podem ser reveladas. Na atual guerra, o povo acompanhava com real interesse o movimento das pon-

tas de lança germânicas, o retraimento das forças inimigas, o cerco de Stalingrado ou os progressos da invasão da Europa, porque todos estes episódios constituem fatos que podiam ser concretizados no mapa; mas o que se processava nos mares e tinha, sem dúvida, uma importância vital para as Nações Unidas, porque das linhas marítimas de comunicações dependia sua existência, passava-lhe quase despercebido. Os vai-vem da campanha submarina, com as terríveis ansias que traziam aos responsáveis pela conduta da guerra, que eram também os responsáveis pela vida das Nações democráticas, eram geralmente desconhecidos do público ou não lhes mereciam especial atenção. Entretanto, dispondo de reservas humanas e industriais inesgotáveis, era sempre possível recompor as forças de terra para depois reconquistar territórios perdidos, como os fatos o comprovaram; mas se o poder naval das Nações Unidas fôsse destruído e se elas houvessem perdido o domínio dos mares é fora de dúvida que estariam irremissivelmente derrotadas.

Quando se processou a invasão da África, como pródromo da invasão da Europa, ninguém fez qualquer referência especial à ação das frotas aliadas, que foram o veículo sem o qual ela não se teria realizado, nem tampouco a invasão continental e nem teriam sido os japoneses varridos de suas conquistas do Pacífico. Os nomes de Montgomery, o grande cabo de guerra britânico e o de Mac Arthur, o bravo defensor das Filipinas, são pronunciados com veneração por tôdas as bocas e já pertencem, merecidamente, à História; entretanto, talvez poucas pessoas se recordem de Cunningham, o vencedor do Mediterrâneo, o homem que anulando o poder marítimo do eixo no Mare Nostrum foi o principal obstáculo à conquista de Alexandria, de Suez e da rota das Índias; de Sir Bertom Ramsay, o Comandante das esquadras que permitiram a invasão da Normândia; de Halsey, de Mitscher e de Kincaid, os Comandantes das esquadras do Pacífico, principais autores

da reconquista de toda a imensa área ocupada e controlada pelos amarelos na vastidão das águas do Grande Oceano e o próprio Nimitz, este grande Almirante, maior de que Suffren, sobre cujos ombros pesa a imensa tarefa da conduta da guerra no Oriente, o homem que elaborou e conduziu a bom termo o plano de campanha que lançou os mais heróicos combatentes desta guerra, os bravos fuzileiros navais americanos à conquista das Gilberts, da Nova Guiné, das Salomão, das Marshall, de Iwo Shima e de Okinawa, jamais terá a aureolar-lhe o nome tão coberto de glórias, a fama imarcessível de Eisenhower!

Não é, portanto, estranhável que os feitos gloriosos de nossa Marinha tenham sido relegados a um plano secundário, talvez muito distante, pela opinião pública de nosso país. A tarefa da Marinha de Guerra é árdua, contínua e silenciosa; todos os que a ela têm a honra de pertencer disto sabem e se conformam porque acima dos elogios, muito acima das manifestações pasageiras de uma gratidão que se deve àqueles que jogam a vida para defender a Pátria, está a serenidade de consciência dos que sabem cumprir o seu dever pelo dever, sem medir sacrifícios, sem esperar recompensas!

Graças à ação eficaz de sua Marinha, nestes três anos de áspera luta, o Brasil pôde viver, progredir, produzir, fornecer a seus aliados os materiais estratégicos de que careciam; pôde tornar-se um líder no Continente e a maior potência militar entre as Nações Latino-Ameri-

canas; pôde honrar os princípios liberais de que se fez paladino através mais de um século de sábia política internacional; tornou-se respeitado no concerto das Nações e pôde, finalmente, enviar aos campos de batalha da Europa este pugilo de bravos soldados que tantos louros deviam conquistar nas escarpas geladas dos Montes Apeninos, os heróicos expedicionários de Mascarenhas de Moraes!

* * *

E agora, que já lhes relatei, em linhas muito pálidas, aquilo que fez a Marinha do Brasil, em três anos de luta pela liberdade e pelos ideais democráticos dos povos livres, quero pedir a todos os que tiveram a bondade de me acompanhar nesta inspeção dos episódios que ilustraram nossa gente do mar, que concentrem e elevem bem alto o seu pensamento, em homenagem aos heróis das Forças Brasileiras em operações de guerra, que defenderam o Brasil empenhado na tremenda conflagração em que se debatia o Mundo, e tombaram no caminho do dever e da honra, os denodados soldados das Forças Expedicionárias e Aéreas Brasileiras, que jazem nos campos de batalha da Itália, e os nossos bravos marujos, cujos restos vagueiam ao sabor das ondas, tendo, apenas, para lhes abençoar a última morada, o signo resplendente do Cruzeiro... mas seus nomes hão de viver, para sempre, no coração da Pátria estremecida, e o marulhar constante das águas do Oceano, há de cantar, eternamente, sua Glória!!

*
* *

Publicaremos em nosso próximo número, nesta seção:

Cartas Marítimas e Lançamento de Foguetes por submarinos em imersão.

2 — COMO NASCEU E PARA QUE SERVE O CRUZADOR

Os Cruzadores da atualidade são os herdeiros diretos das Fragatas das esquadras veleiras dos séculos XVI e XVII, esquadras estas que foram as primeiras a tomar a forma que, com as modificações provocadas pelo progresso técnico, até hoje persiste.

Eram, as Fragatas, navios ligeiros, de manobra fácil, que se encarregavam dos serviços de esclarecimento e patrulha, mantendo contato direto com o inimigo e tudo informando às Naus-de-Linha, os encouraçados da época, que se conservavam concentrados para fazer valer, no momento oportuno, o peso de sua artilharia.

Velocidade, mobilidade e reduzido armamento — constituíam os elementos com que os esclarecedores contavam para resistir aos ataques dos vigiados e sobreviver para trazer as informações desejadas. Também em missões isoladas estes navios rápidos eram ideais, pelo que as nações fracas escolhiam-nos para usá-los como corsários, com os quais talavam os mares, disputando o seu domínio às mais fortes.

O advento da Marinha metálica e da propulsão mecânica coincidiu com o período agudo do colonialismo europeu. E as novas Fragatas a vapor, além de suas tarefas clássicas de servirem de "olhos das Esquadras", passaram a fazer o policiamento das longínquas possessões espalhadas pelo mundo e das rotas marítimas que as alimentavam, para o que cruzavam-nas e recruzavam-nas, em contínua vigilância: — tinha nascido o "Cruzador".

Depois — apareceram os torpedos, uma arma tão revolucionária como, anos depois, o foi a aviação. Os navios que os transportavam — os Torpedeiros — tinham que ser leves, vivazes, rápidos (e, portanto, frágeis) para poder chegar, em chusma, de diversas direções, suficientemente perto dos encouraçados inimigos, a fim de lançarem os seus engenhos. Mas, imediatamente veio a reação. Os "Contratorpedeiros"

foram construídos para se interpor no caminho dos atacantes, os quais não dispunham de artilharia que pudesse dominar tal posição.

O "pau-de-tôda-a-obra" naval teve que ser convocado. Os Cruzadores, graças à sua velocidade, podiam acompanhar os Torpedeiros, possuindo, ao mesmo tempo, o armamento suficiente para apoiá-los contra seus adversários, mesmo que entre estes se incluissem outros Cruzadores. Então, cada Flotilha ou Esquadrão de Torpedeiros (que, neste interim, já tinham tido suas funções fundidas com a de seus imitativos opositores, existindo apenas os Contratorpedeiros) contavam com um ou mais protetores que lhes clareavam o caminho quando se dirigiam ao ataque às linhas de batalha inimigas.

Subsistiam, contudo, as antigas responsabilidades das Fragatas avoengas, nas missões de reconhecimento, busca de informações e corso. Mas os elementos a serem espionados ou atacados tornaram-se tão fortes — e suas manifestações de desagrado contra os espiões ou atacantes tão rudes — que os Cruzadores, para subsistir, tiveram que se ir tornando mais e mais possantes, com o que dividiram-se em Cruzadores Ligeiros, Pesados e indo até ao exagêro do Cruzador de Batalha, um verdadeiro Encouraçado, menos resistente e mais rápido, que teve seu apogeu na I Guerra Mundial.

A II Guerra Mundial iria assistir a novos prodígios de adaptabilidade dos Cruzadores. Nas suas missões de reconhecimento foram muito bem substituídos pela aviação. Mas, como os Encouraçados passaram a ser peças muito caras para serem arriscadas em zonas onde a aviação com base terrestre fizesse sentir o seu efeito, os Cruzadores, mais baratos, existentes em maior número e dispondo ainda de artilharia respeitável, não tanto pelo peso de seus projetis, mas especialmente pela rapidez de fogo que podiam

manter, tomaram o seu lugar em muitas situações. E assistiu-se a dezenas de engajamentos entre Cruzadores, que disputavam a liberdade das comunicações marítimas, lutavam pelo abastecimento de posições estratégicas, como Guadacanal e Malta ou bombardeavam as costas inimigas, como medida preparatória para os desembarques anfíbios ou como apoio a operações terrestres que já se estavam realizando.

Também uma outra tarefa avultou, para a qual os sempre eficientes Cruzadores foram chamados a cooperar: a defesa antiaérea das Forças Navais. Como navio-capital destas últimas, o Encouraçado foi substituído pelo Navio-Aeródromo (ou porta-aviões, como é mais conhecido), unidade de excelente capacidade ofensiva, podendo fazer sentir sua ação destruidora através dos aviões, a centenas de milhas de distância, mas frágil em relação a ataques aéreos inimigos. Ele necessita, assim, ser rodeado por uma floresta de canhões antiaéreos, que criem uma abóbada de projetis que, explodindo, limite o avanço dos aviões atacantes. E o Cruzador novamente apareceu como o elemento ideal para constituir a escolta dos porta-aviões, pois, não sendo valioso como um Encouraçado (que por si mesmo exige uma escolta), também não tem a fragilidade e o pequeno número de ca-

nhões dos contratorpedeiros, ficando num meio termo ótimo.

A sua classificação simplificou-se, persistindo as denominações de Leve e Pesado somente para indicar o calibre dos canhões com os quais são armados, respectivamente menores ou maiores de 152mm. Mas as missões essenciais de ambos os tipos são as mesmas.

E neste período de paz por que passamos, que melhor poderia ser denominado como de entre-guerra, quando se observa as mais intensas transformações nos armamentos e fazem-se as profecias mais extravagantes sobre os maravilhosos engenhos mortíferos do futuro, o Cruzador conserva sua posição inalterada, sempre pronto a fazer sentir o peso da artilharia contra navios semelhantes, ou a apoiar Contratorpedeiros que ataquem, ou a garantir as operações de Navios-Aeródromos e Encouraçados, defendendo-os contra aviões audazes, ou a bombardear costas hostis, ou a cooperar em ações terrestres ribeirinhas, ou mesmo, seguindo nas águas das Fragatas ancestrais, a esclarecer e patrulhar os mares em disputa ou a lançar-se em curso agressivo contra as linhas de comunicações vitais de um adversário.

A era das bombas de hidrogênio encontra o velho combatente sempre remojado por sua permanente utilidade — pronto para novas aventuras guerreiras.

*
* *

MARINHA DO BRASIL

Relação de alguns de nossos representantes :

Escola Naval — Cmte Ayrton A. Lobo de Carvalho
Estado-Maior da Armada — Cmte Yvan M. Cajaty Gonçalves
CT Amazonas — Ten Waldemar Navarro
CT Marcílio Dias — Ten Fernando Pardo
CT Benevente — Ten Ayrton Brandão de Freitas
CT Greenhalgh — Ten Rogério Muller
CT Maris e Barros — Ten Jorge Isidoro
CT Bauru — Ten Hugo Guilherme
CT Bracui — Ten Narciso Moreira
CT Babitonga — Ten Valdo Xavier
Colégio Naval — Ten Fernando M. Moraes Sarmento
NHI Saldanha da Gama — Ten Eduardo Nunes

3 — O MARINHEIRO PANCETTI

Algumas "marinhas", das inúmeras que fez, e sobretudo os "auto-retratos" assegurarão a José Pancetti um lugar na história da pintura brasileira. Não foi ele um "chefe de fila", um renovador, senão na medida em que, fiel à sua natureza ingênua, criou alguns dos mais belos quadros de nossa pintura destes últimos vinte anos. Nos seus melhores momentos, Pancetti era um artista vigoroso (de certa graça primitiva), capaz de construir com segurança e simplicidade; essas qualidades compensavam os excessos de sua natureza sensual e sentimental, refletida na cor e na matéria rica de ressonâncias.

A vontade de aventura que se manifestou em Pancetti desde a adolescência, quando embarcou no veleiro *Maria Rosa* de Gênova para Port Said, iniciando uma vida de vagabundo de cais, era uma constante de seu temperamento que o levaria a encarar a pintura também como uma aventura: daí talvez o fato de pintar para Pancetti ter sido um exercício de espontaneidade, ato de uma inquietação interior que não se podia deter em especulações formais. A pintura de Pancetti continha, do ponto de vista estético, um mínimo de problemas, e essa é a razão porque, nos últimos anos, tendia à repetição ou à diluição dos elementos criados na época em que àquela ingenuidade se juntava ardorosa imaginação plástica. José Pancetti foi um "caso" na pintura brasileira, uma personalidade que, como homem e como pintor, a tudo se entregava apaixonadamente, e que ao morrer, aos 53 anos, deixa uma obra onde essa paixão obtém o seu prêmio e paga o seu preço.

José Gianini Pancetti nasceu a 18 de junho de 1904 em Campinas, Estado de São Paulo. Seu pai, João Pancetti, como sua mãe, Corina Gianini Pancetti, era italiano da Toscana, ela camponesa e ele pedreiro, arquiteto e músico. Quando ele tinha 8 anos, mudou-se a família para o Braz, em São Paulo, onde João Pancetti ia exercer a fun-

ção de mestre-de-obras na construção do Teatro Municipal. Em 1914, o menino José Pancetti segue para a Itália, em companhia de uma irmã mais velha. Em Massa, na Ferrara, estuda no colégio dos salesianos até o segundo ano ginasial. Depois, tendo de largar os estudos, trabalhou na lavoura (com o avô), numa fábrica de armas durante a Primeira Grande Guerra e depois numa oficina de carpintaria de caixões de defuntos. Pouco depois da guerra, embarca no *Maria Rosa*, vai a Port Said, volta a Gênova e passa a viver como vagabundo de cais, dormindo em albergues miseráveis, até ser repatriado.

Em São Paulo de novo, já agora com 17 anos, trabalhou numa fábrica de tecidos, depois numa ourivesaria e na companhia de esgotos da cidade. Pintou pela primeira vez: paredes. De São Paulo foi para Santos, de novo atraído pela vida do cais e lá tornou-se vagabundo outra vez. Foi assim que, em 1922, alistou-se na Marinha de Guerra, como grumete: começaria então uma nova vida até que a pintura o chamasse de novo para a terra. Marinheiro, tomou parte nas revoluções de 1922, 1924, 1930, 1932 e 1935. Mas foi em 1932 que pela primeira vez a vida de marinheiro exigiu de Pancetti uma expressão plástica: tendo assistido a um combate naval próximo ao farol da Moela, em Santos, desenhou a cena e mandou o trabalho a um jornal carioca, que o publicou. Essa estréia, meio artística, meio jornalística, marca bem a mudança de Pancetti: do homem que se satisfazia em viver a aventura, começava a brotar nele um outro que, para completar essa experiência, precisava expressá-la: nascia o artista.

Em 1933, Pancetti matriculou-se no "Núcleo Bernardelli", que era uma escola livre de belas artes. Expõe pela primeira vez em 1934, no Salão Nacional de Belas Artes, e recebe menção honrosa. Em 1936 ganha a medalha de bronze e em 1939 a medalha de prata. Em 1941, o Salão Nacional se divide, nasce

a Divisão Moderna, e nela Pancetti ganha, êsse ano, o prêmio de viagem ao estrangeiro. Seu nome é citado e discutido, sua pintura estudada pelos críticos, o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque lhe compra dois quadros. Pancetti expõe em Londres (1944), expõe no Instituto dos Arquitetos em São Paulo (1945) e ganha o prêmio de viagem pelo Brasil da Divisão Moderna, em 1947. Em 1950, expõe na Bienal de Veneza e em Roma; comparece pela última vez ao Salão Nacional de Arte Moderna (antiga Divisão Moderna) em 1952 e em 1955 realiza, no Museu de Arte Moderna, a sua derradeira exposição no Rio de Janeiro.

Já a essa altura Pancetti se mudara para a Bahia, em cujas praias passava ano inteiro pintando, vindo ao Rio apenas para vender os trabalhos e retornar à "boa terra".

A última dessas viagens de volta ao Rio, feita no dia 16 de dezembro passado, é êle próprio quem descreve em seu diário, cujos trechos apareceram na Revista "Mundo Ilustrado". "O taxi da "Real" parou às 8,15 em ponto diante da porta

do hotel. O caro Odorico, que desde cedo viera me trazer o abraço e pedir-me desculpas por não poder acompanhar-me ao aeroporto devido à greve dos gráficos e jornalistas, estendeu-me a mão com um até breve. O carro rodou até o Aeroporto de Ipitanga. Na estrada, desde o Farol da Barra até Itapoã, eu fiquei a olhar a praia, os coqueirais, as canoas dos pescadores e suas rêdes estendidas sôbre as brancas areias que iam ficando. Um turista que vinha na frente do carro, com cara de norte-americano, batia fotografias do verde mar. Atrás dêle um homem chorava por não poder mais interpretar aquelas deslumbrantes côres, aquêle mar tão familiar..."

Realmente, Pancetti não voltaria mais para "empunhar a palheta e os pincéis para dar amor à paisagem", como escreveria em outra passagem do diário, ao contemplar, da janela do hospital da Marinha, "os estaleiros, o mar cinza, côr de chumbo". Às 18,00 horas do dia 10 de fevereiro de 1958, devastado pela doença que lhe devorava lentamente o estômago, Pancetti morreu.



Brasileiros ! Meditem sôbre o que a Marinha representa na vida de uma Nação com as responsabilidades geográficas, políticas e estratégicas da nossa Pátria e de como é necessário que todos se unam no trabalho consciente de dar ao Brasil a Marinha de que carece um País que sempre dependeu e dependerá do mar.

NOSSOS REPRESENTANTES

VILA MILITAR E DEODORO

QG 1ª DI	— Ten-Cel	Ruy Freire Ribeiro
QG GUEs	— Maj	Paulo Emílio Souto
NDAeT	— Maj	Rubem Moura Jardim
EsMM	— Cap	Walter Molinaro
EsAO	— Maj	Danilo D. Cunha Melo
EDAAe	— Cap	Poty Ubirajara Marques da Silva
1º RI	— Maj	Hélio Riel de Melo
2º RI	— Cap	Osvaldo Paiva
1º RO105	— Cap	Antonio dos Santos Melo
1º GO155	— Maj	Sílvio Rebelo de Azevedo
1ºGCan90	— Cap	Isaac Alves Grijó
REI	— Ten	José Joaquim Paes
REC	— Cap	Luís Phelipe Dick
REA	— Ten	Miguel Monori Filho

Solicitamos às demais unidades que designem seus representantes junto à A DEFESA NACIONAL.

De todas as Repartições do Exército a que, no momento, possui maior número de assinantes de A DEFESA NACIONAL é o Departamento-Geral do Pessoal, graças ao trabalho eficiente de nosso representante Cap Acyomar Araújo Mello.

Nossos agradecimentos ao Cap Vasco Ribeiro da Costa, representante de A DEFESA NACIONAL na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que foi o estabelecimento de ensino que maior número de assinantes apresentou em 1958.

Das Unidades sediadas no Distrito Federal o Regimento-Escola de Infantaria foi o que, em 1958, solicitou maior número de inscrição de assinantes de A DEFESA NACIONAL.

Nossos agradecimentos ao Ten José Joaquim Paes.

Das Unidades do interior o 7º Regimento de Infantaria é o que no momento, possui maior número de assinantes de A DEFESA NACIONAL.

Ao Ten José Guido Mader os agradecimentos da Diretoria.

Entre as Escolas Especializadas, a Escola de Defesa Antiaérea é a que apresenta maior número de assinantes de A DEFESA NACIONAL, graças ao trabalho desinteressado e profícuo de nosso representante Cap Poty Ubirajara Marques da Silva.

DIVERSOS

DEBATES EM REVISTA

CEMITÉRIO MILITAR OU MONUMENTO?

Cap Art **DIÓGENES VIEIRA SILVA**

1 — INTRODUÇÃO

Existem opiniões ditas populares e outras que adquirem foros quase de infalíveis, que se mantêm, acreditamos, por uma repulsa generalizada para fazer frente aos tabus, ou pelo desejo de não

se rebelar contra fatos consumados. É a antiga história do fato novo do Rei, sempre repetida sob as mais variadas formas, no entanto, sempre atual. Hoje em dia, cremos serem muito mais comuns os fatos novos do Rei, principalmente depois que os *nouveaux*



Figs. 1 e 2 — Dois dos quatro selos de Luxemburgo que constituem a série em homenagem ao General Patton, e em um dos quais vemos o cemitério militar em que o mesmo se acha sepultado, os outros dois selos são idênticos a esses, variando só nas cores e valores. Açam-se ampliados, sendo o tamanho real igual a 2/3 do aqui representado

riches e os snobs, devidamente assessorados pelos colunistas sociais, adquiriram o direito de sobre tudo opinarem, inclusive a respeito de política internacional. Mui raramente vemos algum ataque às formas mais absurdas de pintura concreta, abstracionista, impressionista e inúmeras outras classificações, mesmo vendo a falta de sinceridade e a hipocrisia de que se reveste, quase sempre, o

Há poucos dias, lendo uma reportagem a respeito da visita feita pelo Ministro da Guerra ao Cemitério em que repousam os mortos da FEB, na Itália, na humilde aldeia de Pistóia, acudiu-me à lembrança outra idéia bem irreverente que nos ocorrera quando contempláramos, no saguão do Ministério da Guerra, o resultado final do concurso instituído para o monumento a ser erguido, no atêrro da

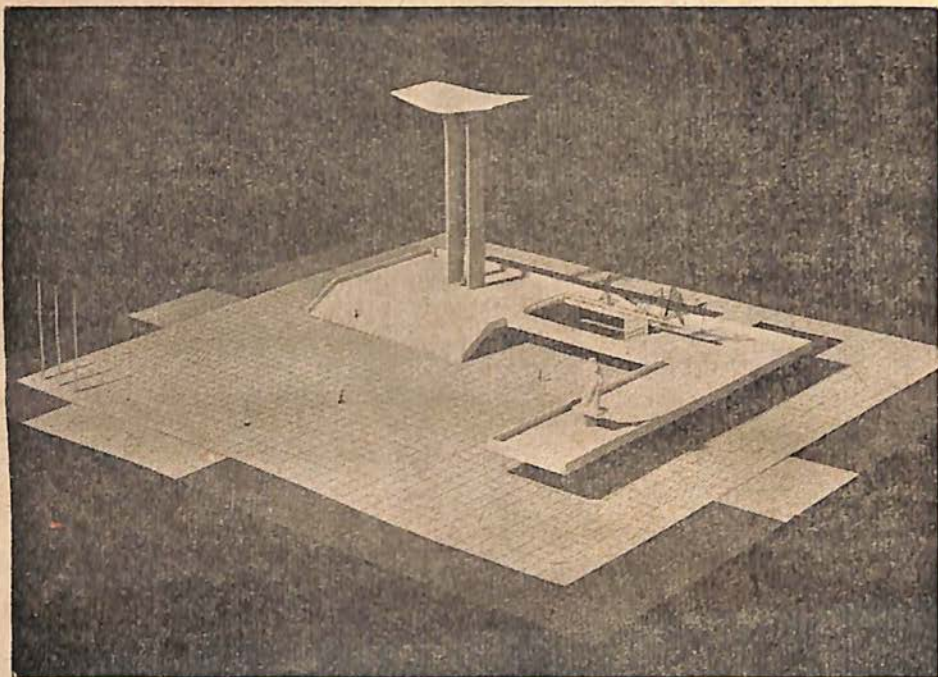


Fig. 3 — Uma vista da maquete do monumento que está sendo erigido no atêrro da Glória, em homenagem aos mortos brasileiros na 2ª Guerra Mundial, e para onde deverão ser trasladados os nossos mortos que atualmente repousam no Cemitério Militar de Pistóia

êxtase generalizado com que os connoisseurs se deleitam com tais manifestações de "arte". Felizmente, vez por outra, observamos o sadio despertar de uma consciência e o protesto que, se encontra eco no mais íntimo de nosso ser, não obtém a ressonância desejada. É o antigo tabu: quem não consegue admirar o fato novo do Rei é bastardo.

Glória, em homenagem aos "pracinhas mortos". Acreditando que o nosso sentimento é o mesmo, não de dois ou três, porém, de inúmeros outros camaradas, é que nos atrevemos a exteriorizá-lo, mesmo com certeza de que estamos a gritar que o rei está nu, por não podermos enxergar o fato tão novo e rico.

2 — CEMITÉRIO E MONUMENTO

Por fotografias e reportagens já ficamos conhecendo inúmeros cemitérios militares norte-americanos existentes fora do território pátrio, sendo que alguns foram até imortalizados em selos, como é o caso do em que repousa o General George S. Patton, reproduzido em dois selos do Luxemburgo, de uma série emitida em 1947, em honra daquele chefe militar, liber-

Quando a monumentos militares são inúmeros espalhados por todo o mundo, e nós mesmos, no Brasil, temos vários, se bem que a falta de civismo e respeito de nossa população não ligue ao que representam, como é o caso do erigido em homenagem aos heróis de Laguna e Dourados, na Praça General Tibúrcio, na Praia Vermelha.

Todo cemitério, seja ou não militar, infunde respeito, mesmo aos destituídos de educação cívica, pois

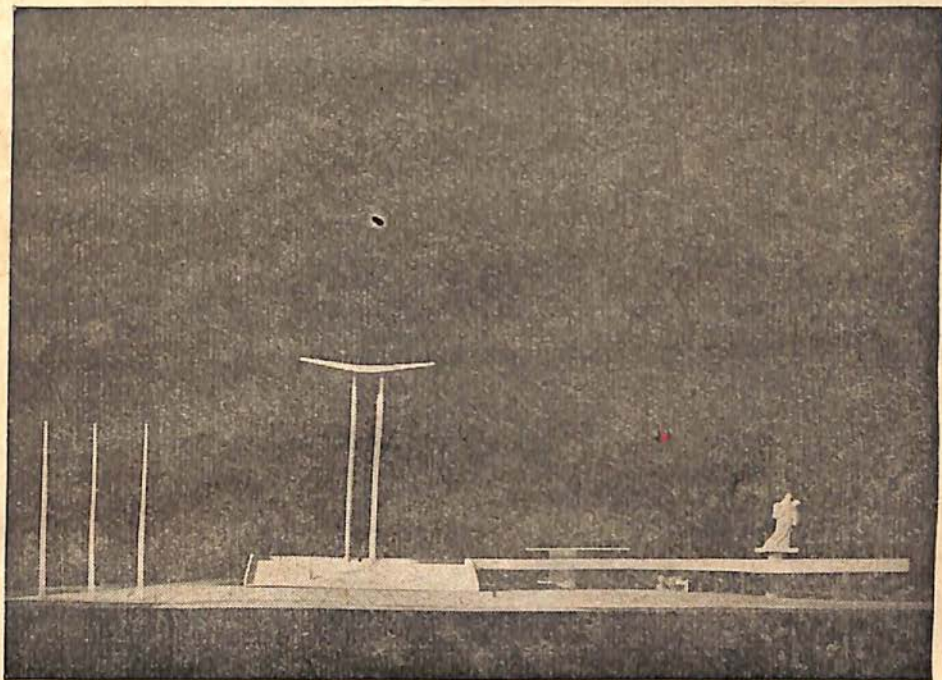


Fig. 4 — Outro aspecto da maquete do monumento com que se pretende homenagear nossos mortos, para aí trasladados, segundo decisão já tomada

tador desse país. Por outro lado, pudemos sentir, em 1957, toda a imponência e solenidade do Cemitério Militar de Arlington, à margem do Potomac, em Washington. O nosso, único território fora de nossas fronteiras, conquistado pelo Brasil, acredito já se achar gravado na retina de todos que sentem um pouco de respeito pelas nossas tradições militares e pelo sacrifício dos heróis que nele repousam.

sua própria existência traz à mente a idéia de morte e todo o pavor ancestral por ela representado. No entanto, um monumento só se faz lembrado em datas de festas e comemorações ruidosas, ou então por ocasião de visitas turísticas.

Nós não temos nenhum cemitério militar em nosso solo, mas o de Pistóia já se integrou em nossa sensibilidade de brasileiros que acredito merece um silencioso respeito de todos que a ele se refi-

ram. Monumentos militares temos dezenas, ou mesmo centenas, já catalogados e descritos com riquezas de minúcias pelo Gen João Baptista de Mattos em seus estudos sobre os monumentos brasileiros, Estado por Estado. Um monumento apenas, ainda não possuímos, e já era tempo de o termos erigido. O monumento ao SOLDADO DESCONHECIDO, existente em quase todos os países do mundo, e para cuja ereção muito contribuiu, anos atrás, o então Cap Amerino Raposo Filho, em artigos publicados em "A Defesa Nacional".

Não nos preocupamos em erigir o monumento ao SOLDADO DESCONHECIDO, mas imediatamente surgiu a idéia de transladar os restos mortais dos que repousam em Pistóia, colocando-os em um monumento para cuja idéia foi aberto concurso. Não temos autoridade para emitir opinião a respeito dos concorrentes, nem nos compete discutir o resultado que exprimiu a conclusão a que chegou a comissão julgadora, porém, desde que não podemos ver o fato do rei, vamos revelar a idéia sincera que nos veio à mente quando, no saguão do Ministério da Guerra, contemplamos a maquete vitoriosa.

Julgamos que um monumento deve, pela sua própria existência, sem subterfúgios de interpretação, exprimir o significado para que foi erigido. Com nosso pouco conhecimento, acreditamos que uma obra de arte, pela sua própria existência, deve transmitir ao observador a mensagem que o artista quis perpetuar em seu trabalho. Pois bem, dentro dessa limitação intelectual, talvez própria de uma pessoa, como somos, não iniciada nos segredos e meandros do modernismo, futurismo, cubismo, surrealismo, impressionismo, e outros ismos, é que contemplamos a maquete em exposição. E a mensagem que ela nos transmitiu foi apenas uma: *Balança Filizola*. Trouxe-nos à mente, não uma idéia de mortos em guerra, não o sentimento respeitoso de estarmos

diante de uma homenagem a heróis, mas sentimos naquele prato suspenso por um braço vertical de sustentação, uma reprodução em traços gerais, das balanças tão em uso, em certa época, nos armazéns.

Além disso, fôsse qual fôsse o monumento, mesmo que não se revestisse dessa abstração modernista, revelando ao contrário, em singeleza de linhas clássicas, toda a veneração e respeito de uma Pátria agradecida àqueles que por ela verteram seu sangue; qualquer monumento ficaria muito aquém de um cemitério. A favor do cemitério, acreditamos, são todas as considerações que se puderem fazer. Contra o monumento, por outro lado, tudo se junta, segundo o nosso ponto de vista:

a) O monumento em si nada exprime. Depois de erigido será um monumento que necessitará de um guia para explicar aos turistas o significado de sua existência, ao passo que a população por ele passará indiferente, caso fique só nisso, e não se expanda mais além, na sua base satisfazendo necessidades fisiológicas, como aconteceu ao monumento dos Heróis de Laguna e Dourados, ou mesmo o depredando;

b) a localização: acreditamos que não se poderia escolher pior local. Ponto de trânsito intenso, caminho dos que vão para o trabalho ou dêle regressam, só será visitado por turistas ou por quem nada tiver a fazer, e por acaso se encontrar passeando na Praça do Congresso ou adjacências. Visto do mar, talvez o monumento se enquadre na paisagem, dando um bonito conjunto, mas ainda sem nada nos revelar da idéia diretriz que norteou sua ereção.

3 — UMA SOLUÇÃO

Não deve levantar a voz para destruir quem não puder oferecer em troca do derruído, uma idéia construtora, algo de positivo. Isso não significa que tenhamos des-

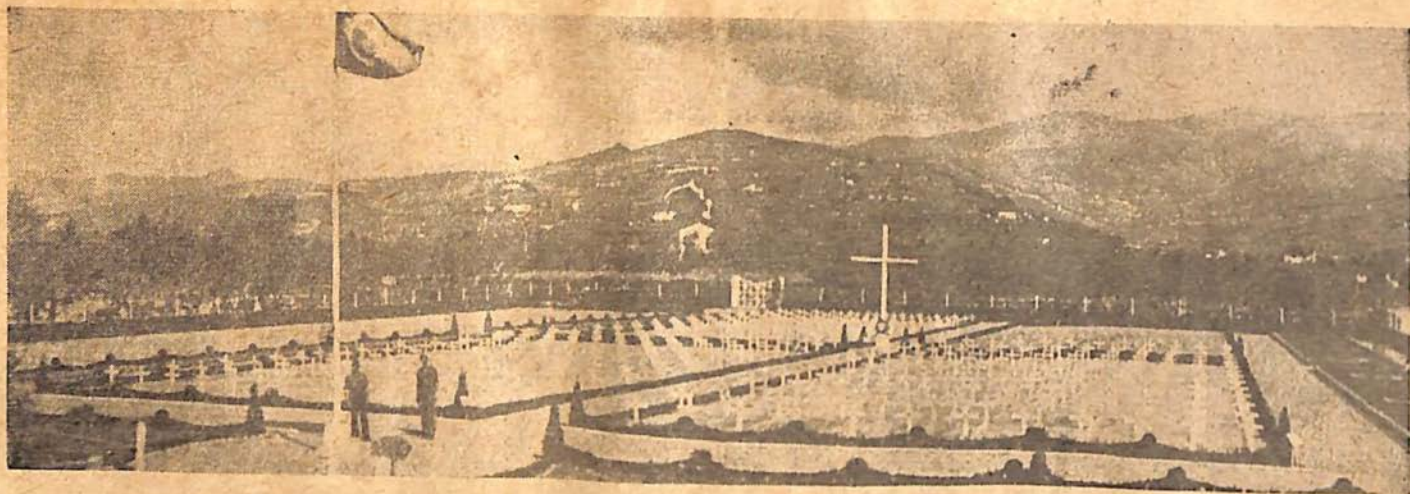


Fig. 5 — Utilizando as elevações existentes no fundo do Campo de Instrução de Gericinó, o autor propõe que para o C. I. G. (Vila Militar) transportemos, integralmente, o nosso Cemitério Militar de Pistóla que ali será parte de nosso futuro CEMITÉRIO MILITAR onde serão inumados nossos ilustres mortos militares, e onde se erigirá também, no futuro, o monumento ao Soldado Desconhecido.

truído o que quer que seja, pois nada pode fazer esta simples pena lançada contra um monumento tão sólido. No entanto, desde que nos abalançamos a revelar nossa estreiteza em não distinguir a beleza do fato real, acreditamos poder ir um pouco mais longe e lançar também uma idéia a respeito de como acharíamos razoável uma homenagem aos nossos mortos de Pistóia. Desde que temos poucos mortos, por uma questão de sentimentalismo, achamos razoável a transladação dos mesmos para o solo pátrio. Mas, não para colocá-los no olho da rua, junto ao centro da cidade, em um monumento sem expressão, sujeitando-os à toda falta de consideração e respeito que provavelmente ocorrerá.

E, eis nossa sugestão: Por que não transladamos todo o cemitério? Não vemos razão para privar nossas mentes da imagem, que nela já se gravou, daquele tão simples e significativo cemitério de Pistóia. O local para a colocação do cemitério existe e não é nenhuma praça tirada ao mar. Poderíamos aproveitar a oportunidade para criarmos de uma vez por todas nosso cemitério militar, dentro do qual existiria um conjunto, com a mesma disposição, arrumação e tamanho do cemitério de Pistóia. Até o local teria muito mais relação com os que nele vão repousar do que a Praça do Congresso.

Sugeria que a transladação se fizesse para o Campo de Instrução de Gericinó. Sabemos todos nós que aquele Campo de Instrução já não preenche as finalidades para que foi criado, por ter se reduzido a dimensões mínimas com o correr do tempo, só servindo apenas para os exercícios de pequenas frações de tropa. Não seria demais então tirar mais um pedaço e nele organizar nosso Cemitério Militar. Nesse Cemitério Militar, um pedaço seria reservado para a transladação de todo o Cemitério Militar de Pistóia. Ao fundo, a Serra de Gericinó lembraria sempre os alcantilados dos Ape-

ninos, onde aqueles heróis se cobriram de glória.

Nesse cemitério, em Gericinó criado, nossos mortos voltariam à Pátria, e repousariam em um local essencialmente militar, onde eles treinaram antes de partir para além-mar. O Campo de Instrução de Gericinó está intimamente ligado à história da organização e treinamento da Força Expedicionária Brasileira, e continuaria unido aos mortos dessa mesma FEB. O nosso Cemitério Militar ficaria longe do bulício da cidade, e os visitantes que a ele fossem, não iriam por acaso de turistas despreocupados, mas apenas de caso pensado, com um objetivo definido de visitar os mortos militares brasileiros. Quem estiver passeando por Washington não pode ir a Arlington, a não ser que tome uma condução que a ele se destine, atravessando o Potomac, com esse objetivo definido. Também no caso do Cemitério Militar que propomos, só o visitariam aqueles que assim o desejassem.

Poderão objetar que o repouso eterno de nossos mortos seria conspurcado pelo troar dos canhões em exercícios de tiro real, ou pelo barulho das tropas em instrução. Acredito que isso não iria de encontro ao respeito a eles devido, pois os que nele repousassem, seriam militares, viveram com esses ruídos, e neles morreram. Muito mais desrespeitosa é a existência, ao lado do Monumento aos Mortos da Guerra, de um mafuá de um parque de diversões da Casa do Estudante do Brasil ou de um Museu de Carmem Miranda. Por muito nobre que seja a existência do Museu de Carmem Miranda, acredito que todo o Exército deveria se ofender em misturá-la àqueles que tombaram nas encostas geladas dos Apeninos.

Ainda acredito que a homenagem seria mais completa, e daríamos mais uma prova de consideração e amizade ao nobre povo italiano, além das muitas que lhe tributamos, quando da visita que

nos fez, no corrente ano, o Presidente Giovanni Gronchi, se, transladando para o nosso solo os restos de nossos mortos, continuássemos mantendo na aldeia de Pistóia, a réplica do cemitério que aqui tivémos. Teríamos um, o atual, em Pistóia, tratado carinhosamente pelos italianos, como tem sido tratado até hoje, e outro, a reprodução dêsse, com os nossos mortos, no nosso Cemitério Militar de Gericinó, onde ainda poderíamos erigir o Monumento ao Soldado Desconhecido.

Surge, por fim, a pergunta: e o monumento que já está sendo erigido? Bem, o dinheiro já foi nêlo gasto, e acreditamos que muitas vêzes o que seria exigido para a transladação de todo o Cemitério para o nosso Gericinó. Mas, o monumento poderia lá ficar, com o nome que as autoridades quisessem, servindo para mostrar nossa arquitetura moderna, futura, ou o que fôr. Um monumento a mais ou a menos, para quem tantos monumentos tem, não irá fazer muita diferença. Apenas, que não se queira para fazer bonito, para manter o *panache* da arquitetura mais arrojada do mundo, e outros orgulhozinhos de quem, como disse outro dia, no "Correio da Manhã", o escritor Pimentel Gomes, tem "mêdo de ser grande", colocar em um monumento inexpressivo, o que nossas Fôrças Armadas têm de mais expressivo e de maior significação: seus mortos.

4 — CONCLUSÃO

Concluindo nossa profissão de fé de cegueira para a beleza das vestes reais, resumiremos essas sugestões, que podem ser acusadas de muitos defeitos, menos de um, de não serem sinceras.

Resumindo:

a) Que se instale no Campo de Instrução de Gericinó, o nosso Cemitério Militar;

b) Que nesse Cemitério Militar se reproduza o Cemitério Militar de Pistóia, com a mesma disposição, tamanho, etc., para êle transladando os que lá repousam;

c) Que nesse Cemitério Militar se construa o Monumento ao Soldado Desconhecido, ficando ainda como local de sepultamento para nossos heróis militares;

d) Que a guarda dêsse Cemitério Militar seja dada pela tropa sediada na Vila Militar, a ela concorrendo praças de ótima conduta, que não tenham sofrido punição;

e) Que o Monumento que atualmente está sendo erigido continue a sê-lo e que fique onde está com qualquer finalidade, menos a de substituir o nosso Cemitério Militar.

Acredito que essas idéias, seguidas de sua concretização, seriam a melhor homenagem a prestar aos nossos mortos neste Dia de Finados de 1958.

* * *

SENHORES OFICIAIS

PUGNAR PELA DIVULGAÇÃO DE "A DEFESA NACIONAL" É COOPERAR PARA A ELEVACÃO CULTURAL DE NOSSA CLASSE

"Entre tôdas as injustiças, nenhuma é mais perniciosa que as do que, quando mais enganam, mais pretendem inculcar-se como homens de bem".

CÍCERO

*
* *

"Deve-se antes de tudo servir à Pátria, seja qual fôr o seu governo".

OSÓRIO

*
* *

"Elogiar-se a si próprio, é censurável, principalmente quando tal se faz dissimuladamente, imitando, para risota dos que escutam, o soldado vaidoso de Terêncio".

CÍCERO (Tratado dos Deveres)

*
* *

"A farda não abafa o cidadão no peito do soldado".

CÍCERO

*
* *

"De dois modos se pode cometer injustiças: por violência e por malícia. A primeira é própria dos leões; a segunda das raposas matreiras. Ambas são alheias à generosidade do homem. É, porém, mais detestável a última".

CÍCERO

*
* *

"Nada há mais perigoso que ser temido, nem mais útil que ser estimado".

CÍCERO

*
* *

"A opressão nem sempre deixa de produzir a reação do espírito".

OSÓRIO (Carta ao Conde de Pôrto Alegre)

IDEIAS QUE SERVIRAM DE BASE PARA UM PROGRAMA DE AÇÃO NUMA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Major NILTON FREIXINHO

Este artigo é uma condensação das palestras de abertura das atividades dos anos letivos de 1957 e 1958, do Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras. Os conceitos aqui emitidos constam, em grande parte, dos Manuais em vigor no Exército, de publicações militares nacionais e estrangeiras — O autor.

A Academia Militar das Agulhas Negras deve ser entendida como um centro de formação de Chefes, portanto, uma Escola de Chefia. Aqui Educa-se, e, quem diz Educação exige maior soma de esforços e de responsabilidade da parte do educando.

Cada Cadete, deve criar dentro de si, uma atitude favorável ao desenvolvimento de aptidões que caracterizam um Chefe de pequenos escalões — um comandante de tropa. Quais são essas aptidões? Dentro em breve, serão elas enunciadas.

A nossa função é de orientá-los, e pôr em ação, técnicas e processos, capazes de desenvolver em cada um, no mais curto prazo, as qualidades básicas para a formação do oficial subalterno da arma de artilharia.

Em resumo, os senhores estão aqui porque aspiram ser Chefes Militares. Nós instrutores aqui estamos porque temos a convicção, de que, a nossa tarefa é formar homens capazes:

- de conduzir soldados no combate e na paz.
- de obedecer e saber auxiliar os Chefes mais graduados.
- de resolver problemas nas mais diversas situações, seja na vida normal da carreira, seja em campanha.

MISSÃO DO CURSO DE ARTILHARIA

Dentro do quadro geral que acabamos de traçar, e de acôrdo com as Diretrizes Gerais da Direção do Ensino, e com o Programa do Corpo de Cadetes podemos situar e enunciar a missão do Curso de Artilharia. Todo cadete deve conhecê-la a fundo:

“Formar o oficial subalterno das unidades que normalmente integram a Artilharia Divisionária, desenvolvendo no candidato a Aspirante a Oficial, qualidades físicas e morais e equipando-o

com aptidões e conhecimentos básicos que o capacitem — após uma complementação de formação através de estágio na tropa — a atuar com eficiência em campanha no âmbito do combate interarmas, no triplice aspecto de executante, condutor de homens e instrutores”.

ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE ARTILHARIA

Os senhores precisam situar-se no organismo de que constituem uma das partes, para bem compreender o mecanismo do funcionamento da instrução, o que lhes permitirá trabalhar ambientados. O Curso está organizado à base de um Grupo de Artilharia de Campanha. Isto foi feito visando, entre várias finalidades, o enquadramento normal dentro das unidades emprêgo e administração da artilharia — o Grupo. Por meio deste enquadramento serão instruídos, em muitos aspectos, por mera indução. Quando chegarem aos corpos de tropa, lá encontrarão um mecanismo semelhante a este.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Para o bom rendimento do esforço que cada um vai despendar durante o corrente ano letivo, cumpre que o Cadete tenha um conhecimento aprofundado não só do programa de instrução, a que será submetido, como também, uma compreensão bem nítida dos elementos que serviram de base para o seu estabelecimento — isto é, fatos que influem na organização e conduta de uma instrução de formação de oficiais.

Já tiveram a oportunidade de realizar um estudo prévio do programa, sob a orientação dos capitães comandante de Bateria. Agora que estão familiarizados com os seus aspectos essenciais, vamos procurar definir o espírito em que se apóia a missão do Curso de Artilharia, e, os fatos que têm influência na conduta da instrução.

Um parêntese. Estou falando a homens que se preparam para *Dirigir*. Lembrem-se que estão freqüentando uma escola de formação de oficiais. Os senhores precisam, desde já, adquirir o hábito de buscar a razão de ser das coisas para que se possam conduzir com eficiência na ação. Dito isto, podemos prosseguir.

DEFINIÇÃO DA PROFISSÃO

A nossa profissão é a guerra.

Apesar de combatermos apenas em períodos limitados de nossa vida de soldados, devemos estabelecer um padrão profissional baseado nesta realidade: *a nossa profissão é a guerra*.

É bem verdade, que em nosso país, o Exército tem também, por finalidade precípua, constituir um dos fatores de aglutinação nacional, de brasilidade, apenas pela ação de presença dos corpos de tropa nas diversas unidades da federação. Mas, só um quadro de oficiais, exclusivamente devotado aos seus deveres específicos, poderá permitir que o Exército cumpra com eficiência essa finalidade.

O essencial é que a nós militares cabe a responsabilidade de saber fazer a guerra. Cada um em seu escalão. Os senhores estão aprendendo na Academia Militar das Agulhas Negras a guerra dos pequenos escalões. Porém, é preciso saber fazer a guerra de acordo com a

época em que se vive, e estar mentalmente preparado para fazer guerra de amanhã. Na verdade, aprenderão processos de combate de acôrdo com meios hoje ditos *convencionais*. Mas, é preciso estar preparado para mudar. E por que?

NOVO IMPACTO SOBRE A PROFISSÃO

Os dois passos mais recentes do domínio do homem sobre a natureza — a era atômica, inaugurada em 1945, e, a era cósmica, inaugurada em 1957 — vieram criar novas condições para nossa profissão, queiramos ou não. Talvez o problema mais premente da atualidade militar, resida no impacto criado, pela existência dos engenhos-foguetes e das armas termonucleares. Isto os senhores, estão acompanhando nos jornais e revistas que lêem diariamente, e, nos noticiários exibidos nos cinemas.

O DESAFIO

A nova geração de Tenentes deve estar preparada para responder a este desafio que constitui, talvez, a principal característica de nosso Exército nos tempos atuais — viver em corpos de tropa de estrutura semicolonial, e, estar preparado para integrar em curto prazo, unidades equipadas com meios modernos.

Isto, entretanto, não lhes será difícil, se penetrarem a fundo nos fundamentos de nossa profissão, e, se lograrem incorporar uma técnica de trabalho pessoal, se conseguirem desenvolver o espírito de pesquisa e uma curiosidade incessante. Num exército moderno, o que define o grau de eficiência de um oficial não é só sua capacidade de saber utilizar determinados meios ou equipamento, e sim, também, sua aptidão para assimilar e a se adaptar a novos equipamentos que possam surgir. Eis a questão a enfrentar. Tudo será fácil, se o instruindo compreender que estas são mudanças na forma, e não na natureza em si do combate que continua a mesma.

A AMAN PREPARA O HOMEM PARA O COMBATE

O cadete sabe que está sendo preparado para o combate.

O que é o Combate? O combate é o domínio, a destruição do inimigo por meio das armas. Quem diz destruição, diz meios. É sabido que os meios de destruição evoluem com o estágio de civilização atingido. É por isso que os processos de combate estão hoje se modificando rapidamente. A ciência aplicada está abrindo novos horizontes em termos de novas armas, novos equipamentos — fatos que não podemos ignorar.

Antes de prosseguirmos nesta análise cabe aqui um esclarecimento.

A REALIDADE BRASILEIRA

Bem sabemos que a situação econômica do Brasil, e, a fase histórica que atravessa, não é possível, e, talvez não seja necessário, aparelhar, no momento, o Exército com tais meios não-convencionais.

Entretanto, constitui nosso dever, como responsável pela formação básica profissional dos senhores, criar e desenvolver em cada um, aptidões e *uma mentalidade*, que permitam assimilar no mais curto prazo possível o desenvolvimento da técnica moderna da guerra.

Feito este esclarecimento podemos prosseguir.

A TÉCNICA E A EVOLUÇÃO DA ARTILHARIA

Para ilustrar a repercussão da tecnologia no combate e a permanência da natureza deste a despeito do progresso científico vamos analisar a evolução da própria arma para a qual os senhores se preparam para serem Tenentes.

No curso de História Militar os senhores tomarão conhecimento da repercussão dessa evolução nos processos de combate. Vamos aqui ver apenas o que diz respeito à evolução da arma de artilharia.

Dissemos ser o objetivo do combate, a Destruição do Inimigo. O problema sempre se resumiu na concentração de poder de destruição sobre o adversário, por forma a quebrar sua vontade de lutar. Este conceito é verdadeiro em qualquer escalão e em qualquer arma. Na artilharia a obtenção de fogos poderosos, densos e profundos, tem sido uma preocupação constante.

Tal concentração de poder de destruição exige e sempre exigiu :

- Reconhecimentos
- Comunicações
- Lançamento de meios de destruição
- Meios de controle
- Suprimentos,

tudo isto, *acionado por um comando com vontade de vencer*. Tudo, naturalmente, em função do estágio atingido pela técnica, na época considerada.

Na organização das unidades básicas de nossa arma — a Bateria e o Grupo — todos estes elementos existem e vêm evoluindo por influência da tecnologia. Vamos estudar, em pormenor, o problema do lançamento dos meios de destruição onde se situa, na verdade, um dos problemas da arma de artilharia.

Processos adotados para o lançamento do poder de destruição

Durante muitas gerações a natureza e o vulto dos meios de destruição e a forma de seu lançamento foram função da Energia Mecânica. A Balista e Catapulta constituem o símbolo do lançamento do poder de destruição pela utilização da energia mecânica.

Com a invenção e utilização da pólvora surgiu a era da aplicação de energia *controlada quimicamente*, ao invés da energia mecânica para o lançamento dos projéteis como agentes de destruição, utilizando-se o canhão como meio auxiliar para obter-se a propulsão do projétil.

O canhão atual representa a síntese de mais de quatro séculos de evolução. A ciência dos balísticos marchou em função do poder disponível para lançar o projétil. A corrida para artilharia de longo alcance tornou-se um objetivo preponderante, pois, trouxe a possibilidade de destruir o inimigo, expondo ao mínimo possível nossas forças à ação do adversário. Na primeira Grande Guerra — 14-18, um alcance de 135 Km foi conseguido pelo Grande Berta; mas, o poder explosivo de sua granada foi demasiadamente pequeno para compensar sua relativa imprecisão. Conseqüentemente, o Grande Berta, que marca o apogeu em busca do alcance do projétil utilizando o tubo raiado, teve um valor prático insignificante.

Portanto, o canhão não era ainda a solução definitiva para o problema do lançamento do poder de destruição.

A NOVA SOLUÇÃO

Procurando um meio mais eficiente para obter o lançamento preciso da força de destruição a maiores distâncias, os cientistas voltaram-se para os Foguetes, cujo uso fôra abandonado em face do prestígio do canhão, e, devido a incapacidade com os processos conhecidos na época, de obter potência e precisão com os foguetes.

Com o avanço do conhecimento no setor dos propelentes, no controle do ritmo da combustão, foi possível trazer o foguete, o projétil dirigido, para o campo da realidade em busca de maiores alcances e maior potência de destruição.

Entre a era do canhão e a era dos balísticos em que estamos vivendo, a aviação de bombardeio, tornou-se um estágio intermediário no sistema de lançamento de projéteis a longa distância e de grande potência. Dissemos ser um estágio intermediário. Sim, em busca do alcance, o homem passou a utilizar o avião como meio de transporte do poder de destruição — no caso as bombas. Entretanto, resolvido o problema de alcances intercontinentais utilizados no próprio projétil o meio de propulsão, a aviação de bombardeio estratégica tornou-se de existência discutível.

Até aqui fizemos uma análise apenas no setor ligado às formas de lançamento do projétil. Vejamos, resumidamente, o que passou com o poder de destruição em si.

O PODER DE DESTRUIÇÃO

No que tange ao poder de destruição podemos citar por ordem de aparecimento cronológico:

- a pedra
- o "tijolo quente"
- o explosivo químico com efeito de estilhaços, sôpro, e incendiário, ou agentes químicos
- carga atômica ou termonuclear com seus três efeitos:
 - sôpro
 - calor
 - radioatividade.

POR QUE ESTA ANALISE

Ao apresentar esta análise não tive a intenção de considerar os balísticos como um fim em si.

Meu objetivo foi bem caracterizar para os cadetes:

- 1º — A evolução de nossa arma, face a evolução da técnica; nesta evolução há uma constante — o projétil como meio de destruição a longa distância — variando apenas a forma de lançamento e a natureza do estágio alcançado pela ciência aplicada.
- 2º — Traçar o perfil da carreira militar como profissão, e, o perfil da época em que os senhores farão carreira. Dois elementos intimamente ligados — a profissão e a época em que viverão. A fim de traçar este perfil, falamos no combate como razão de ser de nossa profissão, focalizamos a repercussão da ciência na natureza dos meios de destruição, e a constância da natureza do combate em si. Eis porque o Programa foi estabelecido le-

vando em conta os instrumentos que compõem o combate: o Homem, o Material e o Terreno, não só, tomados isoladamente, como também, nas suas combinações mais complexas.

Para completar este perfil cumpre chamar a atenção dos cadetes que serão oficiais num Brasil, em nova fase. Um Brasil que está perdendo rapidamente a sua estrutura de país subdesenvolvido. Estamos nos industrializando a passos gigantescos. Industrialização essa que atinge em *cheio* todos os setores da vida nacional, criando novas necessidades, nova mentalidade — exigindo um novo tipo de oficial para o nosso exército.

O HOMEM É O PRINCIPAL INSTRUMENTO DA GUERRA

Entretanto, quero alertá-los para um ponto essencial. A despeito da enorme importância dos meios materiais utilizados para destruir o inimigo, a **ENERGIA HUMANA** — aqui incluídas as **FORÇAS MORAIS**, é, e continuará a ser, o **PRINCIPAL FATOR NO COMBATE**, e, a extraordinária transformação por que está passando a guerra, pelo fato, de tornar-se cada vez mais técnica, aumentou o valor do soldado, e, especialmente dos Comandantes de Pequenos Escalões.

É por isso que o Manual C 22-10 estabelece o seguinte conceito, transcrito na 1ª página de nosso Programa de Instrução :

“o homem é o principal instrumento da guerra. Outros instrumentos podem variar, novas armas aparecer, novos processos de combate surgir; mas — o homem — instrumento primordial, permanece constante”.

Em última análise, não há substituto para o Combatente. Todo o equipamento, que a ciência vier colocar em nossas mãos, de nada valerá, se não for acionado por indivíduos que sabem o que querem, que possuam um ideal a atingir.

Há aqui dois aspectos a considerar. Inicialmente tomando-se o indivíduo isoladamente; neste aspecto dois requisitos são dele exigidos como combatente — energia física e energia moral. O segundo aspecto a se levar em conta é o da posição do homem face ao grupo que integra. Isto implica em relações entre o CHEFE e os subordinados, e, vice-versa.

Surge aí o problema das relações e do comportamento humano. É neste setor que se localiza a questão da CHEFIA. O Manual C 22-10 esgota o assunto. Tenham este Manual como guia. Dissemos, no início desta palestra, que os senhores estão sendo treinados para ser *Comandantes de pequenas unidades ou fração de tropa*. Isto implica no estudo da natureza humana.

Todo homem que possui inteligência pode fazer funcionar uma máquina, bem construída; porém é preciso muito maior capacidade para fazer funcionar com **SUCESSO** a máquina humana. A CHEFIA exige uma atitude mental permanente em direção ao homem com que lidamos; quem é ele, qual o seu mundo interior, suas aspirações.

Poderia parecer que estou me dirigindo a cadetes numa linguagem talvez, um pouco elevada. Mas isto não acontece. Falo a indivíduos que dentro de 12 meses (alunos do 3º ano) e de 24 meses (alunos do 2º ano) estarão sendo desafiados nos quartéis por questões de liderança, dirigindo homens às vezes de mais idade e com maior experiência social. Portanto, é preciso criar nos senhores, desde já, uma atitude mental para a Chefia e um ambiente favorável a meditação das responsabilidades que estão assumindo consigo próprio.

Por outro lado, uma subunidade de cadetes deve ter bem presente os quatro traços característicos de uma tropa pronta para o combate — DISCIPLINA, O MORAL, O ESPÍRITO DE CORPO e o GRAU de EFICIÊNCIA. O Manual já referido conceitua cada um destes aspectos. Durante os trabalhos de instrução haverá oportunidade para a plicá-los em toda a sua plenitude.

A DISCIPLINA

Agora vamos apenas tratar do primeiro — A DISCIPLINA.

Vejamus sua definição :

"A disciplina militar é o estado de ordem e obediência existente numa unidade. Implica na subordinação da vontade do indivíduo em benefício do conjunto".

Numa Escola de FORMAÇÃO DE OFICIAIS é nestes termos que devemos conceituar DISCIPLINA, "É a subordinação da vontade do indivíduo em benefício do conjunto".

Está, aí, também, definida a relação entre o indivíduo e a autoridade.

A autoridade está aparelhada com diversos dispositivos legais para induzir o indivíduo à disciplina, visando o interesse da coletividade. Entretanto, estamos numa Escola de Formação de Oficiais, onde deve predominar o sentimento de honra. O dia em que o Comandante de Bateria fôr levado a utilizar um desses Regulamento que a lei autoriza, para chamar um cadete ao cumprimento do dever, será um indício indiscutível, de que o cadete em questão, está fracassado no seu *autotreinamento* para CHEFE MILITAR. Cometer uma falta para um cadete, significa, sem dúvida, ausência de *autocrítica* em grau suficiente para evitar a transgressão, ou, *carência* de *energia moral* para subordinar sua vontade, em benefício do conjunto.

Neste momento, estou definindo responsabilidades em termos elevados porque parte da premissa de que me dirijo a indivíduos que já devem possuir características peculiares ao homem na fase da maturidade. O indivíduo que tem alta compreensão das relações humanas, da necessidade da existência da autoridade limitando o raio de ação da liberdade individual, não necessita consultar um RDE para pautar ou policiar suas próprias atitudes. Quem se destina a dirigir homens, deve possuir, ou deve desenvolver em si uma força interior capaz de lhe proporcionar autodomínio, e uma autocrítica capaz de discernir o que convém, relativamente aos compromissos que assumiu face à carreira que voluntariamente escolheu.

FUNDAMENTOS DA CARREIRA MILITAR

Eis pois, cadetes, a tarefa em que todos nós estamos empenhados, os senhores e nós instrutores. LANÇAR OS FUNDAMENTOS DA CARREIRA DOS CHEFES MILITARES DE AMANHÃ.

Notem bem, falamos aqui de CARREIRA. Nosso esforço é no sentido de lançar os fundamentos, as bases de uma carreira de longo curso, 20, 30, 40 anos ajustada às características próprias da época em que os senhores viverão. Tudo, em oposição a termos de tarefas a curto prazo, de propósitos imediatos. Se a nossa missão fôsse apenas fazer tenentes de artilharia, visando exclusivamente seu emprêgo imediato na tropa ou em combate, como os meios existentes, outra deveria ser a nossa orientação. E disso temos convicção. Convicção esta que

se apóia no espírito do Regulamento da AMAN. Nós estamos aqui trabalhando para estabelecer as bases de uma carreira militar, e, colocá-los em condições de desempenhar de início, as atribuições próprias dos oficiais subalternos. Em síntese — fornecer-lhes as **CHAVES COM QUE DEVERÃO ABRIR A PORTA DE SUA VIDA DE OFICIAL**, conforme expressão do Sr. Cel. Cmt. da AMAN, em sua Nota de Serviço n. 3 de 7 Fev.

Para isso, cumpre despertar no cadete qualidades e aptidões que são comuns ao SOLDADO, em toda sua vida militar, qualquer que seja seu posto ou graduação. Qualidades e aptidões cuja permanência independe da própria evolução dos conhecimentos humanos, da modificação dos processos de combate, isto é criar e desenvolver nos senhores, qualidades e aptidões que os possibilitem a dominar com facilidade e mutabilidade das coisas materiais, nesta era da evolução gigantesca.

Criar e desenvolver em cada um, uma fé bem fundada e duradoura na permanência da carreira das armas, como *profissão*, que os sustente ante a avalanche de novos conceitos de vida e do progresso da ciência, que se faz hoje, em termos revolucionários.

CONCLUSÃO

No decorrer desta palestra procuramos dar uma compreensão das idéias que nortearão nossas atividades no ano letivo que ora se inicia.

Definimos responsabilidades; fixamos objetivos.

Em nossas preocupações levamos em conta, também, a época em que vivemos e os tremendos impactos que cria, ou pode criar, na carreira das armas.

Estamos atravessando um período da civilização em que um dos elementos do combate — O MATERIAL — evolui com rapidez espantosa. O que é atual agora, pode ser obsoleto amanhã.

As armas termonucleares, a propulsão a jato e os projetis dirigidos, apenas começam a invadir o domínio militar. Não queremos que os senhores sejam surpreendidos. Não estamos aqui preparando oficiais para uma guerra que já passou.

O Curso de Artilharia levando em conta estes fatores, que de maneira alguma podem ser ignorados, insiste em dizer que não está preparando oficiais subalternos exclusivamente para grupos de artilharia dotados de material 75, 105 ou 155. A ACADEMIA, e mais especificamente o CURSO, prepara o combatente da arma com possibilidades bastante para, mediante um período de adaptação, saber utilizar os novos engenhos de guerra, que a ciência puser à disposição dos militares.

E como pretendemos conseguir isso?

Eis a resposta, guardem-na bem:

"INSTRUÇÃO é um meio para o preparo do Chefe dos pequenos escalões, o comandante de tropa, isto é, visa preparar o homem para ação, independente do material que utiliza ou venha utilizar. Para isto, a instrução é conduzida de modo a:

- desenvolver energias físicas e morais.
- criar e desenvolver o espírito combativo e de iniciativa.

- ampliar a inteligência, não no sentido de conhecimentos acumulados, mas sim, como capacidade para adaptar-se a novas situações e a fazer face a problemas impostos.
- criar o hábito do trabalho em equipe”.

(Do Manual Básico de Instrução).

Este conceito se fundamenta, como é evidente, neste princípio — o HOMEM é o principal instrumento da guerra. Outros instrumentos podem variar, novas armas aparecer, novos processos de combate surgir; mas — o homem — instrumento primordial, permanece constante — C 22-10.

Nossa tarefa é, pois, produzir, executantes e dirigentes de visão larga. Homens capazes de executar corretamente os pequenos atos da vida militar — uma apresentação pessoal; saber fiscalizar uma limpeza de cavalaria; saber colocar um macacão e localizar uma pane numa viatura; saber instruir um apontador numa peça ou um operador de Central de Tiro; saber zelar pelos bens da Fazenda Nacional que estiverem a seu cargo.

Mas também, que sejam capazes de se situar nas questões que exijam uma compreensão dos aspectos humanos e de Chefia, e, do estágio de civilização que estamos vivendo e capaz de *evoluir* em bases seguras. Torna-se evidente que o problema não é só de instrução, mas também, de educação.

Como atingir este resultado? Será trabalho dos cadetes ou nosso? Mais dos senhores do que dos instrutores. A nós cabe orientar, despertar, traçar o roteiro do desenvolvimento de cada um, corrigir seus desvios. Entretanto, a principal tarefa é do próprio instruindo. Nada substitui o esforço pessoal, através do estudo e da autocritica para corrigir seus defeitos.

É tempo para finalizar esta sessão de instrução. Falei numa linguagem destinada a indivíduos que freqüentam uma escola de formação de oficiais de carreira. Um bom sargento de artilharia, ou um Tenente oriundo de um CPOR, sabe também, instruir um apontador, formar um feixe, ler a alça na TGT. O que distingue um sargento ou um Tenente da reserva, de um Tenente de carreira, é outra coisa. É a *mística própria de uma classe de dirigentes*. Foi isto que procurei definir nesta palestra, estabelecendo conceitos, finalidades, objetivos a atingir e definindo responsabilidades. Pontos estes, que serão aplicados durante todo o ano letivo.

De tudo que foi dito, quero que os senhores retenham como essencial, a obrigação de conservar o espírito das gerações militares que lhes antecederam na carreira — na guerra da fixação e consolidação de nossas fronteiras terrestres; nas lutas para assegurar a coesão e a integridade do Brasil; na campanha da ITÁLIA, e, agora, neste momento, nas terras áridas, do Oriente Médio, em missão imposta pelas Nações Unidas.

Quero referir-me ao cumprimento do DEVER PROFISSIONAL. E ligado à noção de Dever está o conceito de Honra Militar e Disciplina. DISCIPLINA é chave. Não há soldado sem disciplina. Mas a disciplina é correta quando brota de impulso interior, com base num ideal a atingir.

Os senhores têm este ideal.

SER CHEFE MILITAR.

Na zona cacauzeira da Bahia, a poda do cacauzeiro é praticada, em grande parte, do mês de setembro ao mês de dezembro de cada ano, ou de dois em dois anos quando se trata de cacauais já beneficiados; o desbrotamento é feito, no decorrer da safra, por ocasião das colheitas. Normalmente o cacau apresenta duas "colhas" (como se diz na região): a do "temporão", de abril-maio a agosto, e a da safra propriamente dita, de setembro a dezembro-janeiro. ("Ipiáu" monografia do IBGE).

* *

A comunicação com os mercados externos continua sendo um dos problemas vitais do Território Federal de Rondônia. A sua via de acesso e de escoamento é uma conjugação dos rios Madeira e Amazonas com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Existem seis portos fluviais em utilização. O movimento anual de entradas é de 300 navios, com 18 mil toneladas de registro. Estradas de rodagem, escassas; no entanto, já se dispõe de 246 quilômetros, sendo 185 de rodovias federais. O plano rodoviário nacional prevê a ligação direta de Porto Velho a Cuaibá. Há três aeroportos no Território. ("Flagrantes Brasileiros", IBGE).

* *

Não são mais os baianos, mas agora os mineiros, que estão contribuindo com o principal contingente migratório que supre de mão-de-obra o desenvolvimento econômico de São Paulo. Até 1956, segundo informa o IBGE, a Bahia liderava as estatísticas dos trabalhadores procedentes de outros Estados, em trânsito pela hospedaria especializada mantida na Capital bandeirante. Em 1957, os migrantes vindos de Minas Gerais (11.251) passaram ao primeiro lugar, ficando os da Bahia em segundo (10.071).

* *

Até 1950, os mineiros formavam o maior bloco brasileiro de naturais de uma Unidade. Nesse Recenseamento, somavam 8.836.270, contra 7.867.588 paulistas natos, 5.112.440 baianos natos e 4.245.121 gaúchos natos. Do total de mineiros natos, 1.367.239 estavam ausentes do Estado de origem, ou seja, quase a sexta parte. (IBGE).

PRÊMIO NOBEL DA PAZ DE 1958

Frei Paul Denis, da Ordem dos Dominicanos, dias passados, reuniu no Consulado da Bélgica, em S. Paulo, a imprensa daquela capital a fim de falar sobre a vida e a obra do Padre Pire ao qual foi, recentemente, conferido o Prêmio Nobel da Paz.

Falando sobre a formação do Padre Pire, do qual é íntimo amigo e colaborador, Frei Denis relatou que ingressando na Ordem em 1929, o conhecido religioso belga veio a terminar os seus estudos em 1937. Posteriormente criou em LOUVAIN uma primeira organização: a "Entr'Aide Familiale" que se irradiou rapidamente pela Bélgica: seus objetivos eram ajudar as donas de casa que não podiam cuidar dos afazeres domésticos e auxiliar pessoas em dificuldades econômicas promovendo para tanto campanha de fundos.

Com a ocupação alemã os padres dominicanos participaram da Resistência criando em seu convento um centro de informações ligado ao "Intelligence Service". À testa do grupo encontrava-se o Padre Pire que, graças à sua habilidade conseguiu manter-se em liberdade durante a ocupação. Quatorze membros da Ordem foram, no entanto, presos pela "Gestapo".

Terminada a guerra surgiram problemas difíceis relacionados com o abastecimento das popula-

ções. Novamente o Padre Pire demonstrou sua capacidade de trabalho e organização criando grupos de socorro em todos os centros populosos de seu país.

Todavia, problema mais grave surgiria dentro em pouco — o dos deslocados; dos diversos países situados atrás da Cortina de Ferro uma onda humana de cerca de dez milhões de pessoas se deslocou, procurando refúgio na parte ocidental do Velho Continente. Países como a Alemanha, Áustria e Itália tiveram que acolher estes refugiados políticos que foram levados para campos onde, embora recebam alimentação e abrigo, passaram a constituir um grave problema social. Realmente, como se encontravam sem trabalho, isolados do meio, sem responsabilidades definidas, os deslocados demonstravam fenômenos psíquicos e morais anormais ou seja o chamado "complexo de gueto".

Os governos e a própria ONU que os abrigava nada mais podiam fazer, senão cuidar da sua manutenção e de promover a seleção das pessoas aptas que foram enviadas (num total de 250.000) para diversos países entre os quais o Brasil. Restavam os economicamente inaproveitáveis, os velhos e os doentes e também as crianças que iam nascendo em meio ao desespero dos pais. Assistindo à conferência de um oficial norte-ameri-

cano sobre a situação dos deslocados o Padre Pire não se conteve e se lançou ao trabalho de recuperação dos deslocados que resultaria no grande movimento da "Europa do Coração".

Sob a orientação do Padre Pire cuidou-se da busca de novos lares para os habitantes dos "Campos"; iniciou-se intensa correspondência cuidada por 400 tradutores. O resultado foi animador: em 28 países ocidentais, 14 mil pessoas ou famílias se ofereceram para abrigar pessoas deslocadas. Quatro cas-

telos belgas foram postos à disposição do Padre Pire pelos seus proprietários. Nêles residem hoje os refugiados mais desafortunados.

Finalmente, chegou-se à última etapa da obra do grande dominicano; em vários países europeus (Bélgica, Alemanha, Suíça e Itália) surgiram as "Aldeias Européias", fórmula ideal encontrada pelo Padre Pire para a reintegração dos deslocados na sociedade e que a constitui ao mesmo tempo uma importante obra a bem da fraternidade e da paz.

* * *

CANDIDATOS À ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

A DEFESA NACIONAL, procurando cooperar com numerosos assinantes, apresentará, a partir do próximo número, uma nova Seção dedicada aos candidatos à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Coordenará a "Seção do Candidato à ECEME" o Major Octavio Tosta e cooperarão na mesma oficiais da competência do General R-1 Flamarion Barreto Lima, Coronel Golbery do Couto e Silva, Tenentes-Coronéis Ayrton Salgueiro de Freitas, Milton Barbosa, Abelardo Raul de Lemos Lobo, Osvaldo de Frias Villar, Hugo de Andrade Abreu, Gentil Marcondes Filho, Celso Meyer e Amerino Raposo.

SAARA : LUTA PELO PETRÓLEO

GUERRA DAS GRANDES POTÊNCIAS NAS AREIAS DO GRANDE DESERTO

Com a queda do governo Gailard, entrou numa fase totalmente nova uma das maiores e mais arriscadas batalhas na história francesa, sobretudo na história da sua evolução econômica. Está em curso uma guerra a todo o transe travada sob o signo do dólar; a guerra das grandes potências do petróleo que olham cobiçosas para o Saara e para os tesouros que ele encerra.

Sabe-se que no Saara existem depósitos de platina, diamantes, níquel, cobre, ferro e, sobretudo, petróleo. Como simultaneamente se está travando outra batalha renhida, mas a um nível totalmente diferente, em torno do petróleo da Arábia, os magnatas do petróleo procuram agora chamar a si as ações do petróleo do Saara. Do ponto de vista econômico, trata-se, de fato, de uma luta de vida ou de morte.

TODO UM DESERTO SEMEADO DE ÁRVORES DE NATAL

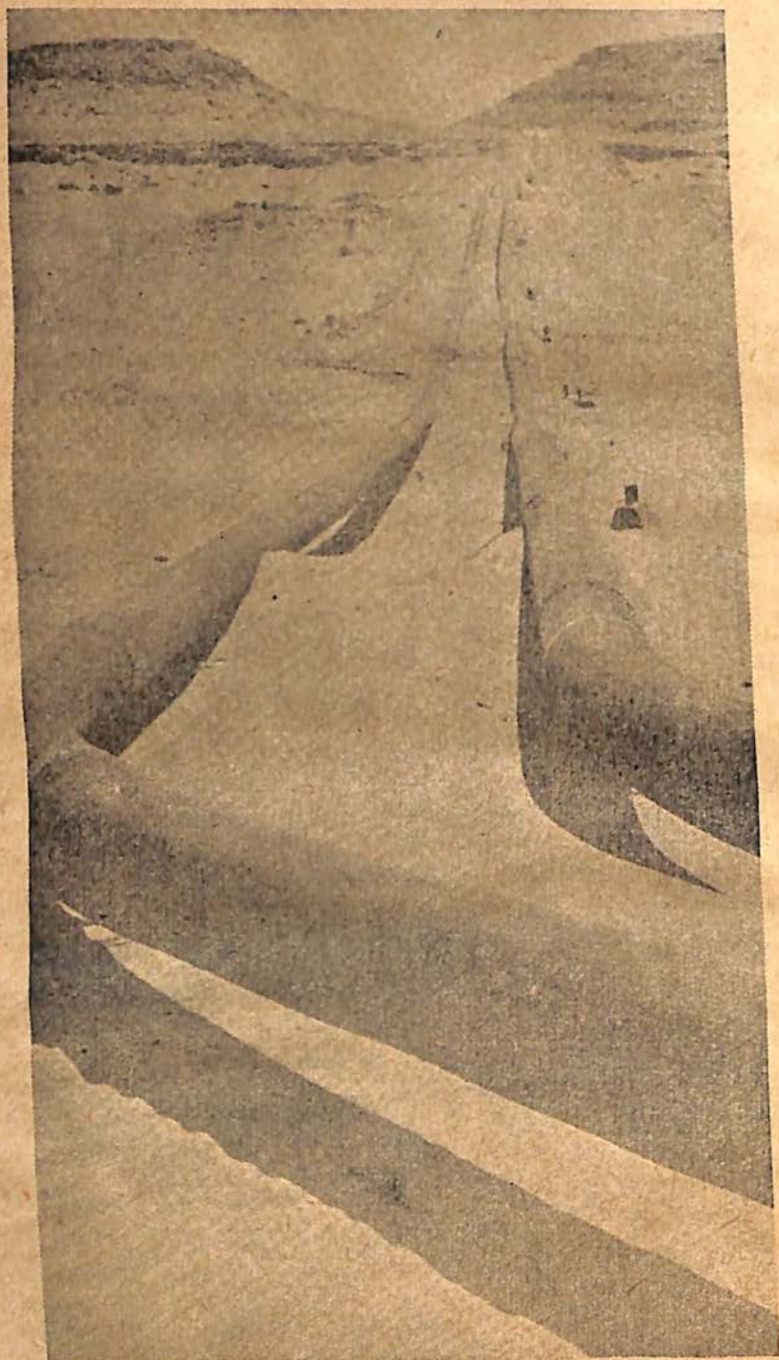
Quando há mais de trinta anos um grupo de geólogos, após minuciosos estudos levados a cabo no gigantesco deserto do Saara, decidiu encetar a pesquisa de tesouros minerais e também de petróleo, souou uma gargalhada geral nos círculos técnicos. Sem se deixarem impressionar, estes homens juntaram todo o dinheiro que puderam e deitaram aventureiramente mãos à tarefa de percorrer e estudar aquela região sem vida — um mundo de areia e de montanhas constituídas unicamente por rochedos, sete milhões de quilômetros de deserto sem água nem vegetação.

É que, se atentarmos melhor, o Saara atravessa todo o continente africano até ao Mar Vermelho. Oásis grandes e pequenos, que aqui e além se encontram perdidos num mar de areia e de rochas, interrompem este oceano amarelo sem fim cujas estradas de caravanas são assinaladas pelos esqueletos dos camelos e animais de tiro que morrem pelo caminho, bem como pelas carroças arruinadas de caminhões que por ali ficaram.

Para sermos exatos, só depois da Segunda Guerra Mundial é que se começou, realmente, a estudar o Saara, em busca dos indícios que os fantasistas de ontem tinham assinalado ao afirmarem que este enorme deserto constituía um verdadeiro oceano de inestimáveis tesouros, que aguardavam apenas que os levantassem.

Durante os movimentos de tropas, agentes secretos e caravanas misteriosas que, durante a Segunda Guerra Mundial, atravessaram o continente africano, havia-se deparado muitas vezes com vestígios que confirmavam justamente aquilo que os aventureiros de outrora tinham dito.

Dentro de poucos anos depois do segundo conflito descobriram-se os grandes depósitos de carvão de Colomb-Bechar, as fontes de gás natural dos Montes Djebel, e, no noroeste do Saara, os gigantes jazigos de ferro, cobre, chumbo e manganês. A grande surpresa começou, porém, quando em Hoggar, até ali considerado uma monótona paisagem lunar, se descobriu, além de urânio e volfrâmio, também estanho e até diamantes.



UM MUNDO DE AREIA E DE PETRÓLEO

E em 1956 descobriu-se petróleo, ao proceder-se a certas sondagens! As melhores jazidas de petróleo descobertas na zona francesa encontram-se junto a Hassi Messaud, no norte do Saara, na região de Edjele, não muito longe da fronteira da Líbia.

É claro que os técnicos sabiam que há muito mais petróleo ali do que aquele que semelhantes jazidas poderiam revelar, e logo começou a travar-se luta nos bastidores em torno dos direitos de sondagem. Os geólogos, entretanto, contentam-se em afirmar que, por baixo do Saara, existe provavelmente um lençol de petróleo de pelo menos trezentos milhões de toneladas, e provavelmente dois a três bilhões de toneladas. De fato, logo em 1957, foi possível extrair 1,7 milhões de toneladas de petróleo; rapidamente procedeu-se à construção de um "pipeline" de Hassi Messaud ao Mediterrâneo, permitindo o embarque do produto da Argélia. Também se planeja um outro "pipeline" de Edjel a Trípoli, na Líbia.

Os trabalhos de sondagem, entretanto, prosseguem e, ao atravessar-se de avião este deserto silencioso, confirma-se o que dizem os entendidos — todo o Saara está cheio de "Árvores de Natal".

"Árvores de Natal" quer dizer, na gíria do ofício, a aparelhagem preparatória que é montada depois da sondagem e descoberta de um lençol de petróleo, isto é, um sistema de tubos que parecem ramos de uma Árvore de Natal. Basta abrir os tubos com uma chave própria para a pressão que neles reina impelir o petróleo para a superfície, podendo ser assim extraído.

"SOMOS DA GULF OIL"

Estas "Árvores de Natal" pertencem, porém, a diversas sociedades e respectivos acionistas: é aí que se trava uma luta de vida ou de morte em torno dos dó-

lares e da demarcação de áreas de exploração.

Há muito tempo, a Assembléia Nacional francesa aprovou uma lei que autorizava a constituição de um aglomerado de territórios no Saara visando a repartir os recursos naturais do deserto. Essa divisão torna-se necessária, pois tanto a Argélia quanto a África Ocidental e a África Equatorial se prolongam pelo Saara adentro.

Na Argélia, os felas lutam pela independência. Na África Ocidental, Marrocos procura fundir-se com a Mauritânia pelo que diz respeito à política econômica do petróleo e outros produtos em relação às grandes potências. Num instante surgiram quarenta companhias francesas, todas elas empenhadas na pesquisa do petróleo; mas, por detrás dessas companhias estão os grandes bancos, os Rothschilds, os irmãos Lazart, a Casa de Worms e o Banco de Paris.

Os americanos têm seguido com certo interesse tudo quanto os franceses andam a fazer no Saara; mas só se interessaram verdadeiramente quando o Departamento de Estado declarou que, talvez um dia, um certo Gamal Abdel Nasser, no Egito, fôsse tão rico e tão poderoso que pudesse, de um momento para o outro, com uma simples ordem, cortar para todo o Ocidente, para toda a Europa Ocidental, o fornecimento de petróleo oriundo do Próximo Oriente, tirando assim ao petróleo da Arábia e seus subprodutos o interesse que agora têm.

Foi então que surgiram em cena no Saara grandes companhias independentes americanas que não pertenciam à Standard Oil, isto é, ao grupo Rockefeller, nem a qualquer das grandes organizações que arranjaram "um lugar ao sol" no Saara. A Gulf Oil, a Pan-American e a Canadian Daily entenderam-se a fim de adquirir às companhias petrolíferas francesas — que, entretanto, tinham perdido o fôlego — as respectivas

ações, anulando, assim, as disposições do governo francês, mercê das quais não se deveria fazer aos americanos quaisquer concessões no tocante à exploração do Saara.

Também a famosa Caltex (Califórnia-Texas Oil Company) conseguiu penetrar na arena do petróleo do Saara. Diz-se, até, em Paris, que os americanos exigiram sistematicamente uma desvalorização do franco francês para assim deprimirem o seu curso, apertarem o pescoço a certas companhias e então, como salvadores providenciais, entrarem em cena e adquirirem as respectivas ações.

Em fevereiro tinha-se chegado ao ponto de se entabularem negociações em Paris entre a Standard Oil, de New Jersey (Rockefeller), e a Sociedade Francesa de Petróleo. Os americanos já estão a manobrar para ocupar a posição que desejam, que certos contratos sobre direitos de exploração de companhias francesas caducaram, sem que estas estivessem em condições de renovar as suas concessões.

Simultaneamente, também certos círculos da Alemanha Ocidental interessados no petróleo procuraram intervir na exploração do Saara. De momento, a situação é que, perante a atual organização econômica da França, as gigantescas sociedades americanas têm a faca e o queijo na mão, detendo a maioria das ações. Em começos de março, René Coty, o presidente francês, assinou as primeiras cinco grandes concessões oficiais a companhias americanas e inglesas.

Os observadores diplomáticos aguardam apenas que no Saara se entre, de um dia para o outro, numa nova e mais decisiva fase nesta grande batalha político-econômica. Já se vai reconhecendo que todo o conflito norte-americano nada mais é do que uma luta surda em torno do petróleo do Saara, pela qual morrem homens, mulheres e crianças na Argélia, enquanto as "Árvores de Natal" no Saara se vão multiplicando...

(O Observador — Julho — 1958)

* * *

CAPITÃO

A DEFESA NACIONAL propõe-se a auxiliá-lo por ocasião de seu ingresso na ECEME. Seja nosso assinante dependendo a quantia de Cr\$ 100,00 anualmente.

Procure, hoje mesmo, nosso representante em sua Unidade.

BRASILIANAS

● Conjuntura industrial

Em 1957, a produção industrial no Brasil continuou a expandir-se, contrariamente à tendência verificada nos mais adiantados países do Ocidente. Embora o ritmo dessa expansão não tenha sido tão elevado quanto em outros períodos, a taxa de crescimento manteve-se em nível superior a 3% para o conjunto da indústria e em cerca de 0,6% para a indústria de transformação, de acordo com os cálculos do Conselho Nacional de Economia.

Os dados globais da atividade da indústria nos países ocidentais acusam um declínio de 4%, entre os primeiros trimestres de 1958 e de 1957. Segundo os analistas das Nações Unidas ("Boletim Mensal de Estatística", de agosto passado), foi mais acentuada a redução no setor das indústrias manufatureiras (5%), por influência da queda na produção de metais comuns (17%) e na de artefatos de metais (6%). No setor das indústrias extrativas, a contração não excedeu de 3%, para a qual contribuíram os recuos na produção de carvão e petróleo bruto.

A queda nos índices industriais do mundo ocidental foi resultante, principalmente, do declínio de 11% verificado nos Estados Unidos. A situação na Europa apresentou-se mais favorável, tendo a produção industrial crescido de 3%. E na América Latina, os dados disponíveis, ainda incompletos, revelam o incremento conjunto de pelo menos 1%, apesar da baixa de 7%, na produção extrativa. É de destacar que, no período examinado, a atividade das indústrias de transformação

latino-americanas registrou o aumento de 4%, que não se considera inferior aos anteriores.

● Consumo de café nos Estados Unidos

Os consumidores norte-americanos preferem o café a qualquer outra bebida não-alcoólica, incluindo-se nesta categoria os refrigerantes de marcas populares. De acordo com os resultados de uma pesquisa sobre os hábitos e despesas alimentares, realizada nos Estados Unidos em 1955, as bebidas não-alcoólicas representam entre 5 e 6% dos gastos com alimentação e a quantia despendida com o café corresponde a cerca de duas terças partes das despesas domésticas com aquela categoria de bebidas. No ano desse inquérito, o consumo "per capita" no país vizinho foi de cerca de 7,5 quilos e o preço médio do quilo, no varejo, de aproximadamente 2 dólares, o que quer dizer que cada cidadão gastou com café 15 dólares, em 1955.

Entre 1922 e 1937 o consumo por pessoa de 15 anos e mais de idade variou desde o mínimo de 17 até o máximo de 18,7 libras-pêso, enquanto que os preços variavam desde o mínimo de 24,3 cents até o máximo de 50,4 cents por libra. Vê-se que a oscilação do consumo não acompanhou de perto a oscilação dos preços, tanto assim que enquanto a distância entre os extremos foi, na primeira, de 10%, na segunda foi de 107%. De 1938 a 1957, os preços se elasteceram muito mais do que o consumo, indo os primeiros desde 21,2 cents até 110,8 cents por libra, sem que o segundo flutuasse além de 16,2 a 26,1 libras-pêso.

Esses elementos, colhidos de um estudo divulgado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos ("Agricultural Economics Research", julho de 1958) permitem ainda observar que, a longo prazo, os movimentos dos preços no varejo não exerceram forte influência direta nas modificações das cotas do consumo. Assim, no decênio 1922-1931 a média de consumo individual (pessoas de 15 anos e mais) foi de 17,4 libras e o preço médio de 43,2 cents; no decênio 1932-1941, o consumo apenas subiu a 18,9 libras (mais 8,6%), enquanto o preço médio baixou a 24,9 cents (menos 42,4%); no decênio 1942-1951, a média do consumo se elevou a 21,7 libras (mais 14,8%) e o preço saltou para 47,3 cents (mais 90%) e, por fim, no sexênio 1952-1957, a média do consumo manteve-se em leve ascensão (22 libras ou mais 1,4%), tendo o preço sofrido sua maior alta (94,7 cents por libra-pêso, em média, ou mais 100,2%).

● Agricultura de exportação

O café, o algodão e o cacau, que chegaram a representar 77% do valor das exportações brasileiras em 1950, e que nesse ano contribuíram com cerca de um terço do valor da produção agrícola nacional, apenas ocupavam, por ocasião do recenseamento realizado pelo IBGE àquela época, aproximadamente uma quinta parte da mão-de-obra rural: dedicavam-se à cultura do café 1.207.720 pessoas, à do algodão 422.908 pessoas e à do cacau 105.238 pessoas.

Combinando-se as apurações do Censo Demográfico com as do Censo Agrícola, ressalvadas as diferenças técnicas entre os mesmos, pode-se ter uma idéia mais ou menos aproximada da produtividade do trabalho naquelas três culturas. A produção média por pessoa ocupada teria sido de 1.394 quilos na cultura do cacau, de 1.616 quilos na de café e de 1.820 quilos na de algodão. Ao fazer a

conversão dessas quantidades em unidades de valor, aos preços de exportação vigentes no ano em referência, verifica-se que a maior produtividade média por pessoa ocupada foi obtida nos estabelecimentos cafeicultores (Cr\$. 28.880,00), seguindo-se a dos cotonicultores (Cr\$ 27.347,00) e a dos cacauicultores (Cr\$. 15.268,00). É de notar, para simples confronto, que em igual data, no conjunto da indústria, a produção média por pessoa ocupada se elevou a Cr\$ 77.883,00.

Relativamente à área cultivada, e de acordo ainda com a conjugação dos dados censitários, a cultura cafeeira é a que revela maior emprego de trabalho humano. Enquanto no cultivo do algodão havia uma pessoa ocupada por 4,82 hectares, e no do cacau uma pessoa por 2,88 hectares, essa proporção desce no cultivo do café a uma pessoa ocupada para 2,04 hectares. Mas, uma vez calculada em dinheiro, a produtividade por unidade de área cultivada segue um comportamento semelhante ao da produtividade por homem: no café, Cr\$ 14.153,00 por hectare, no algodão Cr\$. 5.680,00 e no cacau Cr\$ 5.301,00 por hectare, aos preços de exportação do ano de 1950.

● Produção de veículos a motor no ano de 1957

Empresas	Unidades
Fábrica Nacional de Motores	3.960
Willys-Overland do Brasil ..	6.000
Mercedes Benz do Brasil	6.000
Vemag	4.500
Romi-Isetta	1.200
TOTAL	21.660

● Soja: 120.000 toneladas

Nossa colheita de feijão soja, em 1957, alcançou o expressivo quantitativo de 120.000 toneladas, das quais 110.000 produzidas pelo Rio Grande do Sul. A soja é uma cultura de grandes possibilidades

em nosso país e a intensificação da produção, sobretudo em regiões como a nordestina (onde Pernambuco já aparece com quase 2.000 hectares de plantio e safra de 1,5 milhares de toneladas), só nos poderá trazer bons resultados, quer no mercado interno quer no externo. De resto, nossas exportações de soja têm sido apreciáveis: 110.000 toneladas em 1955/1957, totalizando 12 milhões de dólares.

O levantamento oficial da produção de feijão soja no Brasil somente começou a ser feito a partir de 1952, quando o "Anuário estatístico" do IBGE registrou 78.000 toneladas; nesse ano, a área de cultivo já se media por 60.000 hectares. Entre 1952 e 1957, a produção cresceu de aproximadamente 50%, ao passo que a área de plantio experimentou incremento mais acentuado (60%). O Rio Grande do Sul é o nosso principal centro sojicultor (85.000 hectares), seguido do Paraná (5.000 ha), São Paulo, Santa Catarina (ambos pouco mais de 2.000 ha) e Pernambuco.

A importância do feijão soja na economia mundial pode avaliar-se pela área de cultivo que lhe é destinada: cerca de 20 milhões de hectares (mais de 20% do total da área ocupada pelas oleaginosas, em que se inclui). As áreas mais extensas encontram-se na China (acima de 10 milhões de hectares) e nos Estados Unidos (8 milhões de hectares). Áreas de vulto médio surgem no Japão, na URSS, na Indonésia e Coreia do Sul. As colheitas da China e dos Estados Unidos têm sido superiores a 10 milhões anuais; nos demais países, as safras situam-se em menos de um milhão de toneladas.

● Usiminas

A 16 de agosto p. p., foi cravada em Ipatinga, localidade do Município de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais, a estaca inicial do grande empreendimento do nosso parque siderúrgico: a Usimi-

nas. Ao fato estiveram presentes o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, o Governador Bias Fortes, o Ministro Lucas Lopes, o Embaixador do Japão, o Sr. Amaro Lannari Júnior, presidente da USIMINAS, e outras autoridades.

A USIMINAS é um empreendimento cujo capital, de quatro bilhões de cruzeiros, se divide entre brasileiros e japoneses, na proporção de 60% e 40%, respectivamente. O grupo brasileiro está representado pelo Estado de Minas Gerais, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, bancos e particulares. Do lado japonês, o capital é subscrito por uma sociedade limitada, sob o nome de Nippon-Usiminas, que inclui as três maiores empresas siderúrgicas japonesas. O equipamento da USIMINAS será o mais moderno, e adquirido no Japão, mediante financiamento de quinze anos.

Do plano inicial de produção da empresa consta a fabricação de quinhentas mil toneladas de aço em lingotes, podendo expandir-se essa produção até atingir dois milhões de toneladas. Fabricar-se-á, especialmente, chapas grossas, chapas finas, laminados a quente e a frio, inclusive chapas galvanizadas. Essas chapas serão produzidas de acordo com as necessidades do mercado nacional, tendo-se em vista, sobretudo, a demanda das indústrias de construção naval, automobilística, construções mecânicas, e de tanques para reservatórios de líquidos.

● A indústria de construção naval

Escudado nos êxitos alcançados pelo GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) na programação das linhas diretrizes da indústria automobilística, o Governo resolveu instituir, nos mesmos moldes, o GEICON (Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval).

Este organismo tem sob sua responsabilidade a programação das atividades de um dos mais importantes setores — a construção naval — que se integrarão em nosso parque industrial, e cuja prioridade de instalação foi reconhecida nas metas governamentais para o desenvolvimento econômico do país.

A carência de transportes marítimos no Brasil sempre constituiu um dos mais sérios pontos de estrangulamento da economia nacional. A minguada dessa espécie de transporte, deterioraram-se constantemente, nos pontos de produção, gêneros das mais variadas espécies, impedidos, assim, de alcançar os centros consumidores. Por outro lado, a carência de transportes marítimos gera o desmoronamento de setores de economias regionais, como é o caso presente da indústria salineira do Rio Grande do Norte, onde os produtores, sem disporem de praça para o escoamento do seu produto, vivem sempre num clima de insegurança e desestímulo.

Por tôdas essas razões, a medida que se toma, de ativar a consolidação da indústria de construção naval, é das mais auspiciosas. Por outro lado, inspira confiança o aproveitamento da experiência obtida pelo GEIA, através de um organismo paralelo — o GEICON — para que se delineie um programa de ação para a nova indústria.

● 60 mil veículos por ano, a partir de 1960

Segundo divulgou, por ocasião da visita do Exmo. Sr. Ministro da Viação às suas instalações, a Willys-Overland do Brasil S. A., acham-se em acelerado ritmo de execução as obras de instalações que permitem a esta importante empresa do nosso parque industrial cumprir a meta de que se impôs: a produção de 60 mil veículos por ano, de 1960 em diante. Assim, já se encontram bem adiantadas as obras de ampliação da

fábrica de motores e as linhas de montagem de veículos. Por outro lado, foram iniciadas as construções de uma nova estamparia, de uma fábrica de eixos e transmissões, linhas de montagem do automóvel de passageiros, etc.

O capital investido pela Willys na montagem de sua indústria automobilística atinge Cr\$. 1.001.000.000,00, e pertence a acionistas brasileiros e aos da Willys Motors Inc., na proporção de 63,4% das ações ordinárias e 50% das preferenciais, aos primeiros. Todavia, para alcançar a meta dos 60 mil veículos anuais, a empresa deverá elevar seu capital, até o fim de 1958, a cerca de Cr\$. 2.600.000.000,00, permanecendo a supremacia dos capitais nacionais.

No tocante a financiamentos externos, já foram obtidos pela Willys dois empréstimos, no total de US\$ 5,850 milhões. Estes financiamentos se destinaram à importação de maquinaria e equipamentos diversos, necessários à fabricação de motores, motrizes, ferramentas e equipamentos para fundição e ferramentaria. O segundo empréstimo se destinou também à importação de determinadas prensas para novas estamparias, maquinaria e equipamentos para fábrica de eixos e transmissões, equipamentos para produção de automóveis de passageiros e ampliação da fundição em Taubaté.

Os 60 mil veículos que a Willys produzirá serão os seguintes:

40 mil veículos Jeep-Willys e Rural Willys; 20 mil automóveis de passageiros.

Segundo informa ainda a Willys, o jipe-Willys já está sendo produzido com mais de 77% do conteúdo nacional, por peso. A Rural-Willys, com 65% do peso de material nacional. Já em 1959, esses veículos terão nacionalizados de 90% a 95% do peso.

● Declinou o ritmo do consumo de petróleo na América Latina

Segundo os dados divulgados pela *Petroleum Press*, o consumo

de petróleo na América Latina alcançou, em 1957, 52 milhões de toneladas métricas, registrando-se um aumento de 6% contra o ano anterior. Essa taxa de crescimento é, contudo, inferior à média de aumento de 10% anuais anotada entre 1945 e 1956.

Ao que tudo indica, deve-se tal redução no ritmo de crescimento do consumo desse combustível às dificuldades nos balanços de pagamentos dos latino-americanos, que obrigaram esses países a restringirem suas compras nos mercados externos.

Examinando o comportamento desse consumo, *Petroleum Press* assinala que dos produtos petrolíferos, em 1956, os combustíveis representaram mais de 40% do total, aumentando, contudo, de apenas 4% em relação ao nível de 1956, contra a média anual de 6% em anos anteriores. O consumo de gasóleo e diesel foi de cerca de 17%, ou um aumento de 2% sobre o ano precedente. No entanto, nos últimos cinco anos o consumo desses dois derivados do petróleo cresceu de nada menos de 110%, em confronto com um aumento de 46% para a totalidade dos produtos petrolíferos, no mesmo lapso de tempo.

Tal crescimento do consumo de gasóleo e diesel atesta a rápida expansão que os meios de transportes que funcionam à base desse combustível vêm experimentando na América Latina. Isto sem falar na aceleração do ritmo de desenvolvimento de diversos países latino-americanos, que acarreta crescimento da demanda dos dois derivados em aprêço.

O consumo de querosene revelou, por sua vez, um aumento de 5,6% sobre 1956, prova de sua maior utilização em substituição a outros combustíveis, em especial os vegetais, aliviando-se, assim, as sistemáticas devastações das reservas florestais.

Examinando o comportamento da demanda dos diversos países do continente latino-americano, nota-se que a Argentina, o segundo consumidor da América Lati-

na, conservou, praticamente, suas compras nos níveis anteriores. O Brasil, o terceiro consumidor, teve-os ligeiramente diminuídos. Elevaram suas compras o México, a Venezuela, Cuba e outros.

Nosso país e o Uruguai tiveram suas compras reduzidas, em face das dificuldades nos seus balanços de pagamentos, dificuldades geradas pelas condições desfavoráveis ao café e à lã, seus principais e respectivos produtos de exportação.

A *Petroleum Press* estima, para 1958, um decesso geral muito provável no consumo latino-americano de petróleo e seus derivados, tendo em vista que persistem, este ano, talvez agravados, os fatores adversos que pesaram, em 1957, sobre quase todas as economias dos países do Continente.

No caso brasileiro, todavia, essa queda de consumo não será muito sensível, pois são das mais animadoras as cifras divulgadas pela Petrobrás sobre a evolução da produção interna do petróleo bruto. Com efeito, de uma produção que se cifrou, em 1953, em 915,8 milhares de barris, produzimos, em 1957, 10 milhões, e em apenas quatro meses do corrente ano já foram retirados de nossos poços 5,2 milhões de barris. Essa ativação constante da produção interna virá, sem maior sacrifício do nosso balanço de pagamento, permitir que o nível do nosso consumo de petróleo e seus derivados não sofra uma queda violenta.

● Custos da mão-de-obra industrial

No Brasil, os custos da mão-de-obra industrial apresentam variações regionais que poderiam ser consideradas excessivas nos países de economia plenamente desenvolvida. Enquanto em boa parte desses países as proporções entre os salários das áreas de padrões inferiores e os das áreas de padrões superiores não chegam a exceder de três vezes, em nosso país os pontos extremos acusam

um afastamento que corresponde a quase cinco vezes, como resultado da comparação entre o salário médio industrial mais elevado (Distrito Federal) e o salário-médio mais baixo (Piauí).

Convencionando-se que o salário-médio da indústria carioca seja igual ao índice 100, observa-se que o do Piauí desce ao índice 21, de acordo com as últimas apurações do Registro Industrial do IBGE. A área de custo de mão-de-obra mais alto compreende, além do Distrito Federal, os Estados de São Paulo (índice 98), Rio de Janeiro (95), Minas Gerais (75) e Rio Grande do Sul (74). Logo em seguida se colocam os Estados de Mato Grosso (62), Paraná (61), Santa Catarina (57), Espírito Santo (56), Goiás (55), o Território de Rondônia (53) e os Estados de Pernambuco (51) e da Bahia (50).

A área que oferece menores remunerações à mão-de-obra industrial abrange o Território do Rio Branco (índice 49), o Estado do Amazonas (45), o Território do Amapá (44), o Estado de Alagoas (41), o Território do Acre (39), e os Estados do Pará (38), Maranhão (34), Sergipe (32), Ceará (32), Rio Grande do Norte (29), Paraíba (29) e Piauí (21).

● Crescimento das grandes cidades brasileiras

Em 1950, mais de um oitavo da população brasileira — cerca de 6,8 milhões de habitantes — se achava presente no Distrito Federal e nos sete municípios mais populosos: São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza e Belém. Entre os recenseamentos de 1940 e 1950, a população dessas oito Capitais aumentou de quase 2,2 milhões (ou seja, de 47,62%), enquanto no mesmo período os efetivos demográficos do resto do país cresceram de cerca de 8,5 milhões (ou seja, de 23,28%).

Em todas essas Capitais, à exceção de Belém, o crescimento demográfico dependeu, principal-

mente, da contribuição imigratória. A quota do incremento imigratório excedeu de sete décimos no Recife (75,86%), de S. Paulo (72,52%), Porto Alegre (72,04%), Distrito Federal (71,34%), Salvador (70,72%) e Belo Horizonte (70,38%), de seis décimos em Fortaleza (63,24%), não chegando, porém, a três décimos em Belém (28,88%). Do incremento natural (isto é, nascimentos menos óbitos) de quase 10 milhões de habitantes verificado no resto do país, cerca de um milhão e meio foram absorvidos por esses oito municípios.

Recente estudo do Laboratório de Estatística do IBGE analisa o crescimento dessas Capitais e de mais 42 cidades brasileiras: as 50 aglomerações urbanas que acusaram maior crescimento absoluto entre 1940 e 1950. Tomando-se apenas a cidade, e não o conjunto do município respectivo, pode-se verificar que duas tiveram um crescimento absoluto de mais de 600 mil almas (Rio e São Paulo, esta última quase 760 mil), quatro acusaram aumento superior a 100 mil (Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Nova Iguaçu), e três, mais de 50 mil (Salvador, Fortaleza e Belém). Em números relativos, dessas cinquenta cidades brasileiras a que, entre 1940 e 1950, apresentou o mais elevado crescimento demográfico foi a de Governador Valadares (255,02 por cento); não menos expressivo foi o caso de Londrina (214,26 por cento). Outras aglomerações urbanas que duplicaram de população foram Goiânia (166,82%), Jaboatão (161,71%), Barra Mansa (136,37%), Mogi das Cruzes (117,98%), S. Vicente (115,76%), Campina Grande (114,28%), e Presidente Prudente (112%).

● Natal: 170.000 habitantes

Segundo recente estimativa do IBGE, a população do município de Natal deverá ser da ordem de 170.000 habitantes. Em 1950, a Capital potiguar tinha 103.215 habitantes, sendo o 15º município

mais populoso do país. Era de se notar o forte predomínio do sexo feminino, que apresentava sobre o sexo masculino um excedente de quase 8 milhares. Também digno de nota foi o rápido crescimento demográfico verificado entre 1940 e 1950, quando a população do município quase duplicou. A densidade por quilômetro quadrado, que no Censo passado era de 389 habitantes, deverá aproximar-se, atualmente, de 650.

Embora se situe como principal centro industrial do Rio Grande do Norte, Natal não apresenta nesse setor a nítida hegemonia que se observa em outras Capitais brasileiras. Em 1955, o valor de sua produção industrial correspondeu a 16% do total estadual (Recife, 45%; Fortaleza, 43%; S. Luís, 70%). Muito mais destacada é sua presença como centro comercial, reunindo 63% do valor global das vendas atacadistas e 42% das vendas varejistas (dados do último recenseamento). Não menos firme é sua posição no setor bancário; de 70 a 90% dos saldos das principais contas se concentram nos bancos de Natal, distribuindo-se o restante pelos demais municípios da Unidade.

As atividades portuárias são de grande importância econômica. Natal é por excelência o centro importador e exportador do Rio Grande do Norte, salvo para os embarques de sal, feitos sobretudo através de Macau e Areia Branca. No quinquênio 1952/56, conforme quadro constante de recente monografia do Conselho Nacional de Estatística, pelo porto de Natal saíram 34.000 toneladas de mercadorias e entraram 207.000 toneladas. Em 1956, o sisal (4.019 t, 28 milhões de cruzeiros) e a xilita (1.240 t, 181 milhões de cruzeiros) foram os itens de maior vulto na corrente exportadora. O movimento de cabotagem, no mesmo ano, foi de 43.489 toneladas exportadas contra 76.929 toneladas importadas.

● Araxá: a estância e o município

Uma das mais famosas estâncias hidrominerais do país é, sem favor, a de Araxá, com suas águas radioativas e sua lama medicinal. Antes que os trabalhos científicos viessem confirmar-lhes o valor terapêutico, já suas qualidades eram apregoadas pela tradição popular. O município (hoje com 1.280 km² e uma população de 20.000 habitantes) tem tido a vida econômica sempre ligada à exploração de suas águas. Por sua vez, a sede municipal, a cidade de Araxá, vem-se desenvolvendo em consonância com as necessidades de um centro turístico e de veraneio.

Os dados censitários demonstram a participação da "prestação de serviços" na economia araxense. De sua população ativa 27% se dedicam a esse ramo de atividade, contra 29% dos ocupados na agropecuária e 14% nas indústrias de transformação. É de se notar que Araxá é município predominantemente urbano, com apenas 22% dos seus habitantes distribuídos pelo quadro rural. A produção agrícola tem pequena expressão; mais significativos são os resultados da criação de gado, que se relacionam com regulares efetivos bovinos (48.500 cabeças) e suínos (12.000 cabeças).

O valor da produção industrial, bastante diversificada, situa-se pouco acima de 30 milhões de cruzeiros por ano. O ramo da prestação de serviços, o mais importante na pauta econômica do município, abrange 7 hotéis, 8 pensões e 4 cinemas, além de uma série de estabelecimentos menores. Neste ramo se destaca o Grande Hotel, de sete pavimentos, com acomodações para 600 hóspedes. A Estância hidromineral tem em exploração as fontes "Andrade Júnior" e "Dona Beija". O clima é temperado e seco. Pontos de atração para os visitantes são, entre outros, a Cascatinha, a Gruta do Mongo e a velha igreja de São Sebastião. ("Araxá",

monografia do Conselho Nacional de Estatística).

● Migrações para o Estado do Paraná

O acelerado crescimento da população do Paraná entre os dois últimos Censos deve-se em parte à contribuição de naturais de outras Unidades brasileiras. Em 1940, os paranaenses natos constituíam 81,51% da população do Estado (exclusive estrangeiros); em 1950, não iam além de 67,44%. No mesmo intervalo, os naturais de outras Unidades aumentaram sua proporção de 18,32% para 32,44%. Isso quer dizer que, em 1950, de cada três brasileiros recenseados no Paraná, um tinha vindo de fora. Ainda mais acentuada era a participação dos migrantes quando considerada apenas a população nas idades economicamente mais ativas: de cada 1.000 brasileiros de 20 a 59 anos presentes no Paraná em 1950 somente 557 haviam nascido no Estado.

Recente estudo do IBGE permite observar que o aumento re-

lativo do número de naturais de outras Unidades (208,74%) foi várias vezes maior do que o do número de naturais do próprio Estado (44,26%). Mesmo em números absolutos se fez sentir fortemente o aumento de alguns grupos estaduais. Assim, enquanto o número de paranaenses natos subia de 953.164, em 1940, para 1.375.077, em 1950 (mais 421.913), o de paulistas se elevava de 115.299 para 352.471 (mais 237.172), o de mineiros, de 40.479 para 156.848 (mais 116 mil 369) e o de catarinenses, de 28.428 para 63.162 (mais 34.734).

A participação de nortistas e nordestinos no fluxo migratório com direção ao Paraná revelou-se, em 1950, muito inferior a certas previsões. Foram recenseados apenas 356 nortistas e 15.104 nordestinos, dos quais 5.745 pernambucanos, 3.982 alagoanos e 2.917 cearenses. Ainda se juntarmos a estes últimos os naturais de Sergipe (1.704) e da Bahia (18.764), o total de naturais do Grande Nordeste presentes no Paraná (35.572) não superava o de paulistas, mineiros, catarinenses, nem sequer o de gaúchos (35.701).

* * *

A DEFESA NACIONAL

é distribuída em todos os países da América
do Sul

Noticiário de Interesse Militar



COMO EVITAR A MORTE PELA RADIAÇÃO

O **Aperfeiçoamento** de uma importante droga para evitar a morte pela radiação foi dramaticamente apressado por duas descobertas do Dr. Friedrich P. Ellinger, eminente biologista, especializado em assuntos de radiação e pertencente ao Laboratório Naval de Pesquisas Médicas da Marinha americana.

Dessa forma será possível salvar a vida de pessoas que receberam pesadas doses de mortal radiação atômica, proveniente de ataques nucleares ou de acidentes em usinas atômicas. A preparação em estudo consta de um extrato salino, livre de células, retirado do baço dos ratos.

Até o presente, os cientistas conseguiram salvar ratos em experiências de laboratório, depois de submetê-los a doses mortais de radiação, utilizando a medula vermelha dos ossos ou o extrato do baço, composto de células vivas, tanto do rato como de outros animais.

Agora, pela primeira vez, o Dr. Ellinger conseguiu o seguinte:

1) Provar que as células vivas ou mesmo seus fragmentos não são necessários para que o extrato do baço dos ratos desempenhe sua

ação salvadora sobre as vítimas da radiação, segundo se imaginava até o presente;

2) Demonstrar que o extrato do baço dos roedores consegue salvar porquinhos-da-índia da morte pela radiação. Isso representa uma esperança de que o mesmo seja observado quanto ao ser humano.

"Quando ^{esses} dois fatores são tomados em conjunto", disse o Dr. Ellinger ao "Science Service", surge, naturalmente, a esperança de que está ao alcance do homem a neutralização química da morte pela radiação".

"E essa é a maior esperança que temos", acrescentou ele, "tanto que estamos trabalhando nesse sentido".

"Segundo minha maneira de encarar o problema", afirmou o Dr. Ellinger, "o novo medicamento será usado após submetidas as pessoas às doses mortais de radiação, e penso que ele poderá salvar, em grande porcentagem, aqueles que, de outra forma, morreriam".

O pesquisador naval salientou que após quinze anos de estudos sobre os males da radiação e dos meios de evitá-la, ou curá-la, ainda é impossível dizer, exatamente, quando será possível fazer, para

uso generalizado, a droga que eliminará esse perigo.

"Não obstante os estudos tenham produzido uma série de medicamentos ou agentes destinados a proteger os animais contra os efeitos letais da radiação", acrescentou o Dr. Friedrich Ellinger, "são quase que desconhecidos os meios de salvá-los após serem eles submetidos aos seus efeitos mortais".

"O novo medicamento em estudo já demonstrou sua eficiência no tratamento posterior ao ataque da radiação", continuou ele, "e, provavelmente, terá utilidade médica no futuro".

Durante seus estudos o Dr. Ellinger preparou o extrato salino, livre de células, já mencionado. Porquinhos-da-índia foram submetidos a doses mortais de radiação, do nível de 550 a 600 roentgens, sendo pouco após tratados por meio do medicamento referido.

Após decorridos vinte dias, um número estatisticamente grande de animais recebia o extrato, e esse número era maior do que os tratados apenas por meio de soluções salinas, que todavia, não continham o extrato do baço.

As descobertas do Dr. Ellinger também abriram o caminho para a fabricação, pelo homem, de

uma substância artificial, semelhante à natural que serve como antídoto da radiação. E uma vez que essa substância humoral pôde ser isolada do baço dos ratos, dependerá apenas de maior ou menor tempo sua identificação química. Isso significa que há fortes possibilidades de vir ela a ser fabricada sinteticamente em laboratório.

Situação análoga existia há quarenta anos, quando os médicos eram obrigados a dar extrato da tiróide dos bovinos às pessoas que sofriam de afecções nessa glândula. Sua solução foi encontrada quando a tiroxina foi duplicada nos laboratórios, sendo posta ao alcance do público em quantidades ilimitadas, pelas farmácias.

Assim, a esperança justificada do Dr. Ellinger, de que a morte pela radiação possa ser evitada por um agente preventivo, é ainda uma opinião pessoal, e não do Laboratório da Marinha americana. Pensa o cientista referido que o caso relatado é um legítimo exemplo em que os fundos fornecidos pelo Departamento naval em causa ajudaram as pesquisas para salvar milhões de vidas, no caso de uma guerra ou de acidentes atômicos de grandes proporções.

* * *

CANDIDATOS À ECEME

Existem à venda na A DEFESA NACIONAL os últimos números de "As Repúblicas Hispano-Sul-Americanas — Suas emancipações, suas guerras e seus heróis". livro imprescindível ao estudo de História da América do Sul. Reserve logo seu volume escrevendo para Caixa Postal 17 — Diretor-Secretário.

Preço — Cr\$ 120,00

NOVAS ARMAS SOVIÉTICAS

Os grandes guerreiros jamais desprezaram a capacidade do adversário.

De muitos fatores, relacionados entre si, depende a capacidade de um exército e a importância de qualquer deles, tomado isoladamente, pode ser posta em dúvida.

O armamento de que dispõe um exército, qualitativa e quantitativamente considerado, é elemento de relevância para uma apreciação objetiva da capacidade de ataque e defesa de uma nação.

O resumo do armamento soviético que a seguir apresentamos dará ao leitor uma idéia das armas à disposição de um possível inimigo.

Teve o mundo oportunidade de observar algumas armas soviéticas durante a brutal supressão do movimento libertador húngaro e a imprensa mundial noticiou amplamente a respeito do armamento soviético usado no Egito. Em ambas as ocasiões, parte do equipamento apresentado era velho; muita coisa era nova; a maior parte era de fabricação posterior à segunda guerra mundial.

A precaridade do armamento apresentado durante a campanha finlandesa, em 1939, e durante a segunda guerra mundial deixou a impressão de que o equipamento soviético é barato, de segunda classe, de má fabricação e, por força da necessidade, bastante simples para ser manejado por massas de camponeses analfabetos.

A verdade, porém, é bem outra.

O exército soviético é a única força do mundo de hoje que possui um arsenal inteiramente construído após a 2ª guerra mundial, em pleno funcionamento, e que conta com tropas treinadas, capazes de lutar em qualquer tipo de guerra, nuclear ou não, pequena ou grande, em qualquer clima ou terreno.

Mobilidade, potência de fogo e uniformização são as palavras-chave que melhor descrevem o esforço soviético no cumprimento do seu programa de armamento para o após guerra.

A mudança de maior relevância foi o aperfeiçoamento total no tocante à mobilidade. Isto se comprova pelo uso em massa de veículos blindados e canhões automóbéis de assalto e pelo aparecimento de grande número de veículos anfíbios.

Na Hungria foram vistas peças de artilharia com força motriz própria, provinda de um gerador preso a um reboque. O canhão, que apresenta grande mobilidade em campos de batalha exíguos, é dirigido por

um volante montado na trazeira do reboque e que recebe força do mesmo motor que aciona as rodas do canhão. Esta modificação mostra um esforço no sentido de solucionar alguns dos problemas, que os russos já prevêm criados pela necessidade de rápidas concentrações e dispersões nos campos da guerra atômica do futuro.

O grande número de caminhões novos, empregados com todos os elementos de combate e os milhares de tanques, produzidos após a guerra provam que os meios convencionais de transporte não foram abandonados pelos soviéticos. Helicópteros para o transporte de carga e tropas e um novo transporte aéreo, a turbo jato, de grande velocidade e que levanta vôo em pista de pequenas dimensões, estão a mostrar grande capacidade para o emprêgo de forças aéreas reduzidas, para operações rápidas, servindo de ponta de lança para grupamentos maiores, precedidos êstes por colunas altamente blindadas.

De modo geral, os exércitos não apresentam suas melhores armas em paradas públicas. Porém, sômente os ingênuos julgarão os russos incapazes de produzir teleguiados.

As fotografias que se seguem e suas descrições nos dão fatos referentes à capacidade atual do exército russo.



Fig. 1 — Tanque T-54, produzido em massa, tem armadura mais grossa do que o T-34, canhão mais potente e pode viajar mais de 320 km sem reabastecimento, silhueta mais baixa.

BLINDAGEM

O tanque T-54 é o veículo blindado de combate produzido em massa e que vem substituir o afamado T-34 da segunda guerra mundial — o mesmo T-34 que se mostrou tão eficiente contra a melhor blindagem alemã, e que foi o tormento nas Nações Unidas nos dias iniciais da guerra na Coréia.

O T-54 conserva as melhores características do T-34 e apresenta, em adição, menor altura, superfícies inclinadas aperfeiçoadas para desviar o fogo inimigo, blindagem mais espessa e um canhão mais pesado. Seu novo canhão de 100 mm (equipado com excelente sistema de controle de fogo) penetra, de maior distância, blindagens mais espessas do que o fazia o canhão de 85 mm usado no T-34.

O T-54 é um desenvolvimento do após guerra; é acionado por um motor diesel de 12 cilindros e tem autonomia de deslocamento superior a 200 milhas. Tem sido produzido em massa para as unidades de combate soviéticas, como arma padrão.

Os tanques pesados da série "Joseph Stalin", de grande eficiência, são ainda empregados para apoiar os novos tanques pesados.

Quem se opuser aos soviéticos encontrará, sem dúvida, grande quantidade de blindagem pela frente.

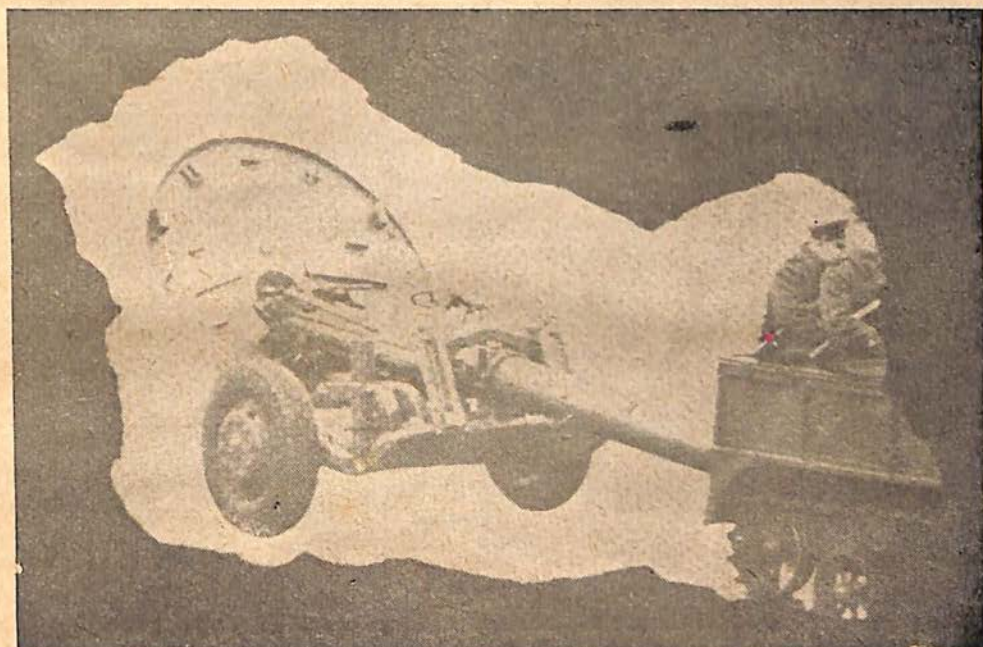


Fig. 2 — O novo morteiro pesado de 240 mm pode disparar cargas atômicas conforme o calibre e é rebocado por trator de lagarta

ARTILHARIA

A artilharia apresenta novos canhões de impressionante mobilidade e eficiência e um novo ramo de tratores de artilharia usados para tomadas de posição rápidas e dispersões velozes.

O novo obuseiro russo de 203 mm, que pode entrar em posição em coisa de minutos, vem substituir um modelo da segunda guerra mundial que requeria mais de um dia e meio para a tomada de posição.

Tem um alcance de cerca 28.000 jardas — o que representa um aumento de 50% sobre o alcance do canhão usado na segunda guerra mundial e cujo alcance era de 19.000 jardas. Este obuzeiro e o morteiro pesado de 240 mm, de carregamento pela culatra, dão ao exército vermelho duas armas que podem, quanto ao calibre, disparar munição atômica.

O morteiro de 240 mm — que é no seu tipo a arma de maior calibre usada por qualquer exército — é de fácil tração.

Porquanto sejam os morteiros geralmente considerados armas de infantaria, e que dão apoio próximo aos infantes, os soviéticos tradicionalmente usam os morteiros de maior calibre como artilharia móvel, de pequeno alcance. O morteiro de 240 mm tem um alcance impressionante, grande precisão e cadência de tiro. Com granadas comuns pode ser utilizado para apoiar ou para tiros de longo alcance.

Um Obuzeiro de 152 mm, de grande eficiência na segunda guerra mundial, mas tão pesado e incômodo que freqüentemente atolava no campo, tornou-se rápido e de grande mobilidade pelo uso de nova viatura. Aumentou-se o alcance desta e de outras armas, sobretudo pelo uso de munição aperfeiçoada.

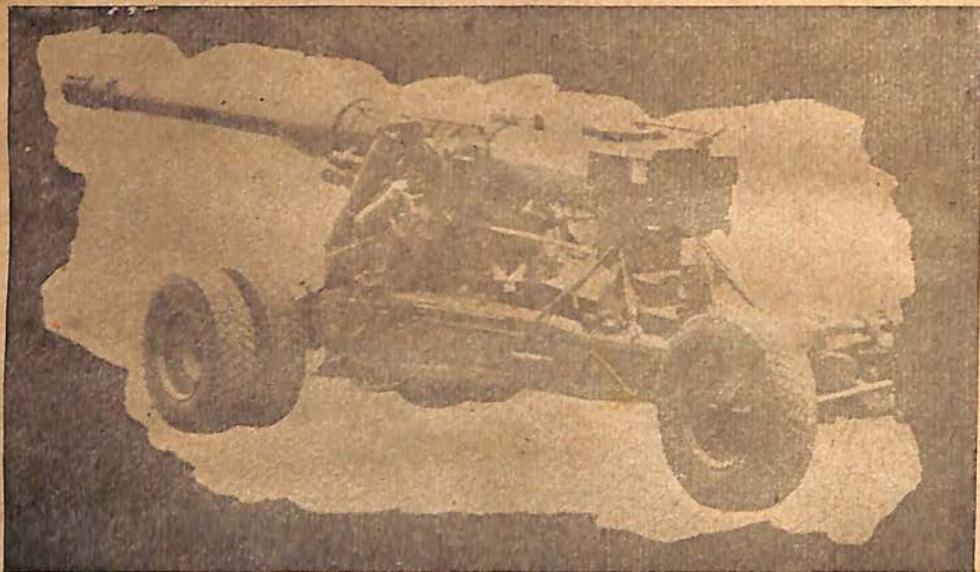


Fig. 3 — Com um alcance de cerca de 21 km. e cerca de 50% superior ao existente na 2ª grande guerra, o novo canhão-obuzeiro de 203 mm.

Um novo modelo do canhão de 122 mm que teve seu alcance aumentado de cerca de 10% — de 22.000 jardas para 25.000 jardas — pode ser posto em posição pronto para abrir fogo com maior rapidez do que o podia o 122 mm da segunda guerra mundial.

Os soviéticos conseguiram acentuado grau de uniformização nos canos de canhão. Os calibres são, de um modo geral, os mesmos para os tanques, canhões de assalto, canhões de campanha e antiaéreos.

ARTILHARIA ANTIAÉREA

Uma das últimas peças incorporadas ao armamento antiaéreo soviético é uma arma de 122 mm, que tem por finalidade proteger alvos estratégicos contra ataques aéreos desencadeados de grandes alturas. A arma é equipada com controle de fogo dirigido pelo radar. As unidades de tropas foram equipadas com impressionante variedade de armas antiaéreas médias e leves.



Fig. 4 — Como novidade das armas soviéticas apresentamos um canhão antiaéreo de 122 mm., projetado para proteger objetivos estratégicos contra aeronaves em vôo em grandes altitudes

ROJÕES

Novos lançadores múltiplos de rojões, de grande alcance e precisão, montados sobre caminhões, foram introduzidos nas unidades do exército soviético. De muito maior precisão e alcance do que os modelos russos anteriores, incluem um lançador-múltiplo de 12 tubos para rojões de 8 polegadas, um de 16 tubos para rojões de 6 polegadas e um de 4 tubos para rojões de 3 polegadas. São armas de grande mobilidade e de grande potência de fogo.

HELICÓPTEROS

O uso generalizado de helicópteros pelas forças terrestres soviéticas aumenta a mobilidade e manobrabilidade do exército. Um novo helicóptero de dois rotores, o CAVALO, que serve para o transporte de carga e de tropas, pode transportar 50 homens ou uma carga útil de

10.000 libras. Equipado com um motor para cada rotor, no caso de pane em qualquer dos motores, o outro automaticamente passa a operar os dois rotores. Um helicóptero de carga (O CÃO DE CAÇA) é provido de portas em concha na parte posterior da fuselagem para facilitar o carregamento e o descarregamento. Com uma carga útil de 4 mil libras este helicóptero é capaz de transportar jeeps, peças de artilharia de campanha e outras peças relativamente pesadas do equipamento das forças terrestres. É ele um elemento de grande utilidade para operações de comando, de ligação e de abastecimento.

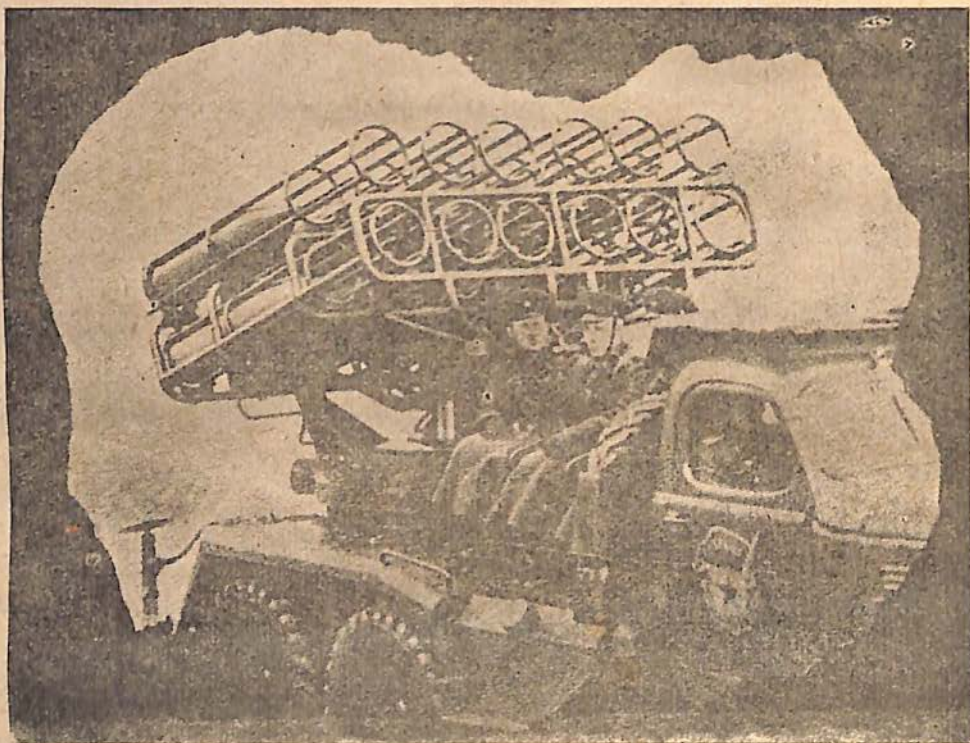


Fig. 5 — Esta é a maior alta unidade móvel de 12 lançadores, para lançar foguetes de 8 polegadas de diâmetro, contribuindo para as grandes concentrações de fogo onde fôr necessário. Usa-se, também, uma unidade com 4 lançadores

ARMAS BÁSICAS DO SOLDADO SOVIÉTICO

ARMAS DE INFANTARIA

A simplicidade do armamento soviético do após guerra é demonstrada pelo novo grupo de pequenas armas.

O novo fuzil, a nova submetralhadora e a metralhadora leve utilizam todos cartuchos de 7.62 mm.

O fuzil — chamado pelos soviéticos carabina semi-automática — é operado a gás, com uma câmara para 10 cartuchos e com uma baioneta fixa, que pode ser dobrada. O alcance é de 440 jardas. Esta arma básica é empregada por tôdas as armas. Pesa 8.5 libras e sua coronha é feita de madeira laminada.

A submetralhadora de 7.62 mm é mais leve, de construção mais simples e de maior precisão do que a arma que veio substituir. Pesando 9.5 libras, é carregada por um alimentador curvo para 30 cartuchos. Esta arma, operada a gás, tem dois modelos: um com coronha de madeira e outro equipado com coronha de metal, que pode ser dobrada.



Fig. 6 — O CAVALO — O novo helicóptero de motores gêmeos, serve como uma combinação de transporte de carga e pessoal. É capaz de transportar 50 Soldados ou um peso equivalente de 5 ton.

A metralhadora leve de 7.62 provê o fogo básico para o grupo de combate. É operada a gás, inteiramente automática, e alimentada por intermédio de um carregador tipo tambor. Pesa 14.5 libras e tem um alcance em combate de cerca de 660 jardas.

Uma nova arma anti-tanque de infantaria, de 82 mm, é carregada pela culatra, sem recuo, e utiliza projetis estabilizados por empenas. Tem um alcance efetivo de 440 jardas com capacidade de penetração de 8 polegadas. Pesa cerca de 166 libras.

O novo canhão antitanque, sem recuo de 170 mm, é montado num reparo com rodas, mas pode ser colocado em posição de fogo sobre um reparo de tripé. Pesando 600 libras, pode ser rebocado por trator

ou à mão. O alcance máximo do tiro indireto é de muitas mil milhas, mas tem um tiro direto efetivo de cerca de 880 jardas, e pode penetrar blindagem de 10 a 12 polegadas de espessura. Esta arma anti-tanque usada pelos regimentos, também se encontra nos batalhões motorizados dos regimentos mecanizados.

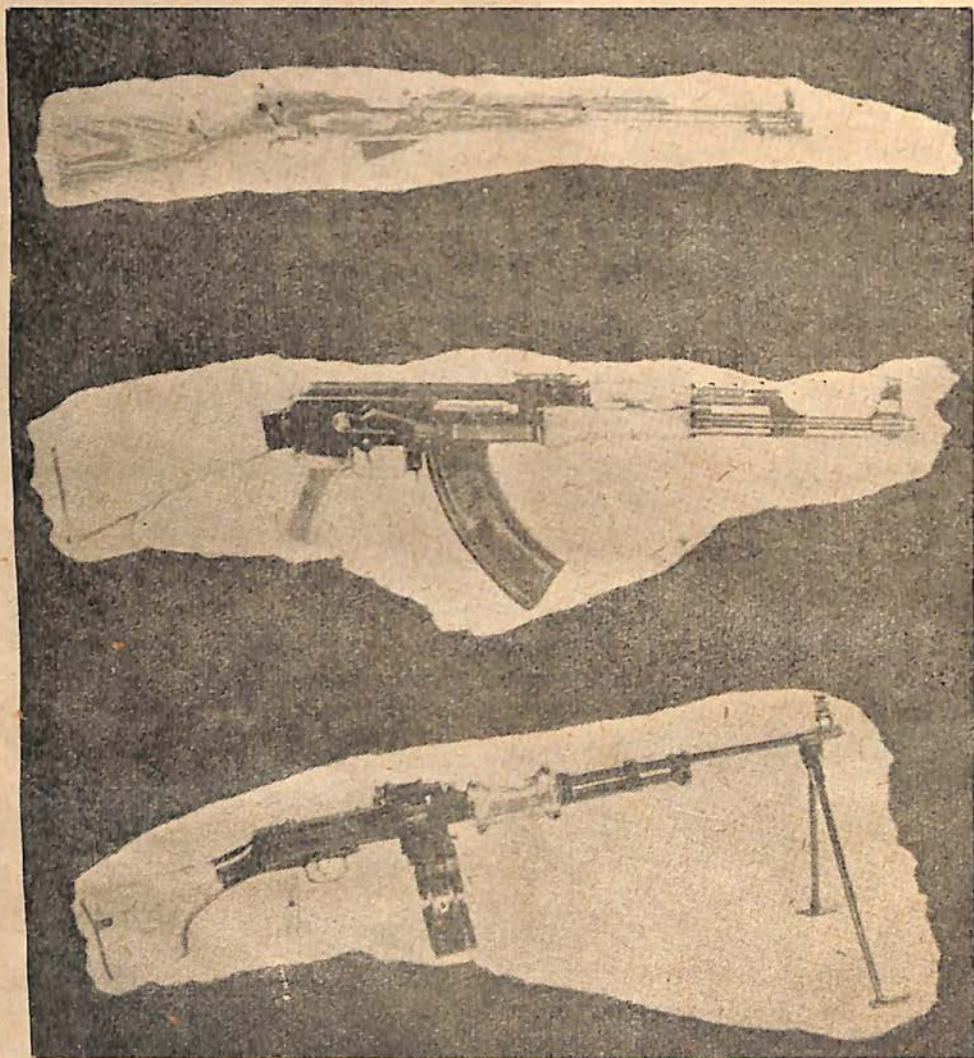


Fig. 7 — O princípio de funcionamento de tôdas as armas individuais soviéticas é por ação dos gases, conforme vemos no mosquetão de 7,63 mm., pesando cerca de 3,8 kg., equipado com baioneta e dotado de carregador com 10 tiros. A nova submetralhadora de 7,62 mm. é alimentada por um carregador curvo, com capacidade para 30 tiros, pesa 4,3 kg. e opera por meio de gás, possuindo 2 modelos. A fig. inferior representa a metralhadora leve, inteiramente automática, pesa 6,6 kg. e constitui unidade de tiro da esquadra de fuzileiros

Quanto às demais armas à disposição do exército soviético, bastará dizer-se que o equipamento bélico tem se mantido na mesma linha de progresso das novas armas. O equipamento de comunicação usado nas unidades de combate é moderno e de grande flexibilidade. A mecanização aumentou em todos os setores. Por exemplo: máquinas escavadeiras são usadas para cavar fortificações, veículos para colocação de minas são usados para tais operações de minagem e o uso de guindastes, barcas anfíbias, e tratores anfíbios deu aos soviéticos grande capacidade para operações de travessias de rios.

De modo geral, vê-se que os soviéticos estão seguindo um programa definido que tem por finalidade dar-lhes superioridade em mobilidade e potência de fogo.

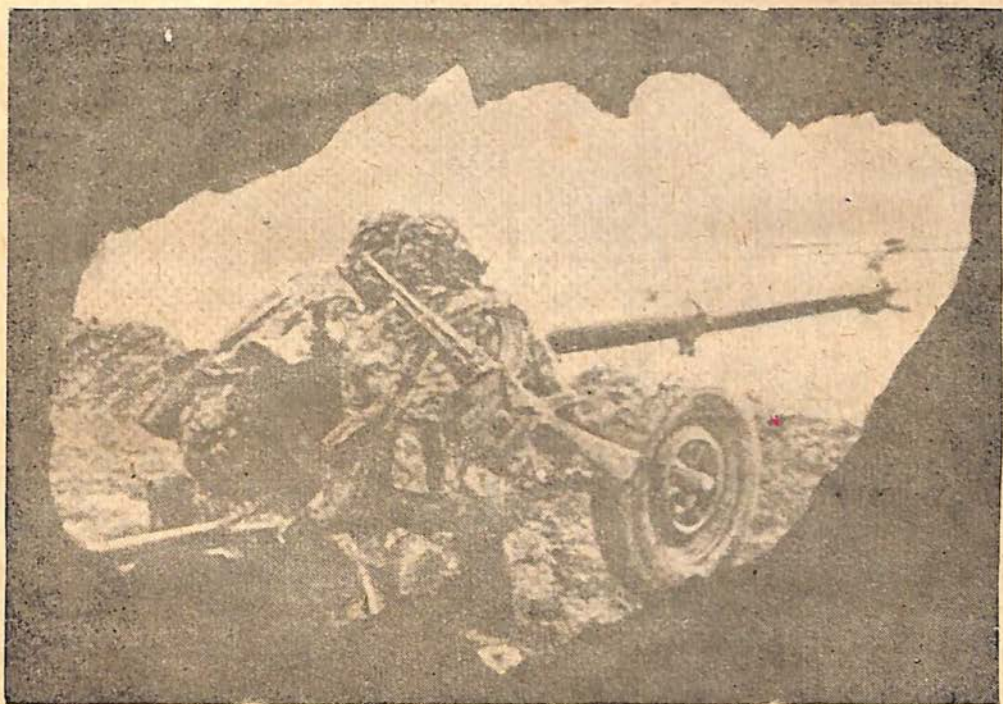


Fig. 8 — O novo canhão antitanque sem recuo é montado numa armação com rodas, contudo pode ser colocado em posição de tiro montado sobre um tripé

Enquanto as manchetes mais recentes se têm atido aos aspectos sensacionais dos desenvolvimentos atômicos, dos teleguiados e de aviões, pouco se tem dito sobre o equipamento pesado em uso pelas 175 divisões do exército russo. A uniformização da munição, dos calibres, dos veículos e blindados mostra que eles têm dado muita atenção à manutenção e produção em massa. Mais do que indicação de incapacidade para produzir armas complexas, a poderosa simplicidade das armas soviéticas é prova de pesquisas e programas levados a cabo pelos soviéticos desde a segunda guerra mundial.

As ameaças do Sr. Bulganin quanto ao emprêgo de foguetes contra as nações da Europa Ocidental e o lembrete do Sr. Kruschew ao Reino Unido, França e Israel, durante a operação Suez, de que os mesmos se encontravam dentro do alcance dos foguetes teleguiados russos, tiveram grande utilidade. Um homem prevenido vale por dois.

Com uma geração nova, bem educada e bem treinada à disposição dos soviéticos, pode-se esperar sejam as armas grandemente melhoradas no seu desenho, uso e manutenção. A relativa vantagem que os Estados Unidos mantinham quanto à capacidade de fogo e mobilidade vem diminuindo consistentemente. O mundo livre já não pode estar certo de que se acha imune de um ataque devastador da URSS ou outra nação qualquer que possua armas modernas e o desejo da supremacia mundial.

Se o exército dos Estados Unidos quiser alcançar superioridade no campo de batalha do futuro, deverá introduzir importantes melhorias em todos os seus setores, através de pesquisas, programas bem planejados, bem executados e que recebam o apoio financeiro adequado.

Noventa por cento de igualdade não é mais proteção contra uma catástrofe.

(Transcrito do Boletim Informativo Técnico-Científico.)

* * *

Nas apurações feitas em 1956, 1.035 estabelecimentos de ensino médio dispunham de 6 a 10 salas de aula; 518 de 11 a 15; 210, de 16 a 20; 129, de mais de 20. Menos de quatro centenas (382) declararam até 5 salas e uma pequena parte absteve-se de informar. Assim, do total de 2.321, os estabelecimentos apurados, 45% tinham mais de 5 e menos de 11 salas, 31% entre 11 e 20 salas. (IBGE).

* * *

O número de italianos atualmente presentes no Brasil deve aproximar-se de um quarto de milhão. Entre as coletividades estrangeiras, a italiana ocupa o segundo lugar, cabendo o primeiro à portugueses (cêrca 420/440 mil componentes). Até 1920 pelo menos viviam no Brasil mais de meio milhão de italianos; no início do corrente século, seu número era pouco inferior a 600 mil. A redução dos efetivos começou a acentuar-se no decênio 1921-1930, e no último Censo, incluindo os naturalizados, estavam limitados a 242 milhares. Recente estudo do IBGE assinala que no curso dos últimos cem anos cêrca de 1.600 italianos emigraram para nosso país e pelo menos um milhão dêles aqui se radicaram.

REVISTAS MILITARES EM REVISTA

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Diretor-Secretário

Recebemos e agradecemos :

ARGENTINA

"REVISTA MILITAR" n. 648 — Editada pelo Círculo Militar Argentino apresenta diversos artigos de interesse militar destacando-se "História Militar e História de Guerra" do Tenente-Coronel Júlio Sarmiento onde o autor termina opinando pela modificação do nome já consagrado mundialmente, devendo chamar-se História da Guerra. "Ha cambiado la Estrategia?" pergunta o Tenente-Coronel Ricardi Gutierrez em seu artigo onde, êle mesmo responde que, a estratégia não mudou, mas o tempo e o espaço é que avançaram. "Las investigaciones en el umbral del espacio" é outro interessante artigo, de autoria de Homer Newell que descreve, com todos os pormenores, o "Vanguard" e o funcionamento do sistema "Minitrack".

CHILE

"MEMORIAL DEL EJERCITO DE CHILE" n. 284 — Órgão oficial do Estado-Maior Chileno nos brinda com "Incidencia del arma atômica en la guerra de montaña" do Tenente-Coronel Zappetini, onde o articulista tece interessantes considerações sobre o emprego das armas atômicas em qualquer terreno, chamando posteriormente, a atenção para o caso especial de sua utilização nas montanhas, mostrando como, neste caso, elas favorecem à defensiva. Em "El Ejército de Chile durante la administracion O'Higgins" Edmundo Gonzalez nos mostra a evolução por que passou a tropa andina na marcha para a batalha, desde Chacabuco a Maipo. Em "La ofensiva en la guerra moderna" o Tenente-Coronel Raul Rodrigo analisa o emprego das pequenas Unidades Táticas que, potentes, móveis e velozes dão, ao campo de batalha, nova e significativa dimensão.

"REVISTA DE MARINA" n. 74 — Publicação bimestral da Armada do Chile, sob a direção do Estado-Maior Geral. "Cristóbal Colón, el hombre" de autoria do Cap de Navio Ramon Pinochet é interessante subsídio para os estudiosos de História pois nada mais é que resumo da vida do grande navegador, com mapas originais das viagens por êle empreendidas. "El mar, elemento decisivo de la guerra" de autoria de

Torwil é artigo onde são assinaladas as influências dos progressos técnicos introduzidos durante a Segunda Guerra Mundial e posteriormente.

ESPANHA

"GUION", ns. 194 e 195 — Revista dirigida pelo Coronel Alfonso Fernandez, do Estado-Maior do Exército, apresenta, como sempre, interessantes artigos. Em seu n. 194, destacamos, entre outros "A técnica e os métodos da revolução comunista" de autoria do General Villegas Bustamante, onde o autor, citando Le Bon, reafirma que as revoluções, obedecem tôdas, a um mesmo modo de execução embora os ingênuos acreditem que elas sejam espontâneas. Outro artigo interessante que encontramos no mesmo número é "A ilha Minorca durante a Campanha de 1936". No número 195 o Comandante Sotomayor faz longo e inteligente estudo dos "Reatores nucleares", onde descreve, para entendimento por parte de qualquer leigo, as minúcias necessárias à compreensão dos reatores.

FRANÇA

"REVUE MILITAIRE D'INFORMATION" n. 297 — Destacamos entre os artigos mais interessantes "L'armée dans la Nation" de autoria do General P. Ely onde são assinalados os relevantes serviços que o Exército Francês tem prestado ao país. "Le Liban — une civilisation en peril", de autoria de R. Grandchamp nos mostra o perigo em que se encontra o Líbano, ameaçado, como está, por seus vizinhos. A Revue Militaire d'Information, editada pelo Ministério da Guerra de França, publica, ainda, artigos interessantes tais como "La recherche operationnelle et la guerre" do Capitão Moreau, "Guerre revolutionnaire en Algérie" de Ximenes e muitos outros, além de diversas crônicas referentes às Forças Armadas dos Estados Unidos, da Rússia e da própria França.

"REVUE DE DÉFENSE NATIONALE" n. de outubro de 1958 — Tem sua publicação a cargo do Comité de Estudos da Defesa Nacional e conta com colaboradores da mais reconhecida competência, os quais tratam, não só de assuntos militares como econômicos, políticos e científicos. Seu número de outubro está repleto de artigos interessantes, destacando-se, "La croisade Noire" onde é salientado o papel do General de Gaulle na solução da rebelião da Algéria e no atendimento que deu ao chamado que lhe foi feito pelo povo francês. O General Guérin escreve sobre "Politique scientifique" onde mostra a necessidade da criação de setor altamente especializado para tratar do assunto. Em "La France de vant le Marché Comun" François-Poncet analisa o papel da França, nas conquistas econômicas que vem realizando e em "Les forces aéronavales dans la stratégie des États-Unis" o Contra-Almirante Lepotier mostra a necessidade que tem os Estados Unidos em possuir uma Força Aeronaval poderosa, dotada da máxima mobilidade estratégica e de armas as mais modernas para poder fazer face ao inimigo comum da humanidade.

PORTUGAL

"REVISTA MILITAR" n. 7, 8 e 9 — No número 7 destacamos "A estrutura defensiva da NATO" artigo do Comandante Guilhermino de Magalhães, onde o ilustre escritor analisa as razões que levaram os países ocidentais a assinar, em abril de 1949, o tratado de união dos povos e, posteriormente, estuda o papel que os Estados Unidos e a Rússia têm desempenhado, particularmente a partir de 1957. Em "Conceitos essenciais da Cavalaria" o Capitão Ribeiro Simões estuda as crises por que tem passado a Arma, terminando por afirmar que as crises de decadência da Cavalaria, através de sua longa história, resultaram sempre, e apenas, de erros de organização e emprêgo, e derivados de um defeituoso estudo histórico do passado, ou da obsessão de um tecnicismo dominador, servido pelo instinto revolucionário de um realismo exaltado.

Nos números 8 e 9 correspondentes a agosto e setembro do corrente ano a Revista Militar traz ampla reportagem histórico sobre o "Sul da Angola e a Campanha de 1915" de autoria do Coronel Emydgio Camina e "Bartolomeu Dias" do Comodoro Gabriel Prior sendo neste salientada a figura do descobridor do Cabo da Boa Esperança como o maior Marinheiro luso, de todos os tempos.

"REVISTA DA CAVALARIA" — 18º ano — n. 6 — "Possibilidades da Cavalaria Blindada na Guerra Atômica" de autoria do Coronel Hugo Leitão é um dos artigos mais interessantes deste número de Revista da Cavalaria, onde assevera o autor que a rapidez de ação e suas violências, assim como as possibilidades de dispersão e a exploração dos efeitos atômicos e, particularmente, a aceleração do ataque nas ações ofensivas, dão maior importância à Cavalaria Blindada, cujas possibilidades lhe conferem satisfazer as exigências decorrentes dessas características. O Major Campos e Menezes escreve sobre "A Artilharia antiaérea" assinando além dos princípios básicos de emprêgo, a organização, as possibilidades, as limitações e o Capitão Soares Branco nos dá "Fotogrametria" com toda sua técnica e regras de aplicação. Na parte referente ao noticiário hípico a Revista da Cavalaria registra os resultados dos diferentes concursos em que a equipe brasileira participou.

VENEZUELA

"REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS" n. 144 e 145 — Publicação do Ministério da Defesa, apresenta, entre outros artigos "Guerra Atômica" onde o Major Ortega estuda não só a evolução histórica da guerra radiológica como o sistema de armas atômicas em uso, na atualidade. Em seu trabalho "Proyecciones" o Professor Silvério Nuñez analisa o assunto abordando particularmente as projeções cônicas. A Revista nos brinda, ainda, com farto trabalho fotográfico referente ao encerramento dos diferentes cursos militares da Venezuela, terminando com o artigo "Orinocu, el Rio de El Dorado", obra de arte e alta literatura de autoria do Tenente de Navio Rivero Cordero.

Nossas exportações de fibra de sisal, em 1957, perfizeram 84.711 toneladas, no valor de 742 milhões de cruzeiros. Tanto o volume como o valor se mostraram inferiores aos alcançados em 1956 (106.503 toneladas e 870 milhões de cruzeiros). De acôrdo com o Boletim Estatístico do IBGE, o valor médio por toneladas exportada aumentou de 8.164 cruzeiros em 1956 para 8.758 cruzeiros em 1957.

*
* *

A fisionomia de Natal vem-se modificando sem cessar nos últimos tempos. É intenso o movimento de construções em alguns bairros, onde surgem ruas bem traçadas, com residências modernas. A Ribeira, onde até 1902 estêve localizada a sede administrativa do Govêrno, conservou os grandes hotéis da época, as casas comerciais, as alfaiatarias, os clubes de dança, etc. Duas grandes avenidas ligam a Cidade Alta à Cidade Baixa, esta situada em uma depressão de terreno, quase no mesmo plano do nível do mar.

*
* *

Nossos maiores compradores no Continente Asiático, em 1957, segundo informa o IBGE, foram o Japão (importação de 37,5 milhões de dólares), Israel (3 milhões), Hong-Kong (2,9 milhões), Paquistão (2,1 milhões), Síria (1,8 milhões), Líbano (1,7 milhões) e Ceilão (1,2 milhões).



Importamos em 1957 perto de 2.000 toneladas (1.862.103 kg) de jornais, periódicos e revistas, no valor de 110 milhões de cruzeiros, ou 2,5 milhões de dólares. Nossos principais fornecedores desses impressos foram os Estados Unidos (652.535 kg), o Japão (308.191 kg), a França (248.674 kg), a Alemanha (215.508 kg), a Itália (201.479 kg) e a Argentina (97.536 kg). Por ordem decrescente de valor em dólares, Cuba (com 69.624 kg e 232.623 dólares), aparece em quarto lugar, depois dos Estados Unidos, da França e do Japão.

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual militar	Cr\$ 100,00
Assinatura anual particular	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 20,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de contróle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento à escolha de cada assinante:

- a) assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- b) desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes, em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acôrdo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor-Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderêço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser dactilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo enderêço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação d'esses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen Parga Rodrigues
Gen Felício Lima
Cel Omar Emir Chaves
Cel Golbery do Couto e Silva
Cel Antonio Linhares de Paiva
Cel Ayrton Salgueiro de Freitas
Ten-Cel A. Brandão de Freitas
Ten-Cel Welt Durães Ribeiro
Maj Amerino Raposo Filho
Maj Octávio Tosta
Maj Nilton Freixinho
Cap João Mancel Simch Brochado
Cap Diógenes Vieira Silva
Prof Angel Rubio
Vicente Amorim

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.



Cr\$ 20,00

SMG
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1959